

ANTROPOLÍTICA

ISSN 1414-7378

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

1º Semestre
2007

22



EdUFF

Antropolítica

Nº 22

1º - semestre 2007

ISSN 1414-7378

Antropolítica	Niterói	n. 22	p. 1-280	1. sem. 2007
---------------	---------	-------	----------	--------------

© 2008 Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFF

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense - Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - CEP 24220-900 - Niterói, RJ - Brasil - Tel.: (21) 2629-5287 - Telefax: (21) 2629-5288 - <http://www.editora.uff.br> -E-mail: eduff@vm.uff.br

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Normalização: Caroline Brito de Oliveira

Revisão: Rozely Campello Barrôco

Projeto gráfico e capa: José Luiz Stalleiken Martins

Editoração eletrônica: Margret Gouveia Engel

Diagramação e supervisão gráfica: Káthia M. P. Macedo

Catálogo-na-Fonte (CIP)

A636 Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia — n. 1 (2. sem. 95). — Niterói: EdUFF, 1995.
v. : il. ; 23 cm.
Semestral.
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.
ISSN 1414-7378
1. Antropologia Social. I. Universidade Federal Fluminense.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

CDD 300

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor

Roberto de Souza Salles

Vice-Reitor

Emmanuel Paiva de Andrade

Pró-Reitor/PROPP

Humberto Fernandes Machado

Diretor da EdUFF

Mauro Romero Leal Passos

Diretor da Divisão de Edição e Produção:

Ricardo Borges

Diretora da Divisão de Desenvolvimento e Mercado:

Luciene Pereira de Moraes

Assessora de Comunicação e Eventos:

Ana Paula Campos

Comissão editorial da Antropolítica

Delma Pessanha Neves (PPGA / UFF)

Laura Graziela F. F. Gomes (PPGA / UFF)

Marco Antonio da Silva Mello (PPGA / UFF)

Simoni Lahud Guedes (PPGA / UFF)

Conselho Editorial da Antropolítica

Luiz de Castro Faria (PPGA/UFF)

(*In memoriam*)

Ana Maria Gorosito Kramer (UNAM – Argentina)

Anne Raulin (Paris X – Nanterre)

Arno Vogel (UENF)

Charles Freitas Pessanha (UFRJ)

Charles Lindholm (Boston University)

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

Daniel Cefai (Paris X – Nanterre)

Edmundo Daniel Clímaco dos Santos (Ottawa University)

Eduardo Diatáhy Bezerra de Menezes (UFCE)

Eduardo Rodrigues Gomes (PPGCP/UFF)

João Baptista Borges Pereira (USP)

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE)

Lana Lage de Gama Lima (UENF)

Lígia do Prado Valladares (IUPERJ)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB)

Marc Breviglieri (EHESS)

Mariza Gomes e Souza Peirano (UNB)
Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ)

Raymundo Heraldo Maués (UFPA)
Roberto Augusto DaMatta (PUC)
Roberto Mauro Cortez Motta (UFPE)
Ruben George Oliven (UFRGS)
Sofia Tiscórnica (UBA)

Secretária da Revista

Priscila Tavares dos Santos



EdUFF

Editora filiada à



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Sumário

Nota dos editores, 7

Dossiê: Democracia, espaço público, estado e sociedade em uma perspectiva comparada, 11

Apresentação: *Roberto Kant de Lima e Fábio Reis Mota*

Organisation et pouvoir: pluralité critique des régimes d'engagement, 21

Laurent Thévenot

O caleidoscópio identitário dos professores do ensino oficial nos anos 1960: julgamentos críticos e disposições práticas, 43

José Manuel Resende

Violencia institucional y sensibilidades judiciales. El largo camino de los hechos a los casos, 75

Maria Josefina Martínez

A formação do Estado em Angola na época da globalização, 95

Daniel dos Santos

Artigos

Introdução a *O que é um animal?*, 129

Tim Ingold

Um mundo sem antropologia, 151

Clara Mafra

Discutindo classificações raciais, étnicas e o racismo no futebol brasileiro a partir de um olhar desconstrutivista, 169

Marcel Freitas

Defendendo privilégio: os limites da participação popular em Salvador, Bahia, 199

Bernd Reiter

Resenhas

Livro: *La relation médecins-malades: information et mensonge de l'autorité*
de Sylvie Fainzang, 221

Autora da resenha: *Jaqueline Ferreira*

Notícias do PPGA

Relação de dissertações defendidas no PPGA, 237

Relação de teses defendidas no PPGA, 263

Revista antropolítica: números e artigos publicados, 269

Coleção antropologia e ciência política (livros publicados), 285

Normas de apresentação de trabalhos, 289

Contents

Editors note, 7

Dossier: Introduction: democracy, public space, state and society in comparative perspective, 11

Foreword: *Roberto Kant de Lima e Fábio Reis Mota*

Organization and power: critical plurality of the regimes of engagements, 21
Laurent Thévenot

Teachers in official schools in the sixties: identities in a kaleidoscope – critical foundations and practical arrangements, 43
José Manuel Resende

Institutional violence and legal sensibilities: The long way from facts to cases, 75
Maria Josefina Martínez

Angola's state building on globalization time
Daniel dos Santos

Articles

Introduction to “What is an animal?”, 129
Tim Ingold

A World Without Anthropology, 151
Clara Mafra

Arguing about race, ethnic classifications and racism in the Brazilian soccer from deconstructive point of view, 169
Marcel Freitas

Defending Privilege: The Limits to Popular Participation in Salvador, Bahia, 1999
Bernd Reiter

Reviews

Book: *La relation médecins-malades: information et mensonge da autoria de Sylvie Fainzang. 221*
Reviewed by: Jaqueline Ferreira

PPGA News

Thesis defended at PPGA, 237

PhD Thesis defended at PPGA, 263

Revista Antropolítica: numbers and published articles, 269

Published Books Coleção Antropologia e Ciência Política, 285

Norms for Article Submission, 289

NOTA DOS EDITORES

Com o número 22 da Revista Antropolítica, apresentamos, tal como vimos estruturando a revista, um dossiê temático e um conjunto de artigos de grande expressividade pelas questões refletidas e pela amplitude de afiliações acadêmicas.

Pelo dossiê – Democracia, espaço público, Estado e Sociedade em uma perspectiva comparada, Roberto Kant de Lima e Fabio Reis Mota, apresentando uma das linhas de pesquisa do PPGA, agregaram pesquisadores de alto reconhecimento na reflexão da temática, com os quais vêm institucionalizando diversos intercâmbios, razão pela qual a perspectiva adotada pelos autores contempla a comparação de modelos de organização social e abarca situações de pesquisa em países da Europa, América do Sul e África.

Reafirmando o investimento interinstitucional do corpo de professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia, neste número 22 também contamos com a distintiva participação de Tim Ingold e com o diálogo com ele estabelecido por Clara Mafra, focalizando questões de grande pertinência para pensar emergentes reflexões que diversificam a prática e o campo de conhecimentos disciplinarmente acumulados pelos antropólogos.

Dois outros artigos focalizam tanto situações de pesquisa que se remetem a temas candentes nas formas de organização coletiva, como também sistemas de representação e produção de categorias classificatórias, cujas significações exaltam alteridades expressas em etnias que se inter cruzam no âmbito da sociabilidade instituída em torno do futebol. Informamos que, a partir do número 21, Antropolítica circula em versão digital. Os textos podem ser acessados por meio da página do PPGA (www.ufff.br/ppga). Os demais números da revista serão incorporados paulatinamente, em ordem decrescente.

DOSSIÊ: _

**Democracia, espaço
público, Estado
e sociedade
em uma perspectiva
comparada**

Apresentação

Democracia, espaço público, Estado e sociedade em uma perspectiva comparada

Continuo achando que devemos nos esforçar por encontrar caminhos próprios de reflexão, fugindo à sanha modernizadora dos que nos querem impor, como se fossem universais, modelos particulares, que são, no máximo, mais ou menos majoritários em outras culturas (KANT DE LIMA, 1997, p. 12).

Nos últimos anos, a Antropologia tem desempenhado um papel importante no cenário acadêmico por sua capacidade analítica (e epistemológica) de compreender os processos sociais. O lugar ocupado pela Antropologia no campo científico deve-se, em grande medida, à sua aptidão para estudar as sociedades classificadas como modernas ou tradicionais, sob o ponto de vista dos próprios atores, e, como propôs Clifford Geertz, sob o ponto de vista dos nativos (GEERTZ, 2006).

Adquirindo a familiaridade com outra cultura ou sistema de valores, o antropólogo desempenha o papel de traduzi-los, tornando-os inteligíveis para o próprio sistema de significados ao qual ele está inscrito. Cumpre salientar que esta tradução realiza-se numa interação entre observado e observador, na medida em que este é parte obrigatória do campo de observação, e o quadro que fornece sobre o outro é algo visto e interpretado por alguém, num momento particular e em circunstâncias específicas (DUMONT, 2000). Nessa perspectiva, cabe ao antropólogo, para que possa compreender outro sistema, construir dados que sejam comparáveis “aqui” e “lá”, permitindo que a explicitação das categorias estranhas a ele possibilite a compreensão de sua própria cultura (KANT DE LIMA, 1997), estabelecendo as similitudes e diferenças entre dois ou mais sistemas de valores.

* Professor Titular de Antropologia da UFF. Coordenador do NUFEP. Pesquisador I A do CNPq e Cientista do Nosso Estado/FAPERJ.

** Doutorando PPGA/UFF. Pesquisador do NUFEP. Bolsista do CNPq.

O método comparativo, assim como proposto contemporaneamente pela disciplina antropológica, remete-nos ao problema de relação e interlocução com o outro, pois é a partir do deslocamento em direção a outra sociedade, do contato com outros sistemas de valores estranhos ao do antropólogo, que se pode realizar o exercício de transformação do exótico no familiar – traduzindo e explicitando as categorias locais, assim como, inversamente, transformar o familiar em exótico, na medida em que o convívio com outra cultura permite a dolorosa desnaturalização e o difícil estranhamento dos próprios códigos e valores do observador (DAMATTA, 1997). As vicissitudes e os avanços do método comparativo acabaram por permitir que a Antropologia assumisse integralmente seu papel: utilizando-se do conhecimento das diferenças entre sociedades humanas, “estranhando” sua própria sociedade, descobrindo nela aspectos inusitados e ocultos por uma familiaridade embotadora da imaginação sociológica (KANT DE LIMA, 1995).

Desse ponto de vista, as relações acadêmicas e institucionais estabelecidas entre o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP), da Universidade Federal Fluminense (UFF), com diversos Programas de Pós-Graduação e instituições de pesquisa na França, Canadá, Argentina, Angola e Portugal,¹ têm desempenhado um papel fundamental na formação de antropólogos, na construção de temáticas comuns, tratadas de uma perspectiva comparada, na permuta de publicações e na participação em eventos científicos co-organizados por pesquisadores dos referidos países. Ações que se tornaram possíveis por meio do projeto de cooperação entre diferentes instituições acadêmicas e a UFF.

Portanto, além da necessária internacionalização acadêmica, primordial para a consolidação do campo científico, a possibilidade da realização de estágios no exterior para a complementação da formação antropológica tem permitido que alunos do doutorado em antropologia do PPGA exercitem esse olhar distanciado, internacionalizando-se eles mesmos. Em tal circunstância, os acadêmicos submetidos a esta salutar experiência profissional, enquanto antropólogos, vêem-se colocados diante de situações empíricas que exigem a aquisição de competências diversas para poder lidar com as idiosincrasias do cotidiano no exterior, ao mesmo tempo em que se socializam nas distintas tradições acadêmicas que freqüentam.

Mais do que um deslocamento físico, viver noutra sociedade, partilhar de novos códigos de condutas, de novos valores etc., envolve um processo de aprendizado tanto da língua quanto dos códigos sensoriais,

requer novas competências para lidar com situações, a princípio, banais, como fazer compras no supermercado ou re-aprender a fazer determinados cálculos para sua nova economia doméstica, aprender a lidar com o corpo e a corporalidade noutra situação climática, bem como na interação ordinária com os outros indivíduos, mudar hábitos alimentares, ativar novos laços de amizade com pessoas socializadas em outro sistema de valores. Por exemplo: saber qual é o significado e quais são os limites atribuídos ao termo *amizade* e como dominar os códigos locais com o propósito de demonstrar, ou não, amizade ao outro. Nesse caso, partilhamos uma temporalidade relativamente curta no que diz respeito ao início e à concretização da amizade, quando, de um ponto de vista francês, por exemplo, a temporalidade concernente ao domínio da amizade inscreve-se num *continuum* em que diferentes provas e etapas devem ser superadas para que se possa classificar alguém como amigo (ou um *pote*). Difícil é fazer amigos nas ruas parisienses, aonde as pessoas parecem estar sempre com um tempo “curto”, como também é complexa a operação de encontrar um amigo no Rio que, marcado por uma temporalidade “elástica”, lança mão da conhecida máxima *vamos tomar um chope um dia desses, me telefona...* Numa situação ou noutra, a liminaridade passageira entre esses diferentes mundos apresenta-se de modo contumaz nas ações ordinárias.

O que queremos explicitar é que, de um lado, a experiência prolongada em outra sociedade, proporcionada pelo estágio no exterior, fornece ao profissional da antropologia competências e experiências cruciais para sua formação acadêmica, pela possibilidade de se inserir de modo contínuo noutra sistema de pensamento, exigindo a reorientação cognitiva a partir do estranhamento. Por outro lado, a relação estabelecida *in loci* com cientistas sociais de outros países permite apreender as diferentes versões de antropologia desenvolvidas em contextos relacionados aos valores de *nation-building*. Afinal, partimos do pressuposto de que, apesar de seu caráter universalista –, por ser teórica a proposta da antropologia –, o trabalho antropológico reflete a heterogeneidade de diferentes configurações socioculturais (PEIRANO, 1991; KANT DE LIMA, 1997).

Ainda, de modo salutar, esta inserção acadêmica e institucional tem promovido um movimento inverso: o acolhimento no PPGA de pesquisadores, professores e estudantes estrangeiros, estes últimos notadamente da Argentina, que buscam essa interação profissional com os pesquisadores e colegas brasileiros, inserindo-se em programas de pesquisas empíricas desenvolvidas nos núcleos vinculados ao PPGA. Desse modo, tais experiências, tanto do lado brasileiro, quanto do lado dos parceiros

estrangeiros, permitiram uma saudável coexistência de realidades acadêmicas, regida por condições, valores e padrões de comportamentos distintos, mas simétricos, propiciando a constituição de laços acadêmicos sólidos e um aprendizado contínuo nesse profícuo exercício de diálogo interinstitucional e intercultural.

Sendo assim, é com o maior orgulho e satisfação que apresentamos um segundo dossiê relacionado a nossas atividades acadêmicas e profissionais no exterior,² constituído por textos de colegas que foram e são parceiros incondicionais nesse projeto comum de produção científica. Os textos ora escolhidos são de quatro colegas e amigos de países diferentes, cuja produção está, direta ou indiretamente, relacionada às questões desenvolvidas pelos pesquisadores do PPGA e do NUFEP.

Os laços institucionais com o Professor Laurent Thévenot, do Groupe de Sociologie Politique et Morale da École des Hautes Études en Sciences Sociales (GSPM/EHESS) e do Institut National de la Statistique et des Études Économiques, remontam ao início do Convênio Capes-Cofecub “Sociologia da experiência privada e pública no Brasil e na França. A república no cotidiano: conflitos sociais, ações coletivas, engajamentos associativos e prova pessoa”, coordenado pelos professores Roberto Kant de Lima (UFF) e M. Daniel Cefai (Université Paris X), com a colaboração decisiva do Dr. Marco Antonio da Silva Mello, do NUFEP/PPGA/UFF e do Le Métro/IFCS/UFRJ.

A convite da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para ser o conferencista da abertura da última Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), o Professor Thévenot esteve pela primeira vez no Brasil, e prolongou sua estadia no país a fim de participar de diversas atividades na UFF, na UFRJ, no IUPERJ e na UnB. Na ocasião, ele realizou pequenas conferências, reuniu-se com grupos de pesquisa nessas instituições além de visitar seus respectivos campos de estudo, juntamente com alguns alunos e pesquisadores da UFF.

Das discussões suscitadas nesses ambientes acadêmicos, diversas ações serão empreendidas com vistas a formalizar um projeto de pesquisa entre o NUFEP/UFF, o LeMetro/UFRJ – coordenado pelo professor Dr. Marco Antonio da Silva Mello (PPGA) e pelo GSPM/EHESS. O professor Thévenot tem acolhido entusiasticamente, em seus seminários na EHESS, os estudantes brasileiros que realizam estágio doutoral na França no âmbito do convênio. Isso se reflete no fato de que diversas teses daqueles doutorandos do PPGA que realizaram estágio na França dialogaram, direta ou indiretamente, com a abordagem proposta pelo

grupo coordenado pelo referido professor, propiciando um rico e frutífero canal de diálogo com os trabalhos desenvolvidos por ele. Um desses trabalhos, apresentado neste Dossiê sob o título “Organisation et Pouvoir: Pluralité critique des régimes d’engagement”, fornece um balanço das questões desenvolvidas pela *tournant pragmatique* na França. Em parte, o texto apresenta o programa de pesquisa do grupo vinculado a Thévenot, cuja discussão está relacionada à elaboração de uma sociologia moral e política, como a proposta no livro *De la Justification*, em parceria com Luc Boltanski (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Tal programa inaugura uma perspectiva teórica que concebe a ação humana como algo situado em diferentes seqüências nas quais as pessoas mobilizam competências diversas para se adequar a uma situação apresentada. Tal perspectiva visa cobrir a pluralidade das atividades humanas, em seus múltiplos momentos de disputas, conflitos e controvérsias públicas, nos quais as pessoas evidenciam suas críticas ou justificativas (BREVIGLIERI; STAVO-DEUBAGE, 1999 *apud* MOTA, no prelo). O referido artigo busca, ainda, articular esta perspectiva apresentada em *De la Justification*, com outras questões desenvolvidas na economia das convenções, dos investimentos de forma e dos regimes de engajamentos, que foram formulados por Laurent Thévenot em diferentes momentos, dialogando com a economia, antropologia, cognição, sociologia e filosofia.³ O mesmo artigo possibilita contextualizar o leitor na original abordagem sociológica que tem se notabilizado no campo acadêmico francês, ao lado dos trabalhos de Bruno Latour, Michel Callon e Luc Boltanski, entre outros.

Foi a partir de nossos laços profissionais e de amizade com os colegas franceses que se estabeleceu um contato contínuo e frutífero com um colega português, o Professor José Resende, do departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e do Centro de Estudos e Sociologia da Universidade Nova de Lisboa. Os estudantes Fábio Reis Mota e Letícia de Luna Freire (PPGA/UFF), em estágio de doutorado em Paris à época, puderam se encontrar com o professor José Resende em diversas atividades acadêmicas no GSPM, onde o mesmo desenvolvia seu Pós-Doutorado, fato que permitiu a aproximação entre os distintos grupos de pesquisas por conta de interesses comuns em torno da problemática a respeito da formação dos espaços públicos, das formas de acesso a direitos e às controvérsias públicas. O resultado do encontro foi a realização de um seminário internacional em Lisboa, no final de 2007, que contou com a participação de Marco Antônio da Silva Mello, Roberto Kant de Lima e Fábio Reis Mota. O foco do encontro dizia respeito aos fenômenos sociais de visibilidade e invisibilidade de certos sujeitos e de suas práticas, no espaço público, tanto no Brasil quanto em

Portugal, neste último caso ressaltando-se as transformações que este espaço sofreu e ainda sofre, depois da adesão do país à Comunidade Européia. O resultado institucional dessa parceria foi a proposta de um convênio internacional (em elaboração) entre as duas universidades, e a constituição de um Grupo de Trabalho aprovado para o X Congresso Luso-Afro-Brasileiro a ser realizado em fevereiro de 2009 em Portugal, sob a coordenação do Dr. José Resende, do nosso amigo e parceiro institucional Dr. Daniel do Santos, da Universidade de Ottawa, e do professor Roberto Kant de Lima.

O artigo do professor José Resende, aqui apresentado, oferece ao leitor parte do material analítico e empírico de uma das áreas de interesse do grupo e tem como objetivo acompanhar o processo de recomposição do grupo profissional de professores ao longo dos anos 1960, a partir de um conjunto de formas de julgamentos e justificativas apresentados por grupos de atores que trabalham em diferentes lugares, com distintas experiências profissionais. Tomando como base os escritos dos professores, o autor busca evidenciar a tensão entre os termos representação e memória, sob uma perspectiva pragmatista, de modo a não recusar a existência de um grupo profissional como os professores do Ensino Secundário, mas de afirmar que o mesmo tem a sua existência objetivada nos discursos que diversos atores fazem constantemente sobre as suas atividades. O seu texto dialoga diretamente com as problemáticas suscitadas pelos trabalhos dos pesquisadores do GSPM, em especial dos professores Boltanski e Thévenot.

O terceiro texto, da professora Maria Josefina Martínez, do Equipo de Antropología Política y Jurídica, da Universidad de Buenos Aires, cuja coordenação está sob a responsabilidade da querida colega e amiga professora Sofía Tiscornia, parceira institucional do NUFEP e do PPGA há mais de dez anos. O artigo, intitulado *Violencia institucional y sensibilidades judiciales. El largo camino de los hechos a los casos*, abre um profícuo diálogo e intercâmbio com os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores e alunos do PPGA e NUFEP.

Analisando um caso judicial sobre a aplicação de torturas, Maria Josefina Martínez busca evidenciar de que modo as sensibilidades jurídicas influenciam na construção do fato jurídico. Como a violência institucional pode, ou não, se tornar um caso judiciário, e como as sensibilidades jurídicas permitem a explicitação, ou não, de casos como o da tortura e de que maneira essa operação se vincula às tradições legais que informam as práticas dos operadores da justiça. O referido artigo alia-se a uma tradição de estudos sobre o sistema de justiça criminal e segurança

pública na Argentina, que tem sido um ponto de contraste relevante às reflexões empreendidas por pesquisadores do NUFEP e do PPGA (especialmente em sua linha de pesquisa Cultura Jurídica, Segurança Pública e Conflitos Sociais).

Cabe salientar que as relações entre Argentina e Brasil têm culminado em diversas cooperações científicas financiadas pelas agências de fomento à pesquisa dos dois países. Diversos pesquisadores puderam beneficiar-se dessa parceria com a realização de missões de trabalho e estágios doutorais em ambos os países. Tais encontros antropológicos têm permitido a permuta de publicações em revistas e coletâneas de artigos, aqui e na Argentina, bem como a troca de bibliografias sobre temáticas relacionadas ao acesso à justiça e ao papel das agências de segurança pública e justiça criminal na administração institucional de conflitos.

Enfim, é com enorme satisfação que apresentamos mais um texto de nosso querido colega, amigo e parceiro Daniel dos Santos (Universidade de Ottawa). Primeiramente, foi ele um dos primeiros parceiros institucionais do PPGA e do NUFEP, iniciando novas perspectivas de comparação entre Brasil e Canadá. Foram, ainda, inúmeras vezes que nosso querido colega se dispôs a realizar seminários no PPGA e a discutir com alunos e pesquisadores, oferecendo sua prestimosa contribuição à consolidação de vários projetos acadêmicos. Essa relação acadêmica, institucional e afetiva que se reproduz há mais de dez anos, culminou em outras parcerias acadêmicas, dessa vez com Angola.

O professor Daniel dos Santos mantém um forte laço sentimental (é de origem angolana), mas também científico e político com Angola. Fato que tem possibilitado o estreitamento dos laços institucionais com o Dr. José Octávio Van Dunnen, da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. O resultado dessa parceria foi a realização de um projeto Pró-África, financiado pelo CNPq (de caráter exploratório), que gerou um segundo projeto (também financiado) e que consistirá na realização de cursos para estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, sobre questões relativas à discussão e ao exercício de métodos de pesquisa nas ciências sociais e no direito. Dessa vez, nosso amigo angolano-luso-canadense nos brinda com um instigante artigo, intitulado “A Formação do Estado em Angola na época da globalização”, que se volta para a compreensão do Estado angolano pós-colonial, de suas contradições e de seu desenvolvimento histórico.

Ao publicizar e difundir esses textos para o público da academia brasileira, esperamos que os mesmos permitam um ponto de contraste e comparação com as pesquisas empíricas, ampliando-se o diálogo entre

as diferentes tradições acadêmicas. Esperamos que esse diálogo, desde o seu início constituído por projetos de colaboração fundados no mútuo respeito pessoal, profissional e acadêmico, continue a ser permanentemente pautado pela simetria das relações, indispensável a esse tipo de produção científica, bem como siga proporcionando um espaço de troca regido pela convivência prazerosa das particularidades de cada tradição acadêmica, nesse plural universo que é o fazer antropológico.

Referências

BOLSTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUMONT, Louis. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: _____. *O saber local*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 85-110.

KANT DE LIMA, Roberto. *Antropologia da Academia: quando os índios somos nós*. Niterói: Eduff, 1997.

_____. *Da Inquirição ao Júri, do Trial By Jury à Plea Bargaining: modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva comparada Brasil/Estados Unidos*. Tese ao Concurso de Professor Titular em Antropologia do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

MOTA, Fabio Reis. Deslocamentos, movimentos e engajamentos: as formas plurais da ação humana na perspectiva de Laurent Thévenot. *Antropolítica*, Niterói, No prelo.

PEIRANO, Mariza G. S. *Uma antropologia no plural*. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1991.

THÉVENOT, L. *Conventions économiques*. Paris: Presses Universitaires de France: Centre D'études de L'emploi, 1986.

_____. *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2006.

Notas

- ¹ Em especial: na França, Departamento de Sociologia da U. Paris X, Professor Isaac Joseph (falecido), M. Daniel Cefäi, Professora Anne Raulin; no CESDIP/GERN, M. René Lévy; no IHEJ, M. Antoine Garapon; no GSPM/EHESS, o Professor Laurent Thévenot; no Canadá, no Departamento de Criminologia, Dr. Daniel dos Santos, Dr. Fernando Acosta; na Faculdade de Direito, Dra. Marie-Eve Sylvestre; na Argentina, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, a Professora Sofia Tiscornia e seus colaboradores do Equipo de Antropologia Política y Jurídica; em Angola, o Dr. José Octávio Van Dunen, da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto; em Portugal, o Dr. José Resende, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- ² O primeiro dossiê foi publicado na Revista *Antropolítica*, nº 16, 1º sem. 2004, sob o título “Políticas públicas, direito (s) e justiça (s) – perspectivas comparativas” e incluiu textos de Daniel dos Santos, Fernando Acosta (Departamento de Criminologia, U. Ottawa) e Sofia Tiscornia (U. Buenos Aires), apresentados por Roberto Kant de Lima.
- ³ Para maior aprofundamento dessas discussões consultar: THÉVENOT, L. *Conventions économiques*. Paris: Presses Universitaires de France: Centre D'études de L'emploi, 1986; THÉVENOT, L. *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: La Découverte, 2006.

Laurent Thévenot*

Organisation et Pouvoir: Pluralité Critique des Régimes d'Engagement

O artigo aborda três temas principais da sociologia do trabalho e baseia-se no desenvolvimento de um quadro analítico que oferece novas perspectivas sobre eles. A noção de organização está relacionada com “os investimentos em formas” que fazem equivalências e contribuem para a coordenação de largo alcance. O poder está relacionado a uma pluralidade de “formas de valor” que regem a qualificação das pessoas sobre as coisas, na perspectiva de um teste crítico para a legitimidade e a justiça. A atividade do trabalho desdobra-se em uma segunda espécie de pluralismo, a de “regimes de engajamento” que apóiam modos desigualmente extensivos de coordenação, do próximo (familiar) ao distante e público, e são dificilmente compatíveis com as noções de bem, ou relacionados ao bem público. Este quadro tem desempenhado um papel significativo no desenvolvimento da “Economia da convenção” e tem contribuído para a elaboração de uma sociologia política e moral, desenvolvida com Luc Boltanski.

Palavras-chave: regimes de engajamentos; pluralidade crítica; economia da convenção; sociologia pragmática.

* Groupe de Sociologie Politique et Morale (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales et Centre National de la Recherche Scientifique) et Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques.

Introduction

Parmi les sciences de la société (sociales, économiques et politiques), la sociologie du travail occupe une place importante en raison de son domaine empirique d'étude mais aussi des problèmes théoriques qu'il soulève. Trois de ses objets de recherche principaux sont abordés tour à tour dans cet article, au regard de trois développements successifs de notre cadre d'analyse qui leur ont été consacré :

- 1) L'entreprise ou l'organisation, au regard des "investissements de formes" qui mettent en équivalence et contribuent à des coordinations de large portée.
- 2) Le pouvoir, au regard d'un pluralisme "d'ordres de grandeur" qui mettent en valeur des qualifications conventionnelles à partir d'une épreuve critique en quête de légitimité et de justice.
- 3) Le travail, au regard d'un second pluralisme de "régimes d'engagement" qui concourent à des coordinations d'inégale portée, du proche au public, en quête de biens n'ayant pas la même extension et susceptibles de s'opprimer les uns les autres.

Le cadre d'analyse présenté ici à partir des recherches successives sur les "investissements de forme" (THÉVENOT, 1986b), les "économies de la grandeur" (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1989, 1991) et les "régimes d'engagement" (THÉVENOT, 1990, 2006b), a participé au développement de l'Économie des conventions (THÉVENOT, 2006a) tout en contribuant à un ample programme collectif de sociologie politique et morale.¹

1. L'ORGANISATION AU REGARD DE LA COORDINATION DES ACTIONS: économie des formes conventionnelles

L'entreprise occupe traditionnellement une place centrale dans la sociologie du travail, tout en suscitant des positions contradictoires au regard de son pouvoir de coordination. Elle est tantôt envisagée comme une mise en ordre disciplinaire et réglée. Tantôt, les limites de cet ordre sont mises en avant, l'activité humaine échappant aux cadres formels et prescriptifs imposés au travail. Notre orientation caractéristique du "tournant pragmatique" conduit à traiter l'organisation à partir de ce que les gens en font, en étant attentif aux coordinations qu'elle facilite autant qu'à leurs limites. Notre analyse des opérations de mise en forme s'est écartée de recherches antérieures sur les formes symboliques (Durkheim

et Mauss, Foucault, Bourdieu) dont elle a hérité et bénéficié, en raison de son orientation pragmatique qui rapporte le pouvoir de la forme à un certain mode de coordination auquel elles est ajustée mais aussi bornée. “L'économie des formes conventionnelles et leurs usages dans les entreprises” (THÉVENOT, 1986a, 1986b) dessinait un espace de recherche sur l'épargne d'efforts de coordination grâce à des formes générales (économie cognitive, notamment).

Les mises en forme générale pour faire face à une coordination problématique

Dès l'étape initiale de la recherche sur le codage social est apparue une aporie qui rappelle l'attitude contradictoire à propos de l'organisation, et qui pèse sur l'opération élémentaire de mise en forme: le “paradoxe du codage” pris entre la généralité de la règle détachée et le cas particulier à saisir en pratique. On se souvient de la façon dont Ludwig Wittgenstein a traité de la règle et des doutes sur sa capacité à couvrir le cas, dans les *Investigations Philosophiques*. Mais le doute qui nous importe n'est pas seulement cognitif ou pragmatique. Il est aggravé d'une anxiété quant à l'asymétrie de pouvoir créée par la mise en forme, hiérarchie élémentaire entre ce qui vaut en général et ce qui ne vaut qu'en particulier. Cette anxiété peut rester étouffée, ou s'exposer dans une critique dénonçant un abus de pouvoir.

Le travail sur le codage social a fait aussi ressortir la mise en cohérence requise pour toute coordination. Une pluralité de façons de caractériser les personnes dans le monde du travail révèle autant de modalités différentes du rapport entre les personnes et les choses, qu'expriment notamment les termes de “métier”, “profession”, “qualification” et aujourd'hui “compétence”. Des représentants de métiers généralisent en termes de savoir-faire, de relations personnalisées, d'expérience acquise à l'ancienneté et d'autorité; des représentants de professions tablent sur des connaissances formellement certifiées, des conditions d'exercice standardisées et des méthodes mesurables; d'autres représentants font valoir l'orientation d'un service public etc. (DESROSIÈRES; THÉVENOT, 1988).

Notre recherche, élargie aux différentes modes de coordination de personnes impliquant leur environnement matériel engagé dans l'action, a mis l'accent sur le caractère problématique de la coordination des actions humaines. Nombre de notions centrales dans les sciences sociales, telles que règles, valeurs, normes sociales, croyances, habitus et cultures, polarisent l'attention sur de puissants ressorts d'un ordre social. Le conflit, qui occupe une place importante dans les théories sociales, est lui-même

souvent étroitement limité par des collectifs ordonnés. La démarche présentée ici part du pôle opposé, celui d'une inquiétude de coordination: nous portons attention aux cadres et aux équipements qui contribuent à contenir cette inquiétude, à la canaliser. Le terme de "coordination" ne doit donc pas faire illusion. Il est employé ici dans l'horizon d'une coordination douteuse, soumise à l'épreuve de sa réalisation incertaine. Le cours de l'action fait surgir des imprévus et oblige à des ajustements et à des révisions. La dynamique d'une coordination se manifeste et s'observe dans la défaillance, la correction, l'apprentissage, l'innovation.

La variété des investissements de forme et la différenciation des organisations

Pour traiter des mise en forme du monde qui produisent des appuis à cette coordination problématique, nous avons forgé le concept "d'investissement de forme" par extension de la notion économique d'investissement. Il désigne un détour dont on attend des retours. Le détour est la coûteuse mise en forme qu'implique l'établissement d'un nouveau critère, d'une nouvelle règle, d'un nouveau standard. Le retour attendu de cet engagement est celui de la relation que permet la mise en forme, dans le temps et dans l'espace, servant d'appui à la coordination (THÉVENOT, 1984, 1986b). Les formes de généralisation diffèrent selon: 1) leur extension temporelle et 2) leur extension spatiale, les formes étant établies pour un temps inégalement long et un espace inégalement ample; 3) l'objectivation de la forme consolidée par un support matériel plus ou moins massif et, par conséquent, plus ou moins détachée des particularités des personnes et des lieux. A la différence des considérations sur les formes symboliques, nous portons grande attention au façonnage du monde matériel qui accompagne l'établissement de formes conventionnelles. Aussi la différenciation des investissements de forme a-t-elle participé d'une recherche sur les "modèles d'entreprise" que François Eymard-Duvernay a étudié de longue date (EYMARD-DUVERNAY, 1986).

Revenons à l'aporie inhérente à l'idée d'organisation du travail, qui conduit aux positions ambiguës relevée plus haut : comment rendre formelle l'organisation d'activités humaines qui demeurent, au moins pour partie, inéluctablement informelles? Une première réponse consistant à réduire les formes les plus spécifiques au profit des plus générales, fait ressortir des similitudes entre des principes d'organisation aussi différents que le taylorisme et les modèles prônant la "décentralisation" et la "flexibilité".

L'organisation taylorienne réclame de considérables 'investissements de formes, depuis l'outil type jusqu'à la tâche étalonnée et formulée dans des instructions écrites sur la meilleure façon de faire, en passant par les instruments de mesure et de calcul. Les formes établies sont à la fois durables, étendues d'un atelier à l'autre, et consolidées par d'abondants équipements tant internes qu'externes à l'entreprise. Un tout autre principe d'organisation, opposé au taylorisme parce que tourné vers le marché, requiert en fait des investissements d'ampleur comparable pour transformer en services marchands des activités qui ne sont pas dans les formes: accueil, rencontre, conseil et évaluation pour octroyer un crédit dans une banque mutualiste; aide et menu services rendus par les facteurs exerçant en milieu rural. Les politiques de qualité conduisent également à une prolifération de mises en forme couronnées par les standards de certification. La saisie décentralisée et en temps réel des activités aux fins de gestion et d'évaluation demande également de lourds investissements de forme, comme on le voit dans le cas de la restauration rapide.

En ne reconnaissant que les formes les plus durables, générales et objectivées, la première réponse à l'aporie de l'organisation conduit à un déclasserment des investissements dans les formes spécifiques à des communautés de travail, coutumières et peu objectivées. Dans une deuxième réponse, l'organisation prend appui sur de tels investissements, comme dans le domaine agro-alimentaire, souvent en combinaison avec des techniques et méthodes modernes et standardisées. Pour analyser une telle composition entre des investissements de formes aussi variées, il est nécessaire d'aller plus loin dans l'analyse de cadres de cohérence selon lesquels se distinguent les modes de coordination.

2. LE POUVOIR ET L'ÉPREUVE CRITIQUE: conventions et sens de l'injustice

Les investissements de forme qui encadrent la coordination font venir la question du pouvoir dont nous allons maintenant considérer la critique. La mise en forme générale conduit inmanquablement à une asymétrie, et s'associe à une mise en valeur. Dès les premiers travaux expérimentaux sur les classements sociaux, menés en collaboration avec Luc Boltanski, nous avons mis en évidence la relation entre les opérations de classement et la référence à des ordres d'évaluation. Or toute relation d'ordre sur les êtres humains suscite, au regard d'un principe d'égalité de dignité, une inquiétude sur des inégalités de pouvoir et sur leur légitimité dont le défaut nourrit un sentiment d'injustice. En rapportant ce sentiment d'injustice à

des biens communs bafoués, c'est à dire aux maux qui le suscitent, nous avons pu identifier et caractériser les conventions les plus légitimes.

Abondamment utilisée pour traiter des organisations et du travail, la notion de "pouvoir" sert couramment dans les sciences sociales à dévoiler des asymétries de capacité tenues pour abusives, sans toutefois que les fondements du sentiment d'abus ne soient le plus souvent explicités. Même lorsque des ordres plus légitimes que d'autres sont identifiés, comme dans l'œuvre de Max Weber, la notion de légitimité est ramenée à un état de fait, à une légitimation historiquement ou socialement contextuelle. Cette première posture s'oppose à celle du théoricien de la justice qui cherche, tel John Rawls, à expliciter des principes de légitimité, aux dépens d'une analyse contextuelle des conditions de leur mise en œuvre.² En quête du fondement des critiques ordinaires d'abus de pouvoir et d'injustices, nous avons proposé avec Boltanski de combiner de manière originale les deux projets, celui de sciences sociales empiriques et celui d'une théorie du sens de l'injustice. Poursuivant la différenciation des formes conventionnelles et ordres de généralité que j'avais entamée à partir des investissements de forme, et l'analyse de la dénonciation publique proposée par Boltanski (BOLTANSKI; DARRÉ; SCHILTZ, 1984), nous avons formulé le modèle commun d'une pluralité d'ordres d'évaluation tenus pour les plus légitimes dans les discordes et les critiques ordinaires, "grandeurs" acceptables dans une justification auprès d'un tiers public (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991). Pour résumer sommairement ce modèle, disons que le sentiment d'injustice résulte de manquements qui peuvent se manifester à trois niveaux de l'attente de justice: 1) l'ordre d'évaluation lui-même peut relever d'une valeur qui ne se prête pas, à la différence des grandeurs, à une extension à toute la communauté humaine, et qui s'oppose en conséquence à la reconnaissance d'une égale dignité à chacun;³ 2) l'épreuve appelée à mettre en question la justice d'une asymétrie selon un ordre, peut être corrompue par la contamination d'un autre ordre qui interfère avec le premier;⁴ 3) l'épreuve peut elle-même faire défaut, laissant perdurer des asymétries qui ne sont pas mises en question.

La sociologie que nous avons développée avec Boltanski, loin de discréditer la critique, en éclaire les fondements généraux et l'inégale extension dans les organisations sociales étudiées. Plutôt que de réserver au chercheur le monopole d'une aptitude au dévoilement critique, cette sociologie de la critique étudie la dynamique de mise en question, en y voyant un moteur puissant de la vie ensemble dans des mondes sociaux dont l'équipement matériel multiplie la genèse d'asymétries. Une

originalité de cette approche, partagée avec celle de Bruno Latour et Michel Callon qui l'ont inspirée sur ce point, tient à la place des choses reconnue dans la coordination. Pour notre part, nous portons attention au façonnement des choses mises en forme afin d'être qualifiées dans une épreuve critique.⁵ Cette approche a permis à l'analyse d'organisations et de dispositifs lourdement équipés sans les réduire à des relations sociales ou à des interactions entre des personnes : entreprises, administrations publiques, associations, mais aussi dispositifs de politiques publiques ou organes transversaux de régulation et de normalisation qui se développent aujourd'hui sans relever ni de la firme, ni de l'Etat. Aucun de ces lieux ne reste à l'écart des exigences d'une critique et justification publique, quand bien même leurs acteurs s'emploient à l'évitement ou au détournement stratégique des conventions de ce régime public. Aussi les conventions de coordination les plus légitimes ouvertes à une critique publique contribuent-elles à charpenter ces organisations de compromis entre plusieurs de ces conventions (THÉVENOT, 2001).

Le pluralisme critique de conventions légitimes de coordination, non réductible à la concurrence du marché

L'analyse des sociétés contemporaines, de leurs organisations et tensions critiques, est appauvrie lorsqu'il est fait référence à la "globalisation" d'un mode principal de coordination, en marché ou en réseau. Dans cette deuxième partie, je m'en tiendrai à l'examen du marché, de son extension, des tensions qui en résultent et des compromis dans lesquels il s'inscrit. Cet examen demande que nous distinguions rigoureusement un mode de coordination par la concurrence, dans sa grandeur et son épreuve propre, de façon à le situer relativement à d'autres conventions légitimes, au lieu d'en naturaliser la convention constitutive à la manière des économistes orthodoxes depuis Walras, ou de le confondre dans un ensemble flou visé par la critique globalisante du libéralisme ainsi que le font nombres de sociologues.⁶ Je ne présenterai ici que sommairement les différences entre la grandeur marchande et d'autres grandeurs (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991; cf. tableau 1 de cet article). Quoique abrégée, cette présentation éclairera la pluralité des qualifications conventionnelles du travail et de son produit, suggérant les tensions critiques entre elles, et les compromis qui sont à l'origine de la différenciation des marchés et des organisations.

La grandeur *marchande* est régie par l'épreuve de concurrence qui suppose non seulement la convention d'une forme d'évaluation commune,

le prix, mais aussi celle d'une qualification commune et anonyme des choses communément identifiées à l'état de marchandises parfaitement aliénables et détachables des personnes (y compris les services). Cette seconde exigence, méconnue de la théorie économique orthodoxe, fut dès l'origine au centre de notre analyse des investissements de forme requis pour la coordination. Depuis lors, le thème de la "construction sociale des marchés" est devenu fédérateur dans la sociologie économique. Notre analyse permet de la préciser en distinguant les formes de coordination et les grandeurs qui supportent des modes différents de qualification légitime, où de conventions de qualité distinctes (EYMARD-DUVERNAY, 1989). Toutes peuvent contribuer à la reconnaissance commune du travail et de ses produits, entrant en compromis avec la qualité proprement marchande selon des formules variées qui permettent de distinguer les organisations et leurs dynamiques.

C'est le cas de la grandeur du *renom* dont la forme d'évaluation n'est pas le prix mais la notoriété. Les plus grands développements que connaît cette qualification tiennent à la reconnaissance de la marque de l'entreprise et du produit plutôt qu'au marquage de l'activité de travail qui n'est développé que dans les secteurs des arts et des média. Le compromis entre qualifications marchande et du renom est très solidement étayé et équipé, le signe de reconnaissance de la marque ou du logo allant jusqu'à se substituer à l'identification marchande. A la différence du marché, le renom est soumis aux dynamiques de l'opinion et de ses mouvements d'imitation qui ne caractérisent pas seulement les mouvements de la mode mais aussi ceux affectant l'instrument d'équivalence dans la mesure des prix, la monnaie. Ces dynamiques spéculatives de l'opinion ont pris une importance considérable dans l'actuel compromis d'un capitalisme financier principalement équipé par des marchés boursiers.

La production à grande échelle est mise en valeur générale selon la grandeur *industrielle* qui qualifie l'efficacité productive à partir d'investissements de forme que nous avons évoqués précédemment et qui permettent de projeter dans la temporalité d'un avenir, de standardiser sur un espace ainsi homogénéisé, d'équiper par une objectivité technique détachée des traits personnels ou locaux, et de supporter ainsi une forme générale d'évaluation mesurable de l'efficacité fonctionnelle. Sous l'angle de la temporalité, le contraste est saisissant avec les deux grandeurs précédentes qui ne soutiennent qu'une temporalité présentiste de l'opportunité marchande et de l'éphémère de l'opinion. Les compromis courants entre les grandeurs *marchande* et *industrielle*, autour du travail comme d'autres produits, consistent à inclure dans la définition de la

qualité de la marchandise une mesure de sa performance technique (productivité pour le travail, fiabilité pour le produit).

La grandeur *domestique* grandit en bien commun de la réputation les bienfaits de la confiance générée par le genre d'investissements spécifiques évoqués dans la première partie. La qualification du travail jugée par rapport à un savoir-faire coutumier s'inscrit dans une temporalité rapportée à un passé et dans un espace défini de proche en proche, et prend la qualité d'un patrimoine. Le marché concurrentiel est particulièrement inadéquat pour reconnaître cette qualification *domestique* au cœur de "marchés internes du travail". Nous touchons ici à une des tensions les plus critiques et génératrices de chômage: l'ancienneté "maison", indicateur de cette grandeur *domestique*, est non seulement méconnue de l'épreuve marchande de la concurrence, mais portée au passif du travailleur. Les compromis antérieurs entre grandeur *domestique* et *industrielle*, qui conduisaient à mettre en valeur l'efficacité productive due à l'ancienneté et au savoir-faire acquis par l'expérience, sont aujourd'hui couramment démantelés au profit d'une concurrence par les prix.

Selon la grandeur *civique*, la qualification du travail trouve place dans une épreuve qui met en valeur l'intérêt général et la solidarité collective. Les droits de la personne et l'appareil juridique qui les soutient contribuent à équiper cette qualification. Le droit du travail étaye un important compromis entre grandeur civique et industrielle, à partir de la représentation de collectifs de travail qui grandissent le salarié, notamment dans le cadre de négociation de "conventions collectives" de travail. Ce compromis est aujourd'hui l'objet de mises en cause récurrentes à partir de la grandeur marchande de la concurrence (LYON-CAEN; PERULLI, 2005). Sous la pression des restructurations, des accords collectifs locaux peuvent être signés qui sont moins favorables que les contrats individuels de travail, au lieu de compenser l'asymétrie de subordination. La théorie économique standard elle-même contribue à cette dénonciation en proposant diverses réductions du droit jugé à l'aune de la concurrence.

Enfin, selon la grandeur de *l'inspiration*, le geste humain est qualifié à partir d'une épreuve de création dont la temporalité est celle de la rupture, à la fois par rapport au passé révolu et par rapport à un avenir imprévisible. Ce geste inspiré ne se prête pas à la mise en forme d'une marchandise circulant: pensons à la reconnaissance de l'ouvrier "Sublime" au XIXe siècle ou, plus couramment aujourd'hui, à la célébration du "tour de force" (AURAY, 1997; DODIER, 1995). Toutefois la grandeur de *l'inspiration* peut entrer en compromis avec celle du marché à partir

de leurs temporalités respectives, dans la mesure où l'excitation de la découverte peut relier l'innovation créative avec le désir d'achat.

Ces grandeurs ne sont pas tombées du ciel: elles sont le fruit d'élaborations d'êtres humains appelés à vivre ensemble. On peut retracer leur histoire contextuelle, suivre le déclin de certaines et l'émergence de nouvelles grandeurs, telle la grandeur "*verte*" (LAFAYE; THÉVENOT, 1993; THÉVENOT; MOODY; LAFAYE, 2000). On peut aussi réfléchir à leur généalogie, à partir de problèmes internes à la question qui nous occupe, celle de la coordination et des pouvoirs qu'elle implique. Dans ce sens, je dirai que la généalogie d'une grandeur émerge d'un nouveau genre d'implication des choses dans des activités humaines. L'extension systématique de ce rapport aux choses suscite une inquiétude quant à cette nouvelle interdépendance et au pouvoir qui en résulte et qui déborde alors le cadre d'une appropriation maîtrisable dans le proche. La mise en équivalence qui fait de ce rapport une modalité générale de coordination entraîne, dans le même mouvement, un questionnement inquiet sur les biens et les maux associés qui peut conduire à l'élaboration d'une nouvelle grandeur. Ainsi le développement d'outils informatiques a conduit à la mise en équivalence générale d'activités sous le rapport de l'information (nouvel équivalent général), offrant la possibilité d'un nouveau mode de coordination mais suscitant aussi une interrogation inquiète sur le pouvoir de l'information et la possibilité d'élaborer un bien commun à partir de cette interdépendance par réseaux de communication.

La politique d'intégration de grandeurs plurielles: de l'Etat aux autorités de normalisation et de régulation

Puisque les grandeurs satisfont les exigences d'une évaluation légitime pour un tiers public, elles participent aux dispositifs de composition de la chose publique, depuis l'Etat et ses politiques publiques, jusqu'à des organes de délibération pour le bien public plus ou moins décentralisés, en passant par des actions politiques et des mouvements sociaux qui en appellent au bien public. Une des spécificités de l'Economie des conventions est de comprendre la politique dans son domaine de recherche, politique entendue à partir d'une pluralité de formes d'évaluations légitimes qui suscitent entre elles des tensions critiques et appellent des compromis destinés à les apaiser.

Notre cadre d'analyse offre un instrument de comparaison par décomposition. Ainsi peut-on reconnaître le poids d'une grandeur *civique* dans

les Etats européens modernes, même si la grandeur *domestique* a été ou demeure encore une évaluation qui permet de passer des petites aux grandes patries selon un mode de solidarité tout différent. La transformation de la providence *domestique* et paternaliste du souverain d'Ancien Régime en une solidarité *civique* assurée anonymement par l'Etat Providence moderne a changé la composition de cette chose publique, et son gouvernement. Le compromis *civique-industriel* déjà évoqué à propos du droit du travail, est particulièrement développé en France dans l'organisation des services publics, dans l'éducation et la santé notamment. Ce compromis repose sur la puissance centralisée et planificatrice d'un Etat dont les politiques visent à la fois l'impératif d'égalité civique et celui de l'efficacité technique assurée par des investissements durables, tout en impliquant souvent une grandeur *domestique* non ouvertement reconnue. La place de la représentation électorale *civique* dans la définition de la chose publique situe la grandeur civique en position supérieure pour composer une chose publique, la prise en compte d'autres grandeurs devant emprunter la voie de cette représentation et passer par des compromis avec elle.

Cette régulation par un Etat central est aujourd'hui mise en question à partir de plusieurs ressorts critiques. Certains sont internes à la grandeur *civique* et visent des abus de pouvoir tenant à sa concentration entre les mains d'experts ou de décideurs politiques (des "corps de l'Etat"), alors qu'une démocratie participative réclame de multiplier les dispositifs décentralisés de gouvernement de la chose publique. De nombreux mouvements sociaux contribuent à cette relance de l'épreuve *civique* et à sa décentralisation. D'autres ressorts critiques sont plus corrosifs car ils prennent appui sur une autre grandeur, celle du *marché*, pour faire valoir qu'elle est la seule à permettre une véritable décentralisation favorable aux individus. La construction européenne a contribué à mettre en position de bien constitutionnel le bien *marchand* de la concurrence, tendant à disqualifier des formules de solidarité et d'aide mutuelle qualifiées pour la grandeur *civique* mais dénoncées comme entraves à la concurrence. En conséquence, une part importante de l'intégration politique de biens pluriels se réalise aujourd'hui sous couvert du *marché*, cette grandeur tendant à occuper la position supérieure qu'occupait auparavant la grandeur *civique*. La régulation politique dans la composition d'une chose publique passe alors par des organisations qui ne sont ni l'Etat et la représentation civique, ni des entreprises traditionnelles, mais des "autorités" autres, organes de normalisation ou autorités de régulation. Dans ces organes, les biens pluriels doivent être réduits à des qualités de marchandises et services (THÉVENOT, 1997). Ainsi les exigences civiques de protection solidaire de la santé, ou d'une mise à disposition également solidaire

de services publics, sont elles traduites en qualités des objets et services circulant sur le marché. L'approche non politique de ces lieux empêche d'être attentif à leurs procédures, et aux dispositions nécessaires pour qu'un véritable pluralisme des biens en débat y soit aménagé. Le travail lui-même fait l'objet de telles certifications et régulations portant sur les qualités d'un objet marchand: la compétence.

3. LE TRAVAIL ENTRE L'ENTREPRISE ET LA CITE: l'architecture des biens engagés et leur oppression

Après avoir envisagé l'organisation à partir de coordinations de large portée supposant les qualifications les plus générales des personnes et des choses, nous en arrivons dans cette dernière partie à une troisième étape de notre programme de recherche. Elle aborde l'action coordonnée à partir d'engagements de moindre portée, en deçà des conventions et des biens communs impliqués dans le régime public des grandeurs, mais non moins importants pour comprendre les capacités et pouvoirs de la personne et leurs oppressions.

Le pluralisme des régimes d'engagement, du proche au commun

Cette nouvelle étape conduit à différencier des façons d'agir et d'être agent, sans en rester aux oppositions entre collectif et individuel, ou entre public et privé. Deux termes ne sauraient suffire et une différenciation minimale en comportera trois. Si l'on oppose l'agent individuel au collectif, que dire de la différence entre la personne engagée dans un geste familial, désigné parfois de "routine", et l'individu engagé dans un plan d'action, condition de la responsabilité d'un projet et de l'extension du contrat? Quant à l'opposition public/privé, elle peut servir à distinguer des cadres d'action et des types d'intérêt orientant son évaluation, mais elle est impuissante à différencier une personne à l'aise dans son entour familial accommodé par son usage, et la satisfaction d'un individu accomplissant son plan autonome par des moyens fonctionnels, deux engagements confondus sous le terme «privé». J'ai donc proposé de compléter le premier pluralisme des ordres de grandeur impliqués dans les coordinations de la plus large portée par un second pluralisme de régimes d'engagement inégalement ouverts à la mise en commun. La catégorie d'engagement traite d'abord d'un rapport au monde actualisé par la personne agissant, avant de couvrir la coordination d'une personne avec une autre. La catégorie met l'accent sur une dépendance au monde dont la personne se soucie et cherche à s'assurer des bienfaits en dispo-

sant de gages appropriés. En cela l'engagement cherche à garantir une capacité, un pouvoir entendu dans un sens plus ouvert que l'acception courante du terme par les sciences sociales et politiques. L'engagement vise à faire d'une dépendance un pouvoir. Pour ce faire, l'être humain et son environnement doivent être conjointement façonnés. La dynamique du régime tient dans la façon dont l'engagement est éprouvé au regard: a) d'une réalité qui incite la personne à constater ce qui a fait défaut; b) d'un bien qui amène la personne à remarquer ce qui a été mis à mal. Cette double face de l'éprouvé relie cognition et émotion. A partir de l'engagement avec l'entourage de choses, on peut comprendre les conditions de prise en compte d'une autre personne, qu'elle soit réifiée à l'état de chose, introduite par une aide asymétrique, ou encore impliquée dans un engagement mutuel (Tableau 2).

L'analyse du régime d'engagement familial permet de dépasser des approches courantes de l'habitude (répétitive et non réflexive), ou de la pratique (incorporée et inconsciente), en précisant la réalité et le bien qui sont engagés. L'aise qu'assure cet engagement est un bien primordial pour le maintien d'une personnalité intime consolidée par ses attachements. Il est éprouvé dans la convenance personnelle d'un usage familial du monde, et donc de son habitation. La réalité des choses est éprouvée par des indices perceptuels locaux et personnels, révisés au fil des incommodités ressenties dans le geste. Une autre personne subira la réification dominatrice qui en fait "sa chose", alors que sa prise en charge s'exprime dans le soin et la sollicitude destinés à la mettre à l'aise, la mutualité intime d'attachements mutuels contribuant à l'entraide. L'être humain ne peut durablement user de ses équipements de travail et habiter l'espace de son activité sans compter sur cet engagement familial, bien que ce dernier soit souvent contrarié par l'organisation. Ce premier régime constitue un préalable à tout cheminement de la personne vers des engagements plus ouverts à la mise en commun, que requiert le travail comme toute autre action en communauté.

Le régime d'engagement en plan est beaucoup plus explicitement convoqué dans le travail, pour autant que l'organisation prescrit et évalue des actions dans le format de la tâche et de la responsabilité individuelle de l'agent. En traitant cette agence dans le cadre d'un engagement, nous déplaçons l'attention couramment focalisée sur l'individu, son autonomie et sa responsabilité, pour considérer le genre de dépendance dynamique à un monde d'objets qui soutient cette capacité de la personne. La réalité engagée est éprouvée comme utilisation d'un objet pris dans une fonction, l'information se bornant à des indications de fonctionnement

normal. Le bien engagé, quoique limité à la satisfaction du plan d'action accompli convenablement, soutient la capacité d'un individu à se projeter dans l'avenir en ayant du répondant. Cet individu peut réifier autrui en l'instrumentalisant. S'il le traite en personne appelée à être un individu engagé dans ce régime, il s'emploie à affermir sa volonté et à lui donner confiance dans ses projets. Cet engagement se prête plus facilement que le précédent à une coordination entre plusieurs individus, dans l'accord d'un projet commun éventuellement formalisé en contrat.

Le régime d'engagement justifiable a déjà été introduit dans la partie précédente. Rappelons que la réalité y est éprouvée par des objets qualifiés selon une grandeur de bien commun, l'information réactualisée dans l'épreuve tenant à des indicateurs conventionnels. Autrui est réifié en étant réduit à un objet qualifié, selon une forme de domination propre à ce régime. Il est assisté par une aide à faire ses preuves dans une grandeur. Les qualifications conventionnelles facilitent la mise en commun de l'engagement selon des relations mutuelles qui ont été exposées précédemment (Tableau 1).

Les politiques de l'entreprise et de la cité au regard du proche

Le second pluralisme des régimes d'engagement nous permet d'appréhender le travail sans en rester à ses qualifications conventionnelles, en envisageant la pluralité des biens engagés et des façons d'éprouver la réalité, jusqu'au plus proche de la personne. Ce développement du cadre d'analyse nous permet d'examiner des transformations dans les politiques qui tendent, de diverses façons, à "se rapprocher" des personnes: politiques du travail dans les entreprises, mais aussi politiques de la cité de plus en plus souvent liées aux précédentes par la question de l'exclusion et de l'insertion.

Nous avons évoqué plus haut des organisations du travail qui cherchent à restreindre la place de l'engagement familial, la grandeur *industrielle* contribuant à disqualifier les façons de faire localement personnelles et les liens interpersonnels qui les mettent en communication, et la radicalisation taylorienne entraînant une réification du travailleur à l'état d'instrument industriel. Par contraste, l'ordre *domestique* grandit des liens de proximité dans un régime conventionnel, sans pour autant reconnaître le bien le plus personnel de l'engagement familial, et avec le risque d'une réification de l'homme de métier à l'état de propriété patrimoniale de l'entreprise paternaliste. Les organisations du travail classiques tablant sur ces deux grandeurs et sur des compromis entre elles reposent sur

des ordres hiérarchiques qui ont été contestés et affaiblis au profit de nouvelles organisations du travail supposées faire place à la personne et à l'initiative individuelle à la faveur de liens horizontaux.

Une première source de changement fait appel à la grandeur *marchande* introduite au cœur de l'entreprise et souvent présentée comme se "rapprochant" du client. Notre analyse permet de distinguer les limites de ce rapprochement et de montrer qu'il est souvent un éloignement requis par le détachement du service, de l'individu et de la forme contractuelle, qui disqualifie l'engagement dans le familier et le soin personnalisé à l'égard d'une autre personne aidée dans ce régime. La coordination *marchande* ne se limite pas à traiter en client des agents extérieurs à l'entreprise. Elle s'étend aux relations internes remodelées en contrats entre individus responsables ou entre centres de profit. Les engagements selon d'autres grandeurs (*industrielle, civique, domestique*) et les genres de communautés de travail qu'ils soutiennent sont alors disqualifiés eu égard à la dépendance hiérarchique qu'ils induiraient.

Une deuxième source de changement fait appel au vocabulaire du réseau. Son extension se nourrit aussi d'une critique à l'égard des dépendances hiérarchiques, à partir d'un idéal d'horizontalité supposée des liens en réseau. Cette critique méconnaît les structures hiérarchiques requises pour faire réseau.⁷ Comme nous l'avons vu dès la première partie, toute coordination passe par une équivalence, plus ou moins générale, créatrice d'asymétrie et d'ordre: aucune ne peut prétendre être "horizontale". Inversement, chaque ordre de grandeur fait réseau à sa façon: réseau de transactions marchandes (grandeur *marchande*), de rouages fonctionnels et de méthodes (*industrielle*), de signes communiquant (*renom*) etc. La notion de réseau est elle-même impliquée dans le chantier de construction d'une nouvelle grandeur, *connexionniste*, qui mettrait en équivalence toute forme de lien (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999). A défaut d'une telle équivalence, les "réseaux" se décomposent selon les évaluations différentes de leurs segments qui doivent s'articuler dans des compromis. Les organisations en réseau en appellent aussi à des engagements personnels de moindre portée qui ne peuvent être régulés par des grandeurs de bien commun. Le genre de flexibilité et d'ajustement rapide en univers incertain que privilégient ces organisations prend appui sur une familiarisation constamment relancée. Plutôt qu'un envahissement du privé, c'est une subordination de cet engagement familier qui est réalisée, l'organisation tirant profit de ce régime sans faire place à son bien propre. Les personnes ne sont reconnues qu'à l'état d'individus dotés de compétences, gérant un portefeuille de qualités certifiées et vendables

au même titre que celles des choses.

Le capitalisme ne va pas seulement en se globalisant : il se rapproche en mordant sur des attachements en deçà des conventions *marchande* ou *industrielle*. Parallèlement les politiques publiques se transforment sous la critique de leur pouvoir hiérarchique et de standardisation. Elle se prolongent alors en deçà des conventions *civique* et *industrielle* qui gouvernaient des prescriptions catégorielles, et se rapprochent des personnes.⁸ Nous avons lancé un large ensemble de recherches sur “Les politiques du proche” pour rendre compte des modalités de ce rapprochement dans des domaines différents: politiques sociales et d’insertion, politiques d’intégration et de lutte contre les discriminations, actions politiques et mouvements sociaux ancrés, politiques d’éducation et politiques d’apprentissage et d’information via Internet.⁹ Loin de célébrer le proche contre le public, notre programme fait ressortir la tyrannie que peut exercer le bien du plus proche sur des biens communs. Mais il examine aussi l’oppression qu’exercent symétriquement les épreuves de grandeur sur le bien maintenant la personnalité par son familier. Il met enfin en évidence la place grandissante du terme médian dans l’architecture de la vie en commun, celui de l’autonomie individuelle supportée par l’engagement en plan.¹⁰ La consolidation de cette capacité facilite le compromis avec la convention *marchande* et son individu contractant, comme on le voit dans la substitution de services marchands à des services sociaux publics et le “privatisme” qui en résulte (DE LEONARDIS, 1997). Ces politiques rapprochées ne se réduisent cependant pas à une marchandisation. On peut y distinguer aussi les exigences et les aides requises pour un acheminement de la personne vers cette capacité à répondre individuellement d’un projet (BREVIGLIERI; STAVO-DEBAUGE; PATTARONI, 2003; BREVIGLIERI, 2005). Cet acheminement qui doit prendre soin du bien primordial garanti par des attachements au plus familier, viser au plus commun que l’individu en projet en aidant la personne à faire ses preuves selon des grandeurs qu’elle doit affronter dans les épreuves de régime public. La reconnaissance de ce chemin d’un engagement à l’autre nous éclaire sur les conditions nécessaires à la mise en œuvre de droits, notamment de droits fondamentaux de l’individu qui tendent aujourd’hui à prendre le pas sur des droits sociaux. Notre étude comparée de la composition libérale du public et de la composition d’une chose publique à partir de grandeurs de biens communs (LAMONT; THÉVENOT, 2000), se prolonge aujourd’hui dans l’examen des architectures de communautés, du proche au public, destiné à rendre compte des bouleversements critiques que connaissent nos démocraties, et notamment des ébranlements du dit “modèle républicain” français.

References

AURAY, N. Ironie et solidarité dans un milieu technicisé: les défis contre les protections dans les collectifs de 'hackers'. In: CONEIN, B.; THÉVENOT, L. (Ed.). *Cognition et information en société*. Paris: Ed. de l'EHESS, 1997. p. 177-201. (Raisons pratiques, 8)

BIFULCO, Lavinia; TOMMASO, Vitale. Space and process in organization: some theoretical reflections and case studies. *European Journal of Social Work*, [S.l.], 2006. 21 p.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

BOLTANSKI, L.; DARRÉ, Y.; SCHILTZ, M.A. La dénonciation. *Actes de la recherche en sciences sociales*, [S.l.], n. 51, Mars 1984.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

_____. *Justesse et justice dans le travail*. Paris: Presses Universitaires de France et Centre d'Etude de l'Emploi, 1989.

BREVIGLIERI, M. Il gesto usuale come limite all'agire convenzionale e come fonte di arricchimento delle organizzazioni collettive. In: BORGHI, V.; VITALE, T. *Le convenzioni del lavoro, il lavoro delle convenzioni*. Milano: Franco Angeli, 2006. (Sociologia del Lavoro, n. 102)

_____. L'autonomia individuale tra sollecitudine e contratt: per un'inclusione sociale che non umilia la persona. *Animazione Sociale*, [S.l.], v. 35, n. 4, p. 10-17, 2005.

BREVIGLIERI, M.; LAFAYE, C.; TROM, D. (Dir.). *Sens de la justice, sens critique*. Paris: Economica, 2006.

BREVIGLIERI, Marc; STAVO-DEBAUGE, Joan; PATTARONI, Luca. Quelques effets de l'idée de proximité sur la conduite et le devenir du travail social. *Revue Suisse de Sociologie*, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 141-157, 2003.

CENTEMERI, L. *Ritorno a Seveso: il danno ambientale, il suo riconoscimento, la sua riparazione*. Milano: Bruno Mondadori, 2006.

DE LEONARDIS, O. Abitiamo Flatlandia?: relazione al convegno. In: PUBBLICO e privato nelle società complesse. Perugia: IUniversità di Perugia, 2001.

_____. Declino della sfera pubblica e privatismo. *Rassegna Italiana di Sociologia*, [S.l.], n. 2, p. 169-193, 1997.

DESROSIÈRES, A.; THÉVENOT, L. *Les catégories socioprofessionnelles*. Paris: La Découverte, 1988.

DODIER N. *Les hommes et les machines: la conscience collective dans les sociétés contemporaines*. Paris: Métailié, 1995.

EYMARD-DUVERNAY, F. Conventions de qualité et pluralité des formes de coordination. *Revue Economique*, [S.l.], p. 329-359, Mars 1989.

_____. *Économie politique de l'entreprise*. Paris: La Découverte, 2004.

_____. La qualification des produits. In: SALAIS, R.; THÉVENOT, L. (Ed.). *Le travail: marché, règles, conventions*. Paris: INSEE-Economica, 1986. p. 239-247.

_____ et al. Valeurs, coordination et rationalité: trois thèmes mis en relation par l'économie des conventions. In: _____. (Dir.). *Valeurs, coordination et rationalité: l'économie des conventions*, Paris: La Découverte, 2006. 2 v.

LAFAYE, C.; THÉVENOT, L. Une justification écologique?: conflits dans l'aménagement de la nature. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 34, n. 4, p. 495-524, Oct./Déc. 1993.

LAMONT, M.; THÉVENOT, L. *Rethinking comparative cultural sociology: repertoires of evaluation in France and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

LYON-CAEN, Antoine; PERULLI, Adalberto. *Liberalizzazione degli scambi, integrazione dei mercati e diritto del lavoro*. Padova: CEDAM, 2005.

PIZZORNO, A. *Comunità e razionalizzazione: ricerca sociologica su un caso di sviluppo industriale*. Torino: Einaudi: Torino, 1960.

_____. *Political liberalism*. Columbia: Columbia University Press, 2000.

_____. Risposte e proposte. In: PORTA, Donatella Della; GRECO, Monica; SZAKOLCZAI, Arpad (Ed.). *Identità, riconoscimento, scambio: saggi in onore di Alessandro Pizzorno*. Bari: Laterza, 1993.

THÉVENOT, L. Convention school. In: BECKERT, Jens; ZAFIROVSKI, Milan (Ed.). *International Encyclopedia of Economic Sociology*. London: Routledge, 2006a. p. 111-115.

_____. Introduction: pour une analyse des différentes espèces de conventions et de leurs économies respectives. In: _____. (Ed.).

Conventions économiques. Paris: Presses Universitaires de France et Centre d'études de l'emploi, 1986a. p. 5-18.

_____. L'action qui convient. In: PHARO, P.; QUÉRE, L. (Ed.). *Les formes de l'action*. Paris: Ed. de l'EHESS, 1990. p. 39-69. (Raisons Pratiques, 1)

_____. *L'action au pluriel*: sociologie des régimes d'engagement. Paris: La Découverte, Thévenot, 2006b.

_____. Les investissements de forme. In: _____. (Ed.). *Conventions économiques*. Paris: Presses Universitaires de France et Centre d'études de l'emploi. 1986b. p. 21-71.

_____. Organized complexity: conventions of coordination and the composition of economic arrangements. *European Journal of Social Theory*, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 405-425, 2001.

_____. Rules and implements: investment in forms. *Social Science Information*, [S.l.], v. 23, n. 1, p. 1-45, 1984.

_____. The two bodies of May '68: in common, in person. In: SICA, Alan; TURNER, Stephen (Ed.). *The disobedient generation: '68ers and the transformation of social theory*. Chicago: University of Chicago Press, 2005. Forthcoming.

_____. Un gouvernement par les normes: pratiques et politiques des formats d'information. In: CONEIN, B.; THÉVENOT, L. (Ed.). *Cognition et information en société*. Paris: Ed. de l'EHESS, 1997. p. 205-241. (Raisons Pratiques, 8)

_____. Which road to follow?: the moral complexity of an 'equipped' humanity. In: LAW, John; MOL, Annemarie (Ed.). *Complexities: social studies of knowledge practices*. Durham: Duke University Press, 2002. p. 53-87.

THÉVENOT, Laurent; MOODY, Michael; LAFAYE, Claudette. Forms of valuing nature: arguments and modes of justification in french and american environmental disputes. In: LAMONT, Michèle; THÉVENOT, Laurent (Ed.). *Rethinking comparative cultural sociology: repertoires of evaluation in France and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 229-272.

VITALE, T. Ethnic conflict and institutional mediation. In: _____. *Theory and society*. [S.l.: s.n.], 2006. Forthcoming.

WALZER, M. *Spheres of justice: a defense of pluralism and equality*. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

Notas

- ¹ Pour une bibliographie sur ce programme, voir dans Breviglieri Lafaye et Trom (2006) et Thévenot (2006b). Pour un éclairage autobiographique, voir Thévenot (2005).
- ² Avec la notion de “consensus par recoupement”, la position du “second Rawls” s’est rapprochée de celle de sciences sociales soucieuses de contextualiser (RAWLS, 1993).
- ³ Pizzorno clarified the analytical meaning of the concept of recognition, a meaning which brings together both possible acceptations: recognition as a “condition of possibility” for individual action and for the aims of an individual in society to be formed, and recognition as “motivation of status”, that is to say, the motivation to be included in a respected circle (PIZZORNO, 2000). See also Vitale 2006.
- ⁴ Cette deuxième source de sentiment d’injustice remonte à la pluralité critique des grandeurs reconnue par Pascal, et fut reprise indépendamment par Michael Walzer (1983) et Boltanski et Thévenot. Walzer se situe plutôt dans la posture des sciences sociales car il ne s’occupe pas des exigences de légitimité d’un ordre.
- ⁵ Pour un exemple d’analyse, dans un conflit environnemental, des qualifications plurielles des choses et de leurs engagements dans les régimes introduits dans la partie 3, voir Thévenot (2002).
- ⁶ La coordination marchande n’envisage les autres coordinations possibles qu’en tant qu’externalités. Pour une critique à propos de l’environnement, voir Centemeri (2006).
- ⁷ Sur la critique du monde “plat”, voir De Leonardis (2001).
- ⁸ Lavina Bifulco et Tommaso Vitale ont montré l’importance de l’espace dans la réorganisation de services sociaux italiens, soulignant l’effet d’une “configuration fonctionnelle” qui empêche des occasions d’échanges plus ouverts (BIFULCO; TOMMASO, 2006).
- ⁹ Un ouvrage collectif est en préparation, réunissant des contributions de Nicolas Auray, Marc Breviglieri, Eric Doidy, Claudette Lafaye, Romuald Normand, Luca Pattaroni, Joan Stavo-Debaugé et de l’auteur.
- ¹⁰ Pour une analyse de la rencontre entre les liens de communauté et les exigences de rationalisation, voir le texte de référence de Pizzorno (1960).

Tableau 1
ORDRES DE GRANDEUR

	Familier	En plan	Justifiable
Bien engagé	aise, convenance personnelle	satisfaction du plan accompli, convenablement	grandeur de bien commun, de convention collective
Réalité engagée	entour accommodé	moyen fonctionnel	objet qualifié
Engagement des choses	user, habiter	utiliser	[selon la grandeur]
Format de l'information	indice perceptuel local et personnel	indication de fonctionnement normal	indicateur conventionnel
Capacité, pouvoir	personnalité attachée	individu autonome porteur de plan	personne qualifiée
Réification d'une autre personne	prendre des familiarités avec, en faire sa chose	instrumentaliser	confondre avec un objet qualifié
Aide d'une autre personne à s'engager	prendre soin, témoigner de la sollicitude	affirmer la volonté, le projet	aider à faire ses preuves dans une grandeur
Engagement mutuel à partir du régime	attentionné, amical, amoureux	projet commun, accord, contrat	[voir "relation mutuelle" dans le Tableau I]

Tableau 2
REGIMES D'ENGAGEMENT

	Marchand	Industriel	Domestique	Civique	Inspiré	Opinion
Mode d'évaluation (grandeur)	prix	performance, fiabilité, efficacité	réputation, estime	intérêt général	nouveauté, créativité	renom dans l'opinion
Format de l'information pertinente	monétaire	mesurable, statistique	oral, exemplaire	écrit formel, réglementaire	transport émotionnel	sémiotique
Objets communément qualifiés	biens et services marchands	investissements, techniques, méthodes	patrimoine, héritage	règle, droit	corps ému	signe
Relation mutuelle	échange marchand	relation fonctionnelle	confiance mutuelle	solidarité	passion	communication
Temporalité	présent (de l'opportunité)	avenir (du projet, de l'investissement)	passé (du précédent, de la tradition)	pérennité	rupture, discontinuité	éphémère (de la mode)
Spatialité	global	cartésien	polaire, localisé par proximité	homogène	en présence	de visibilité

O Caleidoscópio Identitário dos Professores dos Liceus do Ensino Oficial nos Anos 1960: Julgamentos Críticos e Disposições Práticas**

* Sociólogo, Investigador e Professor Auxiliar do departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Endereço electrónico: josemenator@gmail.com.

** Esta comunicação apresentada no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro que decorreu no Rio de Janeiro é uma análise sobre a expressão pragmática plural da identidade dos professores do Ensino Secundário na última conjuntura que atravessa a história do Estado Novo em Portugal. Sendo um texto original (revisto pela 2ª vez) não deixa de integrar proposições conceptuais e registros escritos que se encontram também integrados num trabalho de investigação mais abrangente apresentado em provas de doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em Setembro de 2001. Este trabalho de investigação – *O engrandecimento de uma profissão: os professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo* (RESENDE, 2003) – foi financiado no âmbito do programa do PRO-DEP que apoia formação dos quadros do Ensino Superior.

Resumo

O principal objetivo deste artigo é discutir o significado frequentemente atribuído por algumas perspectivas sociológicas a respeito do conceito de identidade social e profissional. A razão para repensar este conceito está associada, não apenas aos novos problemas trazidos pela edificação do ordenamento e da modernidade tardia, mas também às relações de proximidade no âmbito da identidade, ao ator e a seus regimes de engajamentos, envolvidos na ação, estabelecidos pela disciplina sociológica. A expressão plural na edificação da identidade profissional dos professores das escolas secundárias nos anos 1960, no presente texto, é entendida como algo atravessado por distintas configurações sociológicas – consistente, ambivalente, inconsistente e contraditória – decorrentes de julgamentos e disposição crítica evidenciados por alguns porta-vozes do corpo docente nos anos 1960 em Portugal.

Palavras chave: identidade social; identidade profissional; julgamento crítico; regimes de ação.

1. Questionamentos sociológicos em torno da construção dos grupos e da identidade sociais: as formas identitárias entre temporalidades distintas

Não há momento nenhum da história local, regional, nacional, continental ou transcontinental em que os seus principais interlocutores comuns e sábios não façam um veemente apelo aos seus concidadãos para não se esquecerem dos factos históricos mais marcantes. A relação entre os factos históricos relevantes e uma comunidade política assume em regimes políticos nacionalistas e autoritários um lugar de grande destaque, uma vez que o passado histórico, objectivado nos acontecimentos em que a nação sai vitoriosa, passa a constituir um ingrediente imprescindível para a produção social da memória associada à construção da identidade nacional.

A julgar heurística esta hipótese, o uso social e político da educação no Estado Novo, por intermédio do modo como aquele domínio aparece representado nas políticas educativas e no trabalho de representação sobre aquilo que o professor deve ser capaz de realizar, corresponde à tentativa, desenvolvida pelos seus dirigentes, de eleger os valorosos feitos históricos como instrumento de mobilização ideológica de pendor nacionalista.

Daí que não seja estranho que os movimentos políticos nacionalistas entendam fundamental recordar os feitos históricos das forças que possibilitam a criação e a manutenção da nação e da nacionalidade, quer sejam os intelectuais nacionalistas ou internacionalistas, quer sejam os grupos que operam na criação da riqueza material, quer sejam ainda os grupos que, no domínio das artes e do espectáculo, reavivam sonora ou pictoricamente os momentos mais marcantes desse fervor nacionalista.

No âmbito da discussão científica entre a produção nacionalista da identidade e a relação estabelecida com o trabalho de reconhecimento político, podemos associar à definição das representações e da memória a definição do novo. No caso presente a pertinência dessa discussão assume contornos ainda mais significativos e curiosos. A integração na gramática científica dos termos “representação” e “memória” constituiu um momento para preservar socialmente a tradição no quadro da luta contra o esquecimento; a inclusão dos termos “novo” e “inovação” parece tender para olvidar “as brumas da memória”, pois sugere que a novidade transporta dentro de si mesma uma ruptura com o passado, e que o próprio presente já é em si mesmo o futuro anunciado.

A questão do novo só aparentemente parece não ter relação com a construção dos grupos e das categorias socialmente tipificadas e com a estruturação das identidades.¹ Os estudos sobre as práticas culturais e a formação de grupos que lhes atribuem a sua marca distintiva não se esquecem, entre outros exemplos possíveis, de tornar presente este problema científico.

As análises sobre as subculturas juvenis podem integrar-se nesta problemática. De facto, a sua tradução como problema sociológico ocorre a par das discussões mais amplas sobre a modernidade e a pós-modernidade, isto é, os contributos das gerações mais *novas* no esboço de outras figurações culturais que, quer em termos de expectativas, quer em termos de substância, quer ainda em termos formais, se distinguem das outras gerações, nomeadamente porque transportam nos seus movimentos um ciclo de novidade em ruptura com os anteriores movimentos culturais.²

Para ultrapassar esta visão dualista entre o novo e o velho, a raridade e a reproduzibilidade cultural (SANTOS, 1994, p. 121-134), a tradição e a inovação, apostamos numa problemática em que os dois pólos, separados numa oposição ilimitada, se interpenetram activamente no tempo e no espaço.

Integrar a referida antropologia da inovação na tradição e da tradição na inovação no âmbito da análise sociológica da formação dos grupos e das categorias consegue-se satisfazendo uma exigência particular, consubstanciada no trabalho de objectivação ligado à produção das representações sociais, entendidas aqui como operações cognitivas, políticas e instrumentais (THÉVENOT, 2006, p. 194-212). Estas operações podem ser encontradas nos registos de Boltanski (1982) sobre a formação dos “quadros”.

Como verificou este autor

a análise dos processos de unificação simbólica e do trabalho de representação que os acompanham constitui aqui um fio condutor que permite coordenar as advertências históricas ou macropolíticas e as observações que se relacionam mais com os discursos da psicologia social, em particular da psicologia cognitiva. O termo representação é utilizado com efeito nas suas diferentes significações: na origem de um simples agregado silencioso, o grupo é dotado de um nome e de representações mentais associadas ao nome. Com efeito, para que um grupo apareça no tecido das relações sociais, é preciso que seja forjado o seu conceito e que seja instituído o seu nome (trabalho que envolve uma reestruturação do conjunto do campo semântico dos nomes de

grupos e de classes). Representação é tomada também no sentido habitualmente acordado pela psicologia social: o grupo para existir por si próprio e pelos outros deve constituir, por intermédio dos seus membros e, mais precisamente, pelos seus porta-vozes, de representações dele próprio, de acentuações dramáticas, como dizia Goffman, dos seus traços pertinentes, espécie de estilização que contribui para a formação da crença colectiva sem a qual o grupo não tem o direito ao reconhecimento social (BOLTANSKI, 1982, p. 57).

É justamente a produção da crença (ou o conhecimento na acção (THÉVENOT, 2006) realizada pelo trabalho de objectivação que antecede e precede a estruturação dos grupos que permite a articulação entre a invenção e a repetição, entre aquilo que se dá a conhecer e o já conhecido, entre a novidade e o passado, entre o novo e o antigo. Aquele trabalho tem como efeito provável o amortecimento da descrença, isto é,

como se o próprio abalo das crenças não levasse, necessariamente, à simples descrença, como ponto terminal, mas a novas formas de crenças (ou de fé), de certa maneira mais autênticas enquanto tais, posto que não podendo ser confirmadas pelos sentidos de que já se duvida (VELHO, 1991, p. 122).

A crença no esboço e na potencialidade das categorias é um passo fundamental para que os seus membros possam dar crédito não só à sua constituição, mas também à sua própria existência enquanto colectivo real, com um modo particular de actuar no sentido da sua afirmação homogénea na sociedade. A sua identificação com o (s) grupo (s) assim categorizado (s) faz-se por comparação e distinção relativamente a outros agrupamentos.³

Noutros termos, as suas avaliações são feitas no quadro das relações estabelecidas entre a crença nas suas características particulares e a crença depositada nas características representadas sobre outras categorias que habitualmente percorrem o mesmo espaço social ou estão muito próximas da sua localização, ambas fazendo parte das diversas modalidades identificadoras. Ao longo destas avaliações sucessivas, os membros dos colectivos vão construindo e reconstruindo determinadas formas identitárias, expressando-as nas operações cognitivas, políticas e instrumentais ligadas às representações do corpo profissional.

Aliás, até podemos avançar com a hipótese que esta crença no valor potencial e virtual das categorias, particularmente o valor social dos corpos profissionais – em termos de prestígio atribuído ou adquirido –, aparece reforçada (ou é levada a reforçar-se) com as acções de resistência (críticas,

queixas e lamúrias) produzidas pelos velhos colectivos congéneres, que são gerados ao longo da história dinâmica de cada uma das profissões constituídas socialmente. Para conservar o referido valor social, ou inclusivamente, para o elevar, os “novos” membros intentam continuar a desenvolver o trabalho de representação do corpo num sentido muito semelhante – de reforçar a referida crença no grupo –, apesar de mobilizarem outros argumentos, outras retóricas e associando ao debate outros objectos e outros conceitos. O que interessa aqui repisar é que neste esforço de objectivação, os “novos” que ingressam nos colectivos profissionais, apesar de estarem a ocupar um espaço que antes era ocupado por outros profissionais mais antigos, não deixam de convocar para a discussão pública os aspectos mais mobilizadores da história da profissão.

Assim, a oposição entre o “novo” e o “velho”, de um lado, e aquilo que ainda é “raro” e aquilo que já está “generalizado”, do outro lado, interpenetram-se na produção da história do corpo, deixando de fazer sentido para a análise a conservação destas duas formas dicotómicas. O que eventualmente pode vir a acontecer, é a utilização social desta dicotomia por parte dos colectivos que se confrontam no interior de uma determinada categoria, revelando na troca de argumentos que se cruzam habitualmente num tipo de discussão desta natureza.

Como então podemos definir o membro de um colectivo? A demanda de uma resposta a esta interrogação não é “necessariamente homogénea para todos os membros de um dado grupo social. A informação que os indivíduos recolherão para responder àquela pergunta será, em muitos casos, ambígua, e o tratamento dessa informação poderá ser feito a partir de quadros de referências diversos”. Contudo, a diversidade de identificações possíveis fabricadas pelos actores a partir das informações recolhidas nunca é ilimitada.

São limitados quer pelas respostas dominantes no interior do grupo, quer por aquelas que são dadas por eventuais minorias activas, quer ainda por aquelas que grupos opostos souberam construir. Isto é, complementarmente à comparação social, os tipos de resposta são regulados pelos processos de influência social e pelas relações intergrupais (VALA, 1996, p. 382).

Por isso não deixa de ser tensional as operações de representação de um corpo profissional. Estas tensões assumem nos regimes de acção de envolvimento contornos específicos, pois os profissionais tendem a deslocar a sua argumentação sobre a pertença ao corpo entre um espaço mais

íntimo e familiar a um outro espaço mais geral e sujeito a um escurtínio público. Os processos e procedimentos envolvidos nestas deslocações não deixam de estar sujeitos a disputas e a conflitos expressos a partir das práticas de envolvimento quotidiano que se geram nos contextos de trabalho.

Sem dúvida alguma que a definição dos membros de qualquer dos agrupamentos reconhecidos é um factor fundamental para a vida em sociedade. Como escreve Walzer

o bem primário que distribuimos é a qualidade de membro de uma comunidade humana. E o que fizermos com respeito à qualidade de membro irá estruturar todas as nossas outras opções distributivas: irá determinar com quem faremos essas opções, a quem exigiremos obediência e cobraremos impostos e a quem atribuiremos bens ou serviços (WALZER, 1999, p. 46).

A qualidade de membro de qualquer associação ou colectividade é em si mesmo um bem social de primeira grandeza nas sociedades contemporâneas. E como bem é socialmente partilhado de um modo incompleto. Há indivíduos que podem não usufruir deste bem inestimável, apesar de poderem partilhar, por sua vez, a qualidade de um bem de outra associação ou colectividade. E tal como qualquer outro bem a sua distribuição atinge sobretudo aqueles que são estranhos a essa associação ou colectividade (CROTHERS, 1994, p. 81-88; MERTON, 1968). Os de dentro, já são reconhecidos e autorizados a partilhar esse mesmo bem. Os de fora, estão sujeitos a todo o processo de recrutamento exigido para quem deseje fazer parte desse agrupamento. E só depois de serem admitidos como membros é que podem ser tratados e exigir um tratamento idêntico àquele que é partilhado pelos restantes parceiros do colectivo.

As formas identitárias abrangem tanto os membros familiares como aqueles classificados como estranhos. Aliás, a produção de juízos sobre as condutas estranhas a uma dada profissão consolida os julgamentos atribuídos às qualidades e qualificações de primeira grandeza. Daí a importância conferida, mais uma vez, à análise sobre as representações sobre a qualidade de membro (ou ausência dela) de uma determinada profissão. As tensões que ali eventualmente se produzem a propósito dos direitos e dos deveres identificados a partir da sua pertença ao corpo são outros ingredientes que tornam possível a produção de pontos de vista diferenciados, quer sobre o que é ser membro de uma profissão, quer sobre a ética de responsabilidade ligada ao exercício de uma dada profissão.

Concebidas sobretudo numa perspectiva relacional, as componentes biográficas têm de ser contempladas quando as formas identitárias são objecto de análise. No quadro desta perspectiva, as identidades sociais constituem-se

por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de complementaridade, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes (PINTO, 1991, p. 219).

A adequação dos aspectos biográficos – complexos, não redutíveis à imagem de um actor coerente, constante e dependente do poder da socialização (particularmente a socialização realizada no contexto da família de origem e nuclear, mas também no quadro da sua origem de classe) (FABIANI, 2002) – à definição das formas identitárias prendem-se com a centralidade do trabalho, do emprego e da formação escolar (DUBAR, 1998, p. 119-122) nas representações da identidade social dos indivíduos nas sociedades modernas industrializadas.

Ter em conta estes “ingredientes” identitários não significa considerá-los de um ponto de vista estático, tão pouco como factores determinantes e exclusivos na construção genética das identidades. A importância destas considerações é justamente notada porque a natureza tensional inscrita na produção das identidades profissionais resulta do cruzamento das diversas fontes que estão na origem da reactualização das formas identitárias nas suas trajectórias, quer em termos pessoais (e como cidadãos), quer em termos laborais.

Neste sentido, não é ajustado, em particular no dealbar da modernidade liberal alargada (WAGNER, 1996), não dar a devida importância às fontes da identidade pessoal – expectativas de realização de si, da autonomia, da singularidade, da autenticidade (TAYLOR, 2005; TAYLOR et al., 1998) – entrecruzadas com as fontes da identidade profissional. Não contemplar cada uma destes dois tipos de fontes, e os conflitos (emocionais ou racionais) que tais aproximações podem suscitar nas operações sobre si como profissionais de um mesmo ofício, faz correr o risco de se operar um ponto de vista científico redutor na análise deste objecto.

Tendo em atenção aquelas considerações, as biografias continuam a desempenhar um lugar primordial na análise das identidades. O dilema não está pois na decisão de fazer incluir estas narrativas nos trabalhos sociológicos, enquanto materiais para serem trabalhados como informações relevantes para o estudo dos processos de “identificação” e de

“identização” (PINTO, 1991, p. 218). Como escreve Passeron (1991), a questão não se coloca no domínio da grandeza a ser atribuída a esse tipo de material. É um material histórico de grande importância, por vezes até bastante completo. O problema é o que fazer da informação recolhida a partir das narrativas biográficas.⁴

Por outro lado, é preciso ultrapassar outro dilema teórico e metodológico: não cair na tentação de uma visão excessiva e exclusivamente focalizada na deslocação da trajectória enquanto representante do movimento das estruturas, esquecendo a sua composição feita por indivíduos que se encontram no seu interior, nem, ao contrário, cair na tentação oposta de olhar somente as características dos indivíduos, não dando qualquer importância às trajectórias (PASSERON, 1991, p. 193). A sugestão deixada por Passeron é a de estudar as biografias através da utilização do conceito interaccionista de “carreira” (HUGHES, 1993, p. 124-150, 364-373, 397-407, 464-472) que possibilita

apreender, por uma descrição tanto interpretativa como explicativa, o sentido indissociavelmente subjectivo e objectivo que toma afinal de contas como *carreira* (para o sociólogo mas também sob o olhar retroactivo do sujeito) uma sucessão de acções, reactivas, defensivas, táticas, antecipadoras etc., que aquele sujeito escolheu *em seu nome pessoal* para gerar as suas relações com o poder constrangedor de um aparelho que lhe impôs anonimamente a *gradação pré-determinada* das sanções ou das recompensas correspondentes às suas respostas (ou às suas abstenções) escolhidas (PASSERON, 1991, p. 204).

Por isso, estudar a construção das formas identitárias no âmbito das representações edificadas sobre as categorias profissionais contempla a interpretação do trabalho de objectivação e de ancoragem desenvolvidos, quer pelos próprios praticantes desse ofício, quer por outros actores integrados ou não na mesma profissão, mas que de certo modo se colocam como seus porta-vozes. Contudo, o estudo assim enunciado não fica completo se não entrarmos em consideração com jogos de espelhos identitários entre os profissionais e os outros que contam (TAYLOR, 2005).

2. A profissão de professor como objecto de representação política, técnica e cognitiva

Numa análise teórica acerca das questões que a sociologia tem colocado sobre o conceito de profissão deparamos com perspectivas distintas relativamente ao mesmo objecto. Nada de estranho numa disciplina

que é justamente pluriparadigmática. No entanto, verificamos que as reflexões sobre este assunto não deixam de assinalar alguns ingredientes teóricos comuns,⁵ embora integrados em matrizes conceptuais distintas, contendo nelas significados que invalidam qualquer tentativa apressada de concretizar uma aproximação analítica (CHAPOULIE, 1973, 1974; NÓVOA, 1987, 1989).

Os profissionais com as suas competências científicas e técnicas, com as suas instituições de suporte e de credibilização só conseguem aplicar o seu saber se estiverem ao serviço de uma determinada comunidade humana. No contacto com esses utentes, os profissionais assumem determinadas condutas, cujas normas e regras morais ou estão pré-definidas ou são situacionalmente estabelecidas, embora em ambos os casos a socialização (DUBAR, 1998) não deixe de ser apontada como um factor indispensável para a interiorização desses mesmos códigos profissionais.

Com o crescimento do número de profissionais e conseqüentemente com a multiplicação dos problemas que tal aumento provoca no seu trabalho e nas suas tarefas, as associações profissionais acabam por aparecer como guardiãs indispensáveis para que as profissões mantenham o monopólio da sua esfera de influência e dos saberes. Para o êxito deste empreendimento, as associações funcionam como forças de pressão junto do Estado de modo a requerer que as modalidades de recrutamento dos profissionais e o controlo das suas actividades sejam feitos de acordo com os princípios, as regras e as normas ali definidas (CHAPOULIE, 1973, 1974).

Embora construídos de maneira diferente, os modelos de profissão avançados por Parsons e Hughes apresentam estas semelhanças. No caso do estudo sobre o engrandecimento da profissão docente do Ensino Secundário oficial no Estado Novo (RESENDE, 2003), estes esforços conceptuais não são abandonados, embora o nosso interesse fundamental não seja adoptá-los como fazendo parte de um modelo previamente construído e delimitado sobre a formação da profissão docente e as fronteiras que a distingue de outras profissões já estabelecidas.⁶

O que interessa para já sublinhar é que o enfoque sugerido neste artigo visa acompanhar o processo de recomposição deste grupo profissional ao longo dos anos 1960 a partir de um conjunto de formas de julgamentos justificáveis apresentados por grupos de actores que trabalham em diferentes lugares, com distintas experiências. Os referidos ingredientes integrados nos dois modelos – de Parsons e de Hughes – vão aparecer como objectos mobilizadores daqueles julgamentos ou com a forma de

prova que acompanha o seu raciocínio ou com a forma de crítica que acompanha racionalmente outro ponto de vista contrário do anterior.

A escolha do itinerário teórico pragmatista acaba por se encaixar plenamente na escusa em adoptar os modelos anteriormente descritos. A nossa preocupação não é a de recusar a existência de um grupo profissional como os professores do Ensino Secundário. Aliás, esta categoria tal como qualquer outra categoria profissional tem a sua existência objectivada nos discursos que diversos actores – professores, professores-especialistas, professores-investigadores, técnicos de educação, analistas políticos, técnicos de estatística, investigadores, governantes etc. – fazem constantemente sobre as suas actividades, os seus problemas, em síntese, sobre o conjunto de questões que envolvem a vida destes profissionais.

Por outro lado, a sua existência está marcada na história de muitas das instituições que se imbricam com a realidade desta profissão ao longo de muito tempo. Uma outra razão da sua existência como profissão está ligada à produção do “princípio de identidade ao qual os agentes emprestam a sua crença” (BOLTANSKI, 1982, p. 49), questão que qualquer ciência não pode de todo ignorar como fazendo parte da constituição de pontos de referência a qualquer tipo de grupo.

A apresentação destas razões tem um único objectivo que é reafirmar a impossibilidade de apreender objectivamente todos os critérios definidores desta categoria profissional. Esta opção é, aliás, como já vimos anteriormente, tributária do pensamento de Luc Boltanski (1982) expresso de uma forma sistemática na sua obra já referida.

Estas dificuldades resultam dos diferentes enfoques que atravessam a história dos estudos das profissões, e sobretudo porque grande parte dos estudos acabam por não discutir as ambiguidades e ambivalências que estão presentes na própria configuração do espaço profissional, a saber, no interior da definição “objectiva” dos critérios que presidem à constituição de uma profissão como corpo dotado de interesses absolutamente convergentes, consistentes e congruentes, e que por esta razão aparece também dotada de uma unidade e homogeneidade internas, o que facilita a condução das acções dos seus profissionais e a sua coordenação face aos diferentes cenários em que se movem quotidianamente (CAVACO, 1993). É com este sentido de apuramento sociológico que convergimos com o facto de “a construção da profissionalidade, da definição do grupo e da sua organização se desenvolverem num jogo de intervenção que se desenrola em diferentes tabuleiros” (RODRIGUES, 1999, p. 32).

Na verdade estas controvérsias parecem fazer parte da história dos professores dos Estados Unidos da América. Já Hughes toca neste assunto nas suas análises sobre as profissões estabelecidas. Referindo-se ao caso dos professores, o autor salienta a enorme competição que existe entre este grupo profissional e outros colectivos de actores na definição dos critérios que presidem à sistematização dos conteúdos que devem estar presentes na filosofia orientadora do projecto educativo. Num certo sentido, Hughes admite que os professores são um grupo bastante permeável à influência de opiniões profanas manifestadas do exterior do seu espaço profissional, sobretudo em relação àquilo que é fundamental ser definido como importante para ser ensinado aos alunos. Esta questão acaba por se transformar numa limitação séria ao seu mandato como profissionais do ensino. As restrições ao espaço de intervenção deste grupo revelam justamente o interesse em contemplar todas as formas de julgamento produzidas, por exemplo, sobre este domínio de enorme relevo para a autonomia da profissão.⁷

A controvérsia anteriormente identificada parece não se fazer sentir no domínio da contabilidade socioprofissional. Para os diversos técnicos que trabalham na montagem das nomenclaturas profissionais, a categoria dos professores parece não revelar qualquer tipo de ambiguidade. Ao contrário de outros grupos e subgrupos, esta categoria apresenta um estatuto preciso, cuja definição do posto de trabalho é baseada no título escolar que é indispensável para a sua candidatura em concursos abertos para a docência.⁸

Na definição da competência profissional dos professores o problema é já muito mais delicado. Na verdade, a precisão da competência pedagógica como dimensão caracterizadora da competência profissional dos docentes não é tão fácil de obter como frequentemente julgam os próprios profissionais ou outros actores.⁹

A competência pedagógica como dimensão da autonomia profissional dos docentes não é experimentada como tal pelo conjunto dos seus membros, mas é expressa como sendo o resultado directo da propriedade pessoal adquirida com a antiguidade na prática de ensino. Esta percepção enfraquece simbolicamente a dimensão pedagógica retirando-lhe as suas potencialidades legitimadoras. Tais potencialidades são vitais para a afirmação desta profissão. Com a diminuição do seu poder de convencimento, os professores têm dificuldade, em muitas ocasiões, de conter as investidas de outras profissões competidoras ou de outros actores colectivos e individuais. Estas incursões destinam-se a interferir no campo de acção dos docentes, tentando

com isto reduzir o seu monopólio de actividades e obrigando-os a discutir muitas questões em pé de igualdade com outros parceiros exteriores ao espaço escola. Estas situações produzem efeitos no professorado e podem ser objectivados no seu desencanto profissional, no reconhecimento da perda do seu prestígio ou até eventualmente no tão falado mal-estar docente (ESTEVE, 1992; ESTEVE; FRACCHIA, 1988; RESENDE, 2003).

Todas estas tentativas de competição com o professorado acabam por se reflectir no plano da jurisdição que lhe confere determinados direitos, regalias, privilégios e, conseqüentemente, limitações, obrigações e deveres, ambos relacionados com os domínios de actividades exercidos por este grupo profissional. O destaque dado a esta questão pode ser encontrado nas reflexões que Andrew Abbott realizou sobre o sistema das profissões (ABBOTT, 1988).

Embora nesta pesquisa não se adopte uma postura analítica tão sistemática como acaba por ser o enfoque desenvolvido por este sociólogo americano, não deixamos de reconhecer a importância detida pela jurisdição como quadro de referência (GOFFMAN, 1991) usado pelos profissionais numa dupla perspectiva: por um lado, como base a partir da qual negociam e reformulam o enquadramento jurídico anterior tendo como guia as suas próprias experiências cognitivamente trabalhadas; por outro, fazendo desse enquadramento um meio ou um suporte para garantir espaço de manobra em termos de actuação no sentido de evitar que o seu espaço de acção fique totalmente aberto aos seus concorrentes.

É no seguimento desta perspectiva pragmatista que a jurisdição se transforma também num guia que orienta as acções dos profissionais, quer em termos individuais, quer em termos colectivos. Como guias de acção, os enquadramentos jurídicos revelam-se como reportórios compósitos, ou seja, como reservatórios dos conhecimentos disponíveis e disponibilizados pelos actores (CORCUFF, 1997, p. 124-127). Mas, os referidos reportórios cognitivos não funcionam como ingredientes independentes das acções produzidas pelos diferentes protagonistas.

Ao ser conferido o significado de quadro de referência à jurisdição para os porta-vozes das profissões, não pretendemos com isto reduzir a sua análise aos seus efeitos nas acções protagonizadas pelos seus respectivos membros. Do ponto de vista de quem elabora aquele mesmo quadro jurisdicional, o seu resultado final não é mais do que um conjunto de julgamentos a propósito das matérias que envolvem a vida profissional dos membros de uma dada categoria. Para nós está claro que tais formas

de julgamento decorrem de um cruzamento de pontos de vista vindos de distintas fontes. Mas é preciso reforçar a ideia de que

os julgamentos são acções. [...] Longe de reduzir o julgamento a um raciocínio sobre proposições, ou à compreensão de um sentido, nós procuramos apreendê-lo na dinâmica da acção. Mas os julgamentos separam-se também das acções sobre as quais produzem efeito. Criam uma ruptura no decurso da acção anterior que se encontra suspensa, ou pelo menos deformada. Reflexão e deliberação supõem, com efeito, fazer apelo a referências gerais. A ruptura é tanto menor, e o trabalho do julgamento menos laborioso, quanto as referências têm sido atestadas na situação e facilitam o laço entre o julgamento que generaliza e a acção ou a situação circunstancial sobre a qual ele produz efeito. Uma abordagem realista do julgamento estará atenta às colocações em formas prévias que permitem as generalizações, as reaproximações e as equivalências (THÉVENOT, 1992, p. 1283).

A jurisdição representa, por isso, esta dupla característica imputada aos actos de julgamento. Por um lado, são modalidades de acção, e, por outro, a sua realização torna possível a suspensão da acção o que permite a revisão daquilo que aconteceu e simultaneamente a projecção daquilo que se segue, reformulando porventura muitos aspectos que na altura do debate são considerados desajustados ou mesmo defeituosos. Dito de outro modo, os conteúdos jurisdicionais constituem convenções a que os profissionais não são indiferentes e que delimitam suas acções, enquadrando-as nos diferentes cenários que atravessam as suas actividades laborais.

Na verdade, as discussões realizadas sobre este bem comum possibilitam desenhar as tentativas de reaproximação das acções, tenham elas uma coloração de acordo à vista, ou uma coloração de crítica declarada, ou tenham elas ainda uma coloração de um conflito aberto cujo desfecho não tem hora certa. Isto significa que as acções realizadas pelos actores mobilizam conhecimentos que são originários de compósitos repertórios gramaticais.

No caso dos professores, os seus investimentos de forma nas actividades profissionais oscilam entre os conhecimentos que retiram das convenções jurídicas (adoptando-as ou formulando sobre estas críticas duras, mas justificadas) e os conhecimentos oriundos de outros cenários ligados à arquitectura física e humana das escolas. Assim, os argumentos que os professores desenvolvem em resultado das controvérsias que inci-

dem directamente nas suas actividades profissionais são objectivados nos seus actos de julgamento através de conhecimentos retirados de diferentes fontes.

Contudo o carácter compósito das fontes e dos conhecimentos não é o único facto a destacar. Na verdade, as dimensões cognitivas, políticas e instrumentais dos conhecimentos mobilizados pelos professores não decorrem sempre das situações ligadas aos seus afazeres profissionais. Assim, o conjunto dos conhecimentos inscritos nas acções destes profissionais é transaccionado, por um lado a partir de fontes ajustadas às situações profissionais e, por outro lado a partir de fontes ajustadas a convenções resultantes de outras dinâmicas não necessariamente conectadas com estes contextos.

O trabalho de representação estatística também não deixa de ser objecto de discussão não obstante a precisão do seu carácter estatutário. Contudo, o exercício de representação cognitiva, política e representacional dos professores não se limita à sua inscrição na taxionomia das profissões. Há outras formas de investimento em categorias que incidem sobre designações que compõem internamente esta profissão.

Neste sentido, todos os actos de classificação “para os quais contribui a estatística estão ligados à possibilidade de envolver nas acções os seres assim tratados em geral [...]”. Desse tratamento resulta a qualificação.

Por outro lado, as operações estatísticas procedem a generalizações que têm a validade do Estado; participam da construção de um quadro representando esse Estado [...]. As equivalências realizadas devem portanto ser legítimas. Enfim, a qualificação está geralmente em conformidade com uma ordem, e os quadros da sociedade são dispostos em quantidade e em qualidade (THÉVENOT, 1990, p. 1276; DESROSIÈRES, 1997, 2000).

A ordenação estatística torna possível a determinação “de uma pluralidade de ordens legítimas que, pela referência a um bem comum, conjugam uma desigualdade de estados de grandeza e uma comunidade comum, esta segunda exigência proibindo que as desigualdades de estado estejam ligadas às pessoas” (THÉVENOT, 1990, p. 1276). O facto de existir a separação entre os estados de desigualdade e a identificação nominal dos seus portadores não impede que tais distribuições de grandeza não sejam objecto de denúncias e de conflito.

Por outro lado, esses mesmos estados de grandeza medidos por níveis fundados em domínios distintos da vida profissional são também alvo

de um trabalho de representação resultante da própria qualificação. Este trabalho de representação é efectuado ou pelo próprio profissional quando é levado a responder a um inquérito construído por uma instância estatal (serviços do Ministério da Educação, INE, centros de investigação das universidades etc.), ou pelo responsável da codificação estatística quando os inquéritos já respondidos lhe vão parar à mesa de trabalho. Estas observações remetem para a existência de uma série de representações que são construídas ao longo da cadeia que produz as classificações profissionais e que transformam o trabalho estatístico numa tarefa complexa e não linear (MERLLIÉ, 1989). Ter presente as referidas reflexões tem outro interesse adicional: evitar a tentação substancialista quando o objecto analítico é uma profissão.

3. O caleidoscópio identitário dos professores dos liceus públicos nos anos 1960

3.1. *Breve retrato da situação profissional dos professores dos liceus*

No decorrer da década de 1960 a falta de recursos humanos qualificados pelas Universidades dificultava o recrutamento de docentes com licenciatura para darem aulas em todos os ciclos do Ensino Secundário – ciclo preparatório, liceus e escolas técnicas. A esta escassa produtividade do ensino universitário, acrescentava-se o reduzido ritmo de formação profissional dos professores já licenciados e colocados nas escolas.

O número de candidatos a estágio não cobria as necessidades da oferta escolar, e, por isso, aumentava o número de docentes que leccionavam sem ter iniciado e concluído qualquer processo de formação profissional. Por outro lado, o número de candidatos do género masculino descia com grande intensidade, quer nos concursos aos lugares de quadro – efectivos, auxiliares e agregados –, quer nos concursos destinados a recrutar docentes para serviço eventual. A redução do número de candidatos a estágio era consequência desta queda geral do número de professores masculinos em todo o Ensino Secundário, uma vez que se conservava o privilégio de género para o acesso ao liceu normal, estabelecimento de ensino destinado ao desenvolvimento do processo de formação profissional, para todos os ciclos do Ensino Secundário (até à segunda metade dos anos 1960).

Com poucos professores masculinos – alguns sem terem tido aprovação

no Exame de Estado –, e, simultaneamente, com o aumento da taxa de feminização docente, mas grande parte sem ter concluído o estágio com aprovação no Exame de Estado, o corpo docente revelava-se uma profissão desqualificada do ponto de vista da habilitação profissional. Em suma, nos anos 1960 havia falta de professores qualificados do ponto de vista académico, em virtude da reduzida produtividade da Universidade, de um lado, e por outro lado, devido ao número de professores academicamente habilitados, muitos não concluíam o estágio e não exibiam o diploma do Exame de Estado.

Apesar desse retrato pouco animador, o número de docentes nos diferentes ciclos do Ensino Secundário continuava a aumentar, em particular, o número de docentes do serviço eventual. Face a este crescimento morfológico, as despesas do Estado destinadas a pagar as remunerações dos professores recém recrutados, nomeadamente os do serviço eventual, não permitiam a abertura não regulada dos concursos, quer para os lugares de quadro dos professores efectivos, quer para os lugares de quadro dos professores auxiliares.

A multiplicação de situações profissionais desiguais, derivada da desigualdade de habilitações académicas e profissionais detidas pelos candidatos à docência, acrescida da multiplicação de situações de desigualdade, em termos de habilitação, entre os professores colocados no serviço eventual, cada vez em maior número, transformavam o professorado do Ensino Secundário, em geral, e no ciclo preparatório, em particular, numa profissão com níveis cada vez mais reduzidos de satisfação profissional. Na verdade, muitos professores habilitados desencantavam-se com a profissão, uma vez que se tornava cada vez mais difícil progredir na carreira, e os docentes do serviço eventual porque detinham um contrato de dez meses com o Estado, e não recebiam qualquer remuneração nos meses de Agosto e Setembro.

No entanto, a reduzida “produtividade” do ensino superior, na formação de um número suficiente de diplomados para o ensino, e, simultaneamente, a degradação profissional dos professores resultante das condições de acesso, de remuneração e de vínculo com o Estado, devido à diminuição de concursos abertos a lugares de quadro, transformaram esse ofício num espaço onde se combinavam, cada vez com mais frequência e mais intensidade, interesses e expectativas individuais e colectivas contraditórias e ambivalentes, em resultado das múltiplas situações profissionais completamente desajustadas umas das outras.

A multiplicação do estado de ambivalência e de contradição nos docentes

perante um futuro incerto e a multiplicação desse mesmo estado perante um sentimento de descrença face ao prestígio profissional e social do seu ofício criaram as condições para a gestação do mal-estar docente e para o desenvolvimento de condutas e de perspectivas individualizadas, pontualmente coordenáveis, quando a situação profissional atingia um determinado limite, experimentado por todos e, por isso, susceptível de conduzir à criação de movimentos profissionais mobilizadores da classe.

3.2. A produção social da memória do corpo profissional: um exemplo de combinação estreita entre a grandeza doméstica e a grandeza inspirada

As homenagens sucediam-se na revista *Labor*, mas a um ritmo cada vez menor a partir dos anos 1960. A morfologia do corpo profissional crescera bastante e só a memória de professores da geração dos anos 1920 e 1930 continuava a merecer tais homenagens.¹⁰

A homenagem prestada à figura e à estatura do professor Augusto César Pires de Lima, correspondia justamente à representação de um dos últimos notáveis que pertencia a essa geração dos anos 1920 e 1930.

O testemunho deixado por um seu amigo, por convite endereçado pela revista *Labor*, não deixou, em primeiro lugar, de evidenciar a estatura moral do professor a quem prestava esta sentida homenagem. Os elogios dedicados à estatura moral do professor do liceu correspondiam à primeira grandeza a ser valorizada por quem tivera a honra de partilhar o tempo de convívio, e de trabalho, com o colega que acabara de morrer. A dignidade moral do profissional representava, no mundo dos professores dessa geração, uma grandeza fundamental para se poder compreender as restantes qualidades pessoais ligadas à personalidade do homenageado (cf. DACIANO, 1960, p. 302).

O relevo conferido à estatura moral do docente surgia como preâmbulo da tentativa de representar a figura do profissional no quadro das suas qualidades domésticas mais abrangentes. Na verdade, o professor era acima de tudo um educador, e, por isso, tinha que demonstrar nas suas condutas como profissional se era merecedor dessa mesma designação. O seu carácter exemplar, coerente, convicto, dedicado, zeloso, amigo, tolerante, representava as qualidades indispensáveis para que o docente fosse reconhecido como “mestre em toda a acepção da palavra” (DACIANO, 1960, p. 302). A confiança e a lealdade são também valorizadas.

O recurso ao modelo de justificação doméstico não bastava para julgar as práticas do profissional do ensino dos liceus. A vida de professor colhia elogios de todas as pessoas por intermédio destas qualidades pessoais, mas a sua representação como mestre impelia-o a juntar essas qualidades à sua acção como divulgador de um saber que também era imprescindível para a formação dos alunos.

No caso presente, o lado inspirado deste professor estava devidamente objectivado no seu trabalho de investigação no campo da etnografia portuguesa. Aliás, o relator da referida homenagem, tinha-se comprometido a publicar a extensa bibliografia deixada por este investigador, pois a sua divulgação considerava-o “digno de ser imitado, quer pela seriedade que sempre pôs nos seus estudos, quer pelo seu ardente entusiasmo sobretudo pelos assuntos inerentes à língua, à literatura e à etnografia nacionais” (DACIANO, 1960, p. 302-303).

A escolha destes objectos e a difusão dos seus resultados religava a dimensão inspirada da investigação científica à dimensão cívica, que não resultando directamente dos procedimentos metodológicos, assumia a sua ligação com o fundo cultural e ideológico decorrentes da projecção pública dos resultados destes trabalhos de raiz etnográfica. Na verdade, competia aos professores (e à escola) engrandecer as raízes culturais das gentes lusas, destacando em particular a singularidade e autenticidade das práticas culturais e dos modos de vida das populações rurais.

A listagem de trabalhos e de publicações da sua autoria e a divulgação de estudos e outros registos deixados por investigadores, pensadores, escritores e poetas nacionais englobavam a dimensão mais importante do lado inspirado, que também justificava a sua vida como professor. Mas não foi tudo. Ainda arranjou tempo para se dedicar ao Museu de Etnografia e História sediado na cidade do Porto, iniciando em 1940 “a publicação do Boletim *Douro Litoral*” (DACIANO, 1960, p. 304).

3.3. A cultura da compreensão ancorada na grandeza doméstica identificada e praticada pelos docentes dos liceus nos anos 1960

A modificação dos públicos escolares e a alteração do ideal oficial das funções e finalidades da escola e de educação, agora manifestamente positivas, objectivadas no esforço público de estender a educação obrigatória para mais anos de escolaridade, convidavam o professorado a uma mudança de comportamento face às situações de indisciplina. A cultura do castigo e da punição devia dar lugar à cultura da compreensão

e de julgamento ponderado, sobretudo o juízo baseado na procura das complexas causas que contribuíam para o aparecimento destas situações nefastas tanto para o equilíbrio, como para a harmonia das relações entre os membros da comunidade escolar (cf. GOMES, 1960, p. 1).

A oposição entre os verdadeiros e os falsos pedagogos estabelecia-se agora por intermédio da adopção ou não da cultura de compreensão para fazer face às situações de indisciplina que ocorriam nas salas de aula. A era dos castigos não conseguira eliminar estas situações do cenário escolar, e com a entrada de mais alunos social e culturalmente distintos, a metodologia a accionar pelo professor para defrontar este problema devia assentar na compreensão global das aspirações e expectativas criadas pela criança e pelo jovem.

A concretização ajustada desta cultura de compreensão das situações escolares experimentadas pelo professor requeria outras modificações ao nível da própria organização do trabalho escolar. As escolas deviam adoptar formas racionais de organização do trabalho, adaptadas às suas situações concretas e particulares. As qualidades dos alunos já não podiam ser olhadas a partir da sua predisposição activa de obedecer às ordens do professor, mas sim através da sua capacidade de se adaptar a formas racionais de organizar o trabalho pedagógico e escolar.

Na verdade, esta nova orientação requeria da escola outra organização (cf. GOMES, 1961, p. 1) e uma outra maneira de conceber as relações de trabalho entre professores e alunos. Neste sentido, o entendimento sobre a disciplina na escola devia ser perspectivada a partir da forma como as actividades escolares estavam a ser organizadas, as suas metodologias e o modo de distribuição das tarefas, de acordo com as capacidades, os interesses e as idades dos alunos. Assim, tornava-se possível ir ao encontro das necessidades manifestadas pelos alunos, única fórmula de os motivar e de os interessar para o trabalho cognitivo exigente requerido pela escola e pelo professor.

O grande desafio punha-se junto do próprio professorado. A alteração da sua forma de organizar o trabalho na sala de aula não se operava de um momento para outro. Exigia a construção de outros pontos de referência, quer em relação a si próprio como profissional do ensino, quer na sua relação com o aluno (GILLY, 1996, p. 481-488). Este jogo de representações de uma e de outra figura – o professor e o aluno – desenvolvia-se nos cenários e em situações que estavam a modificar-se rapidamente. O aluno tipo de antanho já não fazia sentido, de acordo com o ponto de vista defendido pelo professor Raul Gomes.

3.4. Na demanda da justiça escolar – a questão central do valor da medida utilizada nas avaliações escolares: os exames e as justificações de natureza inspirada e industrial

No final da segunda época de exames referente ao ano lectivo de 1962/63, muitos jornais publicaram artigos de apreciação ao modo como tinham decorrido os exames neste período, assim como às matérias seleccionadas pela equipa incumbida de as formular. Estes artigos versaram, pois, muitos assuntos, uns mais directamente ligados aos exames, outros mais distantes deste assunto controverso (cf. MATOS, 1963, p. 121).

O que interessava ressaltar do ponto de vista do professor Matos era justamente o sentido atribuído por este docente à representação dos exames no sistema de ensino, relacionando-o com o modelo de justificação accionado para fundamentar a posição assumida pelo professorado em relação ao exercício dos actos de julgamento, que decorriam da própria acção destes profissionais no momento escolar dedicado a testar o grau das aptidões demonstradas pelos alunos nestas mesmas provas.

Mesmo admitindo imperfeições diversas ao sistema de avaliações definido no último Estatuto do Ensino Liceal decretado em 1947, o referido professor estava de acordo com os seus princípios e o seu modelo e, por isso, defendia a ideia de que o professorado e a opinião pública em geral deviam aceitá-lo, se o principal objectivo de todos era manter um ensino com “a eficiência necessária [...]” (MATOS, 1963, p. 125), condição importante para a manutenção dos padrões de qualidade no sistema de ensino público, componente indispensável para o tornar credível, dentro e fora do País. A relação estabelecida entre os exames e a eficiência do ensino trouxe ao debate uma outra orientação e uma outra representação que convinha dissecar com algum cuidado.

Para este professor, o sistema de avaliação, em geral, e os exames, em particular, faziam parte de um instrumento de medida à disposição do professor para apreciar, com o rigor possível, o esforço demonstrado por cada aluno individual ao longo, e no final, de cada ano lectivo. A ideia de medida não era novidade em educação, uma vez que

constitui preocupação natural do produtor conhecer o valor exacto do seu trabalho. Infelizmente que para tal fim não conhecemos outro processo que não sejam os exames, sejam quais forem as suas diferentes modalidades (MATOS, 1963, p. 124).

A categoria de professor era representada por esse profissional do ensino como um produtor integrado numa cadeia de produção. Por isso, tinha o direito e o dever de ter à sua disposição um instrumento de medida para aferir com segurança, no final de cada ano lectivo, a qualidade do seu trabalho. Os exames eram então o instrumento de medida ideal, porque permitiam avaliar a qualidade demonstrada pelo aluno, o seu principal produto. Através do grau de qualidade definido para cada produto, o valor da sua adição, dividido pelo total dos produtos que criara em cada ano lectivo, permitia, com algum rigor, atribuir uma determinada certificação ao seu trabalho como profissional (cf. MATOS, 1963, p. 124).

Medida, precisão, técnica e método surgiam com sentidos muito claros na percepção deste professor, uma vez que a escola se tinha transformado num local de produção particular, o docente num produtor e o aluno num produto. A conservação da qualidade do trabalho e do produto era garantida pelo exame regular que os serviços da escola empresa tinham por obrigação realizar todos os anos.

A precisão, enquanto valor associado a esta medida, não estava completamente garantida, mas não havia no mercado escolar outra medida melhor que substituísse os exames, no propósito de avaliar com justeza e imparcialidade, quer a qualidade do trabalho realizado, quer a qualidade do seu produto. Por outro lado, o recurso contínuo a novos métodos mais modernos aprimorava a técnica dos exames, tornando esta medida cada vez mais precisa e rigorosa.

Na verdade, procurar a perfeição era um anseio do ser humano. Mas buscar o mecanismo técnico que resolvesse todos os problemas de precisão e de objectividade, ligados à natureza da medida idealizada para avaliar os conhecimentos dos alunos, era um passo desnecessário porque a modalidade de aferição da qualidade do produto escolar não podia dispensar dois factores sempre ligados à génese desta técnica usada nos liceus: a contingência e a liberdade (cf. MATOS, 1963, p. 125). Retirar esses dois factores da essência da medida de avaliação que era representada pelos exames, com o intuito de se poder chegar ao valor preciso atribuído pelo professor, no seu acto de julgar, à qualidade do produto, reduzia esta acção de natureza humana, num gesto que contrariava em absoluto a lógica das coisas integradas na realidade escolar (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991; DEROUET, 1992).

O reconhecimento dos limites impostos pela natureza da medida de avaliação escolar representada pelos exames decorria tanto da percepção naturalista imputada ao trabalho do corrector como da percepção naturalista transposta para o produto de trabalho realizado pelo aluno

durante estas provas. Esta percepção naturalista estava identificada através da representação da liberdade e da contingência do espírito e da acção, factores inerentes à natureza humana. Mas esta concepção naturalizada dos meios ao dispor do professor – natureza para avaliar outra natureza da mesma espécie – complicava-se por intermédio da mediação do saber, o tópico que objectivava a aferição produzida por uma natureza em relação à outra natureza.

4. Identidades plurais e razões de agir dos professores dos liceus nos anos 1960: dos julgamentos críticos aos modos de agir na profissão

A experiência da desvalorização da profissão docente pareceu marcar a década de 1960. Ao longo deste período de tempo, os diversos porta-vozes dos professores expressaram de diferentes formas esta mesma experiência.

No entanto, a construção social desta experiência não podia ser interpretada como um processo uniforme e universal.

Por um lado, o conhecimento dessa desvalorização era adquirido através do crescimento do número das matrículas dos alunos, a par do crescimento do número de entrada de mulheres no professorado. Aqui, o tempo da tradição que configurava a produção escolar das relações familiares, relações baseadas na confiança e no respeito na autoridade objectivada no carácter exemplar do docente, e ainda na camaradagem e na protecção paternal, parecia estar a esgotar-se. A mutação morfológica com o aumento do número de turmas, com a necessidade de criar turnos e com a entrada de mais professores tornou inviável a conservação material da partilha das relações familiares, que configurava o ideal da comunidade familiar vivido em épocas anteriores.

Esta impossibilidade repercutia-se no próprio modelo de convivência mantido, anteriormente, pelos professores. Para estes docentes, incluindo os professores deputados e a elite política, a época de ouro dos professores do Ensino Secundário, em geral, e dos professores dos liceus, em particular, tinha chegado ao fim.

Estes docentes não punham em questão a necessidade económica da abertura da escola. Aceitavam com naturalidade, e até com alguma satisfação, o facto de os economistas considerarem o bem educativo como um bem com efeitos positivos no melhoramento do estado da economia nacional. Mas alguns desejaram que tais modificações não interferissem no estado

das relações comunitárias imaginadas como perenes, pela utilidade que aquelas relações exerciam, do ponto de vista da moralidade, na sociedade portuguesa. A manutenção destas relações exigia que a profissão continuasse a ser atractiva para os professores do género masculino.

A presença da figura masculina nas relações pedagógicas estava a perder-se a uma velocidade muito grande. Sem esta presença, a figura paternal, traduzida na sua autoridade de professor camarada e amigo, tendia a desaparecer. Como era possível implementar o projecto educativo sem a presença do professor pater famílias?

Por outro lado, o conhecimento dessa desvalorização era adquirido através da produção das denúncias face ao estado de imutabilidade demonstrado pelo conjunto dos itinerários escolares, até à segunda metade dos anos 1960. O crescimento do número de alunos e o crescimento do número de professores e, em particular, das professoras, – crescimento morfológico primeiro no ensino técnico, depois no ciclo preparatório e nos liceus (aqui com mais incidência a partir dos anos 1970) – eram saudados, mas atribuídos a uma dinâmica social que o Estado não procurara atempadamente satisfazer, com a expansão da rede escolar, nomeadamente, com a criação de mais estabelecimentos de ensino para os ciclos preparatório, liceus e escolas técnicas.

Aqui, o tempo da tradição tinha sido o responsável por aquele estado de imutabilidade sistémica. A sua tradução no projecto educativo posto em marcha desde o início do Estado Novo era o alvo das maiores denúncias. Tal projecto educativo, de pendor moral, tinha de ser substituído por um projecto de natureza mais instrutiva, a fim de tornar os alunos mais capazes de se adaptarem aos desafios do crescimento económico, das alterações económicas e sociais que estavam a ocorrer no País e no mundo.

Este coro de denúncias (igualmente existentes nas duas anteriores conjunturas) partia dos grupos dos professores que se opunham ao regime político do Estado Novo. Dinamizado intelectualmente pelos professores que trabalhavam na Fundação Calouste Gulbenkian e politicamente pelo trabalho desenvolvido pelo Partido Comunista Português e por outros agrupamentos políticos ligados aos movimentos oposicionistas, os docentes ligados *aos grupos de estudo* davam corpo, nos estabelecimentos de ensino público – nos finais desta década e no início da década seguinte –, às denúncias relativas à desvalorização profissional e social da sua profissão.

Em substituição do tempo da tradição relacionado com a comunidade doméstica, estes professores clamavam pelo tempo da inovação, da mudança e de um futuro antecipado, ligados à comunidade cívica e à

comunidade industrial. A construção destas duas comunidades requeria o desenvolvimento do pólo da liberdade, ingrediente indispensável para a concretização da modernidade educativa inacabada.

Do lado da comunidade industrial (requisitos também requeridos por outros docentes que não integravam o grupo dos colegas que registavam, pela pena, o seu ponto de vista crítico), o professorado tinha de se transformar numa profissão real e não virtual. Não punham em causa o legado profissional traduzido na figura dos concursos públicos para a entrada na profissão, nem na figura das habilitações académicas de nível superior – os diplomas universitários –, nem tão-pouco na figura das habilitações profissionais obtidas através duma formação profissional nos liceus normais. Solicitavam do governo mais investimento público para aumentar a produção e a produtividade do sistema, acautelando a qualidade dos seus produtos.

Era necessário aumentar a produtividade das universidades. O número de diplomados era em número reduzido para as necessidades decorrentes do aumento da procura escolar. Era indispensável aumentar o número de metodólogos nos liceus normais para acelerar a formação profissional. Finalmente, era inevitável rever as metodologias da formação profissional, em particular os métodos de avaliação das competências profissionais, quer dos candidatos aos estágios, quer dos estagiários que concluía a sua formação profissional.

De qualquer forma, a sustentação dessas medidas, e a necessidade de prováveis correcções futuras, exigiam do Estado a satisfação de outros dois requisitos fundamentais para estes professores. O primeiro tinha a ver com a criação de um estatuto profissional. A sua decretação era um importante instrumento para revitalizar a profissão docente, no sentido de inverter o sentimento de mal-estar e o sentimento de perda de prestígio social da profissão de professor.

O segundo respeitava à autorização para a constituição de associações profissionais. Os desafios colocados pela modernização do sistema escolar requeriam dos professores a possibilidade de eles se comprometerem livremente na discussão de todas as questões ligadas aos domínios da educação e da escola. A participação organizada e livre dos docentes no debate sobre temas profissionais – por exemplo, o debate à volta das questões a integrar num modelo de estatuto docente – era tido como um factor indispensável para o revigoração da profissão de professor.

Na verdade, para estes professores, particularmente para os professores porta-vozes do movimento *dos grupos de estudo*, a questão profissional,

apareceu associada aos problemas laborais ligados aos docentes eventuais e provisórios do Ensino Secundário. Foi a situação tipificada de experiência de uma privação relativa (MARAVALL, 1972) profissional e económica vivida por um conjunto de professores que tornou possível a produção social das denúncias públicas.

Do lado da comunidade cívica, esta situação tipificada de privação relativa de carácter profissional e económico não foi a única experiência injusta vivida por estes professores. A esta situação injusta podia acrescentar-se uma outra situação tipificada de privação relativa. Neste segundo caso, a referida situação tipificada estava ligada à participação política.

Essas duas injustiças – a económica e a política – revestiam-se de contornos muito semelhantes. O referido revestimento comum estava ligado ao mecanismo distributivo associado quer à esfera económica, quer à esfera política. Para esses professores os dois mecanismos distributivos, do ponto de vista duma distribuição justa e ajustada, não funcionavam integralmente.

O primeiro mecanismo distributivo ligado ao mercado de trabalho não reservava a estes docentes as mesmas vantagens, como acontecia com os outros colegas. O exercício duma mesma actividade profissional e a atribuição de responsabilidades semelhantes – como por exemplo, o trabalho de classificação dos alunos e a participação nos exames de fim de ciclo, que continuavam a apoiar sem aparentemente muitas reservas – não representavam, para os docentes eventuais e provisórios, as mesmas recompensas e vantagens económicas e profissionais detidas pelos outros seus colegas.

O segundo mecanismo distributivo relacionado com a esfera política não produzia a mesma clivagem que o anterior, uma vez que todos os docentes estavam privados da liberdade de fazer parte de uma qualquer organização associativa. Mas, para estes docentes, esta privação adquiria um significado suplementar, uma vez que este constrangimento se juntava à privação de carácter económico e profissional.

A aprendizagem política realizada aquando da passagem pela universidade e as experiências de privação relativa vividas nas escolas justificavam o julgamento feito por estes docentes sobre a importância quer da liberdade, quer da unidade do corpo reunida à volta duma associação. Tanto a liberdade como a associação profissional transformaram-se então em dois recursos virtuais, mais fundamentais, para o exercício de uma acção colectiva, coordenada e eficaz junto do Ministério da Educação.

As formas identitárias e de representação plurais construídas a partir das experiências de privação relativa identificadas e avaliadas por esses

professores tornavam possível explicar a sua compreensão sobre aquilo que, mais tarde, se designou por mal-estar docente (ESTEVE, 1988, 1992; RESENDE, 2001). De facto, a experimentação do mal-estar docente congregava um desacerto entre expectativas antecipadamente construídas e as suas realizações no espaço da escola quando os actores se confrontavam com os problemas resultantes da sua actividade profissional.

O conhecimento prático deste desencontro permitia a produção social de todas as denúncias já apontadas – profissionais, económicas e políticas. As incongruências, em termos do jogo de expectativas, reveladas com o contacto directo dos professores denunciantes nos estabelecimentos de ensino, ajudaram também a compreender o desajustamento entre a sua identidade social virtual e a sua identidade social real (GOFFMAN, 1975, p. 12).

Por intermédio dos seus registos escritos, os professores que denunciavam a situação precária do seu emprego – particularmente os docentes eventuais e provisórios – identificavam-se como possuidores de uma identidade magoada, ou melhor, ofendida (POLLAK, 1993), porque se sentiam esquecidos e abandonados, quer pelos responsáveis políticos, quer pelos seus colegas efectivos, já instalados nos lugares de quadro. Os referidos constrangimentos institucionais e as formas de representar esta profissão amputada não imobilizaram os professores queixosos. Como dispositivos práticos, uns e outros apresentavam-se também como dispositivos de mobilização, a partir dos quais era possível construir o regime de acção identificador da cidade cívica.

Abstract

The main purpose of this article is to question the meaning frequently ascribed by some sociological perspectives to the concept of social and professional identity. The reason to rethink this concept is linked, not only to the new issues brought by the edification of the orderly and late modernity, but also to the relations of proximity within the identity, the actor and his regime of action of engagement established by the sociological discipline. The plural expression in the edification of the professional identities of Secondary School teachers in the '60s is understood in this text as crossed sociological configurations – consistent, ambivalent, inconsistent and contradictory – resulting from judgements and critical dispositions evidenced by some spokespeople of the teaching body in the '60s in Portugal.

Keywords: social identity; professional identity; critical judgement; regimes of action.

Referências

ABBOTT, A. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

BARROSO, J. Gênese e evolução da organização pedagógica e da administração dos liceus: uma investigação no cruzamento de várias disciplinas. *Análise Psicológica*, [S.l.], n. 4, p. 487-506, 1996.

_____. Modos de organização pedagógica e processos de gestão da escola: sentido de uma evolução. *Inovação*, [S.l.], n. 2-3, p. 55-86, 1991.

_____. *Os Liceus: organização pedagógica e administração (1836-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BOLTANSKI, L. *Les cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

CAVACO, M.H. *Ser professor em Portugal*. Lisboa: Teorema, 1993.

CHAPOULIE, J-M. Le corps professoral dans la Structure de classe. *Revue Française de Sociologie*, [S.l.], n. 15, p. 155-200, 1974.

_____. *Les professeurs de l'enseignement secondaire: un métier de classe moyenne*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

_____. Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels. *Revue Française de Sociologie*, [S.l.], n. 14, p. 86-114, 1973.

CORCUFF, P. *As novas sociologias*. Sintra: Vral, 1997.

CROTHERS, C. *Robert K. Merton*. Oeiras: Celta, 1994.

DACIANO, Bertino. Dr. Augusto César Pires de Lima (1883-1959). *Labor*, Coimbra, v. 24, p. 302-305, 1960.

DEROUET, J-L. *École et justice: de l'égalité des chances aux compromis locaux*. Paris : Métailié, 1992.

DESROSIÈRES, A. Du singulier au général: l'argument statistique entre la science et l'État. In : CONEIN, B.; THÉVENOT, L. (Org.). *Cognition et information en société*. Paris: L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997. p. 267-282. (Raisons Pratiques, n. 8)

_____. *La politique des grands nombres: histoire de la raison statistique.* Paris: La Découverte, 2000.

DESROSIÈRES, A.; THÉVENOT, L. *Les catégories socio-professionnelles.* Paris: La Découverte, 1988.

DUBAR, C. *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles.* 2. ed. rev. Paris: Armin Colin, 1998.

ESTEVE, J.M. *O mal-estar docente.* Lisboa: Escher: Fim de Século, 1992.

ESTEVE, J. M.; FRACCHIA, A.F.B. Le malaise des enseignants. *Revue Française de Pédagogie*, [S.l.], n. 84, p. 45-56, 1988.

FABIANI, J-L. O que resta do agente social?: a análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si. *Tempo Social*, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 33-65, 2002.

GILLY, M. Psychosociologie de l'éducation. In: MOSCOVICI, Serge. *Psychologie sociale.* Paris: Presses Universitaires de France, 1996. p. 473-494.

GOFFMAN, E. *Les cadres de l'expérience.* Paris : Les Éditions de Minuit, 1991.

_____. *Stigmat: les usages sociaux des handicapés.* Paris: Les Éditions de Minuit, 1975.

GOMES, R. A disciplina. *O Comércio do Porto*, Porto, p. 1, 19 jan. 1961.

_____. Dos falsos pedagogos. *O Comércio do Porto*, Porto, p. 1, 17 jan. 1960.

HUGHES, E.C. *The sociological eye: selected papers.* New Brunswick, USA: Transaction Publishers, 1993.

MARAVALL, J.M. *La sociología de lo posible.* Madrid: Siglo XXI, 1972.

MERLLIÉ, D. La construction statistique. In: LENOIR, R. et al. *Initiation a la pratique sociologique.* Paris: Bordas, 1989. p. 103-162.

MERTON, R.K. *Social theory and social structure.* Glencoe: Free Press, 1968.

MATOS, Américo da Silva. A delicada questão escolar: a Imprensa e os exames. *Labor*, Coimbra, v. 28 , p. 120-126, 1963.

NÓVOA, A. Autour de la Sociologie des Professions: à la recherche d'une nouvelle approche théorique. In: _____. *Les temps des professeurs.* Lisboa: Instituto de Nacional de Investigação Científica, 1987. v. 1, p. 23-56.

_____. Profissão: professor: reflexões históricas e sociológicas. *Análise Psicológica*, [S.l.], v.1-3, n. 7, p. 435-456, 1989.

_____. Os professores: quem são? Onde vêm? Para onde vão? In: STOER, Stephen (Org.). *Educação, Ciências Sociais e realidade portuguesa: uma abordagem pluridisciplinar*. Porto: Afrontamento, 1991. p. 59-130.

_____. Professionnalisation des enseignants et sciences de l'éducation. In: _____. *Histoire & comparaison: essais sur l'Éducation*. Lisboa: Educa, 1998. p. 121-145.

PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PASSERON, J-C. *Le raisonnement sociologique: l'espace non-poppérien du raisonnement naturel*. Paris: Nathan Université, 1991.

PINTO, J. M. Considerações sobre a produção social de identidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [S.l.], n. 32, p. 217-231, 1991.

POLLAK, M. *Une identité blessée: études de sociologie et d'histoire*. Paris: Métailié, 1993.

RESENDE, J. M. Individualidade, denúncia e modernidade: o sentido de justiça de um professor com a identidade magoada – o caso singular de uma denúncia pública no Estado Novo. *Forum Sociológico*, [S.l.], n. 5-6, p. 101-127, 2001.

_____. *O engrandecimento de uma profissão: os professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

RODRIGUES, M. L. *Os engenheiros em Portugal*. Oeiras: Celta, 1999.

_____. *Sociologia das profissões*. Oeiras: Celta, 1997.

SANTOS, M. L. L. Reprodutibilidade/ raridade: o jogo dos contrários na produção cultural. In: MELO, Alexandre (Org.). *Arte e dinheiro*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1994. p. 121-134.

TAYLOR, C. *Le malaise de la modernité*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2005.

TAYLOR, C. et al. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

THÉVENOT, L. Jugements ordinaires et jugements de droit. *Annales ESC*, [S.l.], n. 6, p. 1279-1299, 1992.

_____. *L'action au pluriel: sociologie des régimes d'engagement*. Paris: Éditions la Découverte, 2006.

_____. La 'politique des statistiques: les origines sociales des enquêtes de mobilité sociale. *Annales ESC*, [S.l.], n. 6, p. 1275-1300, 1990.

VALA, J. Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento social. In: _____; MONTEIRO, M.B. (Coord.). *Psicologia social*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. p. 353-384.

VELHO, O. Os novos sujeitos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [S.l.], n. 32, p. 119-127, 1991.

WAGNER, P. *Liberté et discipline: les deux crises de la modernité*. Paris: Métailié, 1996.

WALZER, M. *As esferas da justiça: em defesa do pluralismo e da igualdade*. Lisboa: Presença, 1999.

Notas

¹ A tipificação está presente nos dois processos que concorrem para a construção de diferentes formas identitárias: o processo biográfico e o processo relacional. Cf. DUBAR, C. *La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles*. 2. ed. rev. Paris: Armin Colin, 1998. p. 117-119. Se entendermos a tipificação como o trabalho de categorização no quadro de “um número limitado de modelos socialmente significativos” (DUBAR, 1998, p. 117), cf. também as reflexões realizadas por Peter Berger e Thomas Luckmann em *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.

² Neste sentido, a identidade social e profissional pode ser analisada tendo em conta o espaço e o tempo entre distintas gerações. Tal como é referido por Claude Dubar a articulação entre o processo identitário biográfico e o processo identitário relacional “representa o espaço-tempo identitário de uma geração confrontada com outras no seu caminho biográfico e no seu desdobramento espacial” (DUBAR, 1998, p. 126). Contudo, ao tratar do processo identitário biográfico é importante concebê-lo na sua complexidade, uma vez que a identidade biográfica “não se reduz nunca à coerência de um sistema de preferências ou à constância através do tempo do poder coercitivo de um sistema de socialização” (FABIANI, 2002, p. 45) Sobre a análise das formas identitárias juvenis, as relações às vezes tensas entre os jovens e os pais e o processo de individualização juvenil cf. PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993. p. 93-99.

³ Os processos complexos de comparação e distinção acima referidos, porque imbricados e longos, estão de certa forma relacionados com os processos de identificação e de identização enunciados por José Madureira Pinto no seu artigo dedicado a formular algumas “Considerações sobre a Produção Social de Identidade” (1991).

⁴ Sobre os cuidados metodológicos a ter na análise das “vidas narradas e produzidas” confrontar as reflexões realizadas por Jean-Louis Fabiani, O que resta do agente social?: a análise sociológica frente à exemplaridade biográfica e à diminuição de si. *Tempo Social*, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 33-65, 2002.

⁵ Quando o objecto é a profissão os seus estudiosos convocam habitualmente um conjunto de ingredientes teóricos que tornam possível a caracterização de um ideal-tipo de actividade profissional. Entre esses ingredientes destacamos: o *conhecimento teórico-abstracto*; uma *linguagem própria*; termos *científicos e técnicos* – a *pedagogia*, no caso do professorado –; uma *prática profissional* concreta e objectivada no *trabalho pedagógico* realizado pelos professores; as *universidades* e as *academias* como centros de credibilização académica; a *habilitação profissional* outorgada pelos modelos de estágio definidos juridicamente; os *estabelecimentos de ensino* que constituem contextos organizacionais complexos e extensos à medida que vai crescendo a procura escolar (BARROSO, 1991, 1995, 1996); o reforço do *estatuto de assalariado* resultante do crescimento da morfologia escolar.

- ⁶ Na verdade, nunca estive no nosso horizonte estudar o professorado no quadro estrito da Sociologia das Profissões (RODRIGUES, 1997). Acantonar as reflexões que aqui desenvolvemos numa sociologia especializada seria restringir demasiado as fontes de inspiração teórica ao dispor já pela nossa disciplina. A recusa em adoptar os modelos profissionais aqui explorados tem outras justificações também importantes. A primeira é o facto de concebermos o modelo profissional como mera referência analítica e que esse facto não lhe atribui nenhuma natureza generalizadora, nem nenhum carácter universal. Seguidamente, a adopção de um modelo acaba por exigir uma perspectiva muito próxima das problemáticas realistas sobre os factos que entendem estudar com profundidade. O itinerário realista é normalmente escolhido por quem pensa que as categorias sociais apresentam uma existência própria e que a sua realidade se expressa através da junção de um conjunto de ingredientes nominalmente considerados, sem ter em conta as relações que desenvolvemos uns com os outros, os seus respectivos contextos e os seus respectivos processos históricos.
- ⁷ No nosso País, esta limitação também já tem sido objecto de confrontos críticos elaborados por alguns investigadores que julgam indispensável alargar o mandato dos professores a fim de estes se autonomizarem do estatuto de funcionários públicos (NÓVOA, 1991, 1998).
- ⁸ Esta questão é tratada num estudo realizado por Desrosières e Thévenot sobre a formação da nomenclatura socioprofissional francesa datada de 1982. Nas suas reflexões, verificamos que os autores não têm dúvidas sobre o facto de a definição do estatuto dos professores não levantar aos técnicos de estatística qualquer tipo de ambiguidade susceptível de criar impasses na sua ordenação na referida taxinomia. A menor dificuldade sentida por estes especialistas na reunião e classificação dos docentes deve-se ao facto “de todos os seus membros realçarem estatutos precisos” (DESROSIÈRES; THÉVENOT, 1988, p. 79).
- ⁹ Recorrendo a um outro estudo realizado em França, Chapoulie (1987) destaca o carácter problemático da questão pedagógica. Na verdade, o problema acaba por estar ligado à própria definição institucional daquilo que é a competência profissional dos professores. A natureza frouxa e bastante ampla desta definição torna possível a produção de diversos entendimentos subjectivos da parte dos seus principais destinatários.
- ¹⁰ As razões prendiam-se com o facto de terem pertencido a uma geração de professores do liceu em que quase todos se conheciam, em resultado dos Congressos de Pedagogia dinamizados pela revista *Labor*. Estas reuniões de professores, com uma periodicidade anual, contribuíam para o estreitamento das relações pessoais, o que favorecia o interconhecimento dos membros que faziam parte deste corpo profissional. A revista *Labor* tinha iniciado a sua actividade nos anos 20 (1926) e era dinamizada, desde o seu aparecimento, por um pequeno grupo de professores do Liceu de Aveiro.

María Josefina Martínez*

Violencia Institucional y Sensibilidades Judiciales. El Largo Camino de los Hechos a los Casos

A violência institucional faz parte das rotinas do trabalho das forças de segurança dos estados modernos e cada sociedade é mais ou menos tolerante a ela em concordância com o desenvolvimento dos processos históricos concretos da produção social da legalidade. No contexto local, são muitos os fatos de violência institucional denunciados, mas poucos são julgados e obtêm uma sentença. Um olhar sobre a sensibilidade judiciária mostra a existência de uma atitude cética que suspeita dos relatos das vítimas desses fatos. A análise de um caso judicial no qual foi investigada a aplicação de torturas, de forma massiva, aos presos de uma prisão no estado de Buenos Aires, mostra as circunstâncias e os obstáculos para que um fato de violência institucional vire um caso judiciário.

Palavras-chave: violência institucional; sensibilidade jurídica; produção social da legalidade; torturas.

* Universidade de Buenos Aires – UBA/Equipo UBA/Equipo de Antropología Política y Jurídica.

La violencia institucional es al mismo tiempo una cuestión política y una categoría de análisis (TISCORNIA, 2007), y en ambos casos representa un problema complejo de abordar sobre el cual este trabajo no pretende encontrar definiciones totales sino apenas proponer algunos puntos de análisis para la discusión acerca de la forma en que la misma es mirada y tramitada por la justicia o, dicho en otras palabras, acerca de las sensibilidades judiciales hacia los hechos de violencia cometidos por agentes estatales.

Para quien esto escribe la violencia institucional no puede ser estudiada como una desviación, ni como una perversión, ni mucho menos como una serie de hechos aislados cometidos por funcionarios ímprobos, sino como una pieza fundamental de los dispositivos represivos de los estados modernos, que debe ser analizada en el contexto del funcionamiento real y cotidiano de las instituciones penales y no como un fenómeno externo a ellas.

En su carácter de cuestión política socialmente tematizada, la violencia institucional ocupa un lugar en las agendas públicas de los estados modernos y los niveles de tolerancia hacia la misma están estrechamente vinculados con las sensibilidades legales (GEERTZ, 1994) locales. En Argentina, la experiencia histórica del terrorismo de estado ejercido por la dictadura militar entre 1976 y 1983 ha dejado una fuerte marca frente a los hechos de violencia institucional, produciendo una serie de gestos políticos y respuestas sociales que llegan hasta la actualidad (TISCORNIA, 2000; CATELA, 2001; PITA, 2004).

Como herramienta analítica, la violencia institucional sirve para reflexionar sobre los efectos del ejercicio de la fuerza por parte de integrantes de las instituciones represivas del estado, a partir de la identificación de ciertas prácticas violentas ejercidas por dichos agentes en situaciones tales como la persecución, la detención y la vigilancia del encierro de personas sospechadas o condenadas por un delito, que se traducen en torturas, golpes, disparos de armas de fuego, malos tratos, humillaciones, y que pueden resultar en lesiones o en la muerte misma.

Estos hechos forman parte de las consecuencias esperables del ejercicio del monopolio de la violencia legítima por parte del estado en general, y los niveles de respeto de los derechos de las personas en el ámbito de las instituciones penales son inversamente proporcionales al uso concreto del recurso de la violencia: a mayor uso de la violencia institucional, menor respeto de los derechos. La violencia institucional y el respeto de los derechos de las personas, en el contexto del estado de derecho, pueden

ser pensados entonces como los dos extremos de una relación siempre tensa, nunca resuelta, y las explicaciones sobre los límites a su ejercicio deben buscarse en el plano de las sensibilidades legales y la tolerancia de los distintos grupos sociales frente a sus efectos.

Antes de avanzar, me apuro a aclarar algo importante: como ciudadana comparto la expectativa política de llegar a un estado en donde la violencia institucional directamente no sea ejercida y en tal sentido no me resigno, pero descreo profundamente de las teorías que la dan por abolida por anticipado echando mano a la mera invocación de las reglas del estado de derecho. Porque un estado en el que el ejercicio de la violencia institucional sea mínimo o inexistente, para el caso que fuera ello posible, será en todo caso el resultado de larguísimos y muy complejos procesos históricos, y no de aplicación mecánica de leyes.

Pensar lo contrario puede llevar a visiones de la realidad como la de ese fiscal que a pocos meses de implementada la reforma procesal penal del año 1998 en la provincia de Buenos Aires¹ me comentaba con total certeza: “No hay más torturas en la provincia de Buenos Aires, no puede haberlas porque ya no tiene sentido que le peguen a un detenido si la confesión en sede policial no tiene validez”. Esta afirmación encierra, ciertamente, una curiosa forma de reducir la realidad a lo que ella debería ser en términos de las normas.

La violencia institucional y la producción social de la legalidad

Esa forma de leer la realidad tiene una historia teórica y, tal como sostiene Dario Melossi (1989), ese desdoblamiento se vincula con lo que dicho autor llama la *doble teoría del estado* de Weber.

Si la forma del estado se basa en la legitimación, según Weber, también se fundamenta en la ley, porque la forma moderna y específica de legitimación es la legitimación racional que se basa en la legalidad [...] Por consiguiente *la interesante pregunta que quedaba por contestar se refería a la explicación sociológica de la orientación de los miembros de la sociedad hacia la legitimidad de la autoridad.* [...] Las recomendaciones metodológicas de Weber, con la referencia que hacían a *la producción social real de legalidad* dentro de la disciplina especializada de la jurisprudencia así como a la orientación práctica de los miembros de la sociedad hacia dicha producción [...] hubieran ofrecido un punto de partida sólido para una “sociología del estado” (WINCKELMANN, 1956).

Sin embargo, en la senda hacia una indagación concienzuda de los fundamentos de la legitimación se encontraba un buen número de obstáculos; y éstos, creo, fueron los que instaron a Weber a aceptar la solución de Jellinek, con su hincapié en un concepto de estado sociológico formal (MELOSSI, 1992, p- 95-96, el resaltado me pertenece).

Retomando estas reflexiones de Melossi, podemos considerar que en el planteo de Weber está el punto de partida de dos explicaciones posibles del estado, complementarias, que oficiaron como instrumentos de construcción de los estados del siglo XX con pesos dispares: por un lado, una explicación normativa, formal, legal, que es la que en definitiva devino en poderosa herramienta de reflexión y creación del estado moderno, que se corresponde con su *teoría jurisprudencial del estado*; por el otro, una explicación sociológica que quedó a medio camino, no logró tan rotundo éxito académico, y en alguna medida sobrevivió subordinada a la primera, y que estaba en potencia en lo que Weber pensó como *teoría sociológica del estado*.

Esta teoría sociológica del estado es una interesante herramienta analítica para abordar la cuestión de la *producción social real de la legalidad*, esto es, el proceso histórico de configuración de las visiones sobre la legalidad que se da en cada sociedad específica, que a su vez está atravesado por procesos más generales de reproducción social y por las tradiciones sobre las cuales ellos se asientan (LIMA, 2005). Las sociedades actuales – tanto las llamadas occidentales como las más recientemente occidentalizadas – ofrecen en cada caso una configuración particular de los espacios institucionales en los que se produce el intercambio cotidiano entre los grupos que ocupan los espacios estatales de administración del poder penal y los grupos que por distintos caminos llegan a una situación de interacción con las instituciones del sistema penal, sea porque recurren a ellas en busca de reparación por medio del castigo o bien porque son perseguidos y alcanzados por ellas para la investigación y el castigo de algunas de sus acciones.

En el nivel local, en este sistema de intercambios los hechos de violencia institucional ocupan un papel central y la sensibilidad judicial, esto es, las visiones de los funcionarios judiciales que deben investigarlos y castigarlos, son determinantes al momento de dar crédito o no a las denuncias de las personas privadas de su libertad o acusadas de algún delito que son víctimas de estos crímenes de estado. Y ello incide directamente en el nivel de tolerancia a la violencia institucional y en los procesos de producción social real de legalidad en el contexto local.

A continuación presentamos el análisis de la investigación judicial de

una denuncia de aplicación de tortura a todos los presos de una cárcel: la Unidad 29 de Melchor Romero, en la Provincia de Buenos Aires, con el objetivo de identificar y explicar las formas concretas en que los jueces toman conocimiento, intervienen y toman decisiones y resoluciones frente a estos casos de denuncia de violencia institucional, en tanto entendemos que ello se vincula directamente con los procesos locales de producción social de la legalidad. Ello será analizado a partir de la importancia de la escritura en el trámite judicial y la forma fragmentaria en que los relatos se van reuniendo, entendiendo que ello configura una forma particular de construcción de una verdad judicial acerca de la violencia institucional.

Un caso judicial que investiga la aplicación masiva de torturas

Corría el año 2001, y en Argentina se vivía un periodo de grave crisis económica, política y social. Poco tiempo antes, en el año 2000, el entonces gobernador de la provincia de Buenos Aires había impulsado y logrado la sanción parlamentaria de una ley que recurría sin metáforas al encarcelamiento masivo como respuesta al problema de la seguridad pública, a través del establecimiento de parámetros de excarcelación tan altos e imposibles de cumplir en el contexto local, que tuvo como resultado casi inmediato una situación de encarcelamiento masivo.

Los jueces comenzaron inmediatamente a aplicar la nueva ley de (no) excarcelación, y como consecuencia de ello las cárceles de la provincia, ya superpobladas, alcanzaron hacia fines del año 2001 una situación de hacinamiento en las que la población real casi duplicaba la cantidad de lugares para el encierro de personas en las cárceles de la provincia. Con las cárceles llenas, fueron las comisarías policiales las que empezaron a desbordar de presos y llegaron a tener ocho mil personas allí encerradas; como ejemplo de la gravedad de la situación, un funcionario judicial nos relató que en una de ellas los presos estaban tan apretados en las celdas que no podían estar todos sentados al mismo tiempo.

A fines del año 2001, como un efecto directo de esta situación, un proceso judicial de *habeas corpus*² se abrió camino a través de la burocracia judicial de la provincia de Buenos Aires. El expediente se inició a raíz de la denuncia por torturas realizada por la madre de uno de los presos, y fue seguida de una serie muy larga de denuncias por torturas, malos tratos y violación masiva de derechos humanos en una cárcel en particular. Aquí se analizarán las características específicas y el camino seguido por este

caso a lo largo del tiempo que duró el trámite judicial, con el objetivo de identificar la forma en que distintos funcionarios judiciales reconocen e interpretan los hechos de violencia institucional y las intervenciones que realizan al respecto.

La Unidad 29 de Melchor Romero es una cárcel de máxima seguridad inaugurada hace no más de 20 años, dotada de un sistema unicelular de alta seguridad, con capacidad para 220 detenidos y cámaras de video en casi todas sus dependencias. En el año 2001, y en el contexto de la situación de sobrepoblación y hacinamiento carcelarios descrita más arriba, ésta era una de las pocas cárceles de la provincia que tenía menos detenidos que el número que podía albergar.

Como muchos otros establecimientos, la Unidad 29 estaba por esos días – según el relato de algunos funcionarios judiciales – llena de presos muy jóvenes, provenientes de sectores marginales de la población y sin un gran prontuario sobre sus espaldas, que en su mayoría no tenían detrás de ellos persona alguna que fuera a presentar un *habeas corpus* ante un juez denunciando lo que pasaba y pidiendo sacarlo de allí. Sin embargo, algunas denuncias comenzaron a llegar a los tribunales y un juez entrevistado rememoró la situación general en los términos siguientes:

En ese momento nosotros comenzamos a recibir *habeas corpus* con gente golpeada de distintas cárceles, que mostraban una metodología difusa o dispersa, distinta de la metodología concentrada que se dio en la Unidad 29, donde más que pegarles un poco le aplicaban una tortura sistemática [...] lo más grave que vimos allí fueron tres o cuatro personas muy golpeadas, intensamente golpeadas, que tenían golpes en la planta de los pies.

Según la visión de este juez, entonces, el Servicio Penitenciario maltrataba y golpeaba a los presos de todas las cárceles, pero la aplicación de torturas en la Unidad 29 era una práctica más intensa, sistemática. Las actas del expediente, si bien escritas en un lenguaje judicial, son minuciosas en la descripción de las torturas sufridas por los presos, pero en lo que sigue ahorraremos a quien esto lee los detalles de ribetes morbosos. Lo único que interesa aquí es reconstruir la cronología de las denuncias de torturas en la Unidad 29, atendiendo fundamentalmente al transcurso del tiempo y a la forma en que las mismas fueron configurando un caso que llegó a lograr llamar la atención de los funcionarios judiciales.

El primer hecho denunciado en el expediente data del 25 de abril de 2000: un preso de la Unidad 29 denuncia ante su defensor del Depar-

tamento Judicial de La Matanza que ha sido amenazado y fue herido, y pide “que se le consiga un traslado”.

Otro preso, presenta dos *habeas corpus* con una diferencia de seis meses (el 7 de junio de 2000 y el 20 de febrero de 2001) donde pide que lo saquen de la Unidad 29 porque el personal penitenciario lo persigue y lo golpea, a raíz de un problema similar que tuvo en el mismo establecimiento en el año 1998 y por el cual ahora se lo acosa. El preso, según la traducción hecha por el/la empleado/a judicial que tomó el acta de la audiencia, cuenta la situación en los términos siguientes.

Se encontraba alojado en la Unidad 23 desde hacía siete meses aproximadamente, donde se encontraba conforme con las condiciones de alojamiento y se desarrollaba diversas actividades sin problemas. El día 8 de febrero de 2001, sin motivo por él conocido, fue trasladado a la Unidad 29. Puso en conocimiento del Tribunal que resultó víctima de acciones *prima facie* constitutivas de delitos de acción pública por parte del personal [...]. Afirmó que anteriormente tuvo inconveniente en esa misma dependencia, que presentó la denuncia en el mes de noviembre de 1988, que consta además en un *habeas corpus* que tramitó por ante este tribunal, que los problemas que ahora se presentaron se remontan a la denuncia que radicó en esa oportunidad. Asimismo relató con detalle lo ocurrido desde su llegada a la dependencia, dando cuenta de diversas ocasiones en las que fue amenazado y golpeado por distintos funcionarios. Negó haberse provocado lesiones a sí mismo. Solicitó el inmediato traslado de unidad.

En julio de 2000, dos defensores oficiales del Departamento Judicial de San Martín visitan la Unidad 29 y relevan una situación que describen en los términos que se transcriben a continuación.

Con motivo de la visita realizada a la Unidad 29, se tomó conocimiento, a raíz de una visita sorpresiva de estos dos defensores oficiales, que en la mencionada unidad existiría un régimen sistemático de golpizas, consistente en trasladar a los internos al sector de Sanidad (donde no hay cámaras de video) y proceder a golpearlos, en ocasiones en presencia de los mismos médicos de la Unidad y mientras permanecen esposados, con los puños, puntapiés y bastones de goma, dejándolos allí alojados hasta que desaparezcan las marcas, recibiendo por otra parte diversas amenazas y presiones psicológicas.

En el mes de julio de 2000, un preso de la Unidad 29 presenta *habeas corpus* ante la Cámara de Apelación y Garantías de San Isidro, denunciando

do que allí es golpeado frecuentemente (2 o 3 veces por semana) por los guardias (entre 5 y 10 guardias), quienes lo sacan de la celda y lo llevan a un sector donde no hay cámaras de video y allí lo golpean. También fue amenazado de muerte en forma personal por el jefe del penal.

El 14 de julio de 2000, cuatro presos de la Unidad 29 presentan *habeas corpus* por estar sufriendo torturas. El mismo día, otro preso de la misma unidad carcelaria interpone un *habeas corpus* donde relata la situación en los términos que se transcriben a continuación.

El jefe del penal y el jefe de requisa le pidieron colaboración para trabajar para ellos, que él se negó y como consecuencia recibió golpes con una cachiporra en la cabeza y en distintas partes del cuerpo, que les dijo que no le hagan parte disciplinario contestando ellos que estaba bien, que sólo van a dejar constancia de las lesiones como si fuera un accidente llevándolo a los buzones en los que estuvo 5 días... que aproximadamente a los 20 días después sucedió exactamente lo mismo repitiéndose los golpes, registrándose estos como si fuera un accidente. El mismo día a su vez también aplicaron la sanción disciplinaria de la cual no se lo notificó. Que un día lo llevan a Sanidad, le sacan sangre, que les preguntó para qué, recibiendo como contestación que sólo era por rutina. A [...] días de ello lo llaman nuevamente, el médico de sanidad le comunicó que tenía HIV positivo [...] provocó un estado depresivo estando un par de días sin bajar al patio, que cuando lo hizo, [...] encargados se burlaron riéndose de él, repitiéndose la situación casi todos los días. Que a [...] días de haberse enterado del resultado del análisis el médico de la unidad le manifestó que se [...] de un error en los estudios y que entonces no estaba enfermo, que después al salir continuaron [...] y risas por parte de los encargados y enfermeros... el jefe del penal le dijo que si hacía la denuncia de lo ocurrido y volvía al penal lo van a matar.

En el año 2000 (el 31 de agosto y el 1 de diciembre) dos presos más de la Unidad 29 interponen *habeas corpus*, y en el primer semestre del año 2001 dos presos más denuncian torturas a través de ese recursos judicial.

Entre el 11 de agosto y el 31 de octubre de 2001, en el expediente se reúnen diez presentaciones más de *habeas corpus* con denuncias de torturas en la Unidad 29.

En el mes de noviembre de 2001, en el transcurso de unos pocos días, en una de las salas de la Cámara de Apelaciones se reciben alrededor de 120 presentaciones de *habeas corpus* realizadas por personas presas en la

Unidad 29, reunidas en un solo expediente colectivo que se transforma en el *habeas corpus* cuyo trámite analizaremos a continuación.

La cronología precedente nos lleva a tomar en cuenta la enorme extensión en el tiempo del problema: en abril de 2000 – casi dos años antes de la denuncia masiva producida en noviembre de 2001 – ya circulaba por distintos tribunales una importante cantidad de denuncias por hechos de torturas en esa cárcel y, sin embargo, tardaron en llegar a convertirse en un caso judicial por aplicación de torturas generalizadas.

Durante los dos años precedentes, fueron muchos los funcionarios judiciales que recibieron en sus escritorios expedientes de *habeas corpus* que hablaban de lo mismo, en términos notoriamente parecidos, señalando a menudo a los mismos guardiacárceles como golpeadores y torturadores. Y sin embargo, esto no desencadenó ninguna intervención general e inmediata de la justicia más allá de la decisión de trasladar (o no) al preso denunciante a otra cárcel.

Los contextos y los motivos que permiten entender por qué los distintos funcionarios que recibieron esas denuncias no generaron una intervención más general no son fácilmente aprehensibles y recién comienzan a iluminarse cuando se focaliza el análisis en las formas concretas a partir de las cuales casi dos años después se organiza y desarrolla la intervención del tribunal que decide tomar el caso como un todo y avanzar en la investigación. Estos jueces deciden traer a su espacio a los presos para que, en persona, relaten lo que está ocurriendo en la cárcel; no otra cosa significa la expresión *habeas corpus*: se trata de un antiguo recurso originado en el derecho inglés que dispone la presentación corporal del preso ante las autoridades. Sólo así los jueces llegan a ver y escuchar los hechos de boca de las víctimas, creen en la verdad de lo que relatan, y a partir de ello resuelven intervenir.

Así fue como, después de dos años de trámites previos, muchos hechos de violencia institucional llegaron a convertirse en un caso judicial. Para analizar el complejo camino recorrido para llegar de aquellos hechos a este caso, en lo que sigue se focalizará en el análisis de la forma fragmentada en que en el mundo judicial se va configurando el expediente escrito y la lógica de la escritura a partir de la cual se organizan los hechos.

La cronología reconstruida precedentemente muestra que el orden cronológico de los hechos denunciados que presenta el expediente no coincide con el orden temporal de configuración del expediente mismo, porque este último no opera con una lógica cronológica sino con otro

tipo de lógica que tiene que ver con el tiempo judicial y con la lógica de la prueba (MARTÍNEZ, 2001).

El expediente del *habeas corpus* colectivo que es objeto de este análisis comenzó con las presentaciones simultáneas de un gran número de presos en noviembre de 2001, y es a partir del conocimiento judicial de esos hechos que el tribunal comienza a pedir a otros jueces los expedientes iniciados por hechos parecidos. Así, van llegando al escritorio de los jueces de ese tribunal una serie de *habeas corpus* presentados durante los dos años anteriores que hablan exactamente de lo mismo, y que habían sido vistos por distintos jueces y fiscales, pero no por estos jueces que ahora los recibían.

Si se mira el tema desde la perspectiva de estos funcionarios judiciales, ellos llegan al conocimiento de los hechos de una forma retrospectiva, que va desde el presente hacia atrás. No hay una intervención sobre el problema a partir de la multiplicidad de hechos aislados, sino solamente a partir de una decisión expresa de uno o varios jueces que deciden escuchar el conjunto de voces que denuncian lo mismo.

El proceso, según el relato de uno de los jueces del tribunal que tramitó el caso, comenzó con la presentación de un *habeas corpus* por parte la madre de un preso de la Unidad 29, a partir del cual el tribunal comenzó a citar a su despacho a cada uno de los presos que había denunciado torturas y malos tratos, para escuchar el relato en forma directa.

Esos hombres, según relatan los empleados que tomaron las audiencias y el propio juez que también estaba presente en ellas, llegaban bastante golpeados y todos coincidían en denunciar que estaban amenazados por los guardiacárceles. Algunos, a su vez, presentaban *habeas corpus* por sus compañeros que aun no lo habían hecho. El expediente llegó a contener la denuncia por torturas de unas 140 personas, es decir la casi totalidad de los presos alojados en ese momento en la Unidad 29.

En la transcripción que sigue, el juez al mismo tiempo relata y analiza ese primer momento del expediente:

El primer caso llega por el *habeas corpus* que presenta la madre de un preso. Estas cosas son secretos inguardables. Ellos [se refiere a las autoridades del Servicio Penitenciario] creen que pueden guardarlos, que pueden hacer esto. Pero aparte fíjese que es contradictorio, porque cómo se va a tapar si lo que quieren es que se sepa en la “tumba”, en la “tumba” de la comisaría para calmar la rebelión y que no invadan las cárceles. Porque lo que no quería el Jefe del Servicio Penitenciario de ese

momento es que le invadieran la cárcel con todo el chiquitaje,³ porque en realidad convertían la cárcel en un gran *kindergarten* superpoblado, de chicos todos desarreglados que no hay cómo ponerlos en régimen, porque lo que hay que hacer es decirles vamos a levantarnos temprano y vamos a hacer gimnasia, para empezar hay que comer bien, dormir, hay que empezar por ahí, por lo primero, por lo que empieza un padre. Y ellos no están para eso. Entonces ahí nosotros intervenimos sobre los ciento cuarenta y pico, y ahí empezamos a *llamar más, a traer gente*.

La lectura de este relato del juez que, en primera persona, reconstruye la forma en que se formó el expediente de *habeas corpus*, muestra la importancia que este funcionario da al hecho de *traer* a los presos a sus escritorios, *escuchar* sus relatos, *ver* las marcas de los golpes que presentan.

Es aquí donde aparecen ciertos elementos que ayudan a entender esa particular lógica del expediente que no es cronológica sino de configuración de una verdad de los hechos a partir de fragmentos de relatos de distinto orden: en la lógica de la formación del expediente, solamente la acumulación de lo escrito fragmentario hace posible la exposición oral de una persona presa contando los hechos frente a un juez o tribunal, los que a su vez volcarán eso por escrito para continuar la lógica de la construcción del expediente.

Ahora bien, cabe preguntarse qué elemento operó para hacer posible el cambio de perspectiva de la intervención judicial, y pasar de una serie de jueces y fiscales dispersos que no prestan oído a las denuncias, a un tribunal que sí escucha el reclamo y decide tomar intervención.

A la luz de las creencias del fiscal citado más arriba, quien sostiene que los casos de torturas no son tantos como se piensa, el elemento que marca la diferencia es el cambio de postura del funcionario que lee la denuncia, y pasa por el crédito que cada uno de ellos le otorga al contenido de lo que le llega por escrito. En la mayoría de los casos, los funcionarios descreen *a priori* de la veracidad de la denuncia y prejuizan que el preso está buscando solamente mejorar las condiciones de detención y pasar a otra cárcel o comisaría, y en consecuencia en el mejor de los casos lo traen a su despacho y le toman audiencia sólo para cumplir las formas del procedimiento, pero escuchándolo desde esta postura escéptica, que deriva en un interrogatorio en donde el preso que denuncia es colocado en el lugar de sospechoso que debe ser indagado (MARTÍNEZ, 2005). Cuando un juez o un tribunal, en cambio, dan crédito al contenido de lo que les llega por escrito, cuando están frente a frente con el preso que denuncia lo toman efectivamente como una víctima y lo escuchan como tal.

El tema de las intervenciones concretas de los funcionarios y las creencias sobre las que las mismas se asientan, nos remite a ciertos puntos de la confrontación simbólica de modelos que, en el contexto local, galvaniza posiciones encontradas: la dicotomía modelo inquisitivo escrito *versus* modelo acusatorio oral (BOVINO, 1998; THOMAS, 2001; LIMA, 2005; EILBAUM, 2004). Desde nuestra perspectiva, el caso analizado nos proporciona algunos elementos que contribuyen a complejizar la cuestión, porque al conducirnos más atrás del momento ritual del juicio nos muestra que ese epílogo oral incluye asimismo todas las visiones previas de los funcionarios acerca de la cuestión: en el contexto local, el juicio oral sólo es posible por la acumulación de elementos que han sido reunidos y clasificados de acuerdo a la lógica de lo escrito (GOODY, 1990).

Los jueces y fiscales que fundan su saber en la creencia de que la mayoría de las denuncias de torturas presentadas por los presos son falsas y solamente buscan sacar una ventaja y obtener una mejora en sus condiciones de encarcelamiento, se están colocando desde el inicio en un lugar desde el cual no es posible ni escuchar, ni ver, ni constatar lo que por otra parte los presos no les van a decir, al percibir el posicionamiento inicial de descreimiento.

En consecuencia, poner el énfasis en la oralidad como mecanismo sin tomar en cuenta la compleja dimensión de los contextos de diálogo en los que ella se produce, entre sujetos ubicados en posiciones diferenciadas, oculta la importancia que tienen las visiones y representaciones que las partes involucradas en ese diálogo – vinculadas por una relación marcada por todas las desigualdades –, las cuales delimitan las posibilidades del surgimiento de una verdad judicial.

Los contextos sociales en que se da la interacción entre los sujetos en el caso analizado (funcionarios judiciales de un lado, presos del otro), están delimitados por los estrechos márgenes en que se produce la interacción entre una población encarcelada que, parafraseando a Marx, no funciona como un *grupo para sí* y en consecuencia ve muy limitada su capacidad de imponer su versión de los hechos, y una serie de funcionarios que descreen abiertamente de las versiones de los presos.

La distancia social que separa a unos de otros es la que marca, en definitiva, los límites de un intercambio desigual de relatos y confianzas. El particular lugar social que ocupa el preso es mirado por los funcionarios a través del prisma de la sospecha, y en consecuencia el peso de su palabra se halla muy devaluado frente a los discursos institucionales de sus carceleros. En alguna medida, denunciar a sus carceleros significa para los presos denunciar al mismo estado que los va a juzgar o ya los

ha juzgado por algún crimen, y en alguna medida su denuncia, de no ser probados los hechos, puede devenir en un nuevo crimen como es el de denunciar al soberano, esto es, un crimen de lesa majestad.

El camino judicial de los hechos a los casos

El funcionamiento de las instituciones penales locales supone la ocurrencia casi cotidiana de hechos de violencia institucional, y de acuerdo al modelo del estado de derecho, fundado en la división de poderes, es el Poder Judicial la institución que debe ocuparse de investigar y castigar esos hechos.

El universo de lo que aquí consideramos como violencia institucional reúne un conjunto heterogéneo de hechos que se reconocen como tales a partir de una serie de clasificaciones yuxtapuestas, de las cuales hay dos que es importante resaltar. En primer lugar, tenemos la clasificación jurídica establecida por los tipos del Código Penal, que prevé algunas figuras específicas como *torturas* y *apremios* pero que admiten también el uso de figuras generales como el *homicidio* y las *lesiones* para calificar ciertos actos de violencia cometidos por integrantes de las fuerzas de seguridad. En segundo término, tenemos las taxonomías sociológicas que trasmigran constantemente entre las ciencias sociales y la opinión pública condensada en los discursos periodísticos, campo del cual surgió la muy conocida categoría de *muertes por gatillo fácil* pero también otras tales como *malos tratos*, *razzias* y varias más que sin estar estrictamente definidas en el código son utilizadas a la hora de definir el universo de casos. Las definiciones de una clasificación no necesariamente coinciden con las de la otra, dando lugar a un complejo proceso de construcción social de los delitos (MISSE, 2005), en este caso particular de los delitos cometidos desde el estado.

La categoría violencia institucional funciona como un gran paraguas bajo el cual se reúne una cierta cantidad de imágenes, representaciones, presupuestos y prejuicios. Esto forma, digámoslo así, un sentido común social, pero también un sentido común jurídico y sociológico. Cuando en nuestro ámbito discutimos sobre violencia institucional todos creemos entender de qué estamos hablando. Y sin embargo, entre las clasificaciones legales del Código Penal y las clasificaciones sociológicas y del sentido común social existe una brecha sutil que configura representaciones diferentes para los distintos grupos sociales y sobre los mismos. Los funcionarios judiciales tienen por lo general una idea muy distinta de lo que son las torturas, por ejemplo, que los representantes de las

organizaciones de derechos humanos o las personas que integran los distintos grupos del colectivo social.

Podemos ejemplificar esto a través de una situación ocurrida durante el trabajo de campo; en el marco de un proyecto de investigación llevado adelante con una organización defensora de derechos humanos, me tocaba entrevistar al Fiscal a cargo del Área de Tortura de la Fiscalía General de un distrito judicial del Gran Buenos Aires. Llegué a su despacho, y luego de las presentaciones de rigor el funcionario abrió la charla informal con la siguiente afirmación: “la mayoría de las denuncias por torturas son falsas, los presos sólo buscan mejorar su situación y lo único que quieren es que los trasladen a otra cárcel.

Esta afirmación nos pone frente a la cuestión de las percepciones de ciertos funcionarios judiciales sobre los hechos de violencia institucional, y pone en evidencia que la sola existencia de esos hechos no basta para que la maquinaria judicial de investigación se ponga en marcha, sino que es necesario que se conjugue una serie de elementos que hagan posible la transformación de hechos rutinarios en casos judiciales que merezcan una investigación exhaustiva. Este camino de transformación de los hechos en casos no está libre de obstáculos, tal como lo muestra la anécdota de campo mencionada: para ese funcionario, el relato de una víctima parece no ser suficiente, incluso si le es contado sin intermediarios; su saber adquirido en el oficio le hace sospechar la simulación allí donde el discurso refiere a hechos atroces. Y esta sospecha, esta desconfianza, bloquea el camino del hecho al caso.

La violencia institucional o, mejor dicho, los hechos a los que hace referencia esa expresión compleja, no es una cuestión totalmente desconocida en el mundo tribunalicio y son muchos (aunque no todos) los funcionarios judiciales que reconocen, al menos desde una perspectiva abstracta e indeterminada, la existencia de prácticas tales como golpes, malos tratos e inclusive muertes producidos por policías y guardiacárceles sobre personas a las que cotidianamente persiguen, detienen y vigilan en su encierro. Aun reconociendo su existencia, estos funcionarios parecen considerar esa dimensión de la violencia institucional como un tema que escapa en principio a su esfera de actuación directa y por lo general el interés no pasa de una práctica de estar informado y mostrar conocimiento de las características del mundo carcelario o policial.

Solamente en algunas situaciones puntuales y específicas esos funcionarios judiciales se ven obligados a intervenir: son los casos concretos que llegan a sus despachos en forma de denuncia, y que entran en la esfera

no ya del mero conocer o estar informado, sino de la obligación de tomar conocimiento (una expresión propia de la jerga judicial) e intervenir.

Esa toma de conocimiento y esa intervención judicial se ponen en movimiento a partir del relato de un hecho que aparece denunciado por escrito y no sobre la información transmitida en forma oral que puede llegar a través de distintos mecanismos tales como las visitas a las cárceles, la conversación informal con presos o con otros funcionarios. Así, el problema llega al funcionario envasado en un formato de expediente penal donde se plasma por escrito el relato del hecho ya producido enunciado en las denuncias de las víctimas, sus familiares o algunos funcionarios. En estos casos, la situación exige del fiscal o el juez una intervención que, en teoría, implica investigar lo ocurrido y castigar a los responsables del delito.

Ahora bien, la posición externa en que se colocan los funcionarios al abordar la cuestión desde aquella perspectiva abstracta e indeterminada, los lleva a veces a adoptar una actitud algo ambivalente hacia la existencia de casos de torturas en las cárceles y las comisarías: “existen hechos de violencia, pero tampoco son tantos y tan graves”; “en la mayoría de los casos los presos no quieren impulsar la investigación sino conseguir un traslado a otra cárcel”; “no llegan a los tribunales porque los presos no quieren denunciarlos por temor a las represalias” y otras afirmaciones parecidas aparecen a menudo en las conversaciones con actores del mundo judicial.

Contra poniéndose a esa percepción, algunas cifras sugieren la presencia regular dentro de las cárceles de una serie de hechos de violencia cuyas causas y características nunca llegan a ser fácilmente aprehensibles desde el exterior, pero que a posteriori, en aquellos casos en que logran atravesar las densas capas burocráticas y son denunciados ante la justicia, es frecuente la constatación de que son producto de torturas y malos tratos.

He aquí algunos números que sirven de para ilustrar la cuestión. El número de las llamadas “muertes traumáticas” (bajo esta denominación, los registros del Servicio Penitenciario Bonaerense incluyen las muertes por heridas de arma blanca, ahorcamiento, asfixia y quemaduras, entre otras) en las cárceles de la provincia de Buenos Aires creció casi un 150% entre los años 2000 (26 casos) y 2004 (63 casos). En el año 2004 hubo además 3.792 presos lesionados, lo que significa que en ese año el 15 % de la población carcelaria total de 25 mil personas sufrió algún tipo de lesiones (LITVACHKY; MARTÍNEZ, 2005). Para el año 2007, el Comité Contra la Tortura de la Comisión Provincial por la Memoria obtuvo un dato más

específico a partir de la información oficial enviada por las autoridades carcelarias a la justicia en cumplimiento de la Acordada Nº 2.825 de la Suprema Corte provincial, y proyectando las cifras correspondientes al primer cuatrimestre del año estimó una cifra anual de 6000 hechos de violencia con consecuencias de lesiones para los presos.

Dentro de esta categoría de lesionados, la cifra más llamativa es el número total y la evolución de las denominadas “autolesiones”, es decir, lesiones que aparentemente (según el relato oficial) los presos se provocan a sí mismos: en el año 2000, el número de presos “autolesionados” (según cifras del propio Servicio Penitenciario) fue de 466, en tanto que en el año 2004 fue de 1283, lo que significa un crecimiento de casi el 180% (LITVACHKY; MARTÍNEZ, 2005). En una institución de características totales, con una fuerza militarizada controlando cada uno de los espacios donde las personas presas viven encerradas, es difícil pensar que todos estos hechos de violencia se desarrollen totalmente al margen de la capacidad de intervención de los carceleros. La cifra de torturas encerrada en esta oscura masa de hechos de violencia es difícil de desentrañar, y ello no es el objetivo de ese trabajo. De todos modos, no es difícil concluir que existe entre ellos una relación a analizar.

El contraste entre el grado de violencia que visiblemente se da en las cárceles y la actitud por lo menos negadora de algunos funcionarios judiciales con respecto al fenómeno de la tortura, exige para su análisis un cuidadoso ejercicio de distanciamiento, a fin de colocar el problema en una pregunta que sirva para echar sobre él alguna luz. El eje de análisis no se apoya tanto en la pregunta acerca de cómo es posible que ese funcionario o esos funcionarios, descrean, nieguen, ignoren algo que muchas personas desde el sentido común consideran una verdad incontrastable, sino más bien en la indagación acerca de qué es lo que ellos ven, en qué tiempos y con qué instrumentos se construye esa visión, con qué elementos del contexto se vincula, y de qué manera estos funcionarios deciden intervenir o no intervenir a partir de esas visiones y contextos.

El expediente analizado reunió todos los hechos de torturas denunciados por los presos de una misma cárcel, y al hacerlo configuró en lenguaje judicial una verdad que hasta ese momento sólo circulaba por los pasillos de los tribunales como un rumor, sin provocar la intervención de

los funcionarios. El *hábeas corpus* de noviembre de 2001 muestra que los hechos de violencia institucional deben recorrer un largo camino hasta llegar a convertirse en un caso judicial y que solamente unos pocos logran llegar a serlo; y en ese recorrido deben sortear una serie de obstáculos vinculados principalmente con dos cuestiones. Por un lado, la forma escrita, fragmentaria y de tradición inquisitiva que opera en la construcción de los relatos del expediente judicial, impone un tiempo y una lógica particulares a las investigaciones judiciales que, en el caso de los hechos de violencia, prioriza las cuestiones formales antes que las intervenciones directas, todo ello indicativo de formas locales de producción social de la legalidad que idealizan el lugar de la ley y desatienden las circunstancias empíricas que rodean a los hechos. Por el otro, la distancia social que separa a los funcionarios de los presos determina una actitud de descreimiento *a priori* de los primeros hacia los relatos de los segundos, que habla de las particularidades de una sensibilidad judicial local que da prioridad a las versiones de los carceleros y sospecha de aquellas personas que, privadas de su libertad, denuncian crímenes de estado como la tortura.

Abstract

The institutional violence is part of the work of the security forces in modern state, and any societies are the more tolerance than de others depend the development of de historical process of the social production of the legality. In the local situation, there are a lot off denounces of facts of institutional violence but just a few of them are the juice and the sentence. Views about the judicial sensibility show the sceptical attitudes that don't think the story of the people victim of this fact. The analysis of a judicial case for massive tortures in a prison of the Buenos Aires state enlighten the circumstances and the obstacles in the way from the institutional violence facts of the judicial cases.

Keywords: institutional violence; judicial sensibility; social production of the legality; tortures.

Referencias

- BOVINO, Alberto. Ingeniería de la verdad. In: _____. *Problemas del derecho procesal penal contemporáneo*. Buenos Aires: Ed. del Puerto, 1998.
- CESARONI, Claudia. Cárcel y escuela: una mirada al control disciplinario. *Criminología: cuadernos de Doctrina y Jurisprudencia Penal*, Buenos Aires, n. 2, 2004.

CATELA, Ludmila da Silva. Desaparecidos e direitos humanos: entre um drama nacional e um dilema universal. In: NOVAES, Regina Reyes; LIMA, Roberto Kant de (Org.). *Antropologia e Directos Humanos*. Niteroi, RJ: Eduff, 2001.

EILBAUM, Lucía. La sospecha como fundamento de los procedimientos policiales. *Cuadernos de Antropología Social*: revista de la UBA, Buenos Aires, n. 20, p. 79-91, dic. 2004.

GEERTZ, Clifford. *Conocimiento local*: ensayos sobre la interpretación de las culturas. España: Paidós, 1994.

GOODY, Jack. *La lógica de la escritura y la organización de la sociedad*. Madrid: Alianza, 1990.

LIMA, Roberto Kant de. Policía, justicia y sociedad en el Brasil: un abordaje comparativo de los modelos de administración de conflictos en el espacio público. In: TISCORNIA, Sofía; PITA, María Victoria (Ed.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia, 2005. p. 89-115.

LITVACHKY, Paula; MARTÍNEZ, María Josefina. La tortura y las respuestas judiciales en la provincia de Buenos Aires. In: COLAPSO del sistema carcelario. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS): Siglo Veintiuno, 2005. p. 59-89.

MARTÍNEZ, María Josefina. Los usos de la violencia en los procedimientos penales. *Cuadernos de Antropología Social*: revista de la UBA, Buenos Aires, n. 14, p. 25-42, dic. 2001.

_____. Viaje a los territorios de las burocracias judiciales : cosmovisiones jerárquicas y apropiación de los espacios tribunalicios. In: TISCORNIA, Sofía; PITA, María Victoria (Ed.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia, 2005. p. 167-183.

MELOSSI, Dario. *El estado del control social*. México: Siglo XXI, 1992.

MISSE, Michel. Sobre la construcción social del delito en Brasil. Esbozos de una interpretación. In: TISCORNIA, Sofía; PITA, María Victoria (Ed.). *Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil*. Buenos Aires: Antropofagia, 2005. p. 117-132.

PITA, María Victoria. Violencia policial y demandas de justicia: acerca de las formas de intervención de los familiares de víctimas en el espacio público. In: TISCORNIA, Sofía (Comp.). *Burocracias y violencia*: estudios de Antropología Jurídica. Buenos Aires : Antropofagia, 2004.

THOMAS, Yan. L'aveu, de la parole au corps. In: DULONG, Renaud

(Dir.). *Laveu: histoire, sociologie, philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. p. 17-56.

TISCORNIA, Sofia. El debate político sobre el poder de policía en los años noventa. El caso Walter Bulacio. In: ISLA, Alejandro (Comp.). *En los márgenes de la ley: inseguridad y violencia en el cono sur*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

_____. Violencia policial, derechos humanos y reformas policiales. *Delito y Sociedad: revista de Ciencias Sociales*, [S.l.], año 9, n. 14, 2000.

WINCKELMAN, Johannes. Zur Einführung, 1956. In: WEBER, Max. *Staatssoziologie*, Berlín: Duncker & Humboldt, 1956. p. 7-15. En: MELOSSI, Dario. *El estado del control social*. México: Siglo XXI, 1992.

Otros Documentos

EL SISTEMA de la crueldad II. In: Informe sobre corrupción, tortura y otras prácticas aberrantes en el servicio penitenciario bonaerense 2002-2004. La Plata: Comisión Provincial por la Memoria, 2004.

EL SISTEMA de la crueldad III. In: Informe sobre violaciones a los derechos humanos en lugares de detención de la provincia de Buenos Aires 2006-2007. La Plata: Comisión Provincial por la Memoria, 2007.

LA ILUSIÓN de las cárceles sanas y limpias. In: DERECHOS Humanos en Argentina: informe 2002. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS): Siglo Veintiuno, 2004. cap. 6.

TRATO inhumano en cárceles y comisarías. In: DERECHOS Humanos en Argentina: informe 2002. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS): Siglo Veintiuno, 2002. cap. 7.

VIOLENCIA y superpoblación en cárceles y comisarías. In: DERECHOS Humanos en Argentina: informe 2002-2003. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS): Siglo Veintiuno, 2003. cap. 6.

Notas

¹ En la provincia de Buenos Aires – el estado más importante de los 24 que componen la estructura política territorial de la República Argentina –, hasta el año 1998 rigió un código de procedimientos penales de fuerte impronta inquisitiva que había sido legislado a principios del siglo XX: toda la investigación estaba a cargo de los jueces penales, quienes delegaban esa tarea en la policía. En 1998 se abrió un proceso de reforma judicial a partir de la sanción de un nuevo código procesal que introdujo algunos elementos acusatorios: dio a los fiscales un papel central en la investigación e introdujo la oralidad en la etapa del juicio. A casi diez años de esa reforma, sigue constituyendo un tópico de discusión con grupos a favor y en contra de sus postulados, y ocupa el centro

de los debates políticos de la agenda pública sobre el tema.

² La figura del *habeas corpus* ingresa en la legislación argentina recién en el año 1984, con la sanción de la ley 23.089: “Corresponderá el procedimiento de *habeas corpus* cuando se denuncie un acto u omisión de autoridad pública que implique: 1. Limitación o amenaza actual de la libertad ambulatoria sin orden escrita de autoridad competente. 2. Agravación ilegítima de la forma y condiciones en que se cumple la privación de la libertad sin perjuicio de las facultades propias del juez del proceso si lo hubiere” (artículo 3º). En la provincia de Buenos Aires, el *habeas corpus* está regulado en el Código Procesa Penal promulgado a principios del año 1997 (artículos 405 a 420).

³ Se refiere a los presos jóvenes, de 18 a 25 años, primarios y sin experiencia, que desde la perspectiva del Servicio Penitenciario aparecen como “difíciles de tratar”. Para un análisis del tema del “tratamiento” en el ámbito carcelario, ver Cesaroni (2004, 2005).

Daniel dos Santos*

A FORMAÇÃO DO ESTADO EM ANGOLA NA ÉPOCA DA GLOBALIZAÇÃO

*Uma idéia que não é perigosa não merece ser chamada uma idéia.
(Oscar Wilde, 1856-1900)*

*No entanto muitas das dificuldades que temos de enfrentar estão ligadas a uma ausência da palavra ou pior ainda, ao uso violento e dominador da palavra. Ora um dos poderes da palavra é precisamente de se opor à palavra do poder.
(Philippe Breton, 2003, p. 6-7)*

O Estado não é um dado natural, mas o resultado de um processo social. Através da história das comunidades, o Estado vai sendo construído pelos diferentes actores sociais, e formado pelas relações entre eles. É essa perspectiva que tentamos pôr em evidência ao abordar a questão da formação de um Estado angolano. Para tal, a história de Angola constitui a nossa referência, avançando as múltiplas variáveis que nela intervêm, desde a existência de comunidades distintas pré-coloniais à criação de uma entidade que foi chamada de “nação angolana”, passando pela “sociedade colonial”. Implica o debate sobre a nação e o nacionalismo, as relações entre as comunidades, a questão da igualdade e da diferença, o pluralismo das ordens jurídicas, a violência e a guerra... Finalmente abordamos também as condições da “estadicidade” como um debate fundamental para a construção de um Estado angolano.

Palavras-chave: Estado; nação; poder; dominação; direito; legalidade; legitimidade; pluralismo jurídico; ordens jurídicas; violência; guerra; economia; riqueza social; distribuição da riqueza; comunidades; processo histórico e social; espaço; “estadicidade”.

* Faculté des Sciences Sociales
– Université d’Ottawa.

O Estado é uma instituição na medida em que estabelece e instaura algo de novo, e que se refere a um momento que se pretende universal. Um espaço de afirmação e de movimento no qual um conjunto de actores sociais se reconhecem e partilham o que os unem, ao mesmo tempo que reivindicam o que os distingue. A *praxis social* desses actores não existe num vazio, pois ela se faz acompanhar de um certo enquadramento, de normas e de regras. Como instituição, o Estado “representa” o que está estabelecido, significando um processo social que implica a unidade de uma certa ordem das coisas e das pessoas – organização social e jurídica – e manifestando-se pelo seu poder concreto e simbólico. Portanto, sua legitimidade e autoridade dependem da forma como ele utiliza esses poderes e reforça o universalismo entendido como o “*bem comum*” que relaciona as pessoas com as coisas.¹

Mas as acções e as actividades sociais que definem uma sociedade ou comunidade concretamente constituem também a negação da instituição. Elas significam a possibilidade real de uma democracia reflexiva, isto é, que a democracia só existe quando ela se define por um movimento permanente de contestação. Implica dizer que, para que o Estado exista como instituição, a mesma deva admitir ser questionada de forma constante como fundamento universal. Sem essa dimensão será impossível compreender a *praxis social* de auto-organização e produção dos actores sociais, e as relações de força que cada situação institucional implica. A transgressão, a oposição e a resistência ao enquadramento, às regras e às normas institucionais são realidades sociais concretas, que fazem intrinsecamente parte dos processos de institucionalização e das instituições.²

O “Estado” angolano como instituição, tem uma história própria que se refere a um conjunto de actores sociais angolanos e de relações sociais definidas no tempo (história) e no espaço (limites físicos, geográficos e culturais).³ Ele não surge do nada ou por graça divina, mas como resultado do encontro de vontades e de interesses desses grupos sociais, que, ao se enfrentarem, devem estabelecer *contratos* fundados no reconhecimento dos outros, e assim assumir compromissos mútuos. O Estado é uma instituição profundamente histórica, isto é, sincrônica e diacronicamente construída, em referência às sociedades nas quais existe. Ele não corresponde a uma forma ou a um modelo único e universal, pois é o resultado de uma “construção artificial” e objecto permanente da possibilidade de mudança.

Desde a independência de Angola em 1975 até 2002, ano em que foi morto Jonas Malheiro Savimbi, presidente da U. N. I. T. A., a questão política em Angola custou mais de 1 milhão de vidas humanas (esti-

mativas diversas); mais de 4 milhões de pessoas desalojadas; o colapso quase total das suas infra-estruturas económicas e financeira; uma dívida considerável e constante em termos de progressão, e uma dependência, em relação ao mundo exterior, praticamente elementar e permanente. Enfim, a questão do poder político em Angola causou o empobrecimento e o pauperismo da maioria das populações que vivem nesse espaço controlado pelo que chamamos de “Estado” angolano.

Independentemente das influências e das pressões do mundo exterior, pode-se facilmente observar que “*as fronteiras por dentro da nação*”, utilizando a expressão de Conceição Neto (ver nota 3) não impedem o poder político de parecer exercer-se ou de existir em Angola, mesmo se a *identidade nacional* é um conceito frágil. Apesar da realidade de um território aparentemente unitário, mas na verdade fragmentado e incontrolado; da ausência de uma língua comum – a pretensão de que a língua portuguesa poderá ter essa função não basta – e as dificuldades dos programas dizendo respeito tanto ao ensino do português como das línguas nacionais de Angola; da ausência de se ter em conta a história da diversidade cultural e do processo do trabalho que caracterizam Angola, que põe em causa não somente as relações com a natureza angolana (meio ambiente, terra e recursos naturais, em particular a água), mas as relações entre os próprios angolanos (entre sociedades e cidadãos angolanos e referindo-se à divisão do trabalho, aos modos de produção da riqueza e à sua distribuição), e, sobretudo, os laços concretos com a pluralidade cultural, social, económica e, sobretudo, jurídica e política das *sociedades angolanas*, salvo quando se trata de folclore, de *marketing* político ou de propaganda. Tudo isso constitui um considerável conjunto de obstáculos que necessitam de ser pensados para a construção de uma identidade nacional (que não é *natural*) e para a formação de um Estado próprio. E a razão principal da situação actual é justamente o facto de que se trata de um espaço de poder político, e não de um Estado, pois as funções dessa instituição não se reduzem evidentemente à dominação, mas são múltiplas, contraditórias e estão em constante mudança.

Isto evidencia a inexistência de uma perspectiva de organização e de fundamentos jurídicos e políticos internos, capazes de garantir não apenas uma orientação clara, mas sobretudo a legitimidade de uma pretensa hegemonia política do “Estado” sobre o conjunto social angolano.

Se consideramos que existe um “Estado” em Angola, ele surge na fase pós-colonial, separado da história específica e própria das sociedades que formam o espaço que é Angola. Ele apresenta-se como uma continuidade do período colonial, da história da invasão, ocupação e desenvolvimento

da dominação de um Estado e de uma sociedade exteriores às *sociedades angolanas*. O contexto da globalização acentua ainda mais essa natureza do poder político em Angola, pela corrida desenfreada que desencadeia a disputa por um espaço de negociação com o capital mundial, fonte de possibilidades de acumulação de riqueza (petróleo, diamantes e sector dos serviços e da construção).

O Estado colonial tirava a sua legitimidade do facto de que, como instituição, era essencialmente uma filial do Estado *metropolitano* português, com uma missão e uma função determinadas maioritariamente por este último. O seu objectivo principal era impor e reproduzir as condições materiais, políticas e morais exigidas pela dominação portuguesa em Angola, pela força quando necessário. Para tal, esse Estado colonial possuía, segundo as conjunturas e os momentos, um certo grau de autonomia, de maneira a responder localmente às exigências particulares do exercício dessa dominação. A sua finalidade não era pois de integrar as estruturas políticas e jurídicas africanas numa totalidade que permitisse a construção da “*identidade angolana*”. Ao preservar, de um certo modo, tais estruturas, como, por exemplo, o direito costumeiro africano, o Estado colonial procurava subjugar-las, dominá-las ou controlá-las tendo em vista o cumprimento da sua missão e funções, sobretudo do ponto de vista económico, como no caso da produção agrícola tradicional, tanto no domínio da produção alimentar como no da produção de produtos e de bens agrícolas para a exportação. O exemplo do café é significativo. Em 1970, mais de 1/3 do café produzido em Angola para a exportação provinha da produção dos pequenos agricultores negros. A situação era idêntica em relação a outros produtos agrícolas como o algodão e o açúcar.

Mas, como relembra Cesaltina Abreu, as políticas coloniais agrícolas provocaram

desajustes socio-económicos e culturais (por) terem ignorado as estruturas de produção rurais e agrárias das diferentes regiões do país e os respectivos mecanismos de auto-regulação (que) foram enormemente agravados pela imposição do *modelo de desenvolvimento socialista*.⁴

Portanto, não podemos pensar que o Estado colonial tinha por missão primeira o desenvolvimento das sociedades e dos valores africanos. O seu objectivo era submeter estas últimas a uma lógica de mercado, subjacente à ideia da construção de uma estrutura mental capaz de assegurar plenamente a adesão de uma minoria africana ao seu projecto de desenvolvimento – referência aos processos de aculturação e de assimilação, mas

também de integração das *autoridades tradicionais africanas* – atribuindo-lhe uma função de mediadora, ou intermediária, entre o mundo europeu e o mundo africano, que permitisse a articulação de diferentes modos de produção e diferentes formações sociais, características fundamentais do espaço dito angolano, segundo um quadro normativo português. Tanto do ponto de vista administrativo como político e económico, essa minoria era importante para a criação, manutenção e reprodução dos mecanismos de extracção de acréscimos de riqueza bem como da sua exportação para o exterior, a começar por Portugal, e para a integração da maioria africana nesse quadro.

O despontar dos movimentos políticos e das associações culturais africanas nos anos 1950, e o começo da luta de libertação nacional nos anos 1960, tiveram como consequência uma mudança significativa do Estado colonial e do seu modo de operação. Como instituição central da administração e da gestão coloniais em Angola, esse Estado teve de responder por um lado às pressões dos movimentos políticos *nacionalistas* e às revoltas sociais dos trabalhadores agrícolas africanos (exemplo do massacre da Baixa de Kasanje); e, por outro lado, à pressão particular dos colonos da burguesia colonial; das famílias financeiras da burguesia metropolitana e às exigências do Estado ditatorial português.

Nessas condições o Estado colonial transforma-se num espaço de lutas políticas contraditórias entre as reivindicações da burguesia colonial (e suas facções), e as exigências metropolitanas, ambos os lados procurando a melhor maneira de o instrumentalizar. É também nesse contexto que o Estado colonial reivindica mais autonomia e mais poderes locais. Com a ditadura de António de Oliveira Salazar, em Portugal, Angola passa de colónia a província ultramarina, para finalmente se chamar Estado de Angola (últimos anos do colonialismo), mas sempre num quadro de política colonial. Assim, cada momento corresponde a novas fases das lutas por mais autonomia desse Estado, segundo as reivindicações das diferentes forças políticas e económicas.

O Estado colonial procura, desse modo, deixar de ser uma simples filial para transformar sua estrutura de modo a exercer, além das suas funções e missões tradicionais, uma nova função de mediador das relações e conflitos entre as duas burguesias: uma colonial, que não cessa de crescer e de sonhar com a conquista da metrópole, e outra, metropolitana, fria e distante, que só pensa na garantia de continuar transferindo a riqueza da colónia para seus cofres na metrópole. Outra mediação diz respeito às relações entre essas duas burguesias e o capital mundial, sobretudo americano, inglês e francês, interessados nas

riquezas de Angola. Por vezes, tendo em conta os recursos e a partilha dessa mesma riqueza, o Estado colonial assumia também o papel de instrumento das aspirações da burguesia colonial local diante da burguesia metropolitana.

Como espaço político ou de relações de poder e dominação, o Estado colonial angolano concentrava interesses contraditórios e apresentava-se, nos últimos anos do colonialismo, como uma variável imprescindível de uma solução *neocolonial* ou *compradora*. Isso não significa que, com tal mudança, esse Estado preocupou-se mais em tornar-se um árbitro das relações entre as *sociedades africanas* de Angola e entre estas e as duas burguesias portuguesas. As relações com o mundo africano de Angola mantiveram-se idênticas às do período anterior, salvo no que diz respeito à aceleração do movimento de *proletarização* da mão-de-obra agrícola, da *expansão do mercado capitalista* – mas longe ainda de serem totalizantes –, e da *economia salarial*. Salvo também, evidentemente, o alargamento relativo das políticas de assimilação cultural e a “*compradorização*” das elites pequeno-burguesas africanas locais (negros, mestiços e brancos). Convém, no entanto, realçar, como o faz Conceição Neto e outros autores, as tentativas reformistas que mudaram de certa maneira o quadro e o contexto da evolução do Estado colonial nas duas últimas décadas do colonialismo português em Angola como, por exemplo, a abolição do Estatuto Indígena; o fim das culturas agrícolas obrigatórias (algodão) do trabalho forçado e do “contrato”; a extensão do ensino; a maior diversificação das populações urbanas pelo afluxo às cidades de indivíduos provenientes dos quatro cantos de Angola e a maior mobilidade demográfica e social.

Mas todas essas medidas foram tomadas no sentido de acelerar e aumentar a dominação portuguesa e a exportação das riquezas, agravando, assim, as possibilidades de afirmação de uma identidade social e económica, que evidentemente se manifestará também em nível político e cultural. No entanto, tanto a construção da *identidade angolana* como a formação do “Estado” de Angola não podem ignorar o encontro com a colonização europeia, as mudanças que esse encontro opera nas *sociedades angolanas* a diferentes níveis e de diferentes modos, desde o facto cultural à estrutura social, passando pela economia e pela recepção do direito europeu, e consequentemente pelo face a face com as tradições jurídicas, e os modos de regulação social, africanas.

Da função pública às instituições sociais, económicas e culturais; dos sindicatos “amarelos” às empresas portuguesas e estrangeiras; das funções políticas coloniais às funções políticas do Estado metropolitano, a

cooptação dos africanos pelo sistema colonial fez-se, sobretudo, a partir dessa época, durante os anos 1950, e aumentando a sua cadência de 1960 a 1974. Tais excepções tinham sempre como objectivo aumentar a extração dos acréscimos de riqueza e o ritmo da acumulação do capital, além de obter a todo o custo a formação de uma classe média local, “multirracial e multiétnica”, cuja função principal era servir de elo de ligação e correia de transmissão entre os dois universos e culturas, de um projecto colonial renovado, e procurar uma determinada *legitimação internacional*. Constituía assim as componentes da construção de uma “estabilidade política” necessária a uma certa continuidade, fosse ela colonial ou neocolonial.

Ora, a independência de Angola, em 1975, inseriu-se num contexto histórico que contradizia, à primeira vista, tais planos. Foi inicialmente formulada em termos de uma ruptura em relação ao modelo neocolonial e comprador, que tinha por objectivos – pelo menos em termos da cartilha do partido que conquistou o poder político em 1975 (M. P. L. A.), que se mantém no poder até hoje – a formação de um *homem novo angolano*, a criação de *uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais democrática*. Tal ruptura nunca se realizou, a menos que se considere que a permanência de um modelo institucional e de uma estrutura mental oriunda do sistema colonial, isto é, um modo de pensar o mundo que nos leva a agir forçosamente de determinada maneira, e o seu corolário, a substituição dos indivíduos e das raças, particularmente nos espaços e nos aparelhos do exercício do poder político, constituem as condições necessárias para a formação do “Estado” angolano. Mas essa formação possui menos significado e importância, se não assumir que esse “Estado” deve obrigatoriamente se referir à construção de uma *identidade nacional imaginária/imaginada, limitada e soberana mas que se afirma como uma comunidade*⁵ fundada no reconhecimento das sociedades angolanas e da sua história.⁶

No século XIX, Pierre Joseph Proudhon definia o que era ser governado de uma forma drástica, mas nem por isso menos significativa:

Ser governado é ser guardado à vista, inspeccionado, espionado, dirigido, legislado, regulamentado, parqueado, doutrinado, predicado, controlado, calculado, censurado, comandado, por seres que não têm o título, nem a ciência, nem a virtude. Ser governado é ser, a cada operação, a cada transacção, a cada movimento, notado, registrado, recenseado, tarifado, selado, medido, cotado, avaliado, patenteado, autorizado, rotulado, admoestado, impedido, reformado, corrigido. É, sob pretexto da utilidade pública e em nome do interesse geral,

ser submetido à contribuição, utilizado, resgatado, explorado, monopolizado, extorquido, pressionado, mistificado, roubado, e depois, à menor resistência, à primeira palavra de queixa, reprimido, multado, vilipendiado, vexado, acossado, maltratado, espancado, desarmado, garroteado, aprisionado, fuzilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído e, no máximo, jogado, ridicularizado, ultrajado, desonrado.

Eis o governo, eis a justiça, eis a sua moral!⁷

Aquilo a que chamamos “Estado” angolano parece ter-se transformado no instrumento do pesadelo em que os cidadãos angolanos vivem há mais de 32 anos. Retomando as estruturas, os modos de funcionamento e frequentes vezes as referências documentais jurídicas e positivistas do Estado colonial (por exemplo o código penal) – mesmo quando a linguagem e o vocabulário mudam – ignorando as realidades históricas das *sociedades angolanas*, o “Estado” angolano não faz mais senão assegurar e reproduzir de forma ainda mais dramática e violenta (em parte por ineficácia organizacional) a continuidade da função e dos objectivos do Estado colonial, sobretudo colocando-se como uma estrutura de poder única e “incontornável”, das relações das sociedades angolanas com o capital mundial.

Dado que a sua legitimação situa-se, portanto, fora do espaço dessas sociedades, o “Estado” angolano é incapaz de agir em nome delas e de se apresentar como mediador dessas relações, e das relações entre as sociedades angolanas. O retorno e a recepção dos refugiados angolanos dos países que fazem fronteira com Angola constituem um exemplo, sobretudo o violento caso do regresso dos refugiados pertencetes à nação Kikongo. Actualmente, a globalização, tanto em termos dos Estados quanto do capital financeiro, constitui o suporte económico, político e jurídico do “Estado” angolano e do regime político de guerra e de pós-guerra vigente em Angola até hoje. O “*deal*” substitui o contrato e o direito nacional e internacional, e assim assistimos à criação de formas jurídicas paralelas, privadas e secretas.

Por um lado, o apelo constante aos organismos internacionais para resolver e financiar os problemas locais, e, por outro lado, as concessões sem fim ao capital mundial, criam uma dependência quase total de Angola em relação ao mundo exterior, descurando e menosprezando as prioridades das *sociedades angolanas*, aumentando a rede de clientes e a corrupção.⁸ De 1982 a 1991, a dívida de Angola, a médio e longo prazos, passou de 2.075 milhões de dólares para 7.363 milhões; a de curto prazo, de 271

milhões para 1.355 milhões, e a dívida externa total de 2.346 milhões para 8.718 milhões. Actualmente, graças às receitas do petróleo e dos diamantes, a dívida externa total manteve-se no mesmo nível. A partir de 1983, a guerra civil *começou a se constituir num verdadeiro problema* com custos elevados; até 1991, a percentagem das despesas militares do orçamento geral do Estado representava o dobro, outras vezes o triplo, das despesas com o desenvolvimento económico e social.”⁹

Se a guerra civil constituía um elemento fundamental da retórica das narrativas do poder político em Angola até 2002, acabou também por servir como uma variável independente da construção de histórias contadas através das *sociedades angolanas*. A guerra civil e os danos causados às *sociedades angolanas* não se resumem a uma causa única (o mundo imperialista), mas têm certamente a sua origem em causas internas e locais, entre outras a luta implacável pelo poder. Sendo forçadas a fazerem face a essa realidade – o que significa estabelecer um modo de relação com o “Estado” angolano –, elas também constroem as suas narrações em torno da guerra civil, e criam as formas de justificação e de posicionamento que as permitem sobreviver.¹⁰

Diante da necessidade urgente de fundamentar uma síntese dos períodos pré-colonial e colonial – *o que é a nação angolana e o que são e querem os povos e as sociedades angolanas? E o que fazer com tudo isso e como?* – o “novo Estado” angolano respondeu como se nação e “Estado” fossem uma evidência, ignorando a história dessas sociedades, das suas estruturas sociais, económicas, políticas, jurídicas e culturais, e enveredou, primeiro, por uma perspectiva de “*socialismo de Estado*” (inspirado pelo modelo dos países do leste europeu) que depressa se transformou em “socialismo esquemático”,¹¹ e em seguida pela *via da compradorização* exagerada, como se a formação do Estado angolano fosse um fenómeno natural e não um processo histórico e social. O “Estado” substitui-se às *sociedades angolanas*, quer por preguiça, arrogância ou desprezo das mesmas, pois os detentores do poder político governam como se fossem o centro do mundo angolano.

A crítica e a análise da herança colonial foi sempre efectuada de forma superficial e no sentido de justificar quem deve ter acesso ao poder político e à riqueza improdutivo. O mesmo aconteceu com a herança pré-colonial (ou o encontro com o mundo europeu) pouco conhecidos, apesar do esforço tenaz de alguns pesquisadores europeus, americanos e angolanos que trabalham sem grande apoio do “Estado” angolano. Enquanto no primeiro caso, desfigura-se a história para só se reconhecerem qualidades maquiavélicas relativas à herança colonial, no segundo

também desfigura-se a história, mas para se enaltecer os heróis da “resistência” como principais actores da herança pré-colonial. Nesse sentido, o discurso oficial obedece a critérios puramente ideológicos que nada contribuem para o conhecimento das *sociedades angolanas*.

Para as gerações mais novas, que praticamente não viveram nem participaram da luta pela independência, o discurso e a retórica do “monstro colonial” – hoje em dia o “monstro imperialista” desapareceu das narrativas – permitem, hoje, justificar os piores abusos em relação aos direitos dos cidadãos e às acumulações de riquezas imensas (ilegítimas e ilegais), mesmo ante o direito e à justiça do “Estado” de Angola!

Na medida em que o Estado é uma “*coisa natural*” – em particular seus braços armados, polícia e exército – que existem por ele e para ele próprio, tal “Estado” situa-se ao cimo dos cidadãos e das sociedades angolanas, e não tem de prestar-lhes contas ou ser transparente. Apresenta-se como sendo a única instituição capaz de gerir “as coisas e os homens”, de criar um novo modo de produção “estatal” e reproduzir as relações de dominação. De 1975 a 2008, a tese do “Estado gestor” e monopolizador angolano revela-se um desastre. Torna-se, então, evidente que o “Estado” angolano não necessita (ou pensa que não necessita) conhecer e compreender nem o passado nem as condições presentes dos cidadãos e das sociedades que ele pretende administrar, e ainda menos as suas aspirações futuras. A história de Angola é *propriedade* dos que controlam o espaço do exercício do poder político, entendido como espaço de dominação, confundindo-se com eles e com a sua versão dessa mesma história. São eles que a fazem, apresentando-se como únicos ou principais autores dessa história. Eles possuem a verdade histórica enquanto que os cidadãos angolanos contam histórias. Salvo raras exceções, não é permitido contradizer o “Estado” e seus agentes, ou apresentar outras versões da verdade histórica, sem correr o risco de represálias.

Todas as possibilidades de questionar as regras e as normas, bem como as acções do “Estado” angolano, pelos cidadãos e as suas associações, são geralmente consideradas como ideologicamente inadmissíveis ou como um acto delinvente que exige retaliação ou repressão física ou moral.¹² As noções de diferença – entendida como o que nos distingue e une, a alteridade, e de diferendo, visto como fundamental para a democracia e referindo-se à existência de valores e interesses divergentes, a pluralidade –, constituem ingredientes essenciais para a resolução dos conflitos angolanos, historicamente e socialmente cruciais para a formação de um

Estado angolano. Elas não existem no vocabulário dos grupos e das elites que controlam o espaço político e de dominação em Angola.

O exemplo típico de tal situação nos é fornecido pelas biografias das “personalidades” políticas angolanas, nas quais a história das nações angolanas reduz-se a um conjunto de falsidades e a uma história individual com pretensões a um universalismo alucinante. A quantidade de factos empíricos que corroboram este estado de coisas, e a condição das relações sociais e políticas em Angola, é significativa. A título de exemplo e a propósito da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), Christine Messiant apresenta uma análise e uma síntese bastante completa deste tipo de informação.¹³

O acumular desses factos empíricos, relatados em pesquisas abundantes e em documentos oficiais das instituições internacionais, ano após ano, e o facto de sermos observadores privilegiados, leva-nos a afirmar que o “Estado” angolano não tem as suas origens na história das sociedades que pretende estruturar. Ele não tem bases sociais e jurídicas internas. Tais bases, tão importantes para que as sociedades e os cidadãos se reconheçam nesse espaço de poder, e contribuam para a sua formação, são simplesmente ignoradas.

Encontramo-nos pois, diante de uma estrutura na qual se organizam as relações de poder e dominação com a simples intenção de distribuir rendas obtidas a partir da compradorização, isto é, da “mediação” com o capital mundial. Um espaço que pretende produzir direito e leis, uma legalidade ou ordem jurídica “estatal”, sem ter construído uma legitimidade interna. Neste sentido, as segundas eleições da história de Angola desde 1975, e que se preparam para setembro de 2008, são insuficientes para criar essa legitimidade. Para poder existir, o “Estado” angolano procura uma forma particular de legitimação no exterior das sociedades e dos cidadãos angolanos – o direito de existir pelo reconhecimento dos outros Estados – que só foi possível pelas mudanças estruturais, económicas e políticas próprias à dinâmica e às relações de poder no espaço internacional, engendradas pela globalização. E ao mesmo tempo, ele confunde essa legitimidade exterior com a legalidade interior, acreditando ou fazendo crer que a primeira o autoriza a exercer a segunda, isto é, o direito a exercer a sua violência sobre os cidadãos e as sociedades angolanas.

Para a classe dirigente de Angola, tal reconhecimento exterior é a prova da força do “Estado” angolano, mesmo que a imagem do que observamos no resto do mundo faça com que Angola pareça pouco diferente: o Estado de direito reduzido ao direito do Estado. Para as sociedades

angolanas, ao contrário, trata-se de um sinal da sua fraqueza, da sua incapacidade de encontrar soluções democráticas e duráveis aos problemas que afligem Angola.

O direito internacional, que parece ignorar os direitos humanos concretos e a pluralidade cultural, jurídica, social, económica e política do mundo de hoje, e a função ambígua e pouco clara das instituições internacionais responsáveis por uma certa forma de “governança” mundial (ONU, associações continentais, regionais), são o instrumento e o local do reconhecimento do “Estado” angolano. Desde 1975, é aí que esse espaço e estrutura procura fundar e fazer reconhecer a sua legitimidade, o seu direito de existir e de exercer a sua soberania e violência.

Trata-se de um problema que não é certamente específico de Angola, mas de uma forma geral da África. A ausência de controle de áreas importantes, pretensamente sob jurisdição do “Estado”, e de relações concretas com um número aparentemente cada vez maior de cidadãos e de sociedades, leva-nos a considerar que o “Estado” angolano não existe empiricamente. No melhor dos casos, é uma estrutura e um espaço, que pela força apoia e permite a construção de uma rede de relações, pela qual determinados grupos da “sociedade” angolana colocam-se como intermediários ou compradores, e obtêm amiúde, “fraudulosamente ou ilegalmente”, diferentes formas de rendas (enriquecimento improdutivo) e as distribui segundo as alianças que estabelece (clientelismo).

A outra função dessa estrutura e desse espaço diz respeito ao facto de que o controle de uma ou mais forças, como a potência militar e policial, garante protecção física aos grupos dirigentes, organizados em rede, e mantém um clima de medo, intimidação e dissuasão, por vezes de pânico, sobre os indivíduos e as sociedades angolanas. O que põe em causa a existência de um “Estado” angolano. Max Weber, um dos fundadores da sociologia alemã afirmava que

A violência não é evidentemente o único meio normal do Estado – sem dúvida alguma – mas ela é o seu meio específico. Hoje em dia a relação entre Estado e violência é particularmente íntima... No entanto é necessário conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, nos limites de um território determinado – a noção de território sendo uma das suas características – reivindica com sucesso para si mesmo o *monopólio da violência física legítima*. O que é de facto próprio da nossa época, é que ela não acorda a todos os outros grupos, ou aos indivíduos, o direito de recorrerem à violência que na medida

em que o Estado a tolera este último passa assim por ser a única fonte do “direito” à violência... O Estado consiste de uma relação de *dominação* do homem sobre o homem, fundada sobre o meio da violência legítima (isto é, sobre a violência que é considerada como legítima). O Estado não pode portanto existir se não com a condição dos homens dominados se submeterem à autoridade reivindicada constantemente pelos dominadores.¹⁴

O que tudo isso significa no caso de Angola, é que tais formas de organização política e administração das sociedades implicam o enfraquecimento da legitimidade do “Estado”, isto é ausência de articulação da pluralidade das ordens jurídicas extra-estatais, e o impedimento da construção de uma ordem jurídica estatal (legalidade) que deixe de ser abstracta, dialogue com as sociedades angolanas, e se articule com suas formas jurídicas e judiciárias. Para tal, o direito do Estado e a sua aplicação têm de assumir formas concretas, e de dar ao menos a impressão ou aparência que funcionam de maneira processual permanente e contínua, que referem-se a padrões constitucionais capazes de incluir a alteridade e o pluralismo e garantem protecção aos dominadores angolanos, oferecem uma certa segurança aparente aos dominados, isto é: criam a impressão de que se aplicam a todos os cidadãos e a todas as sociedades angolanas.

Ainda segundo Max Weber, o “Estado” significa a

existência de um grupo [corporativo] social que possui um poder jurisdicional compulsivo – capacidade de obrigar a obedecer – que exerce uma organização contínua e que pode reclamar para si o monopólio da força (violência) sobre um território e a população que o ocupa, inclusive todas as acções ou actividades que se realizam nas áreas da sua jurisdição.¹⁵

Weber insiste sobre o uso da força como meios, isto é os atributos empíricos do Estado, que articulam-se *ao reconhecimento de facto*.¹⁶ Mas tal definição não é completa se não se introduzir a questão das finalidades do Estado, isto é, os atributos jurídicos da “*estadocidade*”,¹⁷ que, por sua vez, dirigem-nos ao *reconhecimento de jure*. A questão das jurisdições territoriais, no espaço e na época da globalização, foi “retirada” às sociedades que o Estado supostamente administra – ponto de vista interno – e passou a ser da competência concreta, real e de jure, da “comunidade mundial dos Estados”, referindo-se, portanto, ao recurso cada vez maior e frequente do direito internacional – ponto de vista externo. O que não significa que essa tendência se impõe sem conflitos e resistências, como, por exemplo, a presença cada vez maior de “ob-

servadores internacionais” para controlar os processos eleitorais – em particular nos países do “terceiro mundo” – a criação de um direito internacional humanitário e de intervenção, a criação de um Tribunal Penal Internacional etc.

Este *tour de passe* conduz a uma situação caricata em que a tendência predominante em Angola – e na maior parte dos estados da África Tropical – é de uma certa continuidade entre o Estado colonial e o Estado “independente”, com o reforço de um Estado “comprador”, cuja legitimidade provém do exterior e cuja legalidade ou ordem jurídica é frequentemente ficção científica porque não se refere à realidade social concreta!

Jackson e Rosberg levantam a seguinte pergunta: como compreender os estados africanos, que devem confrontar-se de forma constante e permanente em múltiplos conflitos políticos, guerras civis, ausência de controle, instabilidade social, política e económica, sem mudanças jurídicas. Acredita-se que muitos dos problemas dos Estados africanos, como os de Angola, residem na questão de definição e realização das condições da sua existência (“*statehood*” ou “*estadacidade*”), isto é os *elementos empíricos*, compreendendo uma população permanente e um governo efectivo que necessita da legitimidade do direito de governar, base da autoridade doméstica, e de possuir a habilidade para governar que consiste na capacidade de dirigir e administrar o aparelho do poder; finalmente, ter em conta as circunstâncias económicas (a pobreza e uma economia fraca afectam certamente a capacidade de governar). A outra dimensão refere-se aos *elementos jurídicos* que estabelecem as exigências para o reconhecimento pela “comunidade internacional” dos Estados, como territórios – a propriedade do solo, das águas (dois domínios que prometem lutas sociais intensas em Angola,)¹⁸ do espaço do Estado – o que significam as fronteiras legais, ainda que sejam totalmente artificiais; e a independência política, que atribui ao Estado o direito de estabelecer relações com outros Estados e de participar da “comunidade internacional”. Mas essa legitimidade externa implica também reconhecimento interno, contrato de sociedade: criação de uma ordem jurídica estatal com aplicação mais ou menos efectiva, e a sua articulação com as ordens jurídicas extra-estatais. É a articulação desses elementos que nos leva a afirmar que a formação de um Estado angolano passa pelo reconhecimento das sociedades angolanas, e pela produção de formas jurídicas e judiciárias nas quais essas mesmas sociedades se reconhecem.

Se considerarmos a existência do Estado em Angola, trata-se de um

Estado fraco, mas com força ou violência suficiente para “eternizar-se” e reproduzir-se, não definitivamente, pois tal situação torna-se histórica e socialmente insustentável em termos de limites políticos, morais e humanos. Do ponto de vista da História, “tudo o que começa também acaba”! Tal situação pode ser quebrada pela inércia e pelo parasitismo do próprio regime ou, no sentido utópico de Ernst Bloch, quando a esperança se transforma em resistências e oposições e constrói um ou vários projectos alternativos, e a acção pública dos actores sociais pode assumir a forma de alianças populares, movimentos sociais e organizações cívicas, nas quais o cidadão opõe as exigências da sua própria vivência local às exigências compradoras e globais da elite política e do capital mundial.

A situação de Angola agravou-se mais pelo facto de que diferentes facções políticas tiveram recurso à força, para reclamar o controle do território e das populações, dentro da mesma lógica. Mas elas são incapazes de manter um monopólio durável em termos de jurisdição. Para os “dirigentes” dessas facções, o reconhecimento do mundo global, exterior às sociedades angolanas, é a prova da força de cada uma delas, e também a possibilidade de reclamar a existência de um Estado que naturalmente lhes pertence em Angola. Para os cidadãos e as sociedades angolanas, isso é antes um sinal da fraqueza dessas facções, e da fragilidade do poder político. A legalidade do Estado resulta do “monopólio” da violência e da força que lhe é atribuído de fora, sem grande aplicabilidade jurídica, e, sobretudo, sem conseqüências para a rede da elite compradora e seus clientes, sem continuidade e sem permanência.

Do ponto de vista do carácter, o “Estado” de Angola é tipicamente nominal, faltando-lhe os verdadeiros poderes de governança e administração; é corrupto e mau gestor. A “estadacidade”, definida como as condições concretas de existência e de funcionamento do Estado, refere-se aos poderes territorial, administrativo interno, mas também à cidadania.

Ora o “Estado” de Angola, produto do passado colonial e da luta pela independência, existe, como já o afirmamos anteriormente, somente através do direito internacional. As conseqüências desta orientação exterior constituem uma das características importantes da “crise angolana”: a guerra civil de 1975 a 2002; a incapacidade de gerir bens, recursos e governar as pessoas; as vítimas que ela causa e o aumento da miséria da maioria das populações das sociedades angolanas.¹⁹ Ao mesmo tempo, os grupos dirigentes e as facções políticas se constituíram a minoria privilegiada. A tentativa de institucionalização democrática de 1992 perdeu-se rapidamente nas lutas violentíssimas entre essas facções rivais e os seus clientes respectivos.

Nessa altura, todas sem excepção ignoraram o carácter pluralista e multinacional das populações angolanas, revelando-se incapazes de articular seus valores culturais e suas instituições, com um projecto nacional e popular de modernização de Angola. O crescimento económico actual é verdadeiro! Dele se vangloriam tanto as instituições internacionais quanto as angolanas, e, em primeiro lugar, o “Estado”. No entanto, o crescimento significa um avanço da compradorização e não da democratização da produção e distribuição da riqueza social. Salvo quando se trata de (des)informar, manipular, cooptar tanto os povos como os opositores, originando uma estratégia, individual e colectiva, de *marketing* político para a inclusão na rede de clientes do poder.

Por outro lado, essas mesmas forças revelaram-se nulas no que diz respeito a objectivos de criação de espaços sociais e económicos capazes de articular realidades distintas, em direcção à autonomia e à redução da compradorização e da dependência externa. O resultado global traduz-se num aumento da pilhagem do património nacional, da criação de um rendimento nacional em favor das contas individuais nos Bancos estrangeiros, sobretudo das facções rivais angolanas e dos seus clientes locais, e das transferências de capital e lucros, sobretudo das empresas transnacionais a operar em Angola.

O que nos leva a chamar a atenção para a posição que o “Estado” angolano, como aparelho, estrutura e espaço, ocupa no xadrez das relações entre o território a que chamamos Angola, a sua pluralidade de raças, culturas e sociedades, e o mundo global. A condição angolana caracteriza-se por uma situação de pobreza e raridade extremas,²⁰ apesar da considerável potencialidade das suas eternamente anunciadas riquezas, e do facto de a taxa de crescimento económico em Angola estar entre as mais elevadas de África (o FMI previa uma taxa de crescimento do PNB de 27% para 2007). Essa situação torna as lutas pela posse da riqueza mais violentas, cruéis e cúpidas. É evidente que a produção de petróleo e diamantes, inseridos neste contexto de pouca riqueza produzida em termos de quantidade e, principalmente, diversidade, não é suficiente para definir uma economia nacional independente, sobretudo depois de uma guerra fratricida prolongada. O “Estado” angolano como espaço de poder e dominação, mesmo fraco e reconhecido no exterior, torna-se um instrumento de negociação e um mecanismo de distribuição das possibilidades de enriquecimento material do universo interior angolano: rendas subtraídas ao capital mundial (petróleo, diamantes); corrupção (desde as firmas multinacionais aos pequenos comerciantes e aos Estados estrangeiros); as “negociatas” (facturas falsas, comércio de importação e exportação, aquisição e compra de equipamentos, de tecnologia); tráficos diversos (de influência, divisas,

drogas, prostituição, viaturas, diamantes, armas, roupas e objectos de consumo quotidiano); ajuda exterior (organismos internacionais, públicos e privados, organizações não-governamentais, Nações Unidas, Estados estrangeiros e suas agências).

A estrutura e o espaço do poder político em Angola funcionam como um *Estado comprador* constituindo o mecanismo/aparelho e o local/urbano de estabelecimento e reprodução de uma rede clientelista, indo dos personagens mais importantes e conhecidos aos menos visíveis, até aos grupos dos “excluídos”, normalmente subalternos, ao serviço dos grupos ou facções dirigentes e dominantes.

Esta rede estende-se tanto no interior como no exterior do território que aparentemente essas facções controlam, uma vez que as embaixadas constituem um prolongamento da mesma estrutura e do mesmo espaço. Mesmo que em termos das leis abstractas do “Estado”, as actividades da rede possam ser ilegais ou delinquentes, a sua proximidade do poder permite a um certo número de grupos clientelistas, sem serem incomodados pela justiça, adquirir e distribuir dinheiro, bens materiais, privilégios e influências por meio da rede.²¹ Assim, os casos conhecidos publicamente constituem a excepção que confirma a regra.

No entanto, do ponto de vista económico, essas actividades constituem um obstáculo à acumulação de capital, ao investimento social e ao desenvolvimento das forças produtivas angolanas, o que não significa ausência mas insuficiência de infra-estrutura social e produtiva. Como mecanismo de distribuição de riqueza ela é, mesmo em condições de raridade e de pobreza:

1. **insuficiente**, pela minoria de indivíduos que inclui, em vista da massa dos deserdados que exclui;
2. **improdutiva**, pois não está geralmente associada ao investimento produtivo – transformação do dinheiro em capital – e em particular não estimula o investimento social, se bem que isso não signifique ausência total de investimento social;
3. **desigual**, na medida em que aumenta continuamente a distância entre ricos, pobres e miseráveis.

Como afirmamos antes, e diante da tal situação que não é específica de Angola, pareceu-nos importante abordar algumas posições que julgamos interessantes para este debate. Bayart e os seus colegas²² defendem a tese da “criminalização do Estado” na África. Referindo-se ao texto, agora

clássico, de Charles Tilly²³ sobre a violência e a formação dos Estados modernos como “crime organizado”, eles consideram o Estado local, ou um espaço, veículo de uma série de actividades generalizadas indo de encontro ao seu próprio “direito”, tornando-se ilegais, transformando-se em actividades de tipo “crime organizado”. No entanto, Tilly toma como referência e objecto de estudo a formação dos Estados da Europa ocidental, e em particular o Estado francês, cujo processo inicial terá sido acompanhado por uma vaga de violência, e marcado pelo facto de que o Estado se apresentava diante das sociedades como uma associação de malfeitores, condição fundamental para o desenvolvimento da burguesia como classe social (capitalismo mercantil), e para o que Marx chamou de acumulação primitiva e selvagem do capital. Nessa perspectiva, o *Estado criminoso* torna-se, então, a condição da criação de um excedente que permite a passagem da riqueza (acumulação primitiva) ao capital, ao investimento produtivo, e à emergência de um Estado fundado no direito – Estado de direito.

O argumento de Tilly

realça a interdependência entre fazer guerras e a formação do Estado, e a analogia entre ambos os dois processos e o que... chamamos de crime organizado. Afirimo que a guerra produz Estados. Que o banditismo, a pirataria, a rivalidade entre bandos, o policiamento, e fazer guerras são acções que pertencem todas ao mesmo *continuum*, e que, durante um período historicamente limitado em que os Estados nacionais se tornaram as organizações dominantes nos países ocidentais, o capitalismo mercantil e a formação do Estado se reforçaram mutuamente.²⁴

A aplicação da tese de Tilly à África, a criminalização do Estado como possibilidade de desenvolvimento de uma burguesia nacional africana, parece-nos levantar mais problemas do que resolvê-los. Desde o início do seu artigo, Tilly é o primeiro a avisar sobre o perigo de querermos comparar a situação dos países do “Terceiro Mundo” no século XX com a situação da Europa nos séculos XVI e XVII.²⁵ O seu propósito é que o “exemplo” europeu possa servir, evitando a exploração violenta e coercitiva que o caracteriza (do crime organizado às guerras), à construção dos “Estados” do “Terceiro Mundo”. No caso de Angola, a classe dirigente angolana é corrupta e corrompida; é “affairiste”; pratica ilegalidades de forma constante, faz tráfico de influência e de dinheiro, de armas, de diamantes; fabrica falsos documentos... Mas em 33 anos, ela ainda não deu sinais de que na verdade acumula capital.²⁶ Ao contrário de criar investimento produtivo, e de transformar a riqueza que usurpa como “crime organizado” em capital, ela adota uma atitude de ostentação e

desperdício, colocando essa riqueza nos bancos dos países ricos, e comprando nesses mesmos países bens de luxo. No entanto, ainda que se possa facilmente indicar e identificar os indivíduos e os grupos de indivíduos que praticam tais actos – em grande parte agentes do Estado mas não somente é praticamente irrealizável – acusá-los e levá-los perante a “justiça” do Estado como criminosos. E muito menos “acusar” a instituição na sua totalidade! Isso se revela uma tarefa impossível. O que nos leva à outra dimensão do problema: a formação do Estado fundado no direito. Bem certo que estes autores não se referem à eliminação social da “galinha dos ovos de ouro”. Mas verdadeiramente, se essa acumulação fosse feita, e possibilitasse a formação de uma burguesia nacional, esta própria seria a primeira a reivindicar o Estado de direito para se proteger da concorrência. O que não acontece ainda em Angola.

Tilly não se refere à criminalização do Estado nação, indica um processo e seus mecanismos, que, segundo as definições atualmente aceitas como universais, põem em relevo as condições de emergência e formação, isto é: de um modo de construção social do Estado moderno, centralizador, homogeneizador e uniformizador. Em outros termos: estuda as acções e os comportamentos que à luz do Direito dessa época, e para as regiões anteriormente indicadas, são considerados criminosos, e contribuem para a acumulação da riqueza e para a sua transformação em capital produtivo. Ao mesmo tempo, Tilly afirma a exigência que tal processo implica para chegar à constituição de um Estado moderno: a produção cada vez maior de normas e de regras, e a criação de um ordenamento jurídico.

Na África e em Angola, o Estado colonial precede o Estado independente, ainda que os germens da modernização possam estar presentes na imposição colonial.²⁷ Mas tais condições não são as que descreve Tilly para o caso europeu. A reforçar o processo de acumulação primitiva na Europa não podemos esquecer a formação dos impérios coloniais. No Japão, ao contrário da Europa, houve um processo de isolamento e de clausura. Na primeira, o desmoronamento dos Estados continua até hoje, pois eles continuam sendo “feitos, desfeitos e refeitos” ao sabor de várias guerras regionais, e de duas guerras mundiais. No segundo, depois de um longo e violento processo de disputas entre os “senhores da guerra” (*warlords*), no qual a região inteira se fechou ao resto do mundo, de guerras fratricidas e de pilhagens sem fim, nasceu, enfim, o Estado moderno e unificador, centralizador etc.

Ao “Estado” angolano actual falta legitimidade para “administrar e governar” as sociedades angolanas. Graças ao reconhecimento político

e jurídico do mundo exterior, ele afirma e “impõe” uma certa ordem jurídica, a sua legalidade, na maior parte dos casos fundada e inspirada pela herança colonial. Essa hegemonia estatal significa uma conceptualização da situação angolana arriscada e pouco operacional se nos situarmos na perspectiva de Tilly e Bayart: como levar o Estado angolano perante os tribunais quando os seus representantes cometem delitos ou crimes? Como obrigar o Estado a respeitar as suas leis e o seu direito ou ainda reprimir a sua delinqüência? É que o “Estado” angolano e o seu direito precedem a criação de uma burguesia nacional. Ele poderia ser instrumental no desenvolvimento dessa classe, mas como ele próprio desconfia dela, o seu direito e a sua justiça são pouco eficazes. Não oferece a *protecção* necessária ao estabelecimento e desenvolvimento de uma burguesia angolana, mas de um grupo particular de clientes e agentes que acumulam riqueza improdutiva.

Aplicar a tese de Charles Tilly a Angola ou à África ao sul do Sahara obriga-nos a uma certa prudência, pois não se trata simplesmente de constatar que o aparelho do pretense Estado foi invadido e controlado por indivíduos que não respeitam as leis desse mesmo Estado, e que, apesar da *protecção* de que eles gozam, são – na maior parte dos casos – incapazes de transformar a riqueza assim acumulada em capital produtivo. Ele apresenta-se, pois, não só como um obstáculo à construção da identidade angolana, mas também como um freio à formação do Estado angolano, e, por consequência, ao desenvolvimento de uma burguesia nacional.

Acrescentemos a esse facto um outro que se refere ao problema da ruptura com o quadro da estrutura mental dominante, e de distinguir que a ordem do discurso não se resume às palavras, mas implica modos de pensar que definem, regulamentam e disciplinam as formas e os conteúdos da acção. Aplicar a tese de Tilly literalmente à Angola, mesmo sem cair em exageros, seria aceitar que a história é só uma, que não existe espaço para o particular e o relativo. Seria aceitar uma nova fórmula imperial: todos os Estados formam-se da mesma maneira e desenvolvem-se segundo processos idênticos, um “modo universal único”.

As elites políticas de Angola contribuem, provavelmente sem se darem realmente conta, ao definhamento da herança colonial. A relação entre a legalidade pela força e a legitimidade pelo exterior encurrala o “Estado” angolano, que se reduz progressivamente a um espaço de lutas internas cruciais extremamente violentas e devastadoras. A idolatria ou o “feitiçismo” do poder e a raridade tornam caducas a legitimidade que não existe no interior das sociedades angolanas e a legalidade que ninguém respeita, a começar pelas elites políticas.

Que me seja permitido repetir uma questão primordial e essencial: O que é Angola; uma nação ou várias nações? O que é o Estado em Angola, e se Angola necessita de um Estado, qual? Modestamente, esperamos ter avançado um número de elementos suficientes e convincentes, de que não se poderá pensar na formação de um Estado angolano se ela não for abordada do ponto de vista das sociedades angolanas, da mesma maneira que a questão da nação angolana não pode ser estudada sem o debate sobre a formação do Estado. Para tal, será necessário adoptar uma perspectiva pluralista e pluridisciplinar como posição epistemológica e metodológica; e marcar voluntariamente uma certa distância em relação às posições tradicionais sobre Estado, comunidade e nação, lembrando que esta última é

uma comunidade política imaginária, e imaginada como intrinsecamente limitada e soberana.... Ela é *imaginária* (*imaginada*) porque mesmo os membros da mais pequena das nações jamais conhecerão a maior parte dos seus concidadãos: nunca os cruzarão nem ouvirão falar deles, mesmo se no espírito de cada um a imagem da sua comunhão permanece viva [...]. A nação é imaginada como *limitada* porque mesmo a maior delas, podendo congrega até mil milhões de seres humanos, tem fronteiras finitas, apesar de poderem ser elásticas, por detrás das quais vivem outras nações [...]. Ela é imaginada como *soberana* porque o conceito surgiu no momento em que as Luzes e a Revolução destruíam a legitimidade de um reino dinástico hierarquizado e de ordem divina... as nações sonham de serem livres e de serem directamente, mesmo se elas se colocam sob a protecção divina. O Estado soberano é a caução e o emblema dessa liberdade [...]. Enfim, ela é imaginada como *comunidade* porque independentemente das desigualdades e da exploração que aí possam reinar, a nação é sempre concebida como uma camaradagem profunda, horizontal.²⁸

Abstract

The State is not a nature's gift but the result of a social process. It is built through the course of the history of human communities by social actors within and without those communities, and shaped by the elaborate relations and interactions that take place between and among them, in time and space. Using such perspective to understand and advance possible pathways of the formation process of the Angolan State, means that one is supposed to refer to the history of Angola, and to rely on the multiple variables that may intervene in it, from the existence of distinct pre-colonial communities to the creation of what has been named the "Angolan nation", but also

the “colonial society”. This implies to engage the debate on the question of nation and nationalism, on the relations between the communities, on the important discussion over equality and alterity, on the place of legal pluralism and legal orders, on violence and war... And finally to debate the conditions of statehood, all of them of the utmost importance for the building of an Angolan State.

Keywords: state; nation; power; domination; law; legality; legitimacy; legal pluralism; legal order; violence; war; economy; social wealth; distribution of wealth; communities; social and historical process; space; statehood.

Referências

ABREU, Cesaltina. A ruralização do desenvolvimento em Angola. *Ciências Sociais/Textos de análise*, Luanada, v. 2, n. 10, p. 9-15, nov. 1991. CODESRIA/ Grupo de trabalho.

ALAVI, Hamza. Lo stato nelle società postcoloniali: l'esempio del Pakistan e del Bangladesh. *Problemi del Socialismo*, [S.l.], terza serie, v. 14, n. 10, p. 582-608, 1972.

ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola, a cultura do medo*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.

AMSELLE, Jean-Loup; M'bokolo, Elikia. *Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et État en Afrique*. Paris: La Découverte, 1985.

ANDERSON, Benedict. *L'imaginaire national: réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*. Paris: La Découverte & Syros, 2002.

ANDRADE, Mário Pinto de. *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ANSTEE, Margaret Joan. *Orphan of the cold war: the Inside Story of the Collapse of the Angolan Peace Process, 1992-93*. New York : St. Martin's Press, 1996.

ANTIPODES. Angola. *Ni guerre ni paix*, [S.l.], v. 134-135, p. 7-65, dez.1996.

BADIE, Bertrand. *L'État importé: l'occidentalisation de l'ordre politique*. Paris: Fayard, 1992.

BALIBAR, Etienne; Wallerstein, Immanuel. *Race, nation, class: ambiguous Identities*, London : Verso, 1991.

BATES, Robert H. *Prosperity and violence*. New York: W. W. Norton, 2001.

BAUDRILLARD, Jean. *Palavras de ordem*. Porto: Campo das Letras, 2001.

AYART, Jean-François. Le crime transnational et la formation de l'État. *Politique Africaine*, [S.l.], n. 93, 93-104, Mars 2004.

BAYART, Jean-François; ELLIS, Stephen; HIBOU, Béatrice. *La criminalisation de l'État en Afrique*. Bruxelles: Complexe, 1997.

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Veja, 1999.

BRAUD, Philippe. *Penser l'État*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

BRETON, Philippe. *Éloge de la parole*. Paris: Éditions La Découverte, 2003.

BRITTAIN, Victoria. *Morte da dignidade: a guerra civil em Angola*. Lisboa: Dom Quixote, 1996.

BRUNER, Jerome. *Making stories: law, literature, life*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2002.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *L'État global*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2007.

CALADO, José Carlos. *A emergência do empresariado em Angola: motivações e expectativas*. Coimbra: Pé de Página, 1998.

CONCEIÇÃO NETO, Maria. *As fronteiras por dentro da nação: divisões étnicas, socio-económicas e socio-políticas numa perspectiva histórica*. Comunicação apresentada na Conferência Angola: a crise e o desafio democrático, Programa Angola/Canadá, ADRA/Angola e CIDMAA/Canadá, Luanda, 24 a 26 de agosto de 1992.

_____. Contribuições a um debate sobre 'as divisões étnicas' em Angola. *Ciências Sociais/Textos de análise*, Luanda, v. 2, p. 16-35, nov. 1991. CODESRIA/ Grupo de trabalho.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2. ed. Oeiras: Celta, 1999.

CARVALHO, Paulo de. *Angola, quanto tempo falta para amanhã*. Oeiras: Celta, 2002.

CORDELIER, Serge. *Nations et nationalismes*. Paris: La Découverte, 1995.

CORREIA, Pedro de Pezarat. *Angola, do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin, 1996.

DÖPCKE, Wolfgang. *Crises e reconstruções: estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos*. Brasília: LGE, 1998.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1998.

ESPOSITO, Roberto. “Communauté” ne signifie pas identité, mais altérité. *Le Monde*, Paris, p. 18, 19 déc. 2000.

FERREIRA, Manuel Ennes. *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)*. Lisboa: Cosmos: Instituto de Defesa Nacional, 1999.

_____. Características e tendências das relações económicas entre Portugal e a R. P. Angola. In: TORRES, Adelino et al. (Coord.). *Portugal-PALOP: as relações económicas e financeiras*. Lisboa : Escher, 1991. p. 49-83.

_____. La reconversion économique de la nomenclatura pétrolière. *Politique Africaine*, [S.l.], v. 57, p. 11-26, Mars 1995.

GARAPON, Antoine; PERDRIOLLE, Sylvie. *Quelle autorité?* Paris: Autrement: Hachette Littératures, 2000-2003.

GAUDUSSON, Jean du Bois de; MÉDARD, Jean-François. L'État en Afrique: entre le global et le local. *Afrique contemporaine*, Paris, n. 199, juil./sept. 2001.

GLOBAL WITNESS. *A crude awakening*. London, 1999.

_____. *Les affaires sous la guerre: armes, pétrole & argent sale en Angola, Marseille, Agone*. London, 2003.

GOODY, Jack. Modèles étatiques et moyens de production. *Cahiers de l'Institut Universitaire d'études du Développement: les Espaces du Prince: l'État et son expansion dans les formations sociales dépendantes*. Paris: Presses Universitaires de France; Genève: Institut Universitaire d'Études du Développement, 1977. p. 103-128.

GOODY, Jack. *Pouvoirs et savoirs de l'écrit*. Paris: La Dispute: SNÉDIT, 2007.

GONÇALVES, António Custódio. Identités et altérités en Angola: enjeux et défis. In: CONTANTOPOULOU, Chryssoula (Dir.). *Altérité, mythes et réalités*. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 161-171.

GOYARD-FABRE, S. Le peuple et le droit d'opposition. *Cahiers de philosophie politique et juridique*, Caen/França, v. 2, p. 69-87, 1982. (Actes du Colloque “Philosophie et démocratie”, Caen, 26-27 Mai).

HODGES, Tony. *Angola: do afro estalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2002.

INTERNATIONAL MONETARY FUND-IMF. *Report of the Working Group on Transparency & Accountability*. Washington, D. C., 1998.

JACKSON, R. H.; ROSBERG, C. G. Sovereignty and underdevelopment: juridical statehood in the african crisis. *The Journal of Modern African Studies*, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 1-31, 1986.

_____. Why Africa's weak states persist: the empirical and the juridical in statehood. *World Politics*, [S.l.], v. 35, n. 1, p. 1-24, Oct. 1982.

JAIME, Drumond; BARBER, Helder. *Angola: depoimentos para a história recente, 1950-1976*. Luanda: [s.n.], 1999.

JORGE, Manuel. *Para compreender Angola: da política à economia*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

KEARNEY, Richard. *On stories*. London: Routledge, 2002.

LEVRERO, Renato. Nación, metropoli y colonias en Marx y Engels. *Cuadernos ANAGRAMA*, Barcelona, 1975.

LEYS, Colin. The 'overdeveloped' postcolonial state: a re-evaluation. *Review of African Political Economy*, [S.l.], v. 3, n. 5, p. 39-48, Spring 1976.

LOPES, Carlos. *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné Bissau*. Lisboa: Ed. 70, 1982.

MAIER, Karl. *Angola: promises and Lies*. London: Serif, 1996.

MAMDANI, Mahmood. *Citizen and subject: contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

MARTINIELLO, Marco. *L'ethnicité dans les sciences sociales contemporaines*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

MARX, Karl. *El colonialismo*. México: Grijalbo, 1970.

MCMILLAN, John. The main institution in the country is corruption: creating transparency in Angola. *CDDRL Working Papers*, Stanford, v. 36, 7 Feb. 2005.

MENEZES, Solival. *Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: Edusp, 1999.

MESSIANT, Christine. La Fondation Eduardo dos Santos (FESA). *Politique Africaine*, Paris, v. 73, p. 82-102, mar. 1999.

MIGDAL, Joel S. *Strong societies and weak states: state-societies relations and state capabilities in the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

MIGUEL FRANCISCO. *Nuvem negra: o drama do 27 de maio de 1977*. Lisboa: Clássica, 2007.

MORICE, Alain. Commerce parallèle et troc à Luanda. *Politique Africaine*, [S.l.], v. 17, p. 105-120, Mars 1985 .

NATIONS UNIES. *Rapport Robert Fowler (S/2000/203)*. New York, 10 Mars 2000.

NEWITT, Malyn; Chabal, Patrick; Macqueen, Norrie. *Community & State in Lusophone Africa*. London : King's College: Univesity of London, 2002.

NIEMANN, Michael. War making and state making in Central Africa. *Africa Today*, [S.l.], v. 53, n. 3, p. 21-39, Spring 2007.

OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. *Aspectos da delimitação das fronteiras de Angola*. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

PACHECO, Fernando. *A problemática da terra no contexto da construção da paz: desenvolvimento ou conflito?* [200-]. Disponível em: <http://www.c-r.org/accord/ang/accord15_port/09.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2005.

PARSONS, Imogen. *Conflict and the (De) formation of the State in Angola*. London: King's College: University of London. Disponível em: < <http://www.kcl.ac.uk/depsta/humanities/pobrst/parsons/intro.html>>. Acesso em: 25 out. 2002.

PAWSON, Lara. O 27 de Maio Angolano visto de baixo. *Relações Internacionais*, [S.l.], p. 150-176, jun. 2007.

PROUDHON, Pierre Joseph. *Idée générale de la révolution au XIXe siècle*. Paris: Groupe Fresnes-Antony, [19--].

ROCHA, Alves da. O difícil combate para reduzir a pobreza em Angola. *África 21*, [S.l.], n.14, p. 33-35, fev. 2008.

RELA, José Manuel Zenha. *Angola entre o presente e o futuro*. Lisboa: Escher, 1992.

REX, John. *Raça e etnia*. Lisboa: Estampa, 1988.

ROQUE, Fátima. *Apelos angolanos*. Lisboa: Hugin, 2000.

_____ et al. *Economia de Angola*. Venda Nova: Bertrand, 1991.

SANGO, André de Oliveira João. Angola: uma tentativa de acomodação das diferenças. In: REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ÁFRICA – RIHA: a dimensão atlântica da África, 2., 1997, São Paulo. *Anais...* São Paulo: CEA-USP: SDG-Marinha: CAPES, p. 131-146, 1997.

SANTOS, Daniel dos. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 99-133, 2001.

_____. L'Angola à la croisée des chemins: la démocratie, le pouvoir politique et la Constitution. In: CONAC, Gérard; DREYFUS, François ; MONTEIRO, José Oscar (Dir.). *L'Afrique du Sud en transition: réconciliation et coopération en Afrique Australe*. Paris: Economica, 1995. p. 249-266

_____. L'État périphérique et les classes sociales, référence particulière à l'Afrique. *Critiques socialistes*, Hull/ Québec, n. 3, p. 141-159, automne 1987.

_____. O direito costumeiro e a formação do Estado africano. *Revista Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 31-48, 2006.

_____. Por uma outra justiça: Direito penal, Estado e Sociedade. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, p. 127-139, nov. 2004.

_____. Sociedade política e formação social angolana (1975-1985). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 209-220, dez. 1997.

_____. The Second Economy in Angola: Esquema and Candonga. In: LÓZ, Maria (Ed.). *The second economy in marxist states*. London: The Macmillan Press, 1990. p. 157-174

SOGGE, David. *Sustainable peace: Angola's recovery*. Harare, Southern Africa: Research and Documentation Centre, 1992.

SORENSEN, Georg. War and state-making: why doesn't it work in the third world? *Security Dialogue*, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 341-354, 2001.

SPENCER, Herbert. *Le droit d'ignorer l'État*. Paris: Les Belles Lettres, 1850/1993.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*. Luanda: Nzila, 2001. v. 1: 1962-1974; v. 2: 1974-1877.

THE ANGOLA file. *Southern Africa Report*, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 7-20, Dec. 1999.

TILLY, Charles. Charles Tilly. War making and state making as organized crime. In: EVANS, Peter; RUSCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 169-191.

_____. *Why?* Princeton: Princeton University Press, 2006.

VERA Cruz, Elizabeth Ceita. *O Estatuto do Indigenato (Angola): a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Luanda: Chá de Caxinde, 2005.

VERSCHAVE, François-Xavier. *Lenvers de la dette: criminalité politique et économique au Congo-Brazza et en Angola*, Marseille, Agone. [S.l.: s.n.], 2001.

VON HUMBOLDT, Wilhelm. *Os limites da acção do Estado*. Porto: RÉS, 1990.

WEBER, Max. *Le savant et le politique*. Paris: Librairie Plon: Union Générale d'Éditions, 1959.

_____. *The theory of social and economic organization*. New York: Free Press, 1964.

Wright, George *A destruição de um país: a política dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Lisboa: Caminho, 2000.

Notas

¹ Ver SANTOS, Daniel dos. O direito costumeiro e a formação do Estado africano. *Revista Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 31-48, 2006; L'État périphérique et les classes sociales, référence particulière à l'Afrique. *Critiques socialistes*, Hull/ Québec, n. 3, p. 141-159, automne 1987. Mas também dois textos clássicos imprescindíveis para este debate, de Hamza Alavi: Lo stato nelle società postcoloniali: l'esempio del Pakistan e del Bangladesh. *Problemi del Socialismo*, [S.l.], terza serie, v. 14, n. 10, p. 582-608, 1972 e de Colin Leys: The 'overdeveloped' postcolonial state: a re-evaluation. *Review of African Political Economy*, [S.l.], v. 3, n. 5, p. 39-48, Spring 1976.

² A propósito dos direitos de oposição e de resistência ver GOYARD-FABRE, S. Le peuple et le droit d'opposition. *Cahiers de philosophie politique et juridique*, Caen/França, v. 2, p. 69-87, 1982.

³ Ver a comunicação de Maria Conceição Neto: *As fronteiras por dentro da nação: divisões étnicas, socio-económicas e socio-políticas numa perspectiva histórica*. Comunicação apresentada na Conferência Angola: a crise e o desafio democrático, Programa Angola/Canadá, ADRA/Angola e CIDMAA/Canadá, Luanda, 24 a 26 de agosto de 1992; o seu artigo: Contribuições a um debate sobre 'as divisões étnicas' em Angola. *Ciências Sociais/Textos de análise*, Luanda, v. 2, p. 16-35, nov. 1991; e a obra importante de Joaquim Dias Marques de Oliveira: *Aspectos da delimitação das fronteiras de Angola*. Coimbra: Coimbra Editora, 1999. Sobretudo o cap. 2: As origens das fronteiras africanas,

- p. 19-64.
- ⁴ ABREU, Cesaltina. A ruralização do desenvolvimento em Angola. *Ciências Sociais/Textos de análise*, Luanada, v. 2, n. 10, p. 9-15, nov. 1991. CODESRIA/ Grupo de trabalho.
- ⁵ Referimo-nos ao conceito de nação definido por Benedict Anderson em *L'imaginaire national: réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*. Paris: La Découverte & Syros, 2002.
- ⁶ SANGO, André de Oliveira João. *Angola: uma tentativa de acomodação das diferenças*. In: REUNIÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE ÁFRICA – RIHA: a dimensão atlântica da África, 2., 1997, São Paulo. *Anais...* São Paulo: CEA-USP: SDG-Marinha: CAPES, p. 131-146, 1997. O autor aborda esta questão estabelecendo hipóteses sobre a melhor forma de “possibilitar a convivência de diferentes grupos e interesses, mantendo a unidade do Estado”. Ainda que a sua perspectiva seja diferente da nossa, consideramos o facto de reconhecer as *diferenças* e a necessidade de as *acomodar* como uma contribuição importante para o debate que nos interessa.
- ⁷ PROUDHON, Pierre Joseph. *Idée générale de la révolution au XIXe siècle*. Paris: Groupe Fresnes-Antony, [19--]. p. 248.
- ⁸ MCMILLAN, John. The main institution in the country is corruption: creating transparency in Angola. *CDDRL Working Papers*, Stanford, v. 36, 7 Feb. 2005.
- ⁹ Ferreira, Manuel Ennes. *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)*. Lisboa: Cosmos: Instituto de Defesa Nacional, 1999. p. 72, 118, 314.
- ¹⁰ Trata-se de uma abordagem essencial que resta por fazer, mas de um campo de pesquisa primordial para se compreenderem os modos de reprodução desse espaço em Angola. Ainda que não se refiram ao caso particular de Angola, permito-me assinalar várias referências que considero interessantes: DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1998; CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2. ed. Oeiras: Celta, 1999; BAUDRILLARD, Jean. *Palavras de ordem*. Porto: Campo das Letras, 2001; KEARNEY, Richard. *On stories*. London: Routledge, 2002; BRUNER, Jerome. *Making stories: law, literature, life*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 2002; TILLY, Charles. *Why?* Princeton: Princeton University Press, 2006; GOODY, Jack. *Pouvoirs et savoirs de l'écrit*. Paris: La Dispute: SNÉDIT, 2007.
- ¹¹ The Second Economy in Angola: Esquema and Candonga. In: LÓS, Maria (Ed.). *The second economy in marxist states*. London: The Macmillan Press, 1990. p. 161.
- ¹² Independentemente das oposições e das resistências poderem ser também de natureza violenta, o certo é que até recente data mesmo os mais elementares direitos civis, liberdades e direitos humanos, eram estritamente reprimidos pelo “Estado” angolano, e isso desde o início da independência. O caso mais recente refere-se à tentativa de expulsar os habitantes dos bairros pobres de Luanda, os musseques, ligado à especulação imobiliária e aos investimentos em condomínios fechados e residências de luxo. Para os pobres é uma questão de direitos fundamentais: terra, água, alojamento, saúde... e liberdade. Para uma visão geral dos primeiros anos da independência, ver o livro de entrevistas com “personalidades” angolanas: JAIME, Drumond; BARBER, Helder. *Angola: depoimentos para a história recente, 1950-1976*. Luanda: [s.n.], 1999. A propósito dos acontecimentos do 27 de Maio de 1977, definidos muitas vezes como tentativa de golpe de estado, ver sobretudo o excelente artigo de Lara Pawson: O 27 de Maio Angolano visto de baixo. *Relações Internacionais*, [S.l.], p. 150-176, jun. 2007. Os livros de testemunhos são dificilmente verificáveis, mas convém assinalar um dos últimos: MIGUEL FRANCISCO. *Nuvem negra: o drama do 27 de maio de 1977*. Lisboa: Clássica, 2007.
- ¹³ Sobre esta questão ver o artigo de Christine Messiant: La Fondation Eduardo dos Santos (FESA). *Politique Africaine*, Paris, v. 73, p. 82-102, mar. 1999. Outros documentos também disponíveis: GLOBAL WITNESS. *A crude awakening*. London, 1999; INTERNATIONAL MONETARY FUND-IMF. *Report of the Working Group on Transparency & Accountability*. Washington, D.C., 1998; NATIONS UNIES. *Rapport Robert Fowler (S/2000/203)*. New York, 10 Mars 2000; THE ANGOLA file. *Southern Africa Report*, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 7-20, Dec. 1999; GLOBAL WITNESS. *Les affaires sous la guerre: armes, pétrole & argent sale en Angola, Marseille, Agone*. London, 2003; VERSCHAVE, François-Xavier. *L'envers de la dette: criminalité politique et écono-*

mique au Congo-Brazza et en Angola, Marseille, Agone. [S.l.: s.n.], 2001 e tantos outros.

¹⁴ WEBER, Max. *Le savant et le politique*. Paris: Librairie Plon: Union Générale d'Éditions, 1959. p. 100-101.

¹⁵ WEBER, Max. *The theory of social and economic organization*. New York: Free Press, 1964. p. 156.

¹⁶ Ver WEBER, Max. *Le savant et le politique*. Paris: Librairie Plon: Union Générale d'Éditions, 1959. p. 99-185.

¹⁷ “Inventamos” a palavra *estadocidade* (statehood em inglês) para significar as condições de existência do Estado, as situações e os critérios da sua formação. Ver sobre esta questão os dois excelentes artigos de R. H. Jackson e C. G. Rosberg: Why Africa's weak states persist: the empirical and the juridical in statehood. *World Politics*, [S.l.], v. 35, n. 1, p. 1-24, Oct. 1982; Sovereignty and underdevelopment: juridical statehood in the african crisis. *The Journal of Modern African Studies*, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 1-31, 1986 e também SORENSEN, Georg. War and state-making: why doesn't it work in the third world? *Security Dialogue*, [S.l.], v. 32, n. 3, p. 341-354, 2001; BATES, Robert H. *Prosperity and violence*. New York: W. W. Norton, 2001; NIEMANN, Michael. War making and state making in Central Africa. *Africa Today*, [S.l.], v. 53, n. 3, p. 21-39, Spring 2007.

¹⁸ PACHECO, Fernando. *A problemática da terra no contexto da construção da paz: desenvolvimento ou conflito?* [200-]. Disponível em: <http://www.c-r.org/accord/ang/accord15_port/09.shtml>. Acesso em: 01 jul. 2005.

¹⁹ Neste sentido, a contribuição ao debate sobre o que é o Estado hoje, de BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *L'État global*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2007, é extremamente importante. Entre outras coisas, o Estado é “*uma formação específica de poder e de coerção, concebido para produzir e perpetuar a condição do despossuído*”. Ele acaba por vir a ser um espaço de transição, temporário, cujos habitantes são cada vez mais provenientes de outros territórios, falando as línguas mais diversas e com referências culturais e normativas múltiplas. Essa constatação coloca em evidência a incapacidade do “Estado” angolano, e não só! Os “Estados-nação modernos”, ocidentais, e a exportação do seu modelo pelo mundo fora, revelam-se incapazes também de resolver os problemas da cidadania (ver por exemplo as formas que eles adoptam, violentas, para tratar questões como pobreza, criminalidade, imigração e refugiados).

²⁰ Segundo o relatório conjunto P. N. U. D. e Ministério do Planeamento da República de Angola (2005) Objectivos do Milénio. Relatório de Progresso, Luanda, PNUD, 20, “Angola apresenta um conjunto de indicadores sociais ainda muito baixos que a colocam entre os países mais menos desenvolvidos do mundo sob o aspecto do desenvolvimento humano. De entre os 177 Países relacionados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 do PNUD, Angola ficou classificada em 166º lugar, ao nível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2000-1, estimava-se que cerca de 68% da população angolana vivia abaixo da linha de pobreza (correspondente a 1,70 dólares americanos por dia), 26% dos quais em situação de extrema pobreza (com menos de 0,75 dólar americano por dia)”.

²¹ SANTOS, Daniel dos. *The Second Economy in Angola: Esquema and Candonga*. In: LÓS, Maria (Ed.). *The second economy in marxist states*. London: The Macmillan Press, 1990. p. 157-174; MORICE, Alain. Commerce parallèle et troc à Luanda. *Politique Africaine*, [S.l.], v. 17, p. 105-120, Mars 1985. Ainda que se refiram ao período dos anos 1980-1990, muito do que se evidencia nestes artigos permanece válido actualmente. Ver também FERREIRA, Manuel Ennes. La reconversion économique de la nomenclatura pétrolière. *Politique Africaine*, [S.l.], v. 57, p. 11-26, Mars 1995.

²² BAYART, Jean-François; ELLIS, Stephen; HIBOU, Béatrice. *La criminalisation de l'État en Afrique*. Bruxelles: Complexe, 1997; BAYART, Jean-François. Le crime transnational et la formation de l'État. *Politique Africaine*, [S.l.], n. 93, 93-104, Mars 2004.

²³ TILLY, Charles. Charles Tilly. War making and state making as organized crime. In: EVANS, Peter; RUSCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 169-191.

- ²⁴ TILLY, Charles. Charles Tilly. War making and state making as organized crime. In: EVANS, Peter; RUSCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 170.
- ²⁵ Sobre esta matéria ver também as objecções de GOODY, Jack. Modèles étatiques et moyens de production. *Cahiers de l'Institut Universitaire d'études du Développement: les Espaces du Prince: l'État et son expansion dans les formations sociales dépendantes*. Paris: Presses Universitaires de France; Genève: Institut Universitaire d'Études du Développement, 1977. p. 103-128.
- ²⁶ A criação de associações de empresários angolanos engloba sobretudo os pequenos “empresários tradicionais”, normalmente ligados à “aristocracia pequeno-burguesa urbana” e os “empresários da modernidade”, jovens com ligações ao poder. Ver de Calado, José Carlos. *A emergência do empresariado em Angola: motivações e expectativas*. Coimbra: Pé de Página, 1998. É, no entanto, duvidoso pensar hoje que esses grupos, aos quais certos autores acrescentam os “empresários do mercado informal” ou paralelo, possam formar uma burguesia nacional angolana. Uns contentam-se em sobreviver, outros em fazer uma vida agradável sem muitos riscos, e os outros encontram-se ainda virados para o consumismo de luxo, sem grandes riscos também. Mas a característica principal é que praticamente todos são, de uma forma ou outra, dependentes e clientes do poder ou do capital mundial. O clientelismo é diferente da protecção e do apoio que o Estado deveria oferecer a tais grupos sociais no sentido utilizado por Charles Tilly.
- ²⁷ MARX, Karl. *El colonialismo*. México: Grijalbo, 1970; LEVRERO, Renato. Nación, metropoli y colonias en Marx y Engels. *Cuadernos ANAGRAMA*, Barcelona, 1975.
- ²⁸ ANDERSON, Benedict. *L'imaginaire national: réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*. Paris: La Découverte & Syros, 2002. p. 19-21.

_____ **ARTIGOS** _

Introdução a *O que é um animal?***

O texto que segue é a introdução de um livro organizado por Tim Ingold no qual ele também tem um capítulo intitulado “O animal e o estudo da humanidade”.

Nesta Introdução, Ingold discute as principais idéias de cada um dos autores que participaram da obra, evidenciando seus próprios pressupostos, sempre caracterizados por originalidade de reflexão e habilidade em enfrentar o diálogo com outras disciplinas; por isso o interesse em traduzi-la. Um segundo motivo para a tradução é estimular a divulgação da obra como um todo. Assim, a transcrição de um sumário,¹ além de melhor situar o leitor em relação às passagens em que Ingold se remete aos diversos autores colaboradores, é um convite a sua leitura.

Palavras-chave: animalidade; humanidade; intencionalidade, antropocentrismo; cultura.

Todas as sociedades humanas, passadas e presentes, coexistiram com populações de animais de uma ou várias espécies. Ao longo da história as pessoas têm, de maneiras variadas, matado e comido animais ou, em ocasiões mais raras, têm sido mortas e comidas por eles; incorporaram animais em seus grupos sociais, como estimação ou cativos; utilizaram suas observações da morfologia e do comportamento animal na construção de seus próprios projetos para viver. As idéias que as pessoas têm sobre os animais e suas atitudes em relação a eles são correspondentemente tão variáveis, em todo o detalhe, como as suas formas de se relacionarem uns com os outros, em ambos os casos (homem/homem, homem/animal), refletindo a surpreendente diversidade de tradições culturais que é amplamente vista como a

* Departamento de Antropologia Social - Universidade de Manchester.

** *What is an animal?* Publicado por Tim Ingold. Londres: Routledge, 1994. Traduzido do inglês por Gláucia Silva (PPGA/UFF) e Rosane Prado (PPCIS/UERJ), que agradecem ao professor Tim Ingold por ter gentilmente concordado com a tradução do artigo para a Antropolítica.

¹ Sumário: 1 - Introdução Tim Ingold; 2 - É a humanidade um tipo natural? Stephen R. L. Clark; 3 - Bestas, brutos e monstros Mary Midgley; 4 - Animalidade, humanidade, moralidade, sociedade Richard L. Tapper; 5 - 'Animal' numa perspectiva biológica e semiótica Thomas A. Sebeok; 6 - As atitudes dos animais para com as pessoas Jennie Coy; 7 - O animal no estudo da humanidade Tim Ingold; 8 - Organismos e mentes: a dialética da interface animal-humano na biologia Brian Goodwin; 9 - Affordances do ambiente animado: as ciências sociais do ponto de vista da ecologia Edward S. Reed; 10 - Tornar-se humano, nossos vínculos com nosso passado Nancy M. Tanner; 11 - A animalidade humana, a imagem mental do medo e religiosidade Balaji Mundkur.

marca oficial da humanidade. Mas, ao reconhecermos essa diversidade, somos imediatamente confrontados com um estranho paradoxo. Como podemos alcançar uma compreensão comparativa das atitudes culturais dos homens para com os animais, se a própria concepção do que um animal pode ser – e, conseqüentemente, do que significa ser humano – ela mesma culturalmente relativa? O projeto antropológico de comparação trans-cultural não repousa sobre uma implícita pressuposição da singularidade humana *vis-à-vis* a outros animais, que é fundamentalmente antropocêntrica? Além do mais, se nós seguirmos as pressões da teoria evolucionista moderna reconhecendo a continuidade essencial entre animais humanos e não-humanos, isso não implica a adoção de uma noção etnocentricamente ocidental de natureza humana? É possível, mesmo em teoria, transcender simultaneamente as limitações tanto do antropocentrismo quanto do etnocentrismo?

Com dilemas como esse em mente, o programa para o tema principal do Congresso Mundial de Arqueologia sobre “Atitudes culturais em relação aos animais” foi aberto com uma sessão na qual os participantes foram convidados a tratar da seguinte questão-chave: “O que é um animal?”. Foi solicitado a cada participante enfrentar a questão do seu ponto de vista pessoal ou disciplinar, e eu fiz uma tentativa deliberada de abranger perspectivas de um espectro de disciplinas tão vasto quanto possível, incluindo antropologia cultural e social, arqueologia, biologia, psicologia, filosofia e semiótica. Não foi surpresa que minha observação tenha gerado respostas de tipos variados, e que elas tenham discordado em muitas premissas fundamentais. Talvez o mais surpreendente tenha sido o grau de paixão despertado ao longo da discussão, o que me pareceu confirmar dois pontos sobre os quais acredito que todos os participantes concordariam: primeiro, que existe um forte conteúdo emocional subjacente em nossas idéias sobre animalidade; segundo, que essas idéias, quando submetidas ao escrutínio crítico, revelam aspectos altamente sensíveis e bastante inexplorados da compreensão sobre a nossa humanidade.

Os limites do animado²

É claro que a questão “O que é um animal?” pode ser construída de muitas maneiras. Todas elas preocupadas com problemas de definição de fronteiras, sejam estabelecidas entre animais humanos e não-humanos, ou entre animais e plantas ou ainda entre seres vivos e não-vivos. A última dessas fronteiras é a mais inclusiva, pois baseia-se no critério da animalidade,³ sobre a distinção mesma entre objetos animados e inani-

cados. Esse tema é central em duas contribuições do presente volume: as de Reed e as de Goodwin.

Reed argumenta que a propriedade distintiva dos seres animados está na sua capacidade de movimento autônomo – ou seja, movimento é mais aquilo que os animais fazem do que o resultado mecânico do que é feito a eles. Isso leva Reed a perguntar o que um animal pode proporcionar a um outro em seu ambiente que um objeto inanimado não possa. Ele mostra que, além de serem agentes autônomos que podem “agir em resposta” ou, literalmente, interagir, todos os objetos animados têm a propriedade de crescer e que, diferentemente das máquinas, sua atividade nunca é perfeitamente repetitiva.

Para Goodwin, essas propriedades dinâmicas dos organismos representam o ponto de partida a partir do qual ele tenta resolver o problema da geração da forma em biologia, problema este que até agora se mostrou resistente a abordagens expressas em termos de um paradigma convencional e reducionista, inspirado na visão cartesiana do animal como um autômato complexo. Adotando uma lógica de processo, ele mostra que a estabilidade da forma não é dada pela interação de seus elementos constituintes; para Goodwin, a estabilidade da forma é ativamente mantida por um movimento de intenção: assim, a mudança vem primeiro, a persistência é consequência. Nas palavras de Goodwin “não é a composição que determina a forma e a transformação do organismo, mas a organização dinâmica”. Conclui, então, que o animal não é um autômato mas “um centro de poder imanente, autogerador ou criativo”, um *locus* no contínuo desdobramento ou modulação de um campo total das relações. Mas levar essa filosofia de processo à sua conclusão última é dissolver as fronteiras mesmas do animado, é reconhecer que, num certo sentido, o mundo inteiro é um organismo e seu desdobramento é um processo orgânico.

A pergunta “O que é um animal?”, de forma bem menos inclusiva, é uma questão de macrotaxonomia – distinguir os animais de outras classes amplas de formas de vida, tais como plantas, fungos e bactérias. É assim que Sebeok vê o problema. Ele começa com a caracterização das propriedades fundamentais dos sistemas vivos, que conectam dois processos: um de conversão energética e outro de troca de informação. Todos os organismos recebem sinais de seus ambientes, transmutando-os em respostas que consistem de mais sinais, mas esse processo de sinais – ou *semiose* – pode ser radicalmente diferente para os animais e plantas, por exemplo. As variedades de semiose, que levam a questões fascinantes (às quais retornarei adiante) concernindo-se às maneiras pelas quais os organismos de

diferentes tipos empenham-se na construção de seus próprios ambientes, fornecem uma base para sua possível distinção taxonômica.

Sebeok resenha os critérios semióticos e outros, utilizados nas macrotaxonomias “científicas”, por meio dos quais os animais podem ser distinguidos de outras formas. Existem, é claro, muitos critérios alternativos, e por isso podem existir múltiplas taxonomias, cujas quantidades crescem incomensuravelmente se atribuirmos um valor equivalente (e as validarmos em seus próprios termos) às taxonomias “folk” de outras culturas, baseadas como elas são, freqüentemente, num profundo conhecimento teórico e prático sobre o mundo natural.

Assim como uma compreensão mais profunda de um mito, seguindo o conselho de Lévi-Strauss (1985), pode ser obtida de uma leitura simultânea de suas muitas versões, então talvez possamos chegar perto da descoberta do significado de “animal”, tratando cada uma das taxonomias como se fosse a parte de um conjunto, cada uma proporcionando uma resposta parcial ao problema cuja solução completa requer uma leitura do conjunto inteiro como uma totalidade estruturada.

Animalidade e humanidade

Embora nosso questionamento se refira tanto às propriedades do ser vivo, quanto àquelas relativas às principais classes de organismos, ele é mais comumente entendido, de modo estreito e reflexivo, como uma questão sobre nós mesmos. É suposto que todo atributo considerado como unicamente nosso estará, conseqüentemente, ausente nos animais; então, o conceito genérico de animal é constituído negativamente pela soma dessas deficiências. Porém, como Clark observa na sua contribuição a este livro, quaisquer que sejam os atributos que possam ser usualmente selecionados como marcas distintivas da humanidade (e estes variam de uma cultura para outra), nós encontraremos algumas criaturas nascidas do homem e da mulher que – por uma razão qualquer – não se enquadram (ver também HULL, 1984, p. 35).

Um atributo controverso sobre o qual discutirei a seguir, mas que servirá agora como exemplo, é a faculdade da linguagem. Existem alguns indivíduos da descendência humana aos quais falta essa capacidade. Até agora, nenhum animal de outra espécie mostrou conclusivamente possuí-la, embora muitas reivindicações a este respeito tenham sido feitas. Isso não significa, entretanto, que nunca possamos descobrir um animal que a possua, nem que devemos descartar a possibilidade de que, no futuro, essa capacidade lingüística evolua de forma totalmente independente

em descendentes de alguma outra linhagem, sem que seus membros por isso sejam classificados como pertencentes à espécie humana.

Supondo-se que a humanidade fosse definida como *Homo loquens*, uma espécie natural incluindo todos os animais com linguagem e discurso, poderíamos admitir a possibilidade tanto de ela excluir indivíduos aparentados com os humanos como de incluir seres de ascendência não-humana. Mas se, por humanidade, designamos a espécie biológica *Homo Sapiens*, somente aquela primeira classe de seres poderia, sem dúvida, ser incluída nessa categoria, e não a última.

Comparando a taxonomia “folk” com a “científica”, Clark mostra que as espécies biológicas (a nossa inclusive) *não* são tipos naturais. Ou seja, os indivíduos de uma espécie são ligados por uma conexão genealógica, na verdade como co-descendentes de um ancestral comum ou como um co-ancestral potencial de descendentes comuns. Dadas a variabilidade e a imprevisibilidade das similaridades e diferenças entre seres humanos e organismos de outras espécies, segue daí que, se as fronteiras da comunidade moral são definidas de forma ampla o suficiente para abarcar todos os seres humanos e seus futuros descendentes, então justamente por isso elas devem abarcar os animais não-humanos com os quais os humanos partilham uma ancestralidade comum.

Isso leva ao imediato questionamento até mesmo das mais bem-intencionadas tentativas de validar nossas idéias morais e políticas de apelo a uma humanidade comum específica de uma espécie, e tem implicações consideráveis relacionadas a nossas responsabilidades em relação aos animais não-humanos. Pois isso inevitavelmente turva aquelas distinções confortáveis com as quais organizamos nossas vidas: domesticação e escravidão, caça e homicídio, comer carne e canibalismo.

Midgley argumenta, em sua discussão sobre a história dos termos “animal” e “besta”, que o primeiro deles é agora comumente empregado em dois sentidos contraditórios: um benigno e inclusivo de humanidade; e outro negativo e exclusivo, denotando todos os seres que são considerados inumanos ou anti-humanos. Também Tapper observa, a respeito desse mesmo fenômeno, que tal ambivalência na concepção de animais, como sendo aparentados mas também muito distantes de nós nos seus comportamentos, faz com que eles sejam especialmente adequados para serem usados como modelos ou exemplos no processo de socialização ou de transmissão da cultura e da moralidade entre gerações.

Coy também observa a inconsistência, presente na recente literatura ocidental sobre o bem-estar dos animais, que os trata como “bestas

irracionais” que precisam ser muito bem protegidas, ao mesmo tempo em que atribui a eles uma gama plena de sentimentos humanos. Essas contradições originam-se, em larga medida, da nossa propensão para oscilar entre duas abordagens muito diferentes na definição de animalidade: como um domínio ou “reino”, incluindo humanos; e como um estado ou condição opostos à humanidade (ver Figura 1).

Figura 1

Duas visões sobre animalidade: como um reino (incluindo a humanidade) e como uma condição (excluindo a humanidade). A área sombreada representa a natureza humana ou a “animalidade humana”.

Na primeira abordagem, a humanidade é identificada com o *taxon* biológico *Homo sapiens*, uma das inúmeras espécies animais habitantes da Terra, conectadas, sincronicamente, numa complexa rede de interdependências ecológicas, e, diacronicamente, por uma genealogia totalmente englobante da evolução filogenética.

Muito claramente o processo de “se tornar humano”, que Tanner traça em seu capítulo, embora tenha envolvido uma única seqüência de inovações morfológicas e comportamentais, não constituiu um movimento externo à animalidade, mas uma extensão de suas fronteiras. Nesse sentido, os humanos modernos são tão “animais” quanto os australopithecínios ou chimpanzés.

Já de acordo com a segunda abordagem, o conceito de animalidade tem sido empregado para caracterizar um estado de ser conhecido como “natural”, no qual as ações são impelidas por impulsos emocionais inatos que não são disciplinados nem pela razão nem por um senso de responsabilidade. Dessa mesma perspectiva, animalidade tem sido estendida para descrever a hipotética condição de seres humanos “em estado bruto”, intocados pelos valores e princípios da cultura ou da civilização. “Tornar-se humano”, então, é equivalente ao processo de endoculturação ao qual virtualmente todas as crianças da nossa espécie se submetem ao longo de sua passagem para a maturidade, e – segundo acreditaram os primeiros antropólogos – pelo qual toda a espécie está destinada a passar em seu deslocamento desigual em direção à civilização.

Essa visão de uma humanidade emergente – antes como superação de

uma animalidade intrínseca do que propriamente uma extensão da mesma – esteve subjacente às tentativas de muitos antropólogos do século XIX para reconstruir a “natureza humana” como um ponto de partida para toda a subseqüente evolução cultural e social. Esse pressuposto continua a informar muito a respeito da especulação sociobiológica de cunho mais popular sobre o mesmo tema, o que usualmente se materializa na procura por protótipos de respostas comportamentais humanas em meio ao repertório inato de outras espécies. Tal concepção é exemplificada neste livro por Mundkur, embora, em essência, sua contribuição pertença a uma classe totalmente diferente, na medida em que se apóia numa formidável erudição, quando procede a um rastreamento da disciplina, e num peso colossal de documentação empírica, do tipo que claramente falta na maior parte da sociobiologia humana.

Mundkur está preocupado em revelar os principais fundamentos do que chama “religiosidade”, definida como “o estado mental incitado pela crença em forças percebidas como sobrenaturais”. Ele argumenta que esse estado mental está envolvido pela emoção do medo, o que é passível de demonstração pela disposição dos sistemas sensoriais de no mínimo todos os vertebrados superiores, e que tem claras funções adaptativas as quais teriam promovido seu estabelecimento sob pressões da seleção natural. O que aparece na história das religiões como uma diversidade quase caprichosa de crenças e práticas, na verdade, é essa religiosidade de base, refratada de modos incontáveis através das formas das tradições culturais, que têm sido superpostas à mesma.

É muito significativo que Mundkur apresente seu projeto como uma pesquisa sobre a “animalidade humana”, uma pesquisa que requer explicações mecanicistas expressas nos termos das ciências biológicas “mais *hard*” – genética, bioquímica e neurofisiologia. Obviamente, esse tipo de investigação é execrado por muitos antropólogos sociais e culturais para quem, conforme observa Tapper, a natureza humana *é* a diversidade cultural. A essência da humanidade, ainda na perspectiva desses antropólogos, é constituída, *em oposição* à animalidade, por uma “capacidade para cultura”, cujas manifestações históricas e contemporâneas compõem o objeto de estudo para o espectro das disciplinas conhecidas no seu conjunto por “humanidades”. Paradoxalmente, a indagação dos sociobiólogos sobre os rudimentos da natureza humana acaba sendo uma tentativa de descobrir o que *é inumano* no homem – caracterizar o humano despojado de sua humanidade, revelando um resíduo animal.

Então, embora como membros de uma espécie particular os seres humanos pertençam inquestionavelmente ao reino animal, eles também

são vistos como incorporando duas condições contrárias, às quais o pensamento ocidental atribuiu os rótulos de animalidade e humanidade (Figura 1). Desses rótulos, o último aponta para o *status* do ser humano particularmente como uma pessoa, um agente dotado de intenções e propósitos, motivado em suas ações por valores e uma consciência moral. A ambigüidade conceitual não é um acidente; reflete uma crença amplamente aceita segundo a qual (com exceção dos animais quase humanos como os de estimação) ser uma pessoa é um estado que está disponível apenas para os indivíduos da espécie *Homo sapiens*, estando ambas – a condição moral e a classificação biológica – fundidas sob a única rubrica de “humanidade”.

Consoante essa crença, enquanto humanos possam se comportar de um modo considerado inumano e bestial, caso eles se permitam ser irracionais e dominados por paixões primordiais (particularmente as mais torpes), os animais de outras espécies *só* podem agir “como se estivessem continuamente submetidos às paixões” e, portanto – como as crianças humanas –, eles não têm qualquer responsabilidade ou cálculo sobre o que fazem (SHOTTER, 1984, p. 42). Conseqüentemente, embora possamos, seguindo o exemplo de Mundkur, iniciar uma investigação sobre a animalidade humana, *não pode existir nenhuma pesquisa sobre a humanidade dos animais não-humanos*. Ou seja, quando certas ações são desempenhadas por humanos, não hesitamos em considerá-las como intencionalmente motivadas e culturalmente informadas; ao passo que, se fossem desempenhadas por animais, teriam de ser explicadas como uma resposta automática de um mecanismo neural inato, determinado geneticamente.

Intencionalidade e linguagem

Midgley expôs vigorosamente o duplo padrão inerente a essa visão. A autora indaga por que a intencionalidade deveria ser excluída de uma concepção científica de animal, embora ela pareça tão evidente aos olhos dos técnicos que trabalham com animais (cachorros, elefantes ou chimpanzés) quanto a intencionalidade de nossas ações é auto-evidente para nós. Midgley responde que a ciência do comportamento animal tem sido frustrada por um tipo de “solipsismo de nossa espécie”, ceticismo pretensioso, fruto da ignorância sobre o conteúdo dos estados de consciência dos animais.

Os cientistas, em suas tentativas de dar conta das performances frequentemente muito complexas e variáveis de outras espécies, evitando

transgredir as fronteiras convencionais da animalidade, foram forçados ou a simplificar suas descrições sobre o que os animais fazem, omitindo certos detalhes perturbadores, ou a propor mecanismos, os mais tortuosos e enrolados, para explicar o que geraria os padrões observados. No entanto, o princípio regular da parcimônia explanatória, cientificamente aprovado, se fosse consistentemente aplicado, favoreceria explicações muito mais econômicas expressas em termos de habilidades animais que servem para fazer seu próprio ajuste entre meios e fins por meio do processo de deliberação racional.

A visão segundo a qual animais não-humanos podem ser considerados como sujeitos autoconscientes com pensamentos e sentimentos próprios é ainda uma heresia em círculos psicológicos e etológicos. Isso tem sido vigorosamente defendido nos anos recentes por Griffin (1984), cujo trabalho encontrou em Midgley uma forte defensora. As idéias de Griffin sobre a questão da consciência animal são ainda discutidas neste livro, por Coy e por Ingold. Coy reconhece isso com algum ceticismo, mas aceita a noção de que os animais não-humanos se utilizam de um pensamento consciente, no mínimo como uma hipótese de trabalho, e com a finalidade de amenizar um forte e tendencioso legado cartesiano favorável à idéia de que eles não seriam capazes disso.

Finalmente, não há razão *a priori* para se atribuir mais credibilidade ao mencionado legado cartesiano do que à sua crítica. Além disso, os tipos de pressões seletivas que podem ter promovido o desenvolvimento da consciência em humanos poderiam ter igualmente atuado sobre outras espécies com as quais a espécie humana manteve estreito e duradouro contato. Coy sugere que essas pressões estariam nas vantagens adaptativas para o indivíduo de uma espécie conferidas pela habilidade de prever ações plausíveis de outros da mesma espécie ou de espécies diferentes – predadores, competidores ou presas.

Então, na mesma medida em que o caçador humano se beneficia ao prever as reações do veado, o veado também se beneficia ao ser capaz de prever a previsão do caçador e de confundir-lo, por meio do exercício de poderes autônomos de ação intencional. Então, cada aumento no desenvolvimento da consciência dos indivíduos de um dos lados de uma relação entre espécies diferentes incrementaria a pressão para um maior desenvolvimento da consciência nos indivíduos da outra espécie, e vice-versa.

Enquanto Midgley defende os argumentos de Griffin, e Coy os vê com desconfiança, Ingold os considera altamente criticáveis. As críticas deste último ligam-se à questão controversa se os animais não-humanos são

ou não dotados da faculdade de linguagem, questão também tocada por Tanner. Sua questão é que o argumento segundo o qual “somente os humanos possuem linguagem” só pode ser sustentado pela seleção arbitrária de fatores aparentemente peculiares à comunicação humana para definir o que seja linguagem, a saber, o emprego de palavra e sintaxe. Mas, em comum com outros animais, os humanos se comunicam utilizando um extenso repertório de signos não-verbais. Com que direito privilegiamos a comunicação verbal encontrada entre os seres humanos em detrimento da não-verbal encontrada entre os não-humanos? Se fosse verdade que a linguagem não é nada além de um mecanismo interespecífico de comunicação, e, nesse sentido, comparável a outros mecanismos igualmente distintivos empregados por outras espécies, então haveria alguma consistência nessa objeção. Todavia, há fortes argumentos contra a pressuposição de que a primeira função da linguagem é a comunicação.

Esses contra-argumentos foram particularmente colocados por Chomsky (1980), cujas idéias são brevemente avaliadas neste livro por Goodwin e por Sebeok (1986). Esses autores sustentam que, principalmente e antes de mais nada, a linguagem é um instrumento de cognição ou um mecanismo modelador que capacita seus detentores para construir, em sua imaginação, mundos futuros possíveis, cenários alternativos e planos de ação. Como tal, a linguagem não se coloca num *continuum* evolucionário com a comunicação não-verbal. Além disso, as formas desta última, longe de serem gradualmente deslocadas e substituídas pelo discurso no processo de “nos tornarmos humanos”, expandiram-se para assumir volume e complexidade incomparáveis em todo o reino animal.

Adotando a premissa de que existe mais na linguagem além de discurso, Ingold argumenta, no mesmo sentido, que a linguagem não é apenas um instrumento de difusão de idéias que são de alguma maneira pré-formadas na mente do sujeito falante, e que, de outro modo, poderiam permanecer privadas e escondidas. Pelo contrário, Ingold sustenta que ela é o próprio instrumento de geração das mesmas. Equipados com essa facilidade, os seres humanos são capazes de desenhar mundos *previamente* a sua existência, o que equivale a dizer que eles podem criar um verdadeiro ambiente “artificial”.

Esse é o cerne das objeções de Ingold ao quadro expresso por Griffin sobre o que seja um animal. De acordo com Griffin o animal pensa coisas por antecipação, mas, carecendo de linguagem, não pode comunicar seus pensamentos – pelo menos para um “observador participante” humano. Ingold afirma, ao contrário, que, embora os animais estejam em constante

comunicação uns com outros, faltando-lhes a linguagem, a substância de sua comunicação não possui conteúdo ideacional, consistindo de instruções em vez de proposições. Em outras palavras, eles não conversam. Por essa razão, as investidas etológicas nos mundos de outras espécies não podem ser comparadas à participação lingüisticamente mediada dos antropólogos junto aos povos de outras culturas.

Animais e autômatos

A oposição à herança do pensamento cartesiano é um tema comum a muitas contribuições deste livro; somente Mundkur reúne forças para defendê-lo argumentando a favor de uma avaliação totalmente mecanicista da animalidade. Todavia, essa oposição assume formas radicalmente diferentes. Uma delas considera que Descartes estava errado ao atribuir capacidade de pensamento criativo somente a seres humanos, tratando o resto do reino animal como um sortimento de trabalho automático. Essa é a visão de Midgley e vai também ao encontro da posição de Griffin. Postulam que os humanos diferem dos outros animais antes em grau do que em gênero, mas não através de um apelo reducionista à “animalidade humana”, e sim, por um meio inverso, de atribuir os poderes da razão e do intelecto, convencionalmente reservados aos humanos, aos animais não-humanos.

Ingold documenta como uma visão bastante parecida já existia há um século atrás nos escritos de Lewis Henry Morgan, um dos fundadores da Antropologia moderna. Mas Morgan era um racionalista convicto que não tinha dúvidas sobre a separação complementar dos estados corporal e mental, acreditando que agir propositalmente constitui, antes, considerar as alternativas e, depois, executar um plano escolhido. Similarmente, quando Griffin atribui consciência aos animais, esta toma a forma da capacidade para a deliberação racional e a autoconsciência reflexiva e sua noção de ação intencional pressupõe que todo ato é precedido de pensamento. Isto é, na medida em que o animal age de forma intencional e consciente, possui em sua mente imagens dos estágios futuros desejados, escolhe os meios de consegui-los e age de acordo.

Mas, como diz Ingold, é muito irônico que, para se conceder ao animal a condição de cômico, deva-se supor que ele sempre pense antes de agir, quando sabemos perfeitamente que muitas das coisas que nós próprios fazemos, mesmo de forma bastante consciente e intencional, não são tão premeditadas. Aceitando a premissa cartesiana de que o pensamento, enquanto construção de intenções prévias, dependente da linguagem, é

uma capacidade especificamente humana, Ingold rejeita a visão segundo a qual tal planejamento seja a condição para a intencionalidade da ação. Então, “a questão da *consciência* animal [...] precisa [...] ser separada da questão do *pensamento* animal”. O animal que não premedita ou planeja não é por isso um autômato, mas um agente e paciente cômico, que age, sente e sofre exatamente como nós.

E como nós, é responsável por suas ações, sabendo mesmo que provocou seu acontecimento, embora ao mesmo falte a habilidade humana de apresentar uma avaliação de sua performance, seja em primeira mão – como plano ou retrospectivamente como relato. Essa visão requer que adotemos uma percepção de consciência e criatividade bastante diferente daquela implicada no racionalismo cartesiano, e que é igualmente aceita pelos críticos de Descartes que atribuiriam racionalidade aos animais. A consciência não deve mais ser vista como a *capacidade* de gerar pensamentos, mas como um processo ou movimento, do qual os pensamentos são um subproduto não essencial (INGOLD, 1986, p. 210). Esse processo não é nada além da autocriação do sujeito agente.

É exatamente nesse ponto que o argumento de Ingold converge em direção à crítica da biologia cartesiana feita por Goodwin, e ambos são independentemente inspirados pela filosofia do organismo de Whitehead. Os animais, de acordo com Goodwin, ‘são tanto causa como efeito de si mesmos, pura atividade auto-sustentada’. E é por isso, e não por possuírem a faculdade de razão, que eles são realmente o oposto das máquinas. O que se levanta contra Descartes não é tanto que ele tenha desenhado uma fronteira entre o mental e o orgânico na interface entre os seres humanos e os outros animais, mas por ele ter simplesmente desenhado tal fronteira, como se os organismos fossem *opostos* às mentes, como a matéria ao espírito, ou máquinas aos projetistas.

Dualismos desse tipo, uma vez implantados na imaginação científica, tendem a proliferar em todos os ramos de investigação e é precisamente o legado do pensamento dualista em biologia, manifestado em oposições bastantes surradas tais como genótipo/fenótipo e organismo/meio ambiente, que Goodwin está disposto a recusar. A implicação de seu argumento é que mente (ou consciência) e organismo, longe de estarem em contraponto como substâncias contrárias (ideal e material), são ambos *processos* no mundo real, aspectos de um movimento global de existir, através da natureza em sua inteireza, ao qual Whitehead (1929, p. 314) se referiu como um “avanço criativo em direção à novidade”.

Antropocentrismo e singularidade humana

Se aceitarmos que outros animais, que não os da espécie humana, podem ser agentes conscientes e dotados de intenção, então devemos também atribuir-lhes poderes pessoais, além dos naturais. Ou seja, somos forçados a reconhecer que eles encarnam atributos de pessoalidade, que são no ocidente comumente identificados com a condição de “humanidade”. Como Clark argumenta, “outras criaturas diferentes biologicamente das humanas podem ser pessoas”, uma visão que pode parecer estranha para nós, mas que, para muitas culturas não-ocidentais, soa mais como uma afirmação do óbvio (HALLOWELL, 1960). Todavia, Tapper adverte que em qualquer investigação sobre a “humanidade animal” certamente corremos o risco de saltar de um antropocentrismo cartesiano questionável, que restringe a pessoalidade aos seres humanos, para um igualmente questionável antropomorfismo (ou, pior ainda, etnomorfismo) que simplesmente transporta para as mentes animais os pensamentos e sentimentos que reconhecemos em nós mesmos, impregnados como são de nossa bagagem cultural, específica de nossa espécie. O risco é, sem dúvida, real, e Tapper dirige críticas bastante fortes aos filósofos moralistas, tal como Midgley que, segundo ele, não enfrenta o problema antropológico da tradução, pressupondo similaridades entre mentes humanas e outras, quando o real problema é entender suas diferenças.

Contudo, o antropomorfismo não é uma conseqüência inevitável de se tratar animais como pessoas. Para entender os elefantes, por exemplo, não temos de fazer de conta que eles são “exatamente como nós, humanos”, e muito menos que eles são como os humanos ocidentais de classe média, em pleno século XX. Mas talvez tenhamos de aplicar alguns dos métodos interpretativos comuns às ciências humanas e classicamente reservados ao estudo da cultura e da história humanas. Sugerir que tais métodos podem ser igualmente apropriados para a compreensão das vidas e ritmos de animais não-humanos é meramente o inverso da tese de Mundkur, que julga necessárias as abordagens das ciências naturais “mais duras” para explicar as bases psicobiológicas do comportamento animal humano e não-humano. Resumindo, a divisão disciplinar entre humanidades e ciências não pode mais acompanhar a divisão dos seus objetos de estudo em mundo humano e mundo animal, porque na verdade essas disciplinas atravessam tal divisão.

Não é obviamente antropocêntrico asseverar que a espécie humana é única, pois a singularidade é uma propriedade que todas as espécies – enquanto entidades históricas (HULL, 1984) – têm em comum. Realmente, é bem mais antropocêntrico basear estimativas sobre outras espécies a

partir daquilo em que elas podem ter a mesma performance que nós; por isso, colocações do tipo “chimpanzés (ou golfinhos, elefantes, papagaios ou o que seja) podem fazer isso também” sempre tiveram tamanho apelo popular. Como Coy acertadamente ressalta: “outras espécies são *diferentes*”, elas não devem ser vistas como tentativas frustradas – ou parcialmente bem-sucedidas – de humanidade; e o nosso respeito pelos chimpanzés, por exemplo, não deveria depender de sua habilidade de usar a linguagem, da mesma maneira que o nosso respeito pelos nativos de outra cultura não deveria ser condicionado por sua habilidade de ler e escrever.

Para vencermos o antropocentrismo devemos parar de interpretar afirmações sobre outras espécies como declarações de sua inferioridade. Pode ser verdade que os seres humanos se distinguem por um nível de complexidade cognitiva interna não rivalizado por nenhuma espécie do mundo animal, mas precisamente *graças* à liberdade em relação aos constrangimentos ambientais, que tal complexidade confere, isso é contrabalançado por uma simplicidade equivalente no campo de suas relações sociais externas e ecológicas. Então, com todas essas habilidades cognitivas, a organização social dos caçadores coletores é bem rudimentar se comparada àquela de muitos animais não-humanos. A complexidade real das sociedades humanas é tributária da emergência de diferenciais de poder e da repressão sistemática à autonomia pessoal. Isso é o que origina os vocabulários impessoais de dominação hierárquica e controle; e Tanner, muito acertadamente, enfatiza sua absoluta inadequação para descrever as relações íntimas de pequenos primatas ou ainda de grupos de caçadores e coletores.

Cultura e a construção humana da animalidade

A Antropologia sustentou classicamente sua reivindicação da singularidade humana com base no conceito de cultura, embora, como Ingold argumenta, os antropólogos nunca tenham sido capazes de concordar sobre uma definição satisfatória do que seja cultura. Os critérios adotados para localizar a essência da humanidade no domínio da cultura têm sido ou muito amplos ou muito estreitos, dependendo da tendência da definição, que pode ser identificada com a tradição de aprendizagem transmitida ou com a organização simbólica da experiência. A transmissão da tradição através do aprendizado pela observação é bastante difundida no reino animal, e não pressupõe a capacidade de simbolização. Nem todos os – muitos – comportamentos humanos aprendidos fundam-se numa matriz simbólica. Mas o que quer que possa ser distintivamente humano

na cultura, isso não apareceu num passo destacado. Tanner mostra que a “capacidade para a cultura” dos humanos modernos, que acompanha a presente diversidade de suas formas de vida, foi decorrência de uma longa cadeia de pequenos degraus evolutivos. As criaturas que existiram, consistindo nesses degraus intermediários, não foram humanos mal-acabados, se arrastando num sistema não completamente operacional, mas hominídeos plenamente formados com um sistema que funcionava *para eles*.

Para entendermos a evolução da cultura, temos de colocar todo o incremento de mudança no contexto do sistema no qual ela ocorreu, mostrando o que cada inovação trouxe para o povo que a utilizou. Todavia, Tanner pensa que existiu um “primeiro passo” em direção à cultura identificável como tal. Retificando o *bias* androcêntrico do cenário clássico da evolução humana cujo herói era o “homem caçador”, a autora argumenta que teriam sido as mulheres a dar esse passo, quando começaram a colher plantas comestíveis com o auxílio de instrumentos.

Os antropólogos culturais tendem a adotar uma atitude estranhamente ambivalente com relação aos animais não-humanos. Eles argumentam com razão que a idéia do controle do homem sobre a animalidade (incluindo a sua própria e sobre a das mulheres) é parte integrante de uma ideologia mais inclusiva da mestria humana ou apropriação da natureza, cujas raízes subjazem no âmago das tradições do pensamento ocidental. Eles observam corretamente que povos de outras culturas não compartilham essa visão de uma superioridade humana, ou a mesma idéia sobre a natureza, colocando a si próprios no mesmo nível – ou até subordinados – às espécies não-humanas. Como Tapper neste livro, os antropólogos relutam em entrar no debate sobre a Grande Questão: “o que vem a ser a natureza humana?”, preferindo recuar e examinar, antes de respondê-la, em que contextos cultural e social tal pergunta pode ser colocada. Eles dizem que “humanidade” e “animalidade” são – assim como o próprio conceito de cultura – constructos culturais, e, como tais, possuem definições amplamente variáveis além de serem historicamente contingentes.

Mas, por trás de tais afirmações, existe a noção dos seres humanos como construtores de seus respectivos ambientes, impondo seus projetos constituídos simbolicamente sobre um mundo “externo” que eles podem encarar inicialmente como matéria-prima, destituída de forma e significado, mas que pode ser direcionada para qualquer tipo de propósito social. Assim, a visão antropológica da cultura aparece, afinal, repousando sobre a idéia de apropriação simbólica humana da natureza – seja animada ou

inanimada – e por isso repousando também sobre o pressuposto (que Sahlins astuciosa e erroneamente vê como uma “descoberta”) segundo o qual “a criação do sentido é a qualidade constitutiva e distintiva de todos os homens – a ‘essência humana’ de um discurso mais antigo” (SAHLINS, 1976, p. 102).

Talvez os antropólogos possam evitar levantar a Grande Questão porque já alegam ter uma resposta; uma resposta que, ao ser dada, relativiza a própria pergunta. Se os humanos se engajaram por toda parte e em todos os tempos em atividades de fazer o mundo, talvez a diferença entre a cultura ocidental e as outras é que a visão de mundo da primeira incorpora a idéia de homem como um fazedor, ou *Homo faber*, enquanto que as últimas incorporam a negação da autoria humana.

Essa diferença tem um efeito crucial no problema antropológico clássico do totemismo, pois uma premissa do culto e da crença totêmicos é a de que foram os animais que fizeram o mundo para os homens e estabeleceram a ordem e as determinações da existência social humana, e que são afinal responsáveis por sua continuidade. O culto ocidental da conservação precisamente inverte essa premissa, proclamando que a partir de agora é o homem que determina as condições de vida para os animais (mesmo aqueles tecnicamente selvagens serão “geridos”), e que assume a responsabilidade por sua sobrevivência ou extinção. Mas, da perspectiva relativizadora dos antropólogos, os animais que ocupam os mundos de culto dos totemistas e dos conservacionistas são ambos, igualmente, criações da imaginação humana.

Concluindo sua incursão sobre o pensamento totêmico, Tapper observa que não importa se existem na realidade animais por aí que sejam isomórficos com relação a essas concepções: “há sempre animais por aí, mesmo que eles existam como *imagens mentais*”. Similarmente, para um telespectador ocidental, que observa as extravagâncias de um animal exótico e estranho em sua tela, ele pode tanto estar vendo um produto de ficção científica como um documentário sobre a natureza. Então, qual é a relação entre esses “animais que temos na mente” e aqueles que nos circundam realmente? Podemos ver os últimos apenas interpondo os primeiros entre eles e nós? Os animais existem para nós como entidades significativas somente na medida em que cada um exemplifica um tipo ideal constituído dentro do conjunto de valores simbólicos que compõem a “taxonomia *folk*” específica da nossa cultura? Ou nós percebemos os animais diretamente em virtude da sua imersão num ambiente que é também amplamente o nosso, independentemente das imagens que fazemos deles, e independente mesmo de termos tais imagens?

Reed, em seu artigo deste livro, argumenta enfaticamente a favor dessa última visão. Assim fazendo, ele lança um ataque frontal contra a idéia de que todo significado é obra do homem, desafiando a antropologia na sua mais fundamental premissa. Então, enquanto Tapper sustenta que “o animal” é uma categoria culturalmente construída, Reed afirma justamente o contrário: que a animacidade é uma característica inerente daqueles objetos do meio ambiente que têm a capacidade de movimento autônomo, e isso independe totalmente da interpretação simbólica que os sujeitos humanos, de não importa qual cultura, possam atribuir a eles. Por causa das propriedades distintivas de crescimento transformacional e movimento não repetitivo, nós *vemos* os animais tais como eles são, independente de como podemos vir a descrevê-los e classificá-los; além disso, existe uma boa base experimental para acreditarmos que mamíferos e aves – aos quais falta o pendor humano para a classificação simbólica –, de maneira bem similar, percebem diretamente objetos animados e ações.

Argumentar, como os antropólogos fazem, que todo o significado do mundo é investido sobre ele pela imaginação cultural de sujeitos pensantes, implicaria afirmar que a “realidade” assim investida é – ela em si mesma – totalmente desorganizada e desestruturada, mera substância ou, como do ponto de vista dos físicos, um espaço ilimitado preenchido com quanta de matéria e energia. Isso, pondera Reed, equivale à dissolução do ambiente em que vivemos, um ambiente que consiste, na realidade, de superfícies estruturadas e configurações de lugares, objetos animados e inanimados com suas propriedades inerentes. Por causa dessas propriedades, os objetos ambientais, incluindo animais, *provêem* o sujeito de algumas coisas e *impedem* (desprovêem) de outras. Assim, a natureza não é infinitamente maleável; ao nos relacionarmos com nossos ambientes, nós não tanto impomos nossos significados às coisas, quanto descobrimos o significado para nós dos significados que as coisas já têm.

O ambiente dos animais

O conceito de *affordances*,⁴ sobre o qual Reeds baseia inteiramente seu argumento, é derivado da psicologia ecológica de Gibson (1979). É interessante comparar a visão de Gibson de nicho ambiental como um conjunto de *affordances* com a noção de *Umwelt*, inicialmente introduzida por Jakob von Uexküll, e discutida no presente livro por Sebeok (ver UEXKÜLL, 1982). Para Uexküll, *Umwelt* de um animal, convencionalmente traduzido por “universo subjetivo”, é o ambiente como constituído dentro do projeto de vida do animal. A idéia central de sua abordagem era que o animal, longe de adaptar-se a um determinado canto de mundo (um

nicho), na verdade, adapta o mundo a si mesmo, imputando significados funcionais aos objetos com que se depara, integrando-os, assim, num sistema coerente para ele mesmo.

Esses sentidos, ele insistia, não estavam dados nos objetos em si, mas eram adquiridos por esses objetos graças ao fato de entrarem em relação com um sujeito animal. Desse modo, uma pedra adquire a “qualidade-projétil” para um homem zangado que a lança contra seu adversário; ou se reveste de uma “qualidade-bigorna” para o tordo que a utiliza para quebrar a concha de uma lesma.

Um importante corolário dessa perspectiva é que os seres humanos não estão sozinhos na construção de seus ambientes. Ao contrário, como eu já sugeri, sua distinção pode residir no grau em que são autores de seus próprios projetos de construção, com a ajuda do instrumento de modelagem que é a linguagem, igualando o mundo a sua volta a sua concepção conceitual interna.

O conceito de Gibson de *affordance* corresponde rigorosamente ao conceito de qualidade de Uexküll: ambos se referem às propriedades de um objeto que o tornam apto a um projeto de um sujeito. Assim, Gibson poderia incluir no catálogo de *affordances* lançar e quebrar uma pedra – embora, é claro, projétil e bigorna sejam apenas duas das várias possibilidades. Todavia, existe uma diferença crucial: *affordances* não são adquiridos pelos objetos de um ambiente; eles existem enquanto propriedades invariantes dos próprios objetos de maneira completamente independente de eles serem colocados em uso por um sujeito. Conclui-se daí que, embora para Uexküll todo animal seja fechado em seu próprio mundo subjetivo, um tipo de “realidade-bolha”, acessível somente a ele mesmo, para Gibson, diferentes animais podem viver em um ambiente *partilhado*, e, além disso, podem compartilhar suas percepções sobre o que esse ambiente provê.

Como Reed argumenta, a percepção não precisa de jeito nenhum ser uma questão particular: realmente, ele conclui que a socialidade tem seu fundamento na consciência de percepções partilhadas, na mutualidade direta ou no envolvimento intersubjetivo que advém do ato de se viver em ambiente comum. Aqui novamente ele desafia a sabedoria antropológica convencional, que considera a vida social como algo que depende de uma objetivação da experiência de sujeitos particulares, inicialmente fechados uns para os outros, dentro de sistemas públicos de representações coletivas e simbolicamente codificados.

As relações homem-animal

Concluo voltando a mais um tema recorrente em várias contribuições do presente livro: o das relações entre seres humanos e outros animais. Iniciei observando as fortes influências emocionais que parecem condicionar nossas próprias atitudes (humanas) com relação aos animais, e esse ponto é central nos argumentos de Midgley e de Mundkur.

“A noção de ‘um animal’”, escreve Midgley, “é profunda e irremediavelmente emocional”; ela se dispõe a mostrar como nossos sentimentos cotidianos coloriram, de modo por nós amplamente ignorado, aquilo que supostamente eram discussões “científicas”, intelectualmente neutras, a respeito do limite das espécies. Reconhecendo a carga emocional ligada a esse limite, somos forçados a reconsiderar nossas próprias responsabilidades morais em relação aos animais não-humanos. Embora ela identifique a principal emoção envolvida como sendo o medo, não tenta explicar como isso surgiu, nem deixa claro se devemos considerar isso como uma característica universal da humanidade ou uma peculiaridade da aflição ocidental, nascida da propensão ideológica de equacionar a animalidade com o lado mais obscuro da natureza humana, e com a ameaça que isso aparentemente coloca para valores caros à razão e à civilização.

Mundkur concorda que as atitudes humanas para com os animais estão embebidas em medo, mas vai além, tentando dar conta de sua origem num cenário de evolução orgânica. Uma de suas mais notáveis observações é o fato de que as pessoas sentem um grande medo dos animais ferozes com os quais elas dificilmente se deparariam, uma observação que parece confirmar o *status* de tal medo como um universal humano, cujas raízes encontram-se longe, no passado da evolução da ordem dos primatas. O maior quebra-cabeça para esse tipo de análise é mostrar como emoções de medo originadas no contexto das interações predador-presa poderiam ser generalizadas do seu objeto específico, e deslocadas para os mais mansos e inofensivos dos animais, que jamais causariam qualquer dano físico aos homens. Pode ser adaptativo ter medo de tigres e cobras peçonhentas mas... medo de borboletas?

A diversidade de tipos de relações e associações que podem ser estabelecidas entre homens e animais é um tema comum às contribuições de Sebeok, Coy e Tapper. Considerando um vasto espectro de tipos de encontros homem-animal – que vão do predatismo e do parasitismo à parceria, domesticação e treino – Sebeok está preocupado com o modo pelo qual a forma de encontro (entendido como troca de sinais) pode influenciar a concepção do que “é considerado” um animal para os seres humanos, ou

a maneira pela qual o próprio animal se torna um signo – “um pedaço de informação concentrada” – na interação social humana.

Coy nitidamente vira a mesa com relação à tendência usual para considerar as relações entre homens e animais apenas do ponto de vista humano. O tema central de sua contribuição é a empatia mútua que pode se desenvolver quando tais relações se tornam próximas e intensas, uma empatia que permite a cada parte “ler a mente” da outra e, por isso, pelo menos numa certa medida, prever suas ações. Coy sugere que não somente os animais humanos, mas também os não-humanos, devem ter níveis suficientes de discernimento para serem capazes de imputar motivações a outros indivíduos, tanto de sua própria espécie como de outras – aí incluídos os seres humanos. A habilidade do animal em prever o comportamento humano pode dificultar o ato de caçar, mas poderia facilitar significativamente o processo de sua domesticação. Ela conclui que o mais importante para nós é compreendermos as espécies domésticas com as quais temos ligações mais próximas porque são as mais prováveis de revelar as atitudes dos animais para com as pessoas. Entretanto, esta conclusão poderia ser qualificada pela observação de Sebeok de que o treinamento humano dos animais pode assumir duas formas opostas: uma delas (*aprendizagem*) é um tipo inteiramente impessoal de condicionamento comportamental; a outra (*adestramento*) depende de uma relação de intimidade máxima entre o treinador e o animal adestrado. Enquanto nessa última forma, o mútuo envolvimento do ser humano com o animal alcança seu máximo, na primeira, fica reduzido a um mínimo.

A contribuição de Tapper concerne também à questão da familiaridade humana com os animais, e compartilha com Coy o interesse sobre as maneiras pelas quais os animais figuram na literatura popular, especialmente como modelos didáticos e de socialização. Em uma revisão engenhosa do paradigma clássico marxista, Tapper estende o conceito de relações sociais de produção para além da fronteira da espécie, e examina uma gama paralela de formas de “relações de produção homem-animal”. Assim, em uma sociedade de caçadores, na qual as presas são consideradas como pessoas iguais, as relações homem-animal “comunais” prevalecem. Já sob a era da domesticação, em que os animais são tratados como membros da família, tais relações transformam-se em “escravização”. O desenvolvimento do pastoreio, no qual os animais são criados sem necessariamente serem domesticados, leva a relações homem-animal mais contratuais, assemelhando-se àquelas existentes no feudalismo. Com a mecanização rural moderna, as relações de produção são ainda mais despersonaliza-

das, assumindo um caráter de exploração característica do capitalismo. Estes tipos diferentes de relações entre animais e homens poderiam ser talvez compreendidos em termos de um duplo movimento: de fora para dentro das casas humanas e, simultaneamente, do pessoal ao impessoal. Assim, o animal passa gradativamente de uma pessoa estranha a uma coisa familiar, por meio de vários estágios intermediários. Tapper tenta mostrar que cada estágio corresponde a um uso específico da metáfora animal, e que conseqüentemente, é possível basearmos idéias sobre a natureza humana e a relação de humanidade com animalidade em imperativos econômicos fundamentais, embora condicionados por fatores historicamente contingentes do ambiente sociopolítico.

Tentei, com essa Introdução, dar ao leitor uma noção da diversidade e da riqueza das contribuições que se seguem e, mais importante, evidenciar as principais conexões entre elas. Há, naturalmente, muito mais pontos de contato além daqueles que resenhei aqui. Não acredito que a questão de “O que é um animal?” possa ser resolvida por um único paradigma teórico ou conceitual. Minha intenção foi, antes, mostrar que todos esses paradigmas já têm profundamente incorporada, em suas suposições mais fundamentais, alguma visão de animalidade, o que é sempre apenas vagamente reconhecido. Conseqüentemente, nossa questão não pode ser nem mesmo perguntada e menos ainda respondida, dentro da estrutura axiomática constitutiva de qualquer sistema particular do pensamento. É somente com um esforço concertado dos acadêmicos, com a representação de muitas disciplinas e tradições intelectuais que nós poderemos começar a desembrulhar os diversos e multiestratificados significados de “animal”. Este livro representa um passo nessa direção, e o que liga as contribuições dos seus dez autores não é uma teoria, mas uma questão.

Abstract

In the introduction of the book “What Is an Animal”, Tim Ingold presents the points of view of the contributing authors giving emphasis to what joins and what differentiates their perspectives. The editor/He addresses the issue of what makes the human species unique in comparison to other animals while elaborating on themes such as language, intentional actions, the capacity of symbolic classification and human-animal relations.

Keywords: animality; humanity; intentionality; anthropocentrism; culture.

Referências

CHOMSKY, N. *Rules and representations*. New York: Columbia University Press, 1980.

GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GRIFFIN, D. R. *Animal thinking*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1984.

HALLOWELL, A. L. Ojibwa ontology, behavior and world view. In: DIAMOND, S. (Ed). *Culture in history: essays in honor of Paul Radin*. New York: Columbia University Press, 1960. p. 19-52.

HULL, D. L. Historical entities and historical narratives. In: HOOKWAY, C. (Ed.). *Minds, machines and evolution: philosophical studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 17-42.

INGOLD, T. *Evolution and social life*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

LÉVI-STRAUSS, C. *La potière jalouse*. Paris: Plon, 1985.

SAHLINS, M. D. *Culture and practical reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1876.

SEBEOK, T. A. *I think I am a verb*. New York: Plenum Press, 1986.

SHOTTER, J. *Social accountability and selfhood*. Oxford: Blackwell, 1984.

UEXKÜLL, J. Von. The theory of meaning. *Semiotica*, [S.l.], v. 42, p. 1-87, 1982. Transl. by B. Stone & H. Weiner from *Bedeutungslehre*, T. Von Uexküll (ed), 1940.

WHITEHEAD, A. N. *Process and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1929.

Notas

² No inglês, animale.

³ No inglês, animacy.

⁴ Nota das tradutoras: optamos por não traduzir o termo *affordance* sugerindo, entretanto, que ele pode ser tomado no sentido de *provimento*.

Um mundo sem antropologia

A autora inicia o artigo sugerindo que a antropologia é uma disciplina acadêmica relativamente nova e que, paradoxalmente, sua promessa nos encaminha para sua autodissolução pois uma disciplina dedicada à produção de conhecimento sobre o Outro será redundante em um mundo no qual a alteridade tenha cessado de ser problemática. Tal formulação e sua suposta promessa, entretanto, somente faz sentido se nós olharmos para a antropologia na sua relação com o mundo. A ênfase na autonomia e compartimentarização do conhecimento nas universidades nas últimas décadas tem-nos feito ignorar esta relação necessária. Neste artigo, a autora explora alguns dos pressupostos e dificuldades que acompanham uma antropologia atenta ao seu “estar no mundo”.

Palavras-chave: conhecimento antropológico; alteridade; escrita não-ficcional.

* Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Mestre em antropologia pela Universidade Estadual de Campinas e doutora em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seus interesses de pesquisa incluem pentecostalismo e religiosidade popular no Brasil e Portugal; migração e desenvolvimento de habilidades; ritual e cosmologia. Entre suas publicações, estão os livros *Os Evangélicos* (2001) e *Na Posse da Palavra* (2002).

O que seria um mundo sem antropologia? Na verdade, a antropologia nem sempre existiu; trata-se de um fenômeno relativamente moderno, um produto da história Ocidental. A Grécia antiga tinha seus poetas, filósofos, artistas, médicos, sacerdotes mas não havia antropólogos. Entre os gregos, a antropologia não existia sequer como assunto, por uma incapacidade geral de reconhecimento do Outro. Foi somente com o advento do Iluminismo e da transposição do “homem primitivo” do plano das idéias para o plano da experiência, que o projeto antropológico ganhou forma e expressão próprias (DUCHET, 1971). Se foi assim que a antropologia nasceu, a mesma fórmula deverá nos ajudar a prever seu fim. Apoiando-nos em uma idéia de que a antropologia é conduzida por um desejo de conhecer e entender a alteridade, nós podemos postular que em algum momento no futuro, em um mundo que aprendeu a lidar com a diferença, a disciplina irá desaparecer. O sucesso da antropologia pressupõe sua própria dissolução. Entretanto, não é isso que conseguimos visualizar atualmente. A evidência aponta para seu contrário. Nós ouvimos falar de guerras, miséria e destruição entre os povos, ao mesmo tempo que cresce o número de antropólogos e a proliferação de instituições antropológicas ao redor do mundo. Paradoxalmente, a expansão da disciplina parece vir acompanhada de seu declínio e vigor.¹

Ainda que o raciocínio que prediz o fim da antropologia seja preciso e claro como cristal, está apoiado em uma concepção da disciplina que alguns críticos devem considerar inocente e antiquada. A idéia de que a antropologia teria a missão de resgatar a humanidade certamente associa-se a uma noção romântica do antropólogo como herói, idéia que abandonamos há muito tempo atrás. Nenhuma disciplina acadêmica pode se vincular tão piamente a um projeto utópico como o da formação de uma nova sociedade. Este, certamente, foi o compromisso dos pensadores do Iluminismo e, no entanto, o mais próximo que chegaram foi a um retrato fortemente idealizado do Outro, na figura do “bom selvagem”. Esse idealismo foi contrabalançado pela crueldade demonstrada pelos exploradores e administradores das colônias, que realizaram a mais ampla chacina já conhecida de povos estrangeiros: seja nas Américas, na África ou na Ásia.

O leitor cético estará mais inclinado a apontar a falta de consistência do raciocínio na conexão utilitária entre o projeto disciplinar de expansão do nosso conhecimento sobre a condição humana e o projeto político de mudar o mundo. As ciências humanas, o cético irá nos lembrar, somente ganharam sua consistência e vigor quando se dissociaram de

qualquer projeto político contingente. Para ser mais enfático, na visão da antropologia que “não faz nada no mundo”: ela é uma disciplina do pensamento, um conjunto de métodos, uma certa postura na produção de conhecimento. Subordinar o conhecimento antropológico a uma maneira de intervir politicamente no mundo é retroceder em termos de aprimoramento disciplinar, amarrando uma bola de ferro que inibe a liberdade de pensamento e de criatividade.

Nos próximos parágrafos apresentarei um argumento na forma de diálogo. Inicialmente explicitarei minha posição como autor, e responderei com palavras imaginárias às colocações de um leitor cético. Também incluirei algumas intervenções de um neófito na antropologia e um ouvinte crítico os quais, supostamente, estariam seguindo a conversação. É por meio desse diálogo que procurarei elaborar a idéia de que, embora a antropologia não *intervenha* no mundo, sua disciplina supõe um *desenvolvimento* no mundo.

Nas palavras do autor

Eu pediria que os leitores céticos suspendam momentaneamente sua descrença. Se eu visse a antropologia como uma disciplina mais política que acadêmica, sempre pronta para intervir no mundo, seria uma das primeiras a saudar sua expansão, tanto em número de praticantes como na multiplicação de instituições nas mais diversas regiões do mundo, tanto como pelo crescimento do volume de pesquisa que deve vir em decorrência. Inicie, contudo, pela observação exatamente contrária, mais precisamente, apesar do crescimento global do número de antropólogos, o vigor da produção antropológica parece ter declinado. Esta avaliação negativa da expansão disciplinar não deve, entretanto, significar que eu me alinho com o cético que estaria a favor de uma antropologia indiferente aos pequenos eventos que estão na base do progresso do trabalho de campo e das políticas públicas que guiam as instituições em que ensinamos, e que compensa essa falta de atenção pelo detalhe com um compromisso com a produção de um conhecimento teórico abstrato, universal e avançado. Antropólogos maduros, eu acredito, não apenas se permitem ser educados pelo mundo, especialmente por meio de seu engajamento na pesquisa de campo, como também estão atentos ao debate conceitual que é encaminhado no interior da disciplina por uma certa agenda teórica. Nem este debate está desconectado de seu contexto mundano: tal como no trabalho de campo, isto envolve elementos de improvisação e ressonância com os ritmos da vida, acomodando-se em uma tensão produtiva entre a especulação ocidental sobre como a vida humana

deveria ser, o que a vida efetivamente é e como ela se manifesta para povos particulares em certos lugares e períodos da história (INGOLD, 1993, p. xvii). Isto nos faz retornar à tese inicial, nomeadamente, que a antropologia é uma disciplina que se desenvolve no mundo: não nasceu como um conjunto pré-determinado de investigações representativas, mas sim ganha força e vigor ao permanecer flexível e ao articular questões emergentes dentro de várias tradições acadêmicas representativas de diferentes centros de educação e pesquisa ao redor do mundo.

O leitor cético responde

Sua formulação é interessante e aparentemente vai ao ponto, contudo, esquece que a disciplina atual é altamente polimorfa. Poucos colegas se sentirão contemplados por sua proposição: esta supõe uma flexibilidade crítica e coerência orgânica que é difícil de reconhecer em uma única disciplina. Sendo cético, proponho o contrário: que definamos a antropologia através de qualquer tipo de atividade que as pessoas se engajem enquanto membros de instituições antropológicas. Ainda que esta definição pareça tautológica, não é trivial, pois seu mérito é enfatizar o enquadramento ou contexto no qual o trabalho antropológico é produzido. Esta nos permite acomodar o polimorfismo a que já me referi, garantindo a qualquer instituição e a qualquer autor no campo a liberdade de declarar “nós fazemos antropologia aqui”, sempre apropriadamente. Esta definição também permite acomodar a competição entre autores e instituições – aspecto embaraçador em uma concepção mais tradicional ou autocentrada da produção disciplinar – de modo a manter um campo mais ou menos flexível e ainda assim razoavelmente capaz de resistir aos apelos selvagens e fascinantes de seus expoentes. Assim, Clifford Geertz, a Associação dos Antropólogos do Norte e o Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro referem-se a algo como antropologia, este algo deve ser reconhecido como tal.

O autor...

Mas coisas como estas não acontecem assim! Escritores estabelecidos podem ser desacreditados, instituições podem mudar de nome, aparência e posição, e um bom trabalho pode ser feito em um contexto periférico. Embora o enquadramento no qual operamos seja importante para nossa prática disciplinar, e é algo que tem garantido a quase espontânea reprodução da antropologia em muitos lugares e multiplicado suas formas ao

longo de poucas décadas, o conhecimento sobre esse enquadramento não é suficiente para que o neófito possa por ele navegar. Dizer que a antropologia é o que os antropólogos fazem é muito vago e disforme para aqueles que querem aprender a se orientar através do campo antropológico, e achar seu próprio caminho entre as trilhas alternativas.

○ leitor cético....

Eu certamente não estou pensando em um iniciante como interlocutor. Um neófito sem experiência, que não tenha bagagem teórica e que seja pouco familiarizado com a história do pensamento antropológico será incapaz de compreender o enorme polimorfismo da antropologia contemporânea sem reduzir o conjunto a uma visão parcial de uma esquina de onde ele ou ela possa produzir um mapa geral do campo baseado em cores locais, ou sem ser tragado em uma vasta teia de opções, reconhecendo nada mais que arbitrariedade e caos. Se o convidássemos para nossa conversação, teríamos de abandonar questões-chave, como, por exemplo, sobre o *status* do conhecimento antropológico; as nebulosas margens entre realidade e ficção; descoberta e criatividade; verdade e fantasia. Para sermos compreendidos pelo iniciante teríamos de retornar às questões familiares e exaustivas das bordas entre mundo objetivo e subjetivo.

○ neófito intervém

Estou surpreso que você pense que minha participação no debate irá abaixar a qualidade do mesmo. Como você anuncia ser cético, pensei que sua visão iria divergir da de interlocutores mais convencionais, e que você demonstraria certa reserva em relação aos autores e às instituições estabelecidas. Deixe que me apresente: pertença à geração do rock, e não poderia imaginar algum dos meus ídolos afirmando que existe apenas uma realidade ou que fosse privilégio do ídolo acessá-la, ou que, em virtude da posse de algum equipamento pouco usual, tivesse ele “acesso direto à realidade”. Como muitos de minha geração, eu tenho uma visão relativista de mundo. Apesar disso, as músicas de *rock* são estranhamente diferentes dos artigos antropológicos. Ao longo de minha graduação, li inúmeros artigos e algumas monografias; em geral, entretanto, sinto-me mais hábil para escrever alguns versos de *rock* do que esboçar um artigo antropológico. Por que este último é tão difícil?...

O autor

Terei grande prazer em incluí-lo em nosso debate, especialmente porque pode ajudar a superar nossa tendência a um intelectualismo excessivo, algo típico em uma disciplina cujos valores e habilidades de leitura e escrita estão sobre todos os outros. Sobretudo, como um novato, você nos apresentou um grande desafio: talvez devêssemos tentar definir a antropologia pelo conhecimento que produz. Seria estranho se um autor de músicas de *rock* explorasse como tema as tensões conceituais entre sociedade e cultura, arte e ética, indivíduo e pessoa. Seríamos capazes de dançar sobre tais temas em uma noite de sábado? Como outros poetas e escritores, a linguagem do *rock'n roll* habita o reino da vida cotidiana, da padaria e da farmácia.

Mas em sua prática de escrita, antropólogos não habitam estes reinos. A que reino eles pertencem? Podemos retornar aos mestres: o que faz de Malinowski – e não Rousseau – o modelo para o trabalho antropológico moderno? Rousseau procura conhecer o homem e seus diferentes hábitos muito brevemente, algo que dê suporte ao seu projeto de construção utópica de uma futura sociedade. A imagem do homem distante é crucial para o projeto Iluminista, porque carrega a marca do primitivo –, ou seja, do estado mais simples, mais básico, primordial da humanidade. O selvagem, para Rousseau, não era um homem de carne e osso, mas o veículo por meio do qual ele formulava um conjunto de *insights* a respeito da humanidade em geral (ROUSSEAU, 1992). Malinowski, pelo contrário, amarrava sua escrita a uma narrativa cujo fio condutor era sua própria experiência particular de um encontro singular. Neste sentido, o fluxo de fantasia de um autor como Malinowski é mais discreto do que em Rousseau. Em todo caso, não tão discreto a ponto de abdicar de uma posição do autor como herói da empreitada moderna. De fato, é inclusive possível construir um inventário das várias estratégias usadas na escrita etnográfica malinowskiana para reforçar sua autoridade, incluindo sua insistente pretensão à presença onisciente, seu apelo aos encontros factuais como base de sua legitimidade e seu foco na alteridade (RABINOW, 1985; CLIFFORD; MARCUS, 1986). Para além desses pecadilhos de vaidade e cegueira vitorianas, Malinowski preserva uma idéia de descrição: o que ele registra é um encontro que efetivamente teve lugar no mundo.

Considere, por exemplo, *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (MALINOWSKI, 1922), no qual Malinowski utilizou várias estratégias para afirmar o valor de “ter estado lá”: uma descrição completa do lugar onde o encon-

tro aconteceu, o uso do presente etnográfico, uma colocação cuidadosa do antropólogo no campo em situações específicas, o uso de palavras nativas na análise, a coleção de evidências sobre tópicos particulares e o encaixamento de perspectivas descritivas de modo a que uma encaixe na outra. Tudo isso como se declarasse: “outros homens brancos viram os trobriandeses antes de mim, mas ninguém os viu do jeito que eu os vi”! Quando Malinowski escreveu as regras do conhecimento antropológico no seu trabalho introdutório, ele se apresentou como alguém que teve uma compreensão do Outro baseada em uma investigação sistemática e rigorosa. Tal investigação, sugere, tanto o distancia de seus contemporâneos quanto o traz para perto dos trobriandeses e para seus herdeiros disciplinares. E, dessa forma, não importa como o mundo trobriandês possa mudar ao longo dos anos, a nova geração trobriandesa, tanto quanto os antropólogos do futuro, serão capazes de se apoiar em sua descrição para estudar outros aspectos daquela sociedade. Muito de seu esforço para fornecer uma descrição exaustiva e com camadas múltiplas, está baseado na idéia de que o trabalho indexa de modo real e persistente a estrutura de eventos (inclusive a paisagem como um evento), de tal forma que possa ser visto e reconhecido de muitas perspectivas em um caminho de familiarização recíproca por novas gerações de nativos e pesquisadores que a seguirem. Ao mesmo tempo, o ideal da precisão descritiva convida leitores modernos a compartilhar uma experiência de “ter estado lá”. Além disso, a questão da precisão descritiva, nos *Argonautas* de Malinowski, teve grande influência no trabalho antropológico das gerações subseqüentes. Muito da transformação que a escrita etnográfica logrou ao longo dos anos faz parte de um processo que um documentarista brasileiro, João Moreira Salles (2005), denomina “uma interpretação não-ficcional” da situação.

A Sociedade da Esquima, de William Whyte (1993), escrita algumas décadas depois da publicação dos *Argonautas*, coloca ainda mais restrições ao vôo imaginativo que Malinowski desenvolveu. A escrita segue um padrão menos jornalístico, pretendendo capturar todos os lados da história e se engaja mais atenta e detidamente no seu tempo e lugar. Whyte parece optar por menos para ganhar mais: ele se restringe a um bairro em uma cidade; descreve somente alguns personagens (aos quais ele dá nomes e personalidade), aqueles com os quais efetivamente manteve contato; ele reduz o número de tópicos desenvolvidos (gangue, políticos e mafiosos); e reduz as generalizações ao mínimo. Da evidência das ações cotidianas e as interações sociais corriqueiras até a “escrita não-ficcional”, a estrutura social emerge de um modo consistente e poderoso. Esta escrita

não-ficcional mudou ao longo dos anos em resposta não apenas ao debate entre autores, mas também pelas transformações que “nativos”² e leitores passaram.

O ouvinte crítico intervém

A transformação que você vem descrevendo na antropologia não decorre, como você supõe, do objetivo de melhorar uma escrita não-ficcional. Melhor dizer que isto se deve a uma mudança dos paradigmas de explicação – em seu exemplo, do funcionalismo britânico para o interacionismo norte-americano.

O autor....

Certo, se o debate tivesse sido encaminhado apenas no plano epistemológico, como você sugere, a publicação das notas dos diários de campo de Malinowski (1967) não teriam tido o impacto poderoso que elas tiveram. Quando nos tornamos conscientes da intolerância pessoal de Malinowski, suas pretensões como “homem branco”, nós não podemos mais tomar suas palavras como “verdade”. O implícito, o acordo de fundo que nos dá a confiança no caráter não-ficcional do seu trabalho é removido. Grande parte da crítica antropológica desenvolvida depois da publicação dos diários se apóia em preocupações sobre a inter-relação entre autor, contexto e episteme. Além disso, experimentos de escrita etnográfica pretenderam desconstruir o contrato não-ficcional do texto, operando por *dentro*, enquanto lugar de encontro do antropólogo (autor) com nativos (co-autores); seja manipulando seu *conteúdo* (fazendo do trabalho antropológico uma narrativa dos sonhos do Outro ou uma ficção baseada na experiência do encontro); seja por meio de sua *forma* (tornando o trabalho uma colagem de diferentes momentos e situações com múltiplas linhas narrativas).

Para além desses extraordinários experimentos ou do impacto do diário de campo de Malinowski, a influência do modelo dos *Argonautas* parece não ter sido diminuída. O que o torna tão vigoroso? Meu argumento é: nós podemos encontrar a resposta em dois princípios da escrita não-ficcional que o próprio Malinowski anuncia. O primeiro explora a homologia respectiva entre estrutura do encontro no campo e do texto escrito. Isto garante ao último características de romance, por meio de uma linearidade que permite ao leitor imergir na experiência do autor junto com os nativos. O segundo princípio relaciona-se com as possibilidades de reflexão abertas pela manipulação dos materiais coletados. Esta

atitude reflexiva era pouco comum nos anos 1920, quando os *Argonautas* vieram a público. Juntos, tais princípios tornaram possível a resolução de alguns dilemas que aparecem recorrentemente na etnografia: como eu poderei saber se a impressão que meus informantes provocam em mim são intencionais? Quando e como uma situação compartilhada ocorre? O acesso do autor aos significados ajusta-se à percepção dos próprios nativos sobre a cadeia dos eventos? Como eu saberei que meu fluxo de criatividade não é idiossincrático? Ao resolver tais dilemas, Malinowski pavimentou o caminho para que a escrita se tornasse um meio de recriação da singularidade do encontro etnográfico.

Sobre estes dois princípios, muito tem sido dito a respeito do primeiro, por isso não o desenvolverei mais. Ao contrário, gostaria de me concentrar no segundo. Percebo que questões relativas à manipulação do material de campo e do processo de interpretação não-ficcional têm sido consideradas nos debates epistemológicos sobre verdade e falsidade, ou originalidade e artificialidade. Mesmo sem tomar partido neste debate, seguramente podemos afirmar que os antropólogos manipulam certos materiais ao coletá-los, ao fazer observações, conduzir, transcrever e traduzir entrevistas, revelar fotos, engajar-se em debates com outros autores e na própria escrita. Ao fazer tudo isso, “lidamos com o material” de uma maneira que é claramente distinta da manipulação da matéria ficcional, mesmo quando esta última refira-se a uma experiência pessoal. Nesta conexão, é interessante lembrar o testemunho de um antropólogo visual como David MacDougall, que reconhece a transformação do material quando o está manipulando:

Uma pessoa que eu filmei é um conjunto de imagens quebradas: primeiro, alguém visto efetivamente, com toque, som, cheiro; uma face vista na escuridão de um foco; uma memória por vezes elusiva, às vezes com grande claridade; uma fita de imagens em uma máquina de editar; um punhado de fotografias; e finalmente uma figura se movendo através da tela do cinema. (MAC DOUGALL, 1988, p. 25)

MacDougall lembra-nos de uma diferença fundamental: enquanto o leitor tende a perceber o texto como um todo – um trabalho completo –, o autor conhece todo o processo de improvisação, de arranjo e re-arranjo dos fragmentos desenvolvido ao longo da produção.

Sabendo disso, o autor pode duvidar de sua habilidade em manter a fé do leitor: pode ele estar certo que está falando de algo que realmente ocorrera? Se o tema não for acolhido de modo adequado, a autocrítica pode se encaminhar para a autodepreciação e a eventual falta de con-

fiança. Um modo de abordar adequadamente o problema é transferir os dilemas sobre o tratamento do material do plano epistêmico ou político para o plano pragmático. De fato, está claro que romancistas, por um lado, e sociólogos e antropólogos, de outro, podem e de fato incorporam materiais não-ficcionais no desenvolvimento de seu trabalho. Entretanto, enquanto romancistas podem manipular seu material inserindo fantasias, elaborações estilísticas e ficcionalizando diálogos, sociólogos quantitativos irão tomar o material como a base de um cálculo, em termos de esquemas mais ou menos artificiais de medida. Entrevistas, diários de observação e fotos: tudo pode ser reaproveitado como material da escrita romaneada ou análise sociológica, mas no fim de todo o processo este material terá sido transformado em algo distinto (ou ficção ou tabulação), não aparecendo enquanto tal no trabalho final. Em ambos os casos, a aproximação é do tipo “intervenção não-litera”.

Eu gostaria de argumentar que os antropólogos tendem a realizar uma aproximação “leve”, um tratamento mais literal de seu material. Se o termo “realismo” não fosse tão exaustivamente usado, poderíamos retomá-lo para designar esse “tratamento leve do material”. Na tentativa de descrever a relação quase vital de Van Gogh com os objetos, Shapiro retomou esta noção, enfatizando, entretanto, que o pintor desenvolvia um tipo de “realismo pessoal”.

Não me refiro ao realismo no sentido limitado e repugnante que hoje adquiriu, e que é com excessiva brandura chamado de fotográfico [...] mas antes o sentimento de que a realidade externa é um objeto de forte desejo ou necessidade, como uma posse e meio potencial de realização do ser humano esforçado, e, dessa forma, o terreno necessário para a arte. (SHAPIRO, 1996, p. 140)

Este é o tipo de realismo a que me refiro na “manipulação leve”, característico da escrita etnográfica. É comum encontrarmos nas etnografias pedaços de material coletado – fragmentos de entrevistas, enxertos de diários, fotografias ou desenhos esquemáticos –, algo que ficou quase inalterado apesar de ter sido manipulado muitas vezes antes de ser incorporado no trabalho final.

O leitor cético interrompe novamente....

Essa longa digressão apresenta a antropologia como uma disciplina à procura de uma escrita realista. Mas isso é, se muito, parcialmente

verdadeiro. Nos últimos anos, como você mesmo apontou, nós tivemos enorme avanço no desenvolvimento de uma antropologia construtivista, uma tendência que não valoriza a superfície das coisas, ou uma apreensão fotográfica delas.

○ autor continua...

De fato, esta definição de antropologia é parcial e é compartilhada de modo restrito com alguns colegas. Nós defendemos a idéia de um realismo não restritivo que se assenta sobre um acordo de fundo entre nós (uma “tribo” de antropólogos profissionais), um Outro (sobre aqueles cujas vidas descrevemos) e um leitor, que deseja compartilhar conosco a confiança de que nossa escrita é não-ficcional. O componente mais vulnerável e, no entanto, crucial, desse acordo de fundo está na relação entre “nós” (antropólogos) e “eles”(o Outro). Se esta relação é negada ou quebrada em função do modo como o encontro é recordado ou em função do desapontamento das pessoas – na leitura do trabalho etnográfico – diante do que é escrito sobre eles, então o acordo é desfeito. Em outras palavras, uma etnografia desastrosa não é aquela que é corrompida por uma impropriedade técnica, uma escrita pobre, uma formulação incongruente ou por intimações ao heroísmo etnográfico. Nós tendemos a esquecer esses pecadilhos, mas não podemos aceitar um trabalho que falha em termos éticos, revelando uma falta de responsabilidade humana na relação “nós/eles”.

De fato, tudo indica que nós tendemos a reconhecer como aspectos relativamente autônomos da prática antropológica, algo que está efetivamente co-relacionado: nomeadamente, o estabelecimento de uma compreensão ética entre observador e observado; a busca de uma “manipulação leve” do material; e a manutenção de um acordo de fundo que permita que todos os participantes tenham confiança na veracidade do resultado do trabalho. Uma integração entre estes três aspectos usualmente realiza-se do seguinte modo: o aprofundamento da compreensão ética entre antropólogo e nativo reforça a demanda por uma manipulação leve do material, o qual, por seu turno, tende a reforçar a confiança na recepção do trabalho. Parece-me que a busca dessa integração significa muito mais que simplesmente ampliar o conhecimento sobre o Outro, no sentido literal, mas, sobretudo, ela é essencial para preencher a promessa da antropologia.

Para o neófito que gostaria de saber como orientar-se na trilha desconhecida aberta diante dele no túnel da prática antropológica, a boa nova

é que, seguindo esta integração, ele pode, a partir de fora – e até com habilidades precárias –, fazer seu próprio caminho. Assim, mesmo que a manipulação do material não-ficcional seja intrínseca à prática antropológica, esta manipulação – como o adjetivo “leve” indica – tem certos limites: somente será aceitável se não quebrar o tecido das relações entre observador e observado. Este princípio ajuda a guiar porque, sobretudo, um trabalho antropológico não-ficcional tende a focar o mundo do Outro: dessa forma, compreensões éticas devem estabelecer-se sobre acordos de procedimento governando o encontro, a coleção do material, as gravações, a sistematização, a colagem, a justaposição e recomposição. Contudo, como o novato poderá saber se foi longe demais, rompendo “o tecido das relações sociais”?

Ainda que este ponto crítico seja de difícil definição, não é arbitrário. Isto envolve uma variedade de respostas criativas e uma atenção para a literariedade da situação. Neste caso gostaria de citar um evento do meu trabalho de campo em Coimbra, no qual simulei uma situação na interação com meus informantes. Será que eu fui longe demais e “quebrei o tecido das relações” por excesso de manipulação?

Minha tese de doutorado aborda a Igreja Universal do Reino de Deus, uma igreja brasileira neo-pentecostal que também se estabeleceu em Portugal. A igreja é freqüentemente questionada pela presença do dinheiro no seu sistema ritual. Como pesquisadora, eu era pressionada por respostas por um público ávido, mas eu preferia apresentar o assunto em contexto. A igreja promovia a si própria por meio de sermões de prosperidade. Entre outros chamados públicos, os pastores usavam repetir o refrão “Assim como o sangue de Jesus faz o mundo girar, o dinheiro move a igreja”. No meu trabalho de campo tinha levantando várias evidências que demonstravam a importância do dinheiro, mas eu oscilava entre uma visão da igreja como uma “escola” do capitalismo para uma população com recursos esparsos e tradicionalmente fora do mercado, e como uma máquina institucional ou “marqueteira” da fé. Para entender melhor a questão, precisaria conhecer melhor a posição dos pastores em relação às operações financeiras: estariam eles imersos em um sistema amplo, reproduzindo de um modo limitado e automático, ou seriam eles ativa e criativamente co-responsáveis por sua reprodução?

Incerta sobre a melhor interpretação e tendo recebido um veto por parte dos líderes da igreja para desenvolver a pesquisa, optei por simular uma situação: decidi fazer uma “consulta” como membro da igreja a um pastor da igreja de Coimbra. No final da reunião apresentei meu dilema para o pastor que atendia a outros freqüentadores em uma fila.

Contei, então, que era uma estudante brasileira morando em Portugal com poucos recursos financeiros e que trouxera comigo alguma reserva que me foi dada por minha mãe. Os meses passaram, tudo correu bem no exterior e eu não tive de usar a poupança. Nesse meio tempo, meu irmão mais novo, que estava tentando ganhar a vida em uma cidade brasileira, escreveu-me contando das enormes dificuldades que estava passando. Diante da carta, senti-me compelida a dar a poupança para ele, mas sabia que minha mãe seria contra isso: segundo seus princípios, sendo um homem ele deveria se cuidar por si mesmo. Se eu não usasse o dinheiro, este deveria ser devolvido para minha mãe. O que eu deveria fazer?

O pastor não hesitou: ele disse que eu não deveria dar o dinheiro nem para meu irmão nem para minha mãe. Em vez disso, deveria usá-lo para minha própria prosperidade e juntar-me a uma Corrente de Oração em favor do meu irmão.

Alguns irão dizer que eu fui muito longe como pesquisadora, agindo como informante, mesmo que ocasionalmente. Entretanto, o contexto do meu trabalho de campo tinha sido, desde o começo, especialmente ambíguo e tenso; raramente podia me apresentar como pesquisadora. Além disso, a resposta que o pastor me deu, resultado de uma situação simulada, lançou mais luz que o esperado na direção de uma interpretação apropriada e próxima à vida do material coletado. Sem a simulação, a interpretação provavelmente seria muito vaga ou esquemática (MAFRA, 2002).

Conclusão

Iniciei este artigo notando que a antropologia é uma disciplina acadêmica relativamente nova e que sua promessa nos encaminha para sua autodissolução. Uma disciplina dedicada à produção de um conhecimento sobre o Outro será redundante em um mundo onde a alteridade tenha cessado de ser problemática. Tal formulação e sua suposta promessa, entretanto, somente faz sentido se nós olharmos para a antropologia na sua relação como mundo. A ênfase na autonomia e compartimentarização do conhecimento nas universidades nas últimas décadas tem-nos feito ignorar esta relação necessária. Com uma ajuda imaginária de um leitor cético, um ouvinte crítico e um novato apaixonado, explorei algumas respostas que acompanham uma antropologia que está-no-mundo.

Nessa trilha, levamos em conta alguns expoentes da etnografia moderna, num percurso que conduziu a um razoável consenso de que a antropolo-

gia envolve a produção de interpretações não-ficcionais dos eventos que ocorreram no mundo. Esta parece ser uma conclusão óbvia, desde que paremos de pensar em que base de confiança se assenta – deixando de lado alguma pretensão à verdade – o *status* não-ficcional de nossa descrição. Como poderemos falar de um encontro entre um cidadão europeu e um excelente navegador trobriandês sem temer a queda em uma descrição excessivamente fantasiosa ou por demais sistemática e literal?

Minha argumentação sugere que a resposta para esse tipo de questão não se apóia necessariamente em um debate epistêmico ou de estilo de discurso. Este nos leva a uma análise do acordo entre autor, nativo e leitor, que se sustenta na noção do trabalho antropológico como um registro de escrita não-ficcional de um encontro real entre autor e nativo. Nós podemos inclusive monitorar as mudanças no processo de registro etnográfico seguindo os diferentes termos desse acordo. Na tentativa de validar uma escrita não-ficcional, um elemento-chave que tem sido mantido ao longo dos anos é a quase exaustiva atenção ao detalhe, com uma quase literal descrição de situações e eventos. Esta atenção serve como uma restrição ao poder inflacionário das palavras de tal forma que assegure uma posição mais balanceada entre interpretações em disputa, controlando os vãos metanarrativos que autor e nativo são inclinados a desenvolver, um sobre o outro, na rememoração dos eventos vividos. Fazer-se literal é particularmente vantajoso em situações problemáticas e pouco familiares, na medida em que isto nos ajuda a entender o que está envolvido em uma determinada situação, sem atribuir imediatamente uma interpretação assimétrica à cena.

Entretanto, esta característica de literariedade não é suficiente para assegurar o acordo. Como Jorge Luis Borges observou, um mapa literal não é mais um mapa, mas a coisa que ele próprio indica e significa. Em uma trilha oposta àquela da precisão, antropólogos modernos têm-se tornado cada vez mais conscientes sobre como a manipulação do material é intrínseca a sua prática e ao trabalho que está sendo desenvolvido. Alguns antropólogos, com os quais tenho maior afinidade, tendem a realizar uma manipulação leve do material coletado. Em outras palavras: buscam manter uma relação explícita com as “fontes” da interpretação não-ficcional. Esta manipulação leve serve para proteger e corroborar o acordo entre autor, nativo e leitores da escrita não-ficcional. Não podemos, entretanto, ignorar que, de fato, permanece uma assimetria entre autor, nativos e leitores. A responsabilidade ética formada entre autor e nativos por um lado, e entre autor e leitores, por outro, é crucial para identificar a extensão que o trabalho deve tomar e que, se ignorada, poderá promover o retorno da assimetria para o conteúdo do trabalho.

Nesta descrição da prática antropológica, o pré-requisito para seu exercício recai sobre uma combinação de três aspectos da relação entre autor, nativos e leitores: o primeiro envolve a qualidade não-ficcional do trabalho; o segundo tem a ver com uma manipulação leve do material coletado; e o terceiro faz surgir a coerência do conjunto em função de um leque de responsabilidades éticas. Tais aspectos, em conjunto, conduzem a uma certa restrição disciplinar ou mesmo a uma abdicação deliberada do poder de arazoamento lógico, associados ou ao conhecimento eficiente ou à ação pragmática. Por essa razão, antropologia é uma disciplina capaz de colher e ensinar algo sobre o mundo em processo (INGOLD, 1993), ao qual nós pertencemos, assim como todo o Outro. Minha esperança é que tal aproximação se torne, eventualmente, tão mundana e comum que as pessoas deixem de necessitar da antropologia como uma disciplina institucionalizada.

Abstract

The author begins this article noting that anthropology is a relatively new academic discipline, and that the promise of its fulfillment lies in its self-dissolution. A discipline dedicated to producing knowledge of the other would be redundant in a world where alterity has ceased to be problematic. Such a formulation and its underlying promise, however, only make sense if we look at anthropology in its relation with the world. The emphasis on the autonomy and compartmentalization of knowledge in universities in the last few decades has distracted us from this necessary relation. With the imaginary help of a skeptical reader, a critical listener and a passionate beginner, the author laid out some of the answers to being-in-the-world of anthropology.

Keywords: anthropological knowledge; alterity; non fictional writing.

Referências

CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Ed.). *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

DUCHET, M. *Anthropologie et histoire au siècle des lumières*: Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvétius, Diderot. Paris: François Maspero, 1971.

INGOLD, T. The art of translation in a continuous world. In: PALSSON, G. (Ed.). *Beyond boundaries: understanding, translation and anthropological discourse*. Oxford: Berg, 1993.

INGOLD, T. General introduction. In: INGOLD, T. (Ed.). *Companion encyclopedia of anthropology: humanity, culture and social life*. London: Routledge, 1994.

MAC DOUGALL, D. *Transcultural cinema*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

MAFRA, C. *Na posse da palavra: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Lisboa: ICS, 2002.

MALINOWSKI, B. *A diary in the strict sense of the term*. Intr. R. Firth; Trans. N. Guterman. London: Routledge: Kegan Paul, 1967.

_____. *Argonauts of the Western Pacific*. London: Routledge: Kegan Paul, 1922.

RABINOW, P. Discourse and power: on the limits of ethnographic texts. *Dialectical Anthropology*, [S.l.], v. 10, p. 1-14, 1985.

ROUSSEAU, J.-J. *Discours sur l'origine et les fondements d'inégalité parmi les homes*, Paris: Hatier, 1992.

SALLES, J. M. A dificuldade do documentário. In: MARTINS, J.; ECKERT, C.; CAIUBY, S. (Ed.). *O poético e o imaginário nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC- Sagrado Coração, 2005.

SHAPIRO, M. Sobre um quadro de Van Gogh (1946). In: _____. *A Arte Moderna: séculos XIX e XX*. São Paulo: Edusp, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O Nativo Relativo. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

WHYTE, W. F. *Street corner society: the social structure of an italian slum*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

Notas

¹ Esta é uma versão, em português, do artigo publicado na coletânea *Creativity and Cultural Improvisation*, editado por Elizabeth Hallam e Tim Ingold, Oxford: Berg, 2007.

² Neste artigo estou utilizando o termo “nativo” de modo bastante amplo. Sigo de perto a definição dada por Viveiros de Castro, quando afirma que “o ‘antropólogo’ é alguém que discorre sobre o discurso de um ‘nativo’. O nativo não precisa ser especialmente selvagem, ou tradicionalista, tampouco natural do lugar onde o antropólogo o encontra; o antropólogo não carece ser excessivamente civilizado, ou modernista, sequer estrangeiro ao povo sobre o qual discorre. Os discursos, do antropólogo e sobretudo do nativo, não são forçosamente textos: são quaisquer práticas de sentido. O essencial é que o discurso do antropólogo (o ‘observador’) estabeleça uma certa relação com o discurso do nativo (o ‘observado’). Essa relação é de sentido, ou, como se diz quando o primeiro discurso pretenda à Ciência, uma relação de conhecimento. Mas o conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos. Essa (meta)relação não é de identidade: o antropólogo sempre diz, e portanto faz, outra coisa que o nativo, mesmo que pretenda não fazer mais que redizer ‘textualmente’ o discurso deste, ou que tente dialogar – noção duvidosa – com ele.

Tal diferença é o efeito de conhecimento do discurso do antropólogo, a relação entre o sentido de seu discurso e o sentido do discurso nativo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 113-114).

Marcel Freitas*

Discutindo classificações raciais, étnicas e o racismo no futebol brasileiro a partir de um olhar desconstrutivista

Neste artigo pretendo fazer uma leitura de alguns aspectos referentes às questões raciais, étnicas e ao racismo na sociedade brasileira a partir de um ponto de vista proposto pelos atuais estudos feministas: crítico e desconstrutivo. Dentro desta proposta, mostro que o conceito “raça” tem sido questionado dentro das Ciências Sociais e apresento, como ilustração, um levantamento de dados baseados numa classificação mais étnica do que racial, na qual as categorias remetem aos espaços geográficos e culturais, não à cor da pele. O universo em questão é constituído pelos jogadores de futebol que participaram do Campeonato Brasileiro de 2004.

Palavras-chave: preconceito racial; identidade; classificações étnicas; futebol brasileiro.

* Antropólogo. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Introdução

As reflexões desenvolvidas neste artigo são fruto da disciplina ministrada pela professora Sandra Azeredo “Tópicos especiais em psicologia social: um diálogo entre Antropologia e Psicologia a partir das temáticas de gênero e raça”, cursada no mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais no segundo semestre de 2001, e do atual debate sobre a cota para negros nas universidades públicas brasileiras, cujos critérios partem de uma comissão universitária criada *ad hoc* para julgar o “grau” de negritude do candidato. Nos últimos seminários convidamos Cleonice Pitangui, docente do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, solicitando que nos esclarecesse em que patamar se encontra a discussão a respeito da polêmica etnia *versus* “raça” no cenário das ciências sociais brasileiras, mais especificamente nas teorizações antropológicas.

Um dos pontos primordiais nessa discussão é que o conceito de “raça” está para etnia assim como sexo está para gênero, ou seja, enquanto as designações de “raça” e sexo dizem respeito à biologia, etnia e gênero englobam aspectos culturais e sociais, portanto relacionais. Tal abordagem é compartilhada pela maioria dos antropólogos, sociólogos e historiadores, sendo o conceito de “raça” ainda usado, mormente, na Pedagogia e na Psicologia Social, no que se refere à Academia, e pelos movimentos anti-racistas e anticolonialistas, especialmente no chamado “terceiro mundo”. Logo, como forma de situar tal perspectiva em relação às questões étnicas no Brasil, apresentarei teorizações acerca das relações de gênero (que ultrapassam o conceito “sexo”, mais essencialista) provenientes do feminismo desconstrutivista, cuja lógica interpretativa pode ser aplicada às interações sociais com base na etnia.

Por muito tempo a noção “raça” foi utilizada para referir-se a subdivisões – arbitrariamente construídas – da espécie humana; tal idéia levava em conta, primordialmente, certas características físicas hereditárias, especialmente aquelas mais visíveis. Assim, a Antropologia Física tentou demonstrar que, diferentemente do que supunham as ciências naturais, no final do século XIX, em vez de presença ou ausência de caracteres biológicos entre determinadas populações humanas, o que se deve dizer é “maior” ou “menor” freqüência de um certo traço em uma população relativamente homogênea, visto que praticamente todos os traços físicos ocorrem em maior ou menor grau em todos os povos humanos (BHO-PAL, 1998). Não obstante, essa primeira classificação conceitual não considerava aspectos culturais e psicológicos na segmentação da espécie humana, inovação esta introduzida pelo conceito de etnia.

Desmontando lugares-comuns

Da mesma forma que a Antropologia Física avançou em relação à Zoologia com essa teorização sobre a questão racial entre humanos, a Antropologia Cultural, por volta da década de 1940, inovou em relação à Antropometria dizendo que as “diferenças” raciais entre os indivíduos não são tão importantes como se acreditava até aquele momento (BHOPAL, 1998). As crenças e valores sociais em torno das poucas variações visíveis eram mais poderosos e exageravam o papel de tais variações.

Creio que há uma diferença entre como os sistemas sociais são idealizados e como são realmente experienciados no cotidiano, e isso se aplica tanto ao gênero quanto às relações étnicas, pois o que a autora diz acerca das relações sociais entre os sexos pode perfeitamente ser transposto para a lógica “racial” brasileira: “Meu interesse está na relação entre identidade de gênero e discurso de gênero, entre o gênero enquanto vivido e o gênero enquanto construído” (MOORE, 2000, p.16). Assim, as discriminações raciais continuaram fortes, mesmo com essas constatações no campo científico porque estavam embasadas pelo saber cotidiano, pelas ideologias e pelas representações sociais; enraizavam-se, e enraízam-se até hoje, na vida diária de sociedades como a brasileira.

Dessa maneira, ainda que prestando a devida legitimidade aos movimentos negros, especialmente ao caráter problematizador da realidade que tais movimentos sociais abordaram na década de 1970, penso que o nível teórico em que se encontram os principais paradigmas das ciências sociais e humanas, hoje em dia, exige que se complexifique, aliás, que se revise as teorias anti-racistas (pois, assim como as racistas, muitas delas também são dicotômicas) para que se consiga dar conta dos vários contextos e realidades em que o racismo – e não somente contra o negro – se faz presente de formas diversas: Brasil, Estados Unidos, Europa, África etc. Assim, o que foi e o que ainda vem sendo elaborado (as lógicas desconstrutiva e reconstrutiva) nos assuntos de gênero pode ser adaptado para as análises étnicas, pois

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. [...] se utilizamos a definição de desconstrução de Jacques Derrida, essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária (SCOTT *apud* LOURO, 1995, p.105).

Enfim, como os parâmetros de pesquisa e de teorização social pós-estruturalistas vêm deixando evidente, tal forma de compreender a realidade

aponta para a interface do sujeito com sua coletividade, da subjetividade com a cultura e esclarece como os padrões, as regras e os valores sociais estão imbricados aos afetos e aos processos mentais inconscientes; em suma, “[...] o processo de desnaturalização dos gêneros pode efetivamente ganhar mais eficácia com a aplicação da prática desconstrutiva [...], um instrumento útil para um projeto de desmistificação” (LOURO, 1995, p.136). Da mesma forma, as análises sobre o racismo podem ser enriquecidas ao considerar-se as especificidades locais de manifestação desse pernicioso fenômeno coletivo.

Corroborando esse argumento, Lévy-Strauss (1978) já demonstrou o quanto a perspectiva de uma história cumulativa e linear, fundamentada numa visão positivista do termo “raça” e de progresso humano, obliterou a percepção da multiplicidade cultural e humana (incluindo-se aqui os aspectos biológicos) e auxiliou na ampliação do processo de ocidentalização do mundo, desse modo, elidindo as alteridades e incluindo as diferenças dentro de “gavetas” previamente concebidas pela ciência ocidental. A hegemonia material e simbólica dessa dinâmica que, por exemplo, “adequa” os seres em três “raças” estanques – mongólica, caucasóide e negróide – se peculiariza pela heterodefinição do outro, isto é, a auto-definição de um melanésio típico – que possui cabelos crespos e traços faciais “mongólicos” – não importa. Ele será segmentado e classificado em função de critérios “científicos objetivos”; e esses, tradicionalmente, são ocidentais.

Taxonomias e nomenclaturas – a armadilha conceitual

De acordo com Pena (2002), “raça” não é um conceito científico. Isso significa que a classificação taxonômica, hoje utilizada e aceita nas ciências da saúde e biológicas para o *homo sapiens*, não reconhece tal conceito que, equivalendo a *pedigree*, diz respeito apenas ao grau de miscigenação de cães, gatos e aves de canto – importante para a venda, compra ou concursos de animais, mas sem valor científico ou verificável em humanos. Isto é, seríamos tão homogêneos no que diz respeito às características internas e externas e aos aspectos morfofisiológicos que não há embaçamento fisiológico para, devido a quatro características visíveis (“cor” dos olhos, traços faciais, “cor” da pele e tipo de cabelo), considerar que seríamos de raças diferentes; tal classificação se sustenta apenas do ponto de vista “fisiológico”, ideológico e cultural.

Em termos estritamente zoológicos, todos pertencemos ao mesmo gênero e à mesma espécie, sendo que espécie refere-se a indivíduos semelhantes

entre si (mas não iguais), capazes de se reproduzirem entre si gerando descendentes férteis. Além disso, o pesquisador informa que, segundo a moderna Antropologia Física (é importante fazer esta especificação, visto que, no passado, foi esse ramo da Antropologia que andou de braços dados com as teorias racistas) o *homo erectus*, a última escala evolutiva antes do *homo sapiens*, que somos nós, tinha a pele negra. Foi o primeiro ser da linhagem *homo* a abandonar a África, o berço da humanidade. Dele derivaram todos os outros tipos de pessoas, dos escandinavos de olhos azuis e cabelos louros aos mongóis de olhos oblíquos. Logo, essa derivação não pode ser vista como um processo evolutivo, mas sim adaptativo, por isso somos uma só espécie e as diferenças “raciais” nada mais são do que adaptações “cosméticas” ao meio-ambiente.

O conceito de etnia, por seu turno, refere-se à interação social e à tradição sociocultural, ou seja, assim como os estratos, as classes e os grupos sociais, é um fenômeno eminentemente sociopolíticolinguístico, portanto, cultural. É importante diferenciá-lo de “raça” porque esta última instância de classificação social se funda em algumas variações físicas manifestas (traços fenotípicos), geneticamente passadas de uma geração a outra, ao passo que as distinções étnicas acontecem em termos de variações culturais que são ensinadas aos indivíduos e por eles apreendidas, não estando, desse modo, atreladas à genética. Esta distinção não é considerada pelas teorias racistas “pseudocientíficas” nem pelas ideologias populares de segregação racial, que asseguram que tanto o comportamento cultural como os valores sociais, assim como as características biológicas, são hereditariamente dadas e “dependentes” um do outro.

Todavia, sendo o processo de ensino e aprendizagem cultural basicamente algo que acontece entre pais e filhos e entre pessoas próximas num grupo primário, há muitas vezes a sobreposição de “raças” e agrupamentos étnicos. Em outras palavras, pessoas de um grupo homogêneo em relação aos caracteres físicos podem apresentar também uma homogeneidade em relação aos aspectos étnicos, mas um aspecto não necessariamente é essencial ao outro: pessoas “racialmente” diferentes podem estar num mesmo grupo étnico e indivíduos com um mesmo fenótipo podem ser totalmente estranhos uns aos outros no que tange a crenças, valores, símbolos, formas de produção etc. (SODRÉ, 1999).

Exemplos concretos do que foi dito: os judeus na Alemanha nazista eram tidos como pertencentes a outra raça, quando na verdade muitos tinham características físicas semelhantes aos “germânicos” (alemães, holandeses e austríacos), sendo diferentes apenas do ponto de vista étnico. Por outro lado, existem judeus em Macau e em Hong-Kong, descendentes

de comerciantes europeus que se estabeleceram naquela região durante o colonialismo inglês e português e que, devido à miscigenação com os povos locais, apresentam compleição física considerada mongólica: são de uma “raça” diversa em relação aos judeus alemães, mas formam um só povo do ponto de vista social, cultural e identitário. A mesma situação complexa vale para os ciganos que se espalharam pelo mundo.

O dilema então se instala se este fato for analisado a partir das teorias acadêmicas tradicionais,¹ pois, caso um judeu chinês emigre para Berlim e sofra violência física vinda dos *Skin Heads*, ao sair de uma sinagoga, não se pode afirmar com certeza se ele foi agredido por apresentar biótipo “oriental” ou por estar denunciando a fé israelita. Logo, é aqui que deve ser inserida a dupla visão do cientista social, porquanto, ainda que seja um termo construído propositalmente, “raça” teve e tem tido muitos efeitos políticos na realidade social, já que “[...] ‘raça’ e gênero, como utilizados no discurso acadêmico e no popular, são termos generalizantes que carregam supostos e estruturas muito específicos, e são, como tais, histórica e contextualmente delimitados” (MOORE, 2000, p. 32-33). Esse aspecto complexo das relações “raciais” e étnicas liga-se ao fato de que a realidade social e, conseqüentemente, a identidade do sujeito, são profundamente percebidas, apreendidas e, assim, teorizadas apenas ao se observar como

[...] no mundo real os grupos étnicos vêm a se entrelaçar profundamente com as formações de classe social. Ao mesmo tempo, a noção de estigma chama a atenção para o desenvolvimento de distinções hostis à medida que um sistema de grupos étnicos se vai entrelaçando com a ordem de *status* (BOTTOMORE, 1996, p. 284).

Então, devido à problemática do estigma e da estereotipia social, creio que o conceito “racismo” deva continuar sendo usado da mesma forma que “sexismo”, apesar de já se saber que o que distingue homens e mulheres não é propriamente o sexo biológico, mas sim os *status* e as relações de gênero, visto que esses termos têm um poderoso apelo de denúncia e de alerta. Além disso, as determinações e os suportes psíquicos ao preconceito também devem ser abordados, pois a ideologia não teria a força que possui caso atuasse apenas na esfera do consciente e esta é, muitas vezes, a grande lacuna das ciências sociais:

Freqüentemente parece que o problema dos antropólogos [...] é explicar como os discursos e categorias dominantes são reproduzidos, quando é tão pequeno o número de pessoas preparadas para reconhecer que os apóiam ou neles acreditam (MOORE, 2000, p. 18).

Classificações raciais no Brasil

Dentro do debate sobre a questão étnica e “racial” no Brasil, Schwartzman (1999) analisou os resultados quantitativos da “Pesquisa Mensal de Emprego”, de 1998, realizada anualmente pelo IBGE. Neste estudo foram introduzidas perguntas referentes às categorizações de “cor” com o intuito de avaliar se a população se reconhece e se identifica com origens étnicas específicas, sobretudo estigmatizadas, como a afrodescendente e a judio-descendente. Como aponta o autor, foram as próprias pessoas que tiveram de se “encaixar” nessas categorias.

Ele nota que a temática “raça” no Brasil tem sido pesquisada recentemente pelo IBGE no que tange à “cor” das pessoas, com as categorias “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e “indígena”. Vale ressaltar que esta última categoria faz alusão a um aspecto geocultural – índio – e foi ressignificada como característica “cromática”. Os objetivos para o levantamento de informações referentes à composição “racial” do povo brasileiro variaram ao longo da história do país (SCHWARTZMAN, 1999). Até o século XIX era importante saber de que forma se dividia a população no tocante à sua condição civil-econômica, ou seja, quantos eram livres e quantos eram escravos. No decorrer do século XX, as idéias racistas e as inquietações elitistas quanto à “purificação” da “raça” brasileira influíram para que se incentivasse a imigração em massa de europeus e para que o quesito “raça” fosse recolocado no recenseamento de 1940.

Já no apogeu da ditadura, quando o Brasil venceu a Copa do Mundo de 1970, excluiu-se esta categoria do levantamento, pois se propagava, dentro de um quadro maior de alienação generalizada, que não “havia problemas raciais no paraíso tropical”. Percebe-se, atualmente, que o intuito do censo não é mais “medir” as características biológicas da população – visto que as pesquisas oriundas das ciências biológicas têm comprovado que os seres humanos são semelhantes e que, na realidade, o que se estigmatiza são traços culturais.² Logo, o objetivo do censo atual é apreender a diversidade cultural, histórica, econômica e psicológica do povo brasileiro. Enfim, os cientistas sociais têm-se preocupado cada vez mais com as questões étnicas e cada vez menos com as biológicas.

De forma padronizada, os dados mais recentes sobre “cor” no Brasil apontam para cerca de 5% de negros, 50% de brancos, 45% de pardos, 0,4% de amarelos e 0,1% de indígenas (SCHWARTZMAN, 1999). Segundo os críticos, especialmente do movimento negro, tais números ocultam o tamanho real da população negra no Brasil que, se fosse definida como nos Estados Unidos, chegaria a 60%. Contudo, cabe aqui uma pergunta

de cunho teórico-epistemológico: o que se está chamando de verdadeiro? Será que a “verdade”, no que concerne à tipificação “racial” de afrodescendentes, pertence exclusivamente aos negros norte-americanos conscientes de sua origem e engajados num movimento sociopolítico?

Mais do que dizer que a classificação “deles” é melhor ou pior do que a “nossa” ou do que outras, há de se verificar como se engendrou, histórica, política e culturalmente, uma e outra. A discussão acadêmica sobre o tema da “raça” no Brasil tem como um dos principais marcos o texto clássico de Nogueira (1985), que contrasta o “preconceito de origem” – típico da cultura norte-americana – com o “preconceito de marca” – mais evidente no Brasil. Nos Estados Unidos, assim como no Canadá (onde os negros têm origem caribenha e norte-americana uma vez que nesses países não foi adotada a escravidão africana), o que determina que alguém seja considerado “negro” ou não é sua ascendência africana e não o fato de a pessoa ter a pele ou outros traços físicos que denunciam antepassados negros. No Brasil, ao contrário, o que importa é o fenótipo: seria a “cor” da pele, em primeiro lugar, e o tipo de cabelo, em segundo, que categorizariam as pessoas culturalmente como “pretas” ou não.

De acordo com os militantes, esse sistema cultural reduz a coesão social, a consciência e a identidade dos indivíduos de origem africana; para eles não deveria haver distinção entre pretos e pardos nos censos, todos deveriam, portanto, ser englobados na categoria “negro”. Esta é uma posição com a qual Ribeiro (1995) não concorda, pois, segundo o antropólogo, a inegável e evidente mistura de “raças” que houve no Brasil não é tão simples e dual como a que houve nos Estados Unidos (negro + branco). Logo, um indivíduo “pardo” de uma grande cidade brasileira é certamente fruto de sucessivas miscigenações entre negros, brancos, índios e até mesmo orientais. Então como poderíamos negligenciar todas essas outras etnias – italianos, alemães, portugueses, guaranis, coreanos etc. – que podem compor um brasileiro médio? Referente a isso, ele pleiteia a expressão “moreno”, para designar esse indivíduo *sui generis* e típico, no lugar de pardo, que para ele lembra cor de coisas, de objetos, como sapatos ou bolsas.

Ribeiro (1995) defende que aqueles que são chamados de “mulato/a” realmente sejam englobados na categoria “negro”, mas com relação aos “pardos”, o autor acredita ser simplista e maniqueísta a tentativa de colocá-los todos na categoria “negro”. Isso lembraria, agora com uma roupagem política americanizada, o velho ditado das elites no início do século XX: “o que foge de branco é preto”. A estrutura do racismo continua a mesma – a da exclusão –, apenas as peças mudam de lugar.

Vista de outra maneira, a perspectiva de incluir todos aqueles que têm “sangue africano” na categoria “negro” soa como a hanseníase na Idade Média, ou a loucura e a homossexualidade no século XVIII (FOUCAULT, 1979), ou seja, algo cultural e psicologicamente tão “sujo”, defeituoso, estigmatizador e contagioso que qualquer contato com tais aspectos macularia a “normalidade”, que é o ariano, o corpo saudável/produtivo e a heterossexualidade. A armadilha, nessa lógica auto-identitária, é que o excluído se encarrega de encerrar a si mesmo em guetos simbólicos.

Florestan Fernandes (*apud* SCHWARTZMAN, 1999), ao contrário, argumenta que o preconceito de “raça” no Brasil é, em última instância, somente um preconceito de classe, pressuposto que também seria reducionista. Nessa abordagem, a questão étnica ou “racial” não tem a especificidade de definir as relações sociais e seria gradativamente sanada na medida em que as questões de desigualdade social e econômica fossem resolvidas. Mais do que isso, talvez no Brasil a determinação seja de mão dupla (retroalimentativa), pois o racismo impede, tolhe ou dificulta o acesso de pessoas negras (“pretas” e “mulatas”) a bens simbólicos que poderiam levá-las a ascender social e economicamente – melhorar de vida –, e isso, por sua vez, reforça a discriminação, visto que o negro tem a possibilidade perpetuada de ser visto como pobre, analfabeto, desempregado, marginal etc.

Ainda conforme Nogueira (1985), no Brasil, a “preocupação” social maior seria com os traços culturais, que, mais do que os aspectos físicos, serviriam para definir quem é brasileiro ou não, enquanto nos Estados Unidos haveria uma maior tolerância para com sistemas culturais e religiosos diversos, porém, uma maior rejeição de biótipos divergentes do padrão “ariano anglo-saxão”. Então, naquele país

[...] haveria maior tolerância que no Brasil pelas diferenças culturais – de idioma, de religião etc. Em contraposição, no Brasil haveria maior tolerância em relação às variações em aparência física e menor em relação às divergências culturais. Penso na tendência generalizada, no Brasil, de supor-se que a negação da identificação com minorias culturais seja condição essencial ou *sine qua non* para o abraileiramento. Assim, espera-se que o índio deixe de ser índio, o judeu de ser judeu e assim por diante, para ser brasileiro (NOGUEIRA, 1985, p. 34).

Essa passagem ajuda a explicar por que o tema da origem “racial” nunca ter sido objeto de estudos mais sistemáticos no Brasil. Numa tentativa de aprimorar o quesito da “raça”, de levar em consideração as diversas objeções a esta temática e também de introduzir a variável da origem

nos estudos sobre a população nacional, o IBGE colocou um grupo de questões sobre esses assuntos na “Pesquisa Mensal de Emprego” de julho de 1998, que teve como amostra cerca de 90 mil pessoas com mais de 10 anos de idade em seis regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife). O objetivo foi comparar as respostas (espontâneas do entrevistado) quanto à origem, com as respostas (direcionadas a partir daquelas cinco opções básicas) sobre cor.

O objetivo de tal estratégia foi investigar se a população se identifica com origens culturais e étnicas marginalizadas, ou se as repudia, especialmente a africana (SCHWARTZMAN, 1999). De modo geral, os resultados mostram o que já era sabido pelos pesquisadores: o “Brasil” (ou o Brasil das grandes metrópoles) não apresenta linhas de demarcação nítidas para a população em termos de características étnicas, lingüísticas e culturais, o que faz com que qualquer tentativa de classificar as pessoas segundo tais “diferenças”, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos ou no Canadá, esteja sujeita a imprecisões e artificialismos grosseiros.

Creio que tal “imprecisão” não deve ser compreendida como um “defeito” da sociedade brasileira, um erro que pudesse ser “solucionado” com a adoção de categorias (compartimentos conceituais) precisas provenientes do exterior, mas sim como uma característica histórico-cultural específica da nação, assim como de outras sociedades latino-americanas em diferentes níveis, e que reflete imbricações de povos e culturas diversas desde os primórdios da colonização. Em suma, tem a ver, entre outras coisas, com o tipo de colonização que Portugal e Espanha adotaram nesses locais, como nos lembra Freyre (1987), posto que a cultura do dominado não era destruída pela separação, mas pela “fagocitose” – sendo ilustrações típicas disso o catolicismo sincrético, a umbanda e a obra literária *Macunaíma*, características impensáveis para a América do Norte puritana, protestante e segregacionista.

Retornando à pesquisa do IBGE, nas questões abertas foram mencionadas cerca de 200 categorias para a pergunta sobre “cor”. Tais dados são semelhantes àqueles, hoje emblemáticos para o movimento negro, encontrados numa pesquisa do mesmo órgão, realizada em 1976. É aqui que realmente se observa o racismo, velado mas atuante, do povo brasileiro: enquanto a maioria da população “branca” utilizou esse termo para se definir – sem muita reflexão ou constrangimento – os termos negro e preto (o último principalmente) foram evitados pela maioria da população classificada pelos pesquisadores como pertencentes a essa “cor”; tal rejeição aconteceu com mais freqüência em 1976 do que em 1998,

ressalta Schwartzman (1999). Ele observou também que grande parte da população “parda” utilizou a palavra “moreno/a” para se conceituar. Dentre os vários termos, os mais curiosos e pitorescos são “branca clara”, “morena do Brasil”, “negra escura”, entre outros ainda mais insólitos.

A pesquisa também contou com uma outra questão aberta na qual era perguntada a “origem” da pessoa. A indagação era colocada da seguinte maneira: “Qual origem o/a senhor/a considera ter?”, sem nenhuma especificação maior do termo, podendo o entrevistado dar até três respostas espontaneamente. Constatou-se que para os descendentes de migração mais recente – durante ou após a II Guerra mundial – como judeus, eslavos ou orientais, a expressão “origem” os remeteu ao país dos pais ou dos avós. Contudo, muitos “brancos”, descendentes de imigrantes que chegaram no século passado, disseram apenas “brasileiros”, assim como grande parte dos pardos (SCHWARTZMAN, 1999). Além disso, a maioria dos entrevistados entendeu “origem” em termos regionais ou locais, e assim, mencionaram o estado ou cidade onde nasceram ou de onde vieram seus antepassados.

Como já se esperava, poucos negros declararam origem africana. Ademais, reforçando o mito nacional das três raças originando algo ímpar no cenário mundial, como deixa implícito a música de Martinho da Vila “Aquarela do Brasil”, muitos negros, brancos e, principalmente, pardos disseram somente “origem brasileira”. As respostas também variaram de acordo com a região do país: em Recife 96% disseram “origem brasileira”, ao passo que essa cifra cai para 70% em Porto Alegre. Outro aspecto que já era aguardado foi o fato de os pardos que se declararam de origem africana terem renda e nível de escolaridade superiores à dos que atribuem sua “morenicidade” apenas a antepassados indígenas. Isso sugere que a consciência de uma origem africana está associada ao *status* social mais elevado. Por outro lado, o menor índice de identificação com a “brasilidade” foi constatado entre os descendentes diretos (principalmente filhos) de sírio-libaneses, judeus, japoneses, coreanos e chineses.

A distribuição por idade também foi analisada pelo pesquisador sob esta perspectiva; assim, Schwartzman (1999) verificou que a proporção de pessoas que se autodenominam “brancas” diminui gradativamente à medida que a idade diminui, enquanto aumenta a autoclassificação de “pardos” e fica constante a de “pretos”. Isso revela que os entrevistados mais jovens – principalmente em Recife e em Salvador – sentem-se mais tranquilos do que os mais velhos para se identificarem como “mestiços” entre duas ou mais “raças” ou mesmo como negros (mas não como africanos). Mesmo não variando a identificação com a “cor” preta em

relação à faixa etária, o autor notou que quando se tomam as respostas dos adolescentes e jovens

[...] a identidade africana diminui, mas a identidade negra aumenta progressivamente. Este resultado é bastante coerente com a idéia de que a identidade negra começa a ser afirmada por grupos mais jovens, com atitude moderna, o mesmo não ocorrendo, porém, com a identificação com um passado africano (SCHWARTZMAN, 1999, p. 89).

Alguns dados ilustrativos: jogadores do Campeonato Brasileiro de 2004

No intuito de ilustrar as teorizações precedentes, apresentarei alguns dados estatísticos acerca de uma sucinta classificação étnica dos jogadores que disputaram o Campeonato Brasileiro, no ano de 2004. Nesse sentido, em vez de aprofundar-me apenas em “cores” ou “tons” da cútis – amarelo, branco, preto, pardo –, segmentei os 786 jogadores analisando suas fotografias coloridas divulgadas na “Edição Especial Campeonato Brasileiro” da *Revista Placar* privilegiando o fenótipo³ global, como o tipo de cabelo, traços faciais e cor da pele. Para tanto, utilizei categorias que se referissem mais a aspectos étnico-geográficos e não tanto raciais, tais como:

1. Afrodescendentes (negros e mulatos);
2. Caucasianos (“brancos” que não possuísem “traços” faciais afro ou mongólicos nem o tipo de cabelo crespo);
3. Indígenas (os visivelmente descendentes dessa origem, no que tange ao formato do rosto, tipo de cabelo etc.);
4. mestiços (ou pardos; os que não poderiam ser incluídos nas categorias anteriores e também os “morenos”, isto é, de acordo com teorias neoculturalistas como a de Ribeiro (1995), os “morenos” seriam os “típicos brasileiros”, produto único de múltiplas e sucessivas mesclas entre brancos, negros e indígenas) e
5. Orientais (os visivelmente descendentes de chineses, japoneses, coreanos etc.).

É importante ressaltar o caráter propositalmente “geográfico”/espacial e, por isso, cultural, dos vocábulos aqui utilizados, em lugar daqueles que remetem exclusiva e diretamente à cor da pele. Vale, ainda, elucidar que a estatística realizada foi calculada a partir da cidade/estado em que

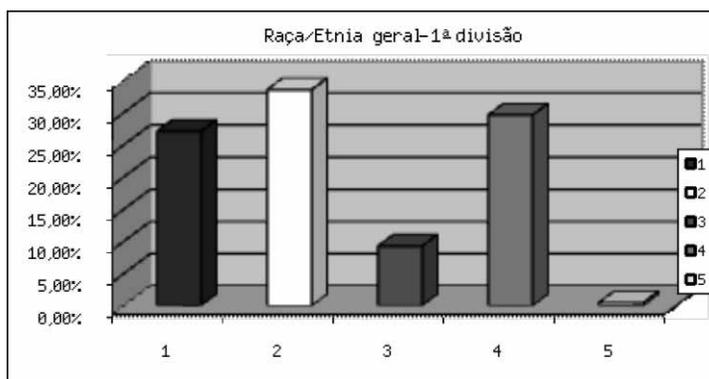
nasceu o jogador, não tendo em vista a cidade onde ele joga atualmente. Assim é que se verificam jogadores nascidos no Pará jogando em Porto Alegre, nascidos em Vitória atuando em times do Mato Grosso etc.

Outro tipo de categorização, amplamente empregado nos Estados Unidos e Canadá, partiria de três grupos básicos: caucasianos, afrodescendentes e mongólicos. Os hispânicos, conceito inserido a partir dos anos 1960, com a chegada maciça de imigrantes centro-americanos e caribenhos, corresponderiam, grosso modo, às categorias pardo ou moreno no Brasil. Assim é que, por exemplo, nessa forma de classificação, um argentino de origem italiana e espanhola não seria, num primeiro momento, classificado racialmente como “hispânico”, não obstante seja latino-americano, pois na lógica anglo-saxã, esse conceito diz respeito àquela pessoa que apresenta caracteres que poderiam ser encontrados nos três grupos principais. Nesse sentido é que tal “triagem” se mostra assaz biologista.

Os termos estatísticos elaborados com simplicidade ilustram essa maneira de distribuir os seres humanos racialmente, como se pode ver a seguir:

1ª divisão (times mais importantes)

**Gráfico 1 – Categorias gerais (incluindo-se os dez estrangeiros):
total de 432 jogadores**



1. Afrodescendentes – 26,85%

2. Caucasianos – 33,56%

3. Indígenas – 10,87%

4. Mestiços – 29,63%

5. Orientais – 0,46%

Algumas considerações gerais podem ser tecidas a partir dessas cifras, como, por exemplo:

- a) Quando contabilizados conjuntamente “pretos” e mulatos, a porcentagem de negros é bem maior do que supõe o senso comum brasileiro (26,85%);
- b) Isso ocorre também caso se incluam no quesito “indígena” não somente aqueles indivíduos que vivem em tribos ou se identificam como tais, mas aqueles que visivelmente denunciam uma ancestralidade ameríndia próxima (10,87%);
- c) O número de mestiços também é considerável, todavia, intrigantemente inferior ao número de caucasianos, fato este que difere das mais recentes estatísticas sobre composição populacional geral no Brasil.

Tabela 1 – Distribuição geral dos jogadores por macrorregião

América Central ⁴	América do Sul	Centro-oeste ⁵	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
(1)	(9)	(30)	(55)	(14)	(232)	(91)	432
0,231%	2,083%	6,72%	12,73%	3,24%	53,7%	21,0 %	

- a) Os dados aqui demonstram que a participação de jogadores vindos da região Sudeste é mais comum (53,7%), sendo que a distância percentual em relação à segunda região com maior participação, a região Sul (21%), é grande.

Distribuição étnica dos jogadores estrangeiros segundo o país de origem

Categorias	Argentina	Chile	Colômbia	Paraguai	Peru	Uruguai
Afrodescendentes	-	-	1	-	-	-
Caucasianos	1	1	-	2	1	1
Indígenas	-	-	1	-	-	-
Mestiços	-	-	1	-	-	-
Orientais	-	-	-	-	-	-

- a) O que chama a atenção para a participação numérica de jogadores latino-americanos no Campeonato Brasileiro é a ausência de atletas dessa origem na 2ª divisão. Isso pode estar ligado à condição financeira dos times, ou seja, os clubes de 1ª divisão possuem mais recursos econômicos para comprarem o passe de estrangeiros.

Distribuição étnica geral dos jogadores por região

Centro-Oeste

Categorias	DF	GO	MT	MS	TO	Totais
Afrodescendentes	(3) 37,5%	(2) 12,5%	(2) 66,67%	-	(1) 100%	(8) 26,66%
Caucasianos	(3) 37,5%	(4) 25,0%	-	-	-	(7) 23,33%
Indígenas	-	(6) 37,5%	-	-	-	(6) 20,0%
Mestiços	(2) 25%	(4) 25,0%	(1) 33,33%	(2) 100%	-	(9) 30,0%
Orientais	-	-	-	-	-	-
Totais	8	16	3	2	1	30

- a) Antes de quaisquer comentários, cabe esclarecer que a leitura estatística deve ser feita verticalmente; por exemplo: a porcentagem dos três afrodescendentes no Distrito Federal refere-se ao total de oito jogadores daquele lugar.
- b) Novamente vale frisar que, em função de seu processo histórico estreitamente ligado a Goiás e ao Mato Grosso, Tocantins foi colocado dentro da região Centro-Oeste, e não na Norte, como acontece oficialmente.
- c) Em razão do restrito número de jogadores nativos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, não é pertinente articular observações acerca da distribuição étnica nesses estados.
- d) No que tange ao Distrito Federal cabe mencionar que, considerando-se o diminuto tamanho do seu território, a quantidade total de jogadores (oito) é significativa, provavelmente nascidos em Brasília.
- e) A distribuição étnica em Goiás foi a mais “equilibrada” e revelou um considerável percentual de jogadores de origem indígena, o que certamente não aconteceria se fossem considerados apenas os elementos nascidos em tribos.

Nordeste

Categorias	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	Totais
Afrodescendentes	(1) 14,28%	(15) 57,7%	(1) 33,33%	(2) 66,67%	-	(1) 11,11%	-	-	(2) 100%	(22) 40,0%
Caucasianos	(1) 14,28%	(2) 7,7%	-	(1) 33,33%	(1) 33,34%	(1) 11,11%	-	-	-	(6) 10,9%
Indígenas	-	(1) 7,7%	(1) 33,33%	-	-	(2) 22,22%	-	-	-	(4) 7,27%
Mestiços	(5) 71,43%	(8) 30,76%	(1) 33,33%	-	(2) 66,66%	(5) 55,55%	-	(2) 100%	-	(23) 41,82%
Orientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	7	26	3	3	3	9	-	2	2	55

- a) Em relação ao Nordeste, merece ser ressaltado o grande percentual de afrodescendentes na Bahia (57,7%) em detrimento do número irrisório de caucasianos (7,7%) no mesmo estado.
- b) Pernambuco foi o estado nordestino que mais se configurou com uma distribuição relativamente maior de mestiços em relação às outras etnias (55,55%), uma tendência geral no Brasil como um todo.

Norte

Categorias	AC	AP	AM	PA	RO	RR	Totais
Afrodescendentes	-	-	-	(1) 10,0%	-	-	(1) 7,14%
Caucasianos	-	-	-	(3) 30,0%	-	-	(3) 21,42%
Indígenas	-	-	(3) 100%	-	-	-	(3) 21,42%
Mestiços	-	-	-	(6) 60,0%	(1) 100%	-	(7) 50,0%
Orientais	-	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	3	10	1	-	14

- a) A região Norte também foi sub-representada, sendo que somente o estado do Pará evidenciou uma quantidade expressiva de jogadores. Muitos estados, tais como Amapá ou Roraima, não forneceram jogadores nem mesmo para a segunda divisão.

Sudeste

Categorias	ES	MG	RJ	SP	Totais
Afrodescendentes	(2) 28,57%	(8) 24,24%	(24) 37,87%	(32) 25,19%	(66) 28,45%
Caucasianos	-	(12) 36,36%	(17) 25,75%	(48) 37,8%	(77) 33,19%
Indígenas	(1) 14,28%	(2) 6,06%	(2) 3,03%	(10) 7,08%	(15) 6,46%
Mestiços	(4) 57,14%	(11) 33,34%	(21) 33,34%	(37) 29,13%	(73) 31,46%
Orientais	-	-	-	(1) 0,78%	(1) 0,43%
Totais	7	33	64	128	232

- a) A distribuição étnica da região Sudeste pode ser lida como uma síntese da distribuição no país, isto é, a proporção entre afrodescendentes, caucasianos, indígenas, mestiços e orientais é bastante similar à nacional como um todo. Isso se explica, em parte, pela localização relativamente centralizada da região no Brasil e, por outra parte, pela imigração de pessoas de outras regiões para o Sudeste, especialmente para São Paulo e Rio de Janeiro.
- b) Tal qual na Bahia, também no Rio de Janeiro, a proporção de afrodescendentes superou a de caucasianos e a de mestiços.

Sul

Categorias	PR	SC	RS	Totais
Afrodescendentes	(6) 16,21%	(3) 23,07%	(9) 20,0%	(18) 19,78%
Caucasianos	(17) 45,94%	(9) 47,36%	(20) 50,0%	(46) 50,55%
Indígenas	(6) 16,21%	-	(5) 12,5%	(11) 12,08%
Mestiços	(8) 21,62%	(1) 7,69%	(6) 15,0%	(15) 16,48%
Orientais	-	-	(1) 2,5%	(1) 1,09%
Totais	37	13	41	91

- a) A região Sul foi a que apresentou os maiores contingentes de população caucasiana, mas por outro lado, não apresentou cifras de afrodescendentes tão pequenas como habitualmente se pensa. O número menor, em relação à média brasileira, aconteceu na categoria “mestiços” (apenas 16,48%).
- b) Também foi a única região em que a porcentagem de afrodescendentes (19,78%), embora pequena se comparada a das outras regiões, foi maior do que a de mestiços. A proporção de indígenas (16,21%), principalmente no Paraná, também foi considerável.

Distribuição geral dos jogadores pelas nove maiores cidades do Brasil

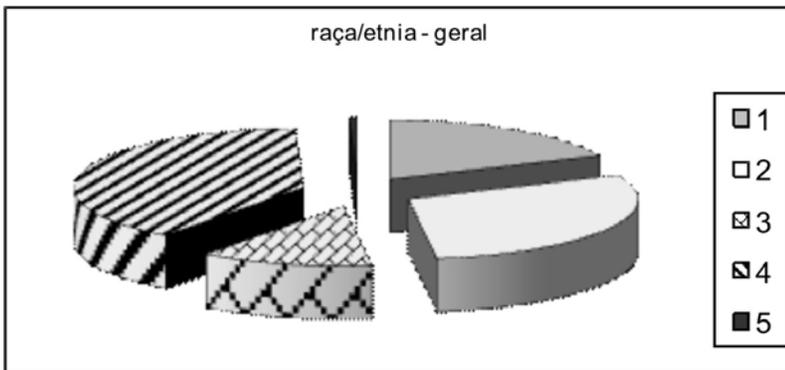
Categorias	Curitiba	Belo Horizonte	Belém	Recife	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Salvador	São Paulo	Brasília	Totais
Afrodescendentes	(1) 6,66%	(2) 22,22%	(1) 20,0%	-	(16) 41,02%	(6) 42,85%	(4) 57,14%	(13) 46,42%	(3) 37,5%	(46) 35,38%
Caucasianos	(6) 40,0%	(3) 33,33%	(1) 20,0%	(1) 20,0%	(12) 30,76%	(4) 28,57%	(1) 14,28%	(4) 14,28%	(3) 37,5%	(35) 26,92%
Indígenas	(2) 13,33%	(1) 11,11%	-	(1) 20,0%	(1) 2,56%	(3) 21,43%	-	(3) 10,71%	-	(11) 8,46%
Mestiços	(6) 40,0%	(3) 33,33%	(3) 60,0%	(3) 60,0%	(10) 25,64	(1) 7,14%	(2) 28,57%	(8) 28,57%	(2) 25,0%	(38) 29,23%
Orientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	15	9	5	5	39	14	7	28	8	130

- a) Aqui pode ser salientada a distância entre as porcentagens de afrodescendentes e de caucasianos na cidade de São Paulo (46,42% e 14,28%, respectivamente), diferença essa comparável apenas à cidade de Salvador (57,14% e 14,28%, respectivamente), tradicional centro de cultura negra no Brasil.
- b) Curiosamente, o maior percentual de descendentes de índios foi encontrado em Porto Alegre (21,43%); já Belém, importante cidade da região Norte, não apresentou nenhum valor nessa categoria.

- c) Quiçá os dados relativos à expressiva população com origem afro em São Paulo e indígena em Porto Alegre se vinculem ao êxodo rural, isto é, com o fim da escravidão e com a chegada em massa de retirantes nordestinos, mormente da Bahia, a cota de afrodescendentes na capital paulistana foi incrementada enormemente, ao passo que no Sul do país os principais espoliados ao longo da história da nação foram os povos de origem guarani.
- d) Por outro lado, considerável número de jogadores nascidos em Porto Alegre são afrodescendentes (42,85%); já no interior, especialmente na zona serrana, esse número cai sensivelmente, perfazendo uma cota de somente 17,14% no Rio Grande do Sul como um todo.

2ª divisão (times "menores" e com desempenho mais baixo)

Categorias gerais: total de 354 jogadores



1. Afro-brasileiros – 18,36%
2. Caucasianos – 29,66%
3. Indígenas – 12,14%
4. Mestiços – 39,26%
5. Orientais – 0,56%

- a) O primeiro fator que se pode depreender com a comparação desses dados com os coeficientes similares da 1ª divisão é a maior quantidade de mestiços e concomitante menores quantidades tanto de afrodescendentes quanto de caucasianos.

Distribuição geral dos jogadores por macrorregião

Centro-oeste ⁶	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
(29) 8,19%	(105) 9,66%	(23) 6,49%	(150) 42,37%	(47) 13,27%	354

- a) Aqui, o fenômeno que salta aos olhos é a ausência de jogadores estrangeiros e o fato de que, embora ainda se configurando como maioria, os jogadores provenientes do Sudeste não ultrapassam a cifra de 50%, como ocorreu entre o grupo anterior.
- b) As representações das regiões Sul e Nordeste caem, enquanto os índices referentes ao Centro-Oeste e Norte crescem se forem comparadas com a 1ª divisão.

Distribuição étnica geral dos jogadores por estado

Centro-Oeste

Categorias	DF	GO	MT	MS	TO	Totais
Afrodscendentes	-	(1) 5,26%	-	-	(1) 50,0%	(2) 6,89%
Caucasianos	(2) 33,33%	(7) 36,84%	-	-	-	(9) 31,03%
Indígenas	(1) 16,66%	(5) 26,31%	-	-	-	(6) 20,67%
Mestiços	(3) 50,0%	(6) 31,56%	(2) 100%	-	(1) 50,0%	(12) 41,37%
Orientais	-	-	-	-	-	-
Totais	6	19	2	-	2	29

- a) Novamente nessa região os espaços geográficos mais representativos e pluriétnicos foram o Distrito Federal e o estado de Goiás.
- b) Relativamente à 1ª divisão, o índice de afrodescendentes reduziu-se sensivelmente, enquanto o de caucasianos e mestiços aumentou; já a cifra dos indígenas permaneceu praticamente estável.

Nordeste

Categorias	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	Totais
Afrodescendente	-	(15) 44,11%	(1) 6,25%	(3) 37,5%	(1) 20,0%	(4) 20,0%	(1) 25,0%	-	(1) 20,0%	(26) 24,76%
Caucasianos	(1) 16,66%	(1) 2,94%	(4) 25,0%	-	(1) 20,0%	(4) 20,0%	-	(3) 42,85%	-	(14) 13,46%
Indígenas	-	(4) 2,94%	(4) 25,0%	-	(5) 20,0%	(1) 25,0%	(1) 25,0%	(1) 14,28%	(1) 20,0%	(16) 15,23%
Mestiços	(5) 83,33%	(14) 41,17%	(7) 43,75%	(5) 62,5%	(3) 60,0%	(7) 35,0%	(2) 50,0%	(3) 42,85%	(3) 60,0%	(49) 46,66%
Orientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	6	34	16	8	5	20	4	7	5	105

- a) É curioso perceber a diminuição abrupta de afrodescendentes entre jogadores da 2ª divisão (24,76%) se comparado ao expressivo índice na 1ª (40%) nessa região do país.
- b) Os subgrupos que mais aumentaram foram o indígena e o mestiço. O subgrupo caucasiano teve pequeno acréscimo também, todavia, tanto na 1ª quanto na 2ª divisão, o Nordeste foi a região na qual essa categoria teve menos peso na população de jogadores em geral.
- c) Além disso, é possível destacar como o grupo indígena ultrapassou o caucasiano, tanto em números absolutos quanto em percentuais (15,23% e 13,46%, respectivamente).

Norte

Categorias	AC	AP	AM	PA	RO	RR	Totais
Afrodescendentes	-	-	(1) 11,11%	(2) 16,66%	-	-	(3) 13,04%
Caucasianos	-	-	(2) 22,22%	(2) 16,66%	-	-	(4) 17,39%
Indígenas	(1) 100%	-	(3) 33,33%	(1) 8,33%	-	-	(5) 21,73%
Mestiços	-	-	(3) 33,33%	(7) 58,33%	(1) 100%	-	(11) 47,82%
Orientais	-	-	-	-	-	-	-
Totais	1		9	12	1	-	23

- a) O que deve ser frisado em relação à representatividade da região Norte agora é a importante participação do estado do Amazonas nos percentuais, o que não aconteceu na 1ª divisão.
- b) Outra vez uma inferência teórica se confirma pelos dados, isto é, a atribuída “morenice” do povo amazônico não é fruto apenas da miscigenação com o índio, como apregoa a ideologia regional; há, também, participação significativa do elemento negro em sua composição (47,82% de mestiços entre as três etnias).

Sudeste

Categorias	ES	MG	RJ	SP	Totais
Afrodescendentes	(3) 42,85%	(7) 24,1%	(9) 37,5%	(12) 13,33%	(31) 20,66%
Caucasianos	(2) 28,57%	(6) 20,68%	(5) 20,83%	(36) 40,0%	(49) 32,66%
Indígenas	(1) 14,28%	(3) 10,34%	(3) 12,5%	(5) 5,55%	(12) 8,0%
Mestiços	(1) 14,28%	(13) 44,82%	(7) 29,16%	(35) 38,88%	(56) 37,33%
Orientais	-	-	-	(2) 2,22%	(2) 1,33%
Totais	7	29	24	90	150

- a) Os valores referentes aos afrodescendentes no Rio de Janeiro praticamente permaneceram inalterados nos dois blocos (1ª e 2ª divisões), ao passo que na média geral da região houve ligeira queda em função, principalmente, da mais baixa representação de afrodescendentes em São Paulo.
- b) Não obstante, no Espírito Santo o coeficiente de negros (pretos + mulatos) subiu sensivelmente.
- c) Apenas no estado de São Paulo a cifra concernente aos descendentes de ameríndios não aumentou, sendo que o crescimento mais importante dessa categoria aconteceu no Rio de Janeiro (de 3,03% na 1ª divisão para 12,5% nessa).

Sul

Categorias	PR	SC	RS	Totais
Afrodescendentes	(1) 4,54%	-	(2) 14,28%	(3) 6,38%
Caucasianos	(11) 50,0%	(10) 90,9%	(8) 57,14%	(29) 61,7%
Indígenas	(2) 9,09%	(1) 9,09%	(1) 7,14%	(4) 8,51%
Mestiços	(8) 36,36%	-	(3) 21,42%	(11) 23,4%
Orientais	-	-	-	-
Totais	22	11	14	47

- a) Santa Catarina foi o estado que maior porcentagem de caucasianos apresentou dentre todos os Estados, tanto na 1ª quanto na 2ª divisão (90,09%).
- b) Paralelamente, o gradiente de afrodescendentes caiu drasticamente nesse bloco, assim como o de indígenas. A região Sul foi a única onde os coeficientes de mestiços não superaram os de caucasianos, tanto na 1ª quanto na 2ª tabela do Campeonato.
- c) A categoria “mestiço” também não apareceu em Santa Catarina, continuando, porém, significativa no Paraná (passando de 21,62% para 36,36%).

Distribuição geral dos jogadores pelas nove maiores capitais

Origem	Curitiba	Belo Horizonte	Belém	Recife	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Salvador	São Paulo	Brasília	Totais
Afrodescendentes	(1) 25%	(2) 22,22%	(2) 25,0%	(2) 22,22%	(7) 41,17%	(2) 50,0%	(9) 50,0%	(2) 8,33%	-	(27) 27,83%
Caucasianos	(1) 25%	-	(2) 25,0%	(2) 22,22%	(2) 11,76%	(2) 50,0%	-	(10) 41,66%	(1) 25,0%	(20) 20,61%
Indígenas	-	(2) 22,22%	-	(3) 33,33%	(2) 11,76%	-	(2) 11,11%	(1) 4,16%	(1) 25,0%	(11) 11,34%
Mestiços	(2) 50%	(5) 55,55%	(4) 50,0%	(2) 22,22%	(6) 35,29%	-	(7) 38,88%	(9) 37,5%	(2) 50,0%	(37) 38,14%
Orientais	-	-	-	-	-	-	-	(2) 8,33%	-	(2) 2,06%
Totais	4	9	8	9	17	4	18	24	4	97

- a) A primeira característica que chama a atenção quando se compara o quadro atual com aquele referente ao da 1ª divisão é que as porcentagens de afrodescendentes e de caucasianos são inversamente opostas na cidade de São Paulo, ou seja, enquanto lá os afrodescendentes representavam 46,42% do total de jogadores nascidos naquela cidade, aqui somam apenas 8,33%.
- b) É possível também notar que Porto Alegre não forneceu nenhum contingente de mestiços nessa 2ª divisão, mas tão somente de afrodescendentes e de caucasianos.
- c) Tal qual foi visualizado na Tabela referente à distribuição por região, o estado de São Paulo apresentou proporção considerável de caucasianos no Estado e baixa na capital, particularmente o inverso acontecendo com o índice de afrodescendentes.

Etnia por região (1ª e 2ª divisões juntas)⁷

Etnia	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Média Brasil
Afrodescendente	(48) 30,0%	(4) 10,8%	(97) 25,4%	(21) 15,2%	(10) 16,94%	(180) 23,19%
Caucasiano	(20) 12,5%	(7) 18,9%	(126) 33,0%	(75) 54,34%	(16) 27,1%	(244) 31,44%
Indígena	(20) 12,5%	(8) 21,6%	(27) 7,06%	(15) 10,86%	(12) 20,33%	(82) 10,56%
Mestiço	(72) 45,0%	(18) 48,6%	(129) 33,8%	(26) 18,84%	(21) 35,6%	(266) 34,27%
Oriental	-	-	(3) 0,78%	(1) 0,72%	-	(4) 0,51%
Totais	160	37	382	138	59	776

- a) A única região em que o grupo caucasiano ultrapassou 50% foi a região Sul. Foi esta também a única região em que o grupo mestiço não apresentou o maior percentual.
- b) O Centro-Oeste não se peculiarizou por apresentar o maior índice em nenhuma das categorias.
- c) Condizente com o processo histórico que o Brasil viveu de sistemático extermínio de ameríndios, a região Sudeste, mais urbanizada e industrializada, conseqüentemente, foi a que apresentou menor proporção de descendentes indígenas, assim como acontece com os índices de florestas e matas.
- d) Como esperado, a maior cifra de indígenas e descendentes concentra-se na região Norte. Ainda assim, o percentual de mestiços foi bem superior ao esperado, tendo em vista o imaginário coletivo brasileiro que atribui a “trigueirice” do povo amazônico apenas à ancestralidade

nativa, ignorando a herança africana.

- e) O menor número de caucasianos ficou com o Nordeste que, paralelamente, foi a região que mostrou o maior índice de afrodescendentes.
- f) Não há predomínio maciço de nenhum grupo nas regiões, o que mostra que os processos históricos de escravidão africana e de imigração européia, acontecidos em maior ou menor escala em todo o Brasil, contribuíram para dar uma distribuição étnica bastante heterogênea ao país, embora haja predomínios indeléveis, como os afrodescendentes na Bahia (50,9%) e os europeus recém-chegados e seus descendentes diretos em Santa Catarina (69,13%).
- g) A apregoada estreita imbricação entre futebol e raça negra não se verifica se forem considerados os dados presentes, que dizem respeito, por seu turno, aos melhores times do Brasil.
- h) A distribuição étnica geral da região Sudeste é a que mais se assemelha à distribuição étnica brasileira nos dois grupos de times de futebol.
- i) Nesse sentido, vale atentar para as porcentagens de afrodescendentes e de caucasianos na primeira divisão e a grande similaridade delas com a cifra geral no Sudeste nas mesmas categorias.
- j) A região Centro-Oeste não se destacou em nenhum grupo, isto é, não apresentou as maiores porcentagens em nenhum grupo, como aconteceu, por exemplo, com o Nordeste (afrodescendentes), Norte (indígenas e mestiços), Sul (caucasianos) e Sudeste (orientais).
- l) Considerando-se somente os quatro grandes grupos, o Sudeste também não se destaca em nenhum deles, permanecendo dentro das médias nacionais.
- m) A maior proporção de mestiços não ficou com o Nordeste, como poderia ter sido esperado, mas sim na região Norte. Por outro lado, essa região foi a que menor proporção de afrodescendentes apresentou, e não a região Sul, como em geral se acredita.
- n) Finalmente, confrontando-se os dados raciais obtidos na pesquisa do IBGE com a presente classificação étnico-racial, nota-se que:
 1. O valor referente aos negros (somente 5% no IBGE) passou para 23,19%, sobretudo porque aqui houve a incorporação dos “mulatos” nessa categoria;
 2. Isso provocou uma queda acentuada de pardos (45% no IBGE) em

relação aos mestiços (34,27%), sendo que também houve a retirada dessa categoria dos descendentes diretos de indígenas destribalizados – filhos e netos – que vivem nas periferias de grandes cidades como, por exemplo, Manaus e Cuiabá;

3. O coeficiente de “brancos” (50% no IBGE) também decresceu drasticamente pelos mesmos motivos, isso é, dentre essa cifra, se forem considerados aqueles não possuem apenas a pele clara, mas também traços faciais e cabelos tipicamente atribuídos às etnias “européias”, a porcentagem de caucasianos é de apenas 31,44% entre os jogadores.
4. No que se refere aos amarelos (0,4%), o percentual aumentou pouco, tendo em vista que essa categoria é a que, em geral, apresenta menos controvérsia para ser definida (0,51% de orientais no levantamento ora apresentado);
5. Outro termo complexo é “indígena”: curiosamente a palavra foi mantida nas duas classificações. Todavia, enquanto na pesquisa do IBGE (0,1%) foram tomados exclusivamente aspectos culturais – indivíduos que vivem em tribos e que se identificam enquanto tal – no levantamento aqui mostrado o principal critério (considerando-se que teve que se basear apenas em fotos, e não na auto-representação dos jogadores) foi o fisionômico, ocasionando um número bem mais expressivo (10,56%).

Desconsiderações finais

Diante do que foi explanado teoricamente e do que foi exposto estatisticamente, pode-se fazer o mesmo questionamento diante da questão racial que houve em relação a uma possível “essência” feminina: tal tema, identidade étnica e auto-consciência racial, é tão complexo que reduzi-lo a um limitado grupo de categorias biológicas *a priori* é o mesmo que dizer que as relações de gênero se resumem a identificar se alguém tem pênis ou vagina. Logo, o mesmo ocorre em relação à indagação “quem é negro, quem não é”, pois, analogamente, “se a mesmice por si mesma for questionada sobre a base de que não existe uma ‘presença’ da condição feminina, não há nada que o termo ‘mulher’ expresse imediatamente” (MOUFFE, 1999, p. 45).

Caso se traga a trajetória que o movimento feminista e as/os intelectuais que se dedicam a esta temática fizeram nos últimos dez anos para as questões raciais e étnicas, esse processo muito contribuirá para tais estudos. Entre outras coisas, as mais recentes teorias de gênero afirmam ve-

mentemente que as identidades não são estáticas, mas se interpenetram processualmente; partindo desse paradigma, proponho que se pense as questões étnicas no Brasil: a) considerando a especificidade histórica nacional em relação aos países europeus (onde os estrangeiros de “cor” e em massa são um fenômeno recente) e aos Estados Unidos (onde a miscigenação foi menos intensa e onde a escravidão se concentrou nos estados de *plantation* do sul) e b) levando-se em conta a perspectiva com a qual atualmente se analisam as relações e as identidades de gênero (em constante construção-desconstrução, em processo dinâmico).

Sendo assim, desconsiderar as sucessivas mesclas “raciais” que o povo brasileiro viveu e vive é, portanto, negligenciar a existência concreta de um elemento que não pode ser encaixado em nenhuma das categorias tradicionais (mongólico, caucasóide, negróide). E esse brasileiro “moreno” ou pardo é tão simplista quanto desconsiderar a existência das classes médias, afirmando que o mundo capitalista se divide dicotomicamente entre “ricos” e “pobres”, entre detentores do capital *versus* possuidores da mão-de-obra. Conseqüentemente, julgo, assim como Mouffe, que “[...] o essencialismo conduz a uma visão da identidade que não concorda com uma concepção de democracia plural” (MOUFFE, 1999, p. 30). Dessa maneira, não há um negro/a universal, da mesma maneira que não se pode dizer que exista uma mulher universal, porquanto

[...] só quando descartamos a visão do sujeito como um agente ao mesmo tempo racional e transparente para si mesmo, e descartamos também a suposta unidade e homogeneidade do conjunto de suas posições, teremos possibilidades de teorizar a multiplicidade das relações de subordinação. Um indivíduo isolado pode ser portador desta multiplicidade: ser dominado numa relação e dominante em outra. Poderemos então conceber o agente social como uma entidade constituída por um conjunto de “posições de sujeito” que não pode estar nunca totalmente fixadas em um sistema fechado de diferenças; uma entidade constituída por uma diversidade de discursos [...] um movimento constante de superdeterminação e deslocamento (MOUFFE, 1999, p. 32).

Ademais, presumo que a característica histórico-geográfica de a escravidão norte-americana ter-se restringido aos Estados do Sul teve consideráveis conseqüências para as relações raciais daquele país hoje, sendo uma delas o fato de que quando se iniciou o êxodo de negros rurais para os centros urbanos do Norte dos Estados Unidos (início do século XX), as pessoas brancas desses locais, ainda que conscientemente, soubessem se tratar de “americanos” como elas – legal e politicamente – os encaixavam, sob o ângulo psicológico e cultural, da mesma forma com que

encaravam os imigrantes eslavos, gregos, italianos, portugueses, turcos, isto é, como “forasteiros”, logo, com desprezo ou, na melhor das hipóteses, com curiosidade e animosidade. Já no Brasil, em maior (Bahia) ou menor grau (Santa Catarina), com exceção de Roraima e Acre que não pertenciam ao país no período colonial, em todas as províncias houve escravidão africana. Assim, o negro, embora na mais baixa posição social, foi alguém “presente” desde os primórdios do país.

O não reconhecimento dessas mudanças pode implicar na tentativa – por parte de algumas lideranças governamentais ou por alguns movimentos sociais – de se articular um “neoprojeto iluminista generalizador”, dando às políticas daí derivadas um caráter redentório, o que pode ser vislumbrado, por exemplo, em muitos projetos socialistas-marxistas presentemente. Como nos lembra Mouffe (1999), toda identidade é processual e política e ao se reconhecer um “Nós”, automaticamente estamos engendrando um “Eles” e, por isso, compreender as identidades como processo de identificação tanto psicológica quanto política não mais pode passar por modelos de encarnação do absoluto, seja esse qual for.

Os números analisados por Schwartzman (1999) também deixam evidente que, devido à imprecisão, à complexidade e à fluidez, não é recomendável que instâncias administrativas, estatais ou movimentos político-sociais decidam assumir o encargo de classificar o povo brasileiro do ponto de vista “racial”, muito menos da “cor”, utilizando uma classificação estranha à cultura brasileira. Vê-se como a cultura interfere nos processos de classificação tomando um exemplo bem simples citado pelo autor: nos Estados Unidos *nigger* (negro/a) tem um sentido pejorativo, enquanto que *black* (preto/a) é o termo politicamente correto. Já no Brasil, alguns integrantes do movimento organizado dizem que “cor preta” se refere a bolsas ou sapatos, não a pessoas. Enfim, “[...] substituir ‘preto’ por ‘negro’ e se eliminar a alternativa ‘pardo’ significaria forçar uma visão da questão ‘racial’ como dicotômica, semelhante à dos Estados Unidos, que não seria verdadeira” (SCHWARTZMAN, 1999, p. 90).

Em suma, mais problematizando do que concluindo, lembro as palavras da professora Cleonice Pitanguí, integrante do debate que suscitou este artigo, que nos alerta que o próprio fato de se especificar a alteridade pode cair numa espécie de confinamento simbólico, pois, de certa forma, esse “marcar a diferença” leva-nos a deduzir que exista uma norma que serviria de parâmetro, de ideal; algumas feministas também tentaram/tentam denunciar este caráter aprisionador de algumas práticas compensatórias para as mulheres:

Scott vai lembrar que, enquanto nos mantivermos argumentando den-

tro dessa oposição, estaremos contribuindo para fortalecer a premissa conservadora de que já que as mulheres não podem ser idênticas aos homens em todos os aspectos, elas não podem ser iguais a eles (LOURO, 1995, p.116).

Talvez então a questão não seja igualar, mas sim, positivar a distinção.

Abstract

In this text I formulate an effort to read some aspects of racial and ethnic problems in Brazil from a recent feminist and deconstructive point of view. In this proposal, I show that the concept of race has been criticized particularly in social sciences, and I show, as an illustration, a little survey from an ethnic rather than racial, classification in which the concepts are concerning space and specific cultures, not skin colors. The universe for this statistics is formed by the players from Brazilian soccer that were in the 2004's Campeonato Brasileiro.

Keywords: racial prejudice; ethnic classifications; identity; brazilian soccer.

Referências

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1971.

BHOPAL, R. et al. White, european, western, caucasian, or what? Inappropriate labeling in research on race, ethnicity and health. *American Journal of Public Health*, [S.l.], v. 88, n. 9, p. 1303-1307, sep. 1998.

BOTTOMORE, Tom et al. (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LÉVY-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1978.

LOURO, Guacira L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 20, p. 101-132, jul./dez. 1995.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 14, p. 13-44, 2000.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. *Debate feminista – cidadania e feminismo*, São Paulo, p. 29-47, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito “racial” de marca e preconceito “racial” de origem. In: _____. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*.

São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. p. 67-93.

OLIVEIRA, Roberto C. de. *Identidade étnica e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

PENA, Sérgio D. *Homo brasilis*. São Paulo: Funpec, 2002.

PINHEIRO, Amálio. *Aquém da identidade e da oposição: formas na cultura mestiça*. São Paulo: UNIMEP, 1998.

PINTO, R. P. Classifying the Brazilian population by color: underlying problems. In: BARRETO, E. S. et al. (Ed.). *Brazilian issues on education, gender and race*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidade étnicas no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 55, p. 83-94, nov. 1999.

SILVA, Patrícia; CAMINO, Leôncio. A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, [S.l.], ano 1, v. 1., p. 13-36, 2001.

SODRÉ, M. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Publicações mais significativas:

Capítulos de livros

FREITAS, M. A. Futebol e subjetividades: leituras da Psicologia Social. In: AMARAL; L. M. G.; MORENO, B. S. (Org.). *Cultura, ética e esporte: o pano de fundo para as subjetividades*. Campinas: UNICAMP, 2005.

_____.; MOREIRA, M. V. Apresentação dos autores. In: FREITAS, M. A.; MOREIRA, M. V. (Org.). *O futebol sob o olhar das ciências humanas no Mercosul / El fútbol sob la mirada de las ciencias humanas en el Mercosur*. São Paulo: [s.n.]; Buenos Aires: [s.n.], 2005.

FREITAS, M. A. A construção social do corpo masculino nos gramados e arquibancadas de futebol. In: FREITAS, M. A.; MOREIRA, M. V. (Org.). *O futebol sob o olhar das ciências humanas no Mercosul / El fútbol sob la mirada de las ciencias humanas en el Mercosur*. São Paulo: [s.n.]; Buenos Aires: [s.n.], 2005.

_____. Sociabilidade e subjetividade masculinas no futebol. In: FREITAS,

M. A.; MOREIRA, M. V. (Org.). *O futebol sob o olhar das ciências humanas no Mercosul / El fútbol sob la mirada de las ciencias humanas en el Mercosur*. São Paulo: [s.n.]; Buenos Aires: [s.n.], 2005.

FREITAS, M. A. Psicologia antropológica. In: NICK, E; CABRAL, A. (Org.). *Dicionário técnico de psicologia*. 14ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 299-300.

FREITAS, M. A. Por uma Antropologia Empresarial. In: GOULART, Í. B. (Org.). *Psicologia Organizacional e do Trabalho e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 23-36.

AZEREDO, S. M. M; FREITAS, M. A. Ativo e passivo: categorias fundamentais da identidade masculina analisadas a partir dos usuários do disque-amizade que apresentam comportamento bissexual. In: BONFIM, E. M. (Org.). *Horizontes psicossociais*. Belo Horizonte: ABRAPSO, 1997. p. 212-227.

FREITAS, M. A. Meio-ambiente e cultura: determinantes da geografia humana em Minas Gerais. In: SILVA, F. H. F. (Org.). *Enquadramento litoestratigráfico e estrutural do depósito de Ouro – Paracatu, MG*. Brasília: Ed. UNB, 1991. p. 67-79.

Livros publicados

FREITAS, M. A. *Madonas, meretrizes, amazonas e magas: um estudo dos arquétipos femininos nos mitos da humanidade*. Belo Horizonte: O autor, 2001. 175 p. ISBN: 1001275902. Palavras-chave: arquétipos, psicologia analítica, antropologia cultural, papéis de gênero. Referências adicionais: Brasil/Português; Meio de divulgação: impresso

Notas

¹ Como as teorias eugenistas e racistas do início do século passado apoiadas pela Antropologia Evolucionista.

² O projeto “Genoma Humano” seria o epíteto desse tipo de abordagem nas atuais ciências biológicas.

³ O genótipo, por seu turno, refere-se aos dados biológicos que o indivíduo pode transmitir na reprodução, não necessariamente sendo visíveis ou manifestos.

⁴ Apenas um jogador do Campeonato Brasileiro 2004 possui tal origem, tendo nascido no Panamá.

⁵ Considerando seu processo histórico e demográfico ligado a Goiás, o estado de Tocantins foi incluído nessa região e não na região Norte, como consta política e legalmente.

⁶ Tendo em vista seu processo histórico e demográfico ligado a Goiás, o estado de Tocantins foi incluído nessa região e não na região Norte, como consta política e legalmente.

⁷ Excluídos os dez estrangeiros.

Bernd Reiter

Defendendo privilégio: os limites da participação popular em Salvador, Bahia

Este estudo enfoca as mudanças das relações Estado-sociedade no estado da Bahia, e os fatores que condicionam uma participação democrática. A partir de trabalho de campo realizado durante várias viagens entre 2001 e 2006 à Salvador, BA, coletei dados sobre a qualidade da participação comunitária na gestão de escolas públicas, no processo de planejamento urbano (PDDU) e no orçamento participativo, iniciado em janeiro de 2005 naquela cidade. Comparei três áreas de interação entre o governo local e a sociedade em geral, sociedade civil especificamente. Este artigo é focado nas duas últimas áreas da política, mas, em todos os casos observados, encontrei uma distância muito grande entre o mandato de jure da participação dos cidadãos e a situação real de situação política, sendo que algumas condições para a participação democrática no nível local são reveladas. A existência dessa distância entre lei e realidade pode, em parte, ser explicada pela continuada importância do “carlismo” na Bahia e, portanto, aponta para a possibilidade de regimes políticos locais persistirem apesar de mudanças das elites políticas neste nível.

Palavras-chave: *desigualdade social; democracia participativa; governo local; Bahia; Brasil.*

Depois da rebelião de 17 junho o secretário do Sindicato dos Escritores distribuiu panfletos na Stalinallee, que declararam que o povo tinha traído a confiança do governo e só poderia ganhar de volta seu apoio dobrando seu esforço de trabalho. Não seria mais simples se o governo dissolvesse o povo e elegeesse outro?

Berthold Brecht, junho de 1953

Introdução

Este artigo apresenta alguns resultados preliminares de minha pesquisa sobre interações entre Estado e sociedade no estado da Bahia.¹ Para operacionalizar a pesquisa, focalizei dois espaços nos quais Estados interagem com a sociedade: o planejamento urbano e o processo de orçamento participativo, iniciado em Salvador em janeiro de 2005.

A coleta de dados para esta pesquisa foi feita durante quatro viagens exploratórias a Salvador (2001, 2003, 2005 e 2006). Baseando-me principalmente em entrevistas com especialistas e observação participativa, meu objetivo principal é de compreender melhor a qualidade de participação cidadã nessas duas áreas e, a partir dos resultados, tirar algumas conclusões mais gerais sobre a inclusividade do regime político local e sua legitimidade democrática. Valendo-me de observação participativa e entrevistas, formulo algumas conclusões experimentais a respeito da natureza da interação Estado-sociedade na Bahia.

Metodologia

De acordo com Migdal, Kohli, e Shue (1994), estudar relações entre Estado e sociedade requer a desagregação do conceito de Estado e o estudo de interações concretas entre agentes do Estado e comunidades locais. Migdal, no seu livro (2001), reitera, ao estudar as interações Estado-sociedade e problemas de governança relacionadas, que o Estado “deve ser desnudado dos mitos de unidade e onipotência.”² Para entender melhor a natureza da interação entre Estado e sociedade, a atenção deve ser dada às linhas de contato nas quais os Estados e as sociedades se encontram. Este objetivo pode ser alcançado apenas com a execução de uma pesquisa qualitativa no nível local. Além do mais, tanto o poder social quanto o estadual dependem das suas estruturas institucionais históricas específicas. Uma compreensão de governança democrática exige descrição e análise da interação entre Estado e sociedade específica, e não uma avaliação geral ampla de diferentes papéis exercidos por diferentes Estados e sociedades.³

Para operacionalizar minha abordagem, realizei 30 entrevistas semi-estruturadas com líderes comunitários, membros de associação de bairro, administradores públicos, e vários acadêmicos locais que escreveram neste campo. Além disso, assisti a várias reuniões públicas e reuniões de associações de bairro como observador participante.

A Discussão: Sinergia Sociedade Civil-Estado

A discussão sobre diferentes papéis de Estados e suas variadas relações com as sociedades é tão antiga quanto a disciplina. Os tratamentos desse elo crucial variaram no tempo. Peter Evans, Theda Skocpol e Dietrich Rueschemeyer (1985) reagiram às tendências behavioristas que dominavam as ciências sociais desde os anos 1950, devido ao fato de concentrar no Estado o papel de ator autônomo, sugerindo que qualquer análise de mudança social e desenvolvimento tem de incluir uma do papel do Estado como mediador entre preferências individuais e resultados políticos. Redescobrimo o argumento de Max Weber sobre a importância das formas institucionalizadas de exercício de poder na forma da burocracia, aqueles autores tentaram explicar que desenvolvimento não pode ser explicado analisando-se apenas variáveis sociais. As ciências políticas como disciplina deram um passo adiante “trazendo o Estado de volta” e a maioria das produções acadêmicas após 1985 integraram o Estado como variável independente.

Continuando seu trabalho nesse campo, Peter Evans (1995) demonstrou que Estados têm de ser independentes das pressões sociais, mas ao mesmo tempo suficientemente “*embedded*” nas suas sociedades para serem capazes de formular e executar políticas de desenvolvimento de forma eficiente. De acordo com Evans, Estados extremamente autônomos como o Congo (então, Zaire), sob Mobuto facilmente viram as costas às necessidades do seu povo, tornando-se “raptadores” e “predatórios.” Estados de desenvolvimento bem-sucedidos, conclui Evans, têm de ter uma burocracia racionalmente organizada e precisam promover ativamente uma agenda de desenvolvimento, assumindo papéis de “parteira” ou de “criação.”⁴

Num nível mais teórico, Joel Migdal, Atul Kohli, e Vivienne Shue (1994)⁵ introduziram a possibilidade de relacionamentos mutuamente reforçantes entre Estados e sociedades – particularmente no nível local. Este argumento abriu uma discussão sobre “sinergia entre Estado e sociedade” que recebeu ainda mais ênfase de Peter Evans (1996)⁶ e ainda mais explicitamente de Judith Tendler (1997).⁷ Em seu estudo de caso sobre

a implementação de políticas de saúde preventivas bem-sucedidas no estado do Ceará, Tendler argumenta que as políticas de desenvolvimento têm maior possibilidade de serem eficientes quando há uma cooperação entre estados centrais, locais e sociedade civil local. De acordo com Tendler, uma série de governadores progressistas, subindo ao poder depois de 1986 (Tasso Jereissati seguido por Ciro Gomes, ambos, na época, membros do PSDB), iniciaram uma mudança da cultura política local, “acabando o controle que três famílias clientelistas tinham exercido sobre o governo estadual há mais de 20 anos.”⁸

A implementação bem-sucedida de uma rede de saúde preventiva, após 1986, no estado do Ceará podia-se explicar, de acordo com Tendler, pela cooperação frutífera entre “novos turcos”, quer dizer, de políticos jovens e não-tradicionais que foram capazes de ganhar poder político nos níveis estaduais e municipais nos finais dos anos 1980. Esse estudo de um “bom governo” significou um avanço importante sobre o trabalho de Robert Putnam (1993),⁹ e seu tratamento anterior da democracia na Itália, porque Tendler é capaz de demonstrar o papel importante de governos locais e estaduais de assegurar a boa governança e um desenvolvimento bem-sucedido. De acordo com Tendler,

se podemos discernir algo como um círculo virtuoso entre a administração municipal e cidadãos locais, então, este círculo foi posto em movimento e apoiado por uma dinâmica de três vias, entre a administração municipal, a sociedade civil, e o governo central.¹⁰

Esta conclusão confronta diretamente o trabalho de Putnam sobre a democracia italiana, na qual a governança regional eficiente pode ser explicada suficientemente pela presença de longas tradições de “civildade” (*civicness*) e predominância de relações sociais horizontais que caracterizam algumas regiões italianas, facilitando a criação de capital social, de redes, e de confiança – tanto ao nível interpessoal, quanto também entre cidadãos e administrações municipais.

Brasil: modelo de uma democracia participativa?

Durante os anos 1980 e 1990, muitos analistas do processo de redemocratização na América Latina em geral, e da transição no Brasil em particular, acreditaram que a força principal por detrás dos processos de redemocratização vinha da sociedade civil.¹¹ Até mesmo Alvarez e Escobar (1992, p. 327) diagnosticaram o surgimento de um novo modelo de democracia latino-americana, caracterizada pela participação direta de indivíduos e de grupos secundários. Para esses autores latino-americanos, um novo

modelo de democracia participativa, mais profundo e qualitativamente diferente dos modelos liberais e socialistas, estava surgindo na América Latina, e o Brasil estaria na vanguarda de uma nova práxis social. Sob a inspiração de teóricos europeus tais como Gramsci e Melucci, cultura e identidade foram declaradas os novos campos de batalha pela cidadania, por participação, e pelo “direito de ter direitos”. De acordo com alguns, um modelo latino de democracia estava surgindo – superior aos modelos europeus existentes até então.

Talvez os casos mais fortes de uma avaliação otimista do poder da sociedade civil brasileira tenham sido os oferecidos por Rebecca Abers (2000) e Baiocchi (2003), que analisaram o processo do orçamento participativo de Porto Alegre, por Leonardo Avritzer (2002), que estudou associações de bairro nas cidades de Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, e por Judith Tandler, que estudou o “Bom Governo” no Ceará. Tais autores fornecem evidências empíricas que demonstram o poder da sociedade civil em impactar e mudar a governança local. Particularmente o caso de Porto Alegre parece demonstrar que a sociedade civil local é capaz de mudar a política municipal e iniciar uma mudança democratizante de baixo para cima.

Em Porto Alegre, o Partido dos Trabalhadores (PT), controlou o município de 1989 até dezembro de 2004.¹² Uma vez no poder, o PT iniciou um processo de “orçamento participativo”, envolvendo as associações de bairro já existentes num processo complexo de decidir o orçamento da cidade. Esta participação fortaleceu ainda mais a sociedade civil local, o Partido dos Trabalhadores e a conexão entre esses dois.

Ao que parece, o Brasil virou uma vitrine não só para uma sociedade civil forte, mas também para o potencial da sinergia entre Estado e sociedade, modelo oferecido inicialmente por Peter Evans e, posteriormente, adotado por Judith Tandler para explicar o sucesso da gestão de Tasso Jereissati no Ceará. O modelo da democracia participativa parece responder às necessidades dos setores mais pobres da sociedade, fornecendo mecanismos que permitem contrabalançar sua marginalização histórica da esfera pública.

Contrapontos baianos

O estado da Bahia oferece-nos a oportunidade de obter mais clareza sobre as dinâmicas e os condicionamentos de uma interação assim frutífera entre sociedade e Estado no Brasil. Na Bahia, cada setor do Estado foi dominado sem interrupção por elites políticas tradicionais desde 1985.¹³

Esta tradição foi rompida em novembro de 2004, quando o candidato da oposição (PDT) foi eleito prefeito de Salvador, ganhando 74% dos votos. Embora o poder político tenha mudado em Salvador, em agosto de 2006, quando realizei minha pesquisa, o Estado era ainda controlado por forças tradicionais (Paulo Souto, PFL) e a política local ainda foi influenciada pelo poderoso líder clientelista baiano, senador Antônio Carlos Magalhães.¹⁴ A dinastia política de Magalhães se estende à sua família e é baseada na sua longa carreira política, enraizada na época do regime militar, além do controle do maior canal de TV na Bahia, a *TV Bahia* (o ramo baiano da *TV Globo*), e também de um dos maiores Jornais de Salvador (*Correio da Bahia*).

O novo prefeito de Salvador tomou posse (janeiro 2005) sob o lema de “participação popular”. Várias medidas para criar um regime democrático mais participativo foram tomadas, entre as quais, a: instalação dos mecanismos de orçamento participativo e de planejamento urbano participativo (PDDU). Essas duas medidas exigem a participação da sociedade, e fornecem incentivos importantes para associações se organizarem para garantir uma influência coerente de seus interesses. Minha pesquisa de campo e as entrevistas conduzidas durante 2005 e 2006 permitem formular algumas hipóteses iniciais sobre a qualidade dos processos políticos de Salvador. Com os achados de 2001 e 2003 também pude tirar algumas conclusões mais amplas, embora experimentais, a respeito das relações Estado-sociedade civil na Bahia.

Planejamento Urbano Participativo

Desde 1988, a lei federal exige que cada cidade com mais de 20 mil habitantes elabore um “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano” com a participação ativa dos cidadãos. De acordo com esta lei, estados e municípios têm de criar mecanismos que assegurem o acesso adequado à informação e promover audições públicas para elaborar este plano em conjunto com o público em geral.

Em Salvador, este plano foi elaborado apenas em 2002, durante a administração do prefeito Antonio Imbassay (PFL), sem qualquer participação cidadã, causando o protesto de vários setores organizados de sociedade civil. Na sua campanha, João Henrique, o futuro prefeito, prometeria criar espaços deliberativos nos quais o público poderia receber informações a respeito do plano e expressar suas opiniões. Assisti a duas reuniões desse tipo e conduzi várias entrevistas com participantes.

Em 2005, a agência estadual responsável pela execução deste plano

(CONDER) organizou reuniões públicas, convidando cidadãos de cada uma das 18 sub-regiões a participar de uma noite de informação sobre o plano de urbanização, além de receber as reivindicações de cidadãos e representantes das associações. Em 11 de julho de 2005, uma reunião dessa natureza foi realizada na sub-região de “Itapagipe”, parte baixa de Salvador, área habitada por uma classe média baixa tradicional e constituída de bairros de segmentos populares, nos quais falta qualquer infra-estrutura básica. A sub-região possui uma população total de aproximadamente 160 mil habitantes. Das 75 pessoas que participaram da reunião, a metade representava organizações locais da sociedade civil.

A reunião durou duas horas e meia, sendo que as primeiras duas horas foram ocupadas por uma apresentação muito técnica do engenheiro representante da agência de Estado. Após a apresentação, o pódio foi aberto para perguntas e comentários e uma conversa muito nítida se seguiu, durante a qual residentes locais e representantes das associações expressaram seus interesses e sugestões.

No final da reunião, não ficou claro se e como tais recomendações seriam tomadas em consideração e não foram mencionados mecanismos capazes de assegurar qualquer tipo de *accountability* neste processo. Em vez disso, os participantes que eu entrevistei depois da reunião não tiveram muita certeza se suas vozes de fato seriam ouvidas. O fato de a agência do Estado ser representada por um engenheiro que focalizou sua palestra nas necessidades técnicas da região (o plano de construir novas estradas e a expansão da rede de esgoto), criou um sentido de necessidades técnicas e deixou muito pouco espaço para uma participação eficiente na definição de prioridades e menos ainda no processo de criar uma agenda.

Usando o critério da transferência efetiva de poder, a participação cidadã no planejamento urbano de Salvador parecia uma ação improvisada e simbólica que ocorreu *depois* que as decisões principais haviam sido tomadas pelo Estado. No final, os participantes das reuniões não possuíam nenhum poder efetivo de decisão e sua participação era uma formalidade, resultado de promessas de eleição, feitas pelo novo prefeito eleito. Não havia nenhum espaço institucional regulando como e onde a participação cidadã deveria ser integrada ao processo de formulação e execução de políticas públicas. Pior: depois de executar todas as reuniões públicas, não ficou claro como esta participação popular poderia impactar o processo de planejamento urbano.

Paralelamente ao processo de planejamento urbano “participativo”, algumas comunidades locais tinham elaborado um “plano de desenvol-

vimento local”, seguindo uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 2006, assisti uma reunião desse grupo na qual ativistas locais e representantes das associações de bairro se reuniram durante dois dias consecutivos para discutir suas prioridades para o desenvolvimento urbano da sua região – também Itapagipe. Este processo teve o apoio das associações de comércio, SESC. O seminário elaborou uma proposta comunitária de desenvolvimento local.

Se o estado da Bahia tivesse qualquer interesse em interagir com as comunidades, este fórum seria o local ideal. Porém, durante minha pesquisa, não encontrei nenhuma interação entre o fórum para o desenvolvimento local e as agências responsáveis pela execução do plano de desenvolvimento urbano.

Outro ponto importante onde se pode observar a interação entre Estado e sociedade no estado da Bahia é o processo de orçamento participativo, iniciado em janeiro de 2005.

Orçamento Participativo à Baiana

Para ter uma idéia do processo de orçamento participativo em Salvador, entrevistei três delegados que foram eleitos pela população para representar sua região na assembléia geral de delegados. Um dos delegados entrevistados também foi eleito na posição de “conselheiro”, o que representa a posição mais alta entre delegados. Cada região possui três conselheiros e o número de delegados depende do número da população representada. Em agosto de 2006, também entrevistei o secretário da Secretaria Municipal da Promoção e de Articulação da Cidadania.

Em Salvador, o orçamento participativo foi inspirado pelo exemplo amplamente discutido de Porto Alegre. As associações de bairro elegeram 436 delegados para a cidade inteira, e os delegados discutiram, em várias reuniões subseqüentes, as prioridades de desenvolvimento em três áreas temáticas: educação, saneamento e meio ambiente, e infra-estrutura. A sub-região de Itapagipe, na qual fiz minha pesquisa, possui um total de 26 deputados, cada um eleito em assembléia pública. Já em 1998, as numerosas associações de bairro dessa sub-região tinham criado uma organização de guarda-chuva, a Comissão de Mobilização e de Articulação dos Moradores da Península de Itapagipe – CAAMPI originalmente abrangendo 20 associações de bairro. Em julho de 2005, o número de associações afiliadas à CAAMPI tinha chegado a 43. A CAAMPI, nas palavras de um presidente de associação, permite aos residentes locais ganhar mais visibilidade perante o poder público e representa os in-

teresses dessa região de uma forma mais coerente e forte. Em 2005 e 2006, assisti a duas reuniões da CAAMPI como observador-participante e entrevistei vários líderes comunitários.

Semelhante ao processo em Porto Alegre, o orçamento participativo em Salvador envolve os líderes de associações de bairro já existentes. Em Salvador, as decisões tomadas pelos representantes das associações são meramente consultivas e têm de ser aprovadas pela câmara dos vereadores. Durante minha pesquisa ainda não havia sido decidida a forma como os 41 legisladores da cidade, representando 15 partidos diferentes, receberiam as recomendações dos delegados e que peso as decisões dos delegados teria.

Durante uma entrevista com um delegado que também foi eleito conselheiro, no dia 19 de agosto de 2006, obtive a seguinte explicação:

Na primeira fase, nós tivemos conversas temáticas sobre as necessidades: saúde, infra-estrutura, educação, e transporte. Na segunda fase, nós encontramos e definimos nossas prioridades. Na próxima reunião, cada sub-região passará suas prioridades à prefeitura. Durante a terceira fase, que é agora, essas prioridades deveriam estar implantadas.

Quando fiz minha pesquisa, pelo menos algumas prioridades deviam ter sido implantadas, mas o delegado explicou que a prefeitura nem tinha começado a execução. Durante a entrevista com o representante do nível mais alto neste processo, ficou também evidente que ele não soube quanto dinheiro podia ser atribuído às prioridades destacadas pelo processo de orçamento participativo.

Entrevistando o secretário municipal responsável por guiar este processo, entendi que, na realidade, o orçamento municipal já estava fechado e que não havia sobrado nenhum dinheiro para ser dedicado ao orçamento participativo. Surpreso, pedi a composição do orçamento municipal, e ele explicou que mensalmente, a prefeitura gasta cerca de 150 milhões de reais. Destes, a prefeitura tem de dedicar (por lei) 25% à educação e 15% à saúde. Além disso, de acordo com o secretário de participação popular, Salvador gasta 35% com pessoal, 11% com pagamentos de dívida, 12% com a coleta de lixo e 5% com a câmara legislativa. Somando tais números, chega a 103%. O secretário salientou que efetivamente a municipalidade gasta mais do que arrecada mensalmente. Explicou, ainda, que o déficit resultante foi coberto pela administração anterior do Estado (Antonio Imbassay, PFL). Mas que desde que a municipalidade mudou do PFL para o PDT, em 2005, o Estado parou esta transferência, que, de acordo com ele, interrompeu em média 30 milhões de reais por

mês. Ainda de acordo com o secretário, “a diferença entre Porto Alegre e Salvador é que Porto Alegre tem dinheiro para gastar e Salvador simplesmente não tem nenhum.”¹⁵

Assim, o prefeito de Salvador implantou um processo de orçamento participativo em janeiro de 2005, seguindo sua promessa de implantar ali um “governo participativo”. A população seguiu o chamado, organizou-se, elegeu delegados e participou de audições públicas. O orçamento municipal para 2006, portanto, já deveria ter refletido os resultados desse processo. Mas este não foi o caso. Em vez disso, Salvador implantou um processo de orçamento participativo “para inglês ver” – um processo que mobilizou milhares de cidadãos a decidir como priorizar um orçamento que já estava fechado e não ofereceu nenhum lugar para manobra.

Quais são as razões que explicam a falha de uma verdadeira participação popular em Salvador? Certamente, as razões são várias e alguns dos fatores que condicionam processos de participação popular já foram discutidos pelos autores que contribuíram com Baiocchi (2005). Entretanto, o caso baiano aponta para outro grupo de explicações, de natureza mais social do que política, e, portanto, alerta para a necessidade de aplicar uma ótica mais abrangente na análise de participação popular em políticas locais e da interação entre governo e sociedade em geral.

Algumas conclusões: além do político

Cidadãos soteropolitanos responderam muito entusiasmadamente às novas oportunidades políticas de participação direta oferecidas pelo então prefeito de Salvador. A população criou organizações guarda-chuva e várias associações de bairro foram formadas durante os primeiros meses de 2005. Os líderes comunitários entrevistados por mim, embora relutantes, abraçaram as novas oportunidades de participação. Centenas de cidadãos participaram em 2005 e 2006 das reuniões organizadas para definir as prioridades do orçamento participativo.

Esta participação aconteceu apesar das muitas incertezas ao redor dos processos de orçamento participativo e planejamento urbano. Durante minha pesquisa, nenhum participante das reuniões orçamentárias foi capaz de explicar como seria o exato funcionamento desse processo. Também, nenhum sistema de prioridades estava estabelecido para criar cotas para bairros mais pobres, como ocorreu em Porto Alegre. Perante esta situação de múltiplas incertezas é surpreendente a mobilização massiva da população baiana – o que contradiz fortemente o argumento repetido com frequência pelos governantes de que “o povo não tem costume e

nem cultura de participação.”¹⁶

Em geral, minha pesquisa sobre a interação entre Estado e sociedade demonstrou que cidadãos baianos responderam com entusiasmo às novas oportunidades de participação criadas pelo Estado e pela administração municipal. Mas, em ambos os casos, a participação popular ficou no plano meramente consultivo, sem significado político real. No caso orçamentário não ficou esclarecido sobre como a câmara de vereadores iria tratar as recomendações feitas pelos delegados, e ainda como o estado da Bahia integraria tais propostas. Meus resultados, portanto, apóiam-se na ênfase que Judith Tendler fornece ao papel do Estado na criação de possibilidades para uma interação frutífera Estado-sociedade no nível local. O caso da Bahia aponta claramente para as deficiências dessa interação, causadas, em parte, pelo fato de que o Estado, em 2006, ainda era dominado por elites tradicionais, ocasionando desconfiança de muitos setores populares. No caso do orçamento participativo, nenhum dos meus entrevistados soube dizer como o Estado receberia as decisões tomadas em Salvador. A adesão do Estado seria de importância crucial para o sucesso do orçamento participativo, já que 1/4 do orçamento municipal vem de transferências de Estado (484 milhões de reais em 2005) e várias medidas, especialmente de infra-estrutura, são efetivamente de responsabilidade do Estado e exigem investimento deste.

Tanto Tendler como Baiocchi concordam que mobilizar os pobres em Porto Alegre era possível porque o orçamento participativo produziu resultados concretos dentro de um período de tempo relativamente curto. O caso de Salvador aponta para os limites desta explicação: a possibilidade de alcançar melhoras pela participação – embora muito real – ficou eclipsada pelo poder penetrante da elite política local que se mostrou capaz e disposta a defender seu acesso privilegiado ao espaço público, e, conseqüentemente, ao sistema político.

Em outras palavras, as tentativas de participação em Salvador apontam para a continuidade da dominação social dos historicamente excluídos. Em Salvador, embora os historicamente excluídos se mobilizassem e tentassem captar poder de seus representantes governamentais, não conseguiram. Há duas razões para este fracasso: no nível social, a esfera pública baiana reflete, mais do que contracenar, os aspectos de dominação que caracterizam a sociedade brasileira mais abrangente. Em outras palavras, a sociedade civil baiana não é suficientemente forte e nem autônoma para pressionar o Estado a agir em favor dos historicamente excluídos. Na Bahia, não se criaram “públicos participativos” (AVRITZER, 2002) capazes de institucionalizar práticas democráticas. Para alcançar esta

meta, as organizações dos historicamente excluídos precisam mobilizar “poder comunicativo” (ARENDR, 1970) suficiente para impactar e mudar a lógica do regime da política local. Numa situação em que estruturas políticas permanecem dominadas por forças tradicionais, a mobilização de setores excluídos não pode produzir nenhuma sinergia entre governo e sociedade. Ao contrário, a mobilização cidadã, em vez de influenciar o Estado, acontece de forma paralela a ele e corre o risco de aprofundar ainda mais o abismo que separa Estado e sociedade.

Dessa forma, o caso de Salvador lembra-nos que a esfera pública não é *a priori* autônoma das práticas discriminatórias que caracterizam a sociedade mais ampla em que é “*embedded*”. Supor que seria este o caso é reificar uma ferramenta analítica elaborada por Habermas para analisar o potencial democrático da esfera pública. Este potencial tem de ser empiricamente demonstrado, e não teoricamente pressuposto. Empiricamente, é bem mais plausível que as desigualdades que caracterizam a sociedade mais ampla também estruturam a sociedade civil e impactem a esfera pública.

O que falta em muitas análises sobre processos participativos brasileiros é incluir a variável poder. Para os aparelhos do nível municipal e estadual, outorgar poder a conselhos e grêmios da sociedade civil significa perder poder. É, no final das contas, um jogo de soma zero (“zero sum game”), no qual o poder dado à sociedade civil é poder perdido pelo aparato estadual ou municipal. A possibilidade de um aparelho estadual outorgar poder à sociedade dependerá da característica do Estado: do seu grau democrático e vínculos específicos que unem o mesmo a setores específicos da sociedade. Uma máquina estadual que funciona baseada na prática do patrocínio e do clientelismo, como a baiana, calculará a que setores invitará a compartilhar poder e acesso a recursos. O outro lado da equação é o poder relativo da sociedade civil. O caso baiano demonstra que a sociedade civil pode ser por demais fragmentada e heterogênea para constituir “públicos participativos” com poder comunicativo suficiente para impactar e eventualmente mudar as práticas políticas tradicionais do Estado.

Salvador, portanto, alerta a sermos cautelosos quando avaliamos a democracia participativa no Brasil e o potencial democrático da esfera pública brasileira. Enquanto práticas inovadoras que talvez caracterizem cidades como Porto Alegre e Belo Horizonte, elas parecem fortemente condicionadas pela natureza e estrutura do poder político local e pela presença de “novos turcos” (na expressão de Tendler) que induzem uma maneira nova de fazer política.

No plano político, Salvador demonstra que a eleição de uma candidato

do PDT ao cargo de prefeito não alterou em nada as práticas tradicionais da política local. Em Salvador, tanto o governo estadual como o municipal demonstraram ser relutantes a realmente dar poder às comunidades e voz real na gestão do planejamento urbano e do orçamento municipal. Isto não nos deve surpreender. Afinal de contas, a “classe política” brasileira realmente se vê como classe a parte e não como servidora do interesse público. Afinal, é por isso que a esfera pública brasileira é tão desacreditada. Roberto DaMatta (1987) demonstrou este fato há muito tempo quando apontou que brasileiros tratam tudo relacionado ao Estado com suspeita, principalmente a classe política. Pelo menos Salvador, mesmo após a eleição de um candidato da “oposição”, pouco mudou desde o tempo daquela pesquisa.

Finalmente, os achados sobre as características da interação entre Estado e sociedade em Salvador ainda apontam para um padrão geral de executar políticas públicas que numa primeira visão *parecem* democráticas e participativas, mas que, quando analisadas em detalhe, revelam uma distância profunda entre discurso e realidade, assim como entre lei e realidade. Participação popular não é somente o lema que ajudou na eleição do atual prefeito de Salvador; é também um requisito legal, ancorado em diversas estruturas legais: na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, na Constituição de 1988, e nas leis orgânicas da cidade de Salvador. Anthony Pereira (2000) já descreveu essa distância entre discurso, estruturas legais e realidade. De acordo com Pereira,

O Brasil experimenta uma tensão profunda entre as estruturas legais, constitucionais formais de seus regimes políticos e as práticas políticas informais que acontecem dentro delas. Em parte, esta tensão deriva da distância social entre elites, com uma herança Ibero-católica ou ao menos européia, por uma lado, e população mulata, Afro-brasileira, e indígena que forma a base da sociedade, no outro. A expressão brasileira “para inglês ver” capta a ambigüidade de lei neste contexto.¹⁷

O caso de Salvador reforça a análise de Pereira, pois aponta para o fato de que, aprovando uma lei, o Estado brasileiro não cria automaticamente uma realidade social. Como argumenta Habermas (1998), “a validade de normas legais é determinada pelo grau a que estas normas são seguidas e implantadas, e pelo grau de aderência que se pode esperar delas”. De fato, o Brasil herdou de Portugal uma tradição da lei codificada, profundamente marcada por um idealismo legal.¹⁸ Dadas as desigualdades extremas do país, esta tradição legal tem outro efeito perverso: o fato de as leis serem criadas por elites que pouco se importam e até desconhecem a realidade do país. A Bahia talvez seja um dos exemplos mais extremos dos

resultados perversos desta distorção, devido ao caráter profundamente racializado das divisões sociais e ao caráter tradicional das elites políticas. Na Bahia, elites brancas não só representam o Estado, como também a lei. Conseqüentemente, o mandato federal de incluir a sociedade na gestão da cidade, oriundo de um processo legislativo mais inclusivo e democrático (a Constituinte), se confronta com um executivo estadual e municipal pouco comprometido com o sentido desta lei. Em vez de procurar maneiras de fazer valer a lei, a classe política baiana tentou defender sua legitimidade, obedecendo ao mandato federal e aplicando uma moldura legal – totalmente esvaziada de qualquer conteúdo.¹⁹

Abstract

This paper focuses on the changing nature of state-society interactions in the state of Bahia, Brazil and on the factors that condition democratic participation. During several research trips, conducted between 2001 and 2006, I collected data on community participation in school management, participatory budgeting, and on participatory urban planning in the city of Salvador. I was therefore able to compare three thematic sites where local government interacted with society in general, and with civil society specifically. This paper is focused on the latter two policy areas, but in all cases studied, I found a very wide gap between the de jure mandate of citizen participation and the de facto state of affairs. The examined empirical cases point to some of the conditionalities of democratic participation at the local level. The existence of this gap between law and reality can in part be explained by the continued importance of “Carlismo” as a way of doing local politics in Bahia and therefore to the persistence of local political regimes that prevail over changes of political elites.

Keywords: social inequality; participatory democracy; local government; Bahia; Brazil.

Referências

- ABERS, Rebecca. 1998. From Clientelism to Cooperation: Local Government, Participatory Policy, and Civic Organizing in Porto Alegre, Brazil. *Politics and Society* 26, 4 (December): 511-37
- _____. 2000. *Inventing Local Democracy. Grassroots Politics in Brazil*. Boulder: Lynne Rienner.
- ABRAMOVAY, Miriam and Maria das Gracas Rua. 2002. *Violencia nas Escolas*. Brasilia: UNESCO.

ARONOWITZ, Stanley and Peter Bratsis (eds.) 2002. *Paradigm Lost: State Theory Reconsidered*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

ALVAREZ, Sonia E., Evelina Dagnino, and Arturo Escobar (eds.) 1998. *Cultures of Politics. Politics of Culture*. Boulder: Westview.

ARENDRT, Hannah 1970: *On Violence*. New York: Harvest Books

AVRITZER, Leonardo. 2000. "Democratization and Changes in the Pattern of Association in Brazil," in *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Fall 2000, V. 42, I.3:59-79.

_____. 2002. *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton University Press.

BAIOCCHI, Gianpaolo 2005. *Militants and Citizens*. Stanford: Stanford University Press

BAIOCCHI, Gianpaolo (ed.) 2003. *Radicals in Power*. London: Zed Books

BRAGA, Julio. 1995. *Na Gamela do Feitiço. Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia*. Salvador: Edufba.

BRYK, Anthony and Penny Sebring. 1991. *Achieving School Reform: What we need to*

KNOW. Chicago: Consortium on Chicago School Research, report available online at <http://www.consortium-chicago.org>

BIRDSALL, Nancy. 1996. *Opportunity Foregone: Education in Brazil*. Washington: Johns Hopkins University Press.

BLOCK, Fred. 1987. *Revising State Theory*. Philadelphia: Temple University Press

BUTLER, Kim. 1998. *Freedoms Given Freedoms Won. Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick.

CAIXETA, Nely. 2002. Educação. in Lamounier, Bolívar and Rubens Figueiredo (eds.) 2002: *A Era FHC. Um Balanço*, São Paulo: Cultura Editores Associados.

CALDEIRA, Teresa P.R. 2000. *City of Walls*. Berkeley, University of California Press

CAMPOS, M.M.M. 1992. "As lutas sociais e a educação, in: SEVERINO, A.J. et al. *Sociedade Civil e Educação*. Campinas/SP: Papirus/CEDES; São Paulo: ANDE/Anped, Coletâneas CBE.

_____. 1985. Escola e participação popular. in MADEIRA, F.R., MELLO,

G.N. (orgs) Educação na América Latina: os modelos teóricos e a realidade social. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

_____. 1982. A luta dos trabalhadores pela escola. São Paulo: Loyola.

CASTORIADIS, Cornelius. 1982. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra

DANTAS, Paulo Fábio Neto 2006: Tradição, Autocracia, e Carisma. A política de Antônio

Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora da UFMG

Design for Change, 1998. Report available online at <http://www.designsforchange.org/>.

DEWEY, John. 1997. *Democracy and Education: An Introduction to the Philosophy of Education*. New York: MacMillan.

DUQUETTE, Michel et. al. (eds.) 2005. *Collective Action and Radicalism in Brazil*. Toronto: University of Toronto Press

EVANS, Peter. 1995. *Embedded Autonomy*. Princeton: Princeton University Press

EVANS, Peter (ed.) 1996. *State-Society Synergy: Government and Social Capital in Development*. Berkeley: University of California Press

FANTINI, Mario, Marilynn Gittell, and Richard Magat. 1970. *Community Control and the Urban Schools*. New York: Praeger Publishers.

FUNG, Archon (ed.) 2003: *Deepening Democracy. Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance (Real Utopias Project)*. London: Verso

GENOVEZ, Maria Salette. 2004. "A democratização da gestão da escola pública," *Gestão e Ação*, Vol.7, N.2: 197-210.

GOHN, M. G. A. 1985. *Força da Periferia: A Luta das Mulheres por Creches em São Paulo*. Petrópolis: Vozes.

_____. 1991: *Movimentos Sociais e Luta pela Moradia*. São Paulo: Loyola.

GOMES, Nilma Lino. 2000. "Educação Cidadania, Etnia e Raça," in: Azevedo, Jose Clovis de 2000: *Utopia e Democracia na Educação Cidadã*, Porto Alegre, Editora da UFRG.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. 1997. *Habitar Contemporâneo*, Salvador, Editora de UFBA.

GRANOVETTER, Mark. 1985. "Economic Action and Social Structure.

The Problem of Embeddedness,” in *American Journal of Sociology*, v.91 (Nov. 85): 481-510.

_____. 1974. *Getting a Job*. Cambridge: Harvard University Press.

_____. 1973. “The Strength of Weak Ties,” *AJS*, Vol. 78, N.6: 1360-1380.

GUTMANN, Amy. 1999. *Democratic Education*. Princeton: Princeton University Press.

HAGOPEAN, Frances. 2000. “Politics in Brazil,” in Almond, Gabriel, G. Bingham Powell, Jr., Karen Strom, and Russell J. Dalton 2000: *Comparative Politics Today*.

HANUSHEK, Eric A., Joao Batista Gomes-Neto and Ralph W. Harbison 1996. “Efficiency-Enhancing Investment in School Quality,” in Birdsall, Nancy and Richard H. Sabot (eds.) 1996: *Opportunity Foregone. Education in Brazil*, Washington, Inter-American Development Bank.

HOOVER-DEMPSEY, K.V. and Sandler, H.M. 1995. “Parental Involvement in Children’s Education: Why does it make a Difference,” *Teachers College Record*, 97: 310-331.

HORA, Dinair Leal da 2000. *Gestão Democrática na Escola*. Campinas: Papirus.

KECK, Margaret. 1992. *The Worker’s Party and Democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press.

LA BELLE, T. and Robert Verhine. 1981. *School-Community Interaction: A Comparative and International Perspective*. New York: Mc Graw Hill.

LAZAROTTO, V.M.M. 1990. *A educação popular em classes de 1ª a 4ª série do 1º grau em Novos Alagados*. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 1990.

MELO PRAIS, Maria de Lourdes. 1996. *Administração Colegiada na Escola Pública*, Campinas, Papirus.

MENDEZ, Juan E, Guillermo O’Donnell, and Paulo Sergio Pinheiro (eds.) 1999: *The (Un)Rule of Law and the Underprivileged in Latin America*, Notre Dame, University of Notre Dame

MIGDAL, Joel S. 2001. *State in Society: Studying How States and Societies Transform and Constitute One Another*. Cambridge: Cambridge University Press.

MIGDAL, Joel S., Atul Kohli, and Vivienne Shue (eds.) 1994. *State*

Power and Social Forces: Domination and Transformation in the Third World. Cambridge: Cambridge University Press.

NYLEN, William R. 2003. *Participatory Democracy versus Elitist Democracy: Lessons from Brazil.* New York: Macmillan.

NOVY, Andreas and Bernhard Leubolt. 2005. "Participatory budgeting in Porto Alegre: Social innovation and the dialectical relationship of state and civil society," *Urban Studies*, Oct 2005, Vol. 42 Issue 11, p. 2023-2036

PEREIRA, Anthony 2000: *An Ugly Democracy? State Violence and Rule of Law in Postauthoritarian Brazil*, in Kingston, Peter and Timothy Power "Democratic Brazil. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press

PLANK, David N. 1996. *The Means of Our Salvation: Public Education in Brazil, 1930-1995.* Boulder: Westview Press.

PUTNAM, Robert D. 1993. *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy.* Princeton University Press.

_____. 2000. *Bowling Alone.* New York: Simon and Schuster.

RANDALL, Laura and Joan Anderson (eds.) 1999. *Schooling for Success.* Armonk, M.E. Sharpe.

ROBERTS, Kenneth.1998. *Deepening Democracy? The Modern Left and Social Movements in Chile and Peru.* Stanford: Stanford University Press.

ROSA, D.L. 1995. "Escola Comunitária: Desvelando um Projeto Político e pedagógica." In: 18^o Reunião da ANPED, 17 a 21 set. 1995, Caxambu – M.G. BOLETIM. Caxambu: ANPED.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 1998. "Participatory budgeting in Porto Alegre: Toward a redistributive democracy." *Politics & Society*, Dec 1998, Vol. 26 Issue 4, p. 461-511

SERPA, L.F.P. 1990. A historia dos movimentos populares em Salvador. In: PEIXOTO, M.S.S. (org.) *Movimentos populares: a escola comunitária e a cidadania.* Salvador: UFBA/EGBA, Coleção Cidadania.

SHELDON, Stephen B. and Frances L. Van Voorhis. 2004. "Partnership Programs in U.S. Schools: Their Development and Relationship to Family Involvement", *School Effectiveness and School Improvement*, Vol. 15, N.2: 125-148.

SILVA, Adejaira Leite, da et. al. 2003. "Autonomia pedagógica e administrativa na escola publica", *Gestão em Ação*, Vol. 6, N. 1:43-62.

SPOSITO, M. P. 1993. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos*

populares. ao Paulo: Hucitec/EDUSP.

_____. 1984. *O povo vai a escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola.

_____. 1983. “Os movimentos populares e a luta pela expansão do ensino público.” *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.45, p. 25-8, maio 1983.

TENDLER, Judith. 1997. *Good Government in the Tropics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

VERHINE, Robert and David Plank. 1995. “Schooling for Some. Local financial Commitment to Basic Education in Bahia, Brazil”, in *Education Economics*, April 1995, v. 3 issue 1: 43-61.

VYGOTSKY, L.S. 1997. *Educational Psychology*. Boca Raton: St. Lucie Press.

WOLFF, Laurence, Ernesto Schiefelbein, and Jorge Valenzuela. 1994. Improving the quality of primary education in Latin America and the Caribbean: towards the 21st century, Washington: World Bank discussion paper no. 257.

Notas

¹ Nesta pesquisa fui assistido por Rita Dias e Patricia Marchesini. Quero agradecer pela dedicação e empenho.

² Migdal, 2001, p. 251.

³ Como faz e.g. Peter Evans (1995).

⁴ Evans analisa especificamente o setor de Tecnologia de Informação e conclui que o sucesso do desenvolvimento desse setor na Coreia do Sul pode ser explicado pelo fato de o Estado coreano ter sido capaz de seguir o modelo de criação. O Estado coreano atua e agressivamente procurou atrair investimento estrangeiro e conseguiu criar um setor nacional de produção avançada, sem competir com o setor privado. Os modelos brasileiro e indiano, focalizados na política de substituição de importações e industrialização por empresas estaduais (o modelo de “zelador”) levaram a um enfraquecimento do setor privado (baseado no fato de que o Estado podia vender mais barato e o setor privado não dispunha dos mesmos meios, perdendo, assim, a competição com o mesmo). Segundo Evans, a estratégia de um Estado-dono produziu um setor caro, rígido, e pouco competitivo e levou a déficits de contas correntes.

⁵ *State Power and Social Forces: domination and transformation in the Third World*, New York: Cambridge University Press.

⁶ *State-Society Synergy. Government and Social Capital in Development*, Berkeley: University of California Press.

⁷ *Good Government in the Tropics*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

⁸ Tandler, 1997, p. 157.

⁹ Making Democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy, New Haven: Princeton University Press.

¹⁰ Tandler, 1997, p. 157.

¹¹ Por exemplo Pablo Escobar and Sonia Alvarez 1992: *The Making of Social Movements in Latin America*, New York: Oxford University Press, and Sonia Alvarez, Evelyn Dagnino, and Pablo Escobar 1998: *Cultures of Politics. Politics of Culture*, Boulder: Westview.

¹² Abers, 2000, p. 34.

- ¹³ Com a exceção do governo municipal de Lidica da Matta, 1993-96.
- ¹⁴ O domínio de ACM acabou em outubro de 2006, com a vitória de Jacques Wagner (PT) para o cargo de governador. A morte do senador em junho 2007 marcou o fim de uma época, embora não implique no fim do “carlismo” na Bahia, como demonstra o cientista político baiano Paulo Dantas (2006).
- ¹⁵ Necmias dos Reis, Entrevistas conduzida em Agosto 23, 2006.
- ¹⁶ É esta a opinião, por exemplo, do superintendente de planejamento urbano do governo do estado da Bahia, dada numa entrevista no dia 15 de agosto de 2006.
- ¹⁷ Pereira 2000, p. 220.
- ¹⁸ Veja, por exemplo, Howard Wiarda 2001: *The Soul of Latin America*, New Haven: Yale University Press: 29; Francisco José Moreno 1969: *Legitimacy and Stability in Latin America*, New York, NYU Press: 9ff; John Merryman 1985: *The Civil Law Tradition: An Introduction to the Legal Systems of Western Europe and Latin America*, Stanford, Stanford University Press.
- ¹⁹ A reforma do sistema educativo na Bahia oferece um bom exemplo para esta privatização da área pública. O modelo implantado nas novas escolas de ensino médio, financiado em grande parte com dinheiro do Banco Mundial, recebe o nome do filho do senador “Luis Eduardo Magalhães”. Nos últimos anos, o nome do aeroporto internacional de Salvador também foi mudado para Deputado Luis Eduardo Magalhães e algumas das ruas principais e praças de Salvador recebem os nomes da família do senador (e.g. “Avenida ACM” and “Praça ACM”).

_____ RESENHA_

FAINZANG, Sylvie. *La relation médecins-malades: information et mensonge.*

Jaqueline Ferreira

O livro de Sylvie Fainzang apresenta a circulação de informações na relação médico-paciente, aspecto já abordado por alguns antropólogos e vários psicólogos. No entanto, a autora aborda esta questão de maneira original ao apresentá-la sob o ângulo da *mentira*, tanto do ponto de vista dos médicos em relação aos pacientes como dos pacientes em relação aos médicos. Segundo a autora, a mentira é uma prática corrente nesta relação e como tal deve ser abordada como um fenômeno social.

A abordagem da relação entre a mentira e a verdade na questão da informação tem por objetivo romper com as perspectivas tradicionais que tratam da verdade médica (escritos médicos e relatos de porta-vozes de pacientes) como uma questão estritamente ética. Este livro não pretende analisar o ponto de vista ético, mas os aspectos sociais envolvidos neste debate. Nem tampouco considerar os aspectos psicológicos, mas os mecanismos sociais que estão em jogo.

A pesquisa se desenvolveu nos serviços hospitalares de Paris, particularmente nos de oncologia e medicina interna. Através da observação desses espaços e de entrevistas com pacientes e médicos, bem como do acompanhamento de algumas consultas e entrevistas no domicílio dos pacientes, a autora procurou diversificar as situações observadas e as patologias, pois, segundo Sylvie Fainzang, a questão da informação não se coloca da mesma maneira segundo os tipos de doença e sua gravidade. Neste sentido, a patologia do câncer mereceu uma atenção especial, uma vez que a mesma não só possui uma abundante literatura como também é emblemática de “doença grave” na qual a questão da verdade é freqüentemente colocada.

O conjunto de informantes é suficientemente diversificado e neles a autora busca regularidades em função

de categorias sociais, culturais e demográficas. O material de pesquisa foi coletado de maneira diversa buscando o relato dos pacientes no seu percurso terapêutico; o contexto em que a doença surgiu; as etapas de seu tratamento; as questões que lhes foram feitas; quais questões foram feitas aos médicos; que informações foram dadas aos pacientes; em que condições eles receberam o diagnóstico e as reações daí advindas. A entrevista com os médicos buscou compreender a maneira como os mesmos percebem a informação e o que eles identificam como expectativa dos doentes (um exemplo é de como certos médicos defendem que eles “sabem o que é o melhor para o paciente”) e o objetivo buscou identificar se há uma distância entre as informações declaradas e as que são atribuídas aos doentes. A observação das consultas visava estudar as trocas verbais entre os médicos e os pacientes.

Um dado importante da pesquisa é que os médicos fornecem mais facilmente as informações aos pacientes cuja classe social ou capital cultural são próximos aos seus, ou seja, a mentira dos médicos é mais frequentemente dirigida aos pacientes dos grupos populares. Dessa forma, a desigualdade de acesso à saúde é agravada pela desigualdade de acesso às informações.

Os pacientes procuram interpretar o comportamento e os gestos do médico em virtude da desconfiança das informações prestadas. Por outro lado, vários mal-entendidos ocorrem entre os dois pólos: além de alguns termos serem compreendidos de forma diversa, o paciente busca uma informação precisa sobre o *seu* caso, enquanto o médico lhe fornece informações gerais baseadas em estatísticas.

Assim, as questões que guiaram esta pesquisa dizem respeito ao lugar da mentira na relação médico-paciente e na troca de informação entre eles. Qual a natureza da informação recebida pelo paciente sobre sua doença e como ele desejaria esta informação? Como se dá a busca desta informação na relação médico-paciente? Qual é a percepção que o paciente tem dessa informação e qual é o lugar da mesma nas escolhas terapêuticas?

A autora não defende uma postura a favor ou contra a informação verdadeira ao paciente, mas levanta os argumentos invocados pelos protagonistas a fim de delinear os sistemas cognitivos e morais nos quais encontram-se as suas posições. Suas análises também buscam avaliar a conformidade das práticas e dos discursos visando compreender como se realiza concretamente o uso, pesquisa, divulgação ou negação da informação.

Em uma análise antropológica, filosófica e sociológica em torno do segredo e da mentira, Sylvie Fainzang mostra: mesmo que a legislação garanta o direito de informação aos pacientes e que um certo número de profissionais médicos defendam este direito, aquela informação apresenta muitas lacunas que se evidenciam no plano social e cultural. Isso mostra que, se a relação terapêutica se constitui inevitavelmente em colaboração e cumplicidade, ela contém, inclusive, conflito, temor e competição onde cada um conduz seu discurso e se interroga sobre o discurso do outro. A conclusão que Sylvie Fainzang apresenta é: o uso que cada um dos atores faz da informação almeja o controle e o poder da relação.

NOTÍCIAS_ **DO PPGA**

JORNADA DE ANTROPOLOGIA DO PPGA

Em dezembro de 2006, ocorreu a Primeira Jornada de Antropologia dos alunos do PPGA/UFF, gerando debates produtivos sobre os trabalhos dos alunos. A programação foi a seguinte:

Programação Jornada de Antropologia

Data: 13 de dezembro de 2006 – Quarta-feira

Tarde

14:00 às 16:30 – Grupo de Trabalho: Estado e Política

Debatedor: Prof^a Dr^a Karina Kuschnir (UFRJ/PPGSA)

BOTELHO, Paulo Storani. *Vitória sobre a morte: a glória prometida: ritual, simbolismo e performance no curso de operações especiais da polícia militar*. Mestranda, 2006.

MAIDANA, Maria Fernanda. *Sobre los hombres de confianza*. Mestranda, 2006.

NUNES, Bruner Titonelli. *Trabalhadores da política*. Mestrando, 2006.

PIRES, Lênin. *Deus ajuda a quem cedo madruga?: uma discussão sobre trabalho, informalidade e direitos civis no Rio de Janeiro*. Doutorando, 2005.

17:00 às 19:00 – Grupo de Trabalho: Estado, cultura e sociedade

Debatedor: Prof. Dr. Marcelo Rosa (UFF/PGSD)

LUZ, Margareth da. *Caminho Niemeyer: os “usos” da cultura em Niterói*. Doutoranda, 2003.

MARTINS, Cynthia Carvalho. *O machado é nossa tecnologia: uma análise da relação entre práticas artesanais e mecanização*. Doutoranda, 2003.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. *Certificando culturas: inventário e registro do ofício de paneleira*. Doutoranda, 2003.

Data: 14 de dezembro de 2006 – Quinta-feira

Manhã

10:00 às 12:00 – Grupo de Trabalho: Saberes, técnicas e organização do trabalho

Debatedor: Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes (UFRJ/MN)

FILGUEIRAS, Márcio de Paula. *Territorialidade e conhecimento entre os pescadores da Praia da Concha*. Mestrando, 2006.

MELLO, Pedro Paulo Thiago de. *A presença chinesa no Saara: etnias, diásporas e conflitos num mercado popular carioca*. Doutorando, 2004.

SAKAMOTO, Julia Mitiko. *Trabalhar em equipe e ser polivalente: os trabalhadores da indústria automobilística da Região Metropolitana de Curitiba*. Mestranda, 2006.

Tarde

14:00 às 18:00 – Grupo de Trabalho: Formas de produção do conhecimento e Campos disciplinares

Debatedora: Prof^á Dr^á Diana Antonaz (UFPA/PPGCS)

COSTA, Fernando Cesar Coelho da. *A Adolescência na medicina brasileira: um olhar antropológico*. Doutorando, 2002.

DIAS Neto, José Colaço. *Um outro olhar sobre Ponta Grossa dos Fidalgos*. Mestrando, 2005.

EILBAUM, Lucía. *Entre a escrita e a oralidade: formas de produção de conhecimento nos Tribunais da cidade de Buenos Aires*. Doutoranda, 2006.

MOTA, Durval D. Souza. *A eficácia da acupuntura: uma abordagem cultural para além da técnica*. Doutorando, 2004.

OLIVEIRA, Cátia Inês Salgado de. *Sobre questões de “Ciência” e “Política”*: o processo de Fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Doutoranda, 2003.

Data: 15 de dezembro de 2006 – Sexta-feira

Manhã

9:00 às 12:00 – Grupo de Trabalho: Identidades e fronteiras étnicas e nacionais

Debatedor: Prof^á Dr^á Hebe Mattos (UFF/PPGH)

AGOSTINE, Felipe. Os narradores do Alto Rio Negro. a humanidade subiu o rio. Mestrando, 2005

CAVALCANTE Júnior, Cláudio. *Fronteiras étnicas entre muçulmanos do Rio de Janeiro de origem africana*. Mestrando, 2006.

DELGADO, Paulo. *O dia do Wamnhoro*. Doutorando, 2003.

SILVA, Ruth Henrique da. *Brasileiros? Identidade indígena? Dilemas de coexistência dos Camba no Brasil*. Doutoranda, 2004.

SILVEIRO, João. *Identidade nacional e democracia em Cabo Verde*. Doutorando, 2003.

Tarde

14:00 – Grupo de Trabalho: Formas de Sociabilidade

Debatedor: Prof. Dr. Isidoro Alves

SIMÕES, Soraya Silveira. *Os moradores, a favela e o “bairro”*: Cruzada São Sebastião do Leblon: disputas, formas associativas e arenas públicas na Zona Sul do Rio de Janeiro. Doutoranda, 2003.

PEREIRA, Rafael. “*Vozes de Barbacena*” ou a “*Cidade dos Loucos*”: implicações antropológicas do retorno à cidade. Mestrando, 2006.

GASPAR Neto, Verlan. *Homossexualidade masculina*: um estudo etnográfico dos espaços de homosociabilidade em Juiz de Fora. Mestrando, 2006.

PAIM, Heloísa Helena Salvatti. *Notas iniciais*. Doutoranda, 2004.

GARCIA, Ângela Maria. *Consumo de bebida alcoólica*: formas de sociabilidade e de controle social. Doutoranda, 2003.

BARBOSA, Fernando Cordeiro. *As redefinições sociais dos migrantes nordestinos no Rio de Janeiro*. Doutorando, 2004.

I Encontro da Rede Rural uma proposta de intercâmbio de pesquisa

Sob a associação executiva dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, em História e em Sociologia e Direito, bem como do Departamento de Sociologia da UFF, foi realizado o I Encontro da Rede Rural, ocasião em que foi formalmente instituída a Rede Rural.

O que é a Rede Rural

Há algum tempo, diversos estudiosos das mais diferenciadas formações disciplinares e teóricas, mas interligados tematicamente por fazerem do rural seu campo de investigação, vêm buscando um espaço próprio de discussão, propiciador de visibilidade da produção intelectual e da sistematização das tendências em curso.

Os estudos a respeito da agricultura e do mundo rural no Brasil têm-se multiplicado nos últimos anos, em diversas instituições universitárias e em numerosos centros especializados. Entidades como Anpocs, Sober, ABA, SBS, Anpec, Anpuh, Anppas, AGB, entre outras, têm-se constituído em espaço de discussão sobre esses temas. No entanto, se a inserção em tais instituições possui um aspecto extremamente positivo para estimular o diálogo entre os estudos sobre o rural e os demais campos temáticos das Ciências Sociais, ela, no entanto, não tem sido suficiente. Assim, cresce a demanda por um espaço temático de intercâmbio que, sem excluir os existentes, permita o aprofundamento das discussões. Frente a isso, surgiu a proposta de uma primeira discussão para criar um espaço de intercâmbio de caráter interdisciplinar e inter-institucional, com um modelo flexível, sensível às questões emergentes no debate nacional, capaz, inclusive, de sinalizar a importância de outros temas menos abordados, evitando a cristalização de grupos de pesquisa previamente recortados.

Essa possibilidade veio sendo amadurecida em diversas reuniões. Em outubro de 2003, durante a reunião da Anpocs, realizada em Caxambu, os pesquisadores interessados no tema realizaram uma primeira conversa, na qual foi reiterada a importância de criação de um fórum de discussão sobre os temas rurais. Algo que se inspirasse na experiência do PIPSA (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, rede de pesquisadores constituída em 1970 com apoio da Fundação Ford e que foi, ao longo dos anos 1980, um importante Fórum de discussão das

questões agrárias e agrícolas do país), mas que superasse algumas das dificuldades que esse projeto enfrentou e fosse construído sobre novas bases. Desde então, em várias reuniões, aproveitando eventos científicos como Anpocs e SBS, o formato da Rede foi-se definindo.

Embora, frente às dificuldades financeiras inerentes a uma iniciativa como esta, o número de presentes às reuniões preparatórias fosse reduzido, foram inúmeras as manifestações de apoio e encorajamento para a constituição da rede enviadas por e-mail aos que estavam à frente do processo.

Após muitos debates e manifestações de opiniões sobre a proposta, foram construídos alguns consensos sobre os princípios que deveriam orientar a iniciativa de criar uma nova rede de intercâmbio. Nessa perspectiva, a rede deveria:

- ter um caráter interdisciplinar e interinstitucional, buscando atrair profissionais das mais diferentes áreas disciplinares (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, História, Agronomia, Geografia, Comunicação Social, Serviço Social etc.) e inserção institucional (universidades, centros de pesquisa, setores governamentais elaboradores de políticas públicas, organizações não-governamentais);
- envolver interessados com diferentes níveis de formação: desde estudantes que estão dando seus primeiros passos na pesquisa acadêmica até profissionais experientes;
- buscar um formato que não seja o de aceitação generalizada de trabalhos, mas que também não sejam elitizados;
- lançar mão de uma combinação de reuniões presenciais e espaços virtuais, estimulando o debate no intervalo entre as reuniões, com salas virtuais de discussão, circulação de informações, produção de textos etc.;
- ter o formato de uma associação, cuja sobrevivência esteja assegurada pela contribuição dos sócios.

Ao longo dessas reuniões definiu-se também uma coordenação provisória da Rede, composta pelos professores Delma Pessanha Neves (PPGA/UFF), Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) e Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (Feagri/Unicamp). Essa coordenação foi substituída por uma Coordenação efetiva, com prazo de mandato definido nos Estatutos da Associação, documento que formalizou a Rede.

A Rede como espaço virtual

No horizonte da organização da Rede, pretende-se abrir um espaço virtual a fim de facilitar o intercâmbio e a inclusão bastante ampla de pesquisadores e estudiosos voltados para as temáticas concernentes.

A Rede como espaço de encontros

A intenção da Rede é realizar encontros presenciais bi-anuais, com base em mesas redondas e grupos temáticos, atividades que deverão ser alimentadas e alimentar o debate virtual.

I Encontro da Rede Rural

O primeiro encontro da Rede Rural foi realizado na UFF, Niterói, de 4 a 7 de julho de 2006. Os objetivos principais desse primeiro encontro foram:

- a) divulgar a Rede e seus objetivos;
- b) trazer novos pesquisadores para a Rede;
- c) experimentar novos formatos de debate;
- d) discutir as possibilidades de integração entre fóruns virtuais presenciais;
- e) aprofundar o debate sobre temas do meio rural brasileiro.

Estruturação

Mesas temáticas

Tiveram por objetivo constituir espaços de abertura de temas, mas também de agregação de pesquisadores. Foram propostas as seguintes mesas:

- 1) **Modelos de desenvolvimento rural: projetos em concorrência**, abrangendo discussões a respeito das diversas propostas de reordenação de agricultores e de suas práticas produtivas, bem como formas de enquadramento institucional, instrumentos pelos quais programas e recursos vêm sendo elaborados e disputados: redefinição da assistência técnica e a centralidade de modelos agroecológicos; políticas públicas de reafirmação do *agribusiness* e da agricultura familiar; modos de participação delegada dos proprietários de terra na redis-

tribuição de recursos públicos; e formatação do quadro institucional, especialmente o estatal.

- 2) **Direito, costumes e formas de apropriação da terra**, ocasião em que foram analisadas as múltiplas possibilidades de construção da legitimidade e de legalização da acesso à terra, condições que demonstram os diversos e encapsuladores significados que este ato incorpora.
- 3) **Dimensões da questão fundiária**, quando foram discutidos temas como luta pela terra, violência e diversidade regional; políticas fundiárias; interfaces entre as questões agrária e ambiental.
- 4) **O mundo do trabalho na agricultura**, espaço de debate sobre processo de trabalho e transformação produtiva, trabalho e direitos (previdenciários, trabalhistas, sociais), agricultura familiar e relações de trabalho.

Grupos Temáticos

Nos períodos consecutivos às mesas, foram organizados Grupos de Trabalho. No primeiro encontro, optamos por grupos com temas relacionados aos temas das mesas, de forma a aprofundar o debate sobre as questões abordadas, bem como acolher resultados de pesquisas em curso.

Para evitar que a Rede Rural se transforme em mais um espaço de simples apresentação de resultados de pesquisa, nos quais freqüentemente se sacrifica o debate, para garantir tempo individual para exposição de trabalhos, foi proposta, em caráter experimental, uma inovação de formato metodológico para o funcionamento dos grupos, cujo objetivo foi o de que os trabalhos inscritos não fossem apresentados um a um, no formato tradicional de sessão de comunicação ou mesa-redonda. Os textos foram encaminhados com antecedência ao coordenador, que os leu e, com base neles, elaborou uma problematização das questões envolvidas. Essa síntese foi apresentada na sessão e por todos debatida. Tal formato permitiu que um número maior de pessoas inscrevessem trabalhos, que se “mapeasse” o campo do debate e que a discussão efetivamente se centralizasse nas questões teórico-metodológicas envolvidas. O coordenador também disponibilizou um texto-síntese para os demais participantes.

- A luta pela terra e a política fundiária.

O GT integrou resultados de pesquisas que tratavam da temática proposta, tanto do ponto de vista histórico quanto regional, buscando

recuperar as diferentes dimensões das relações entre Estado, políticas fundiárias e lutas por terra. Estas lutas abarcavam o acesso à terra e lutas pela permanência na terra, de forma a não segmentar um conjunto de demandas de agricultores que visam, em última instância, garantir suas condições de acesso aos recursos fundiários. Assim, além das formas de luta já reconhecidas, tais como, ocupações, acampamentos, resistência de posseiros, o grupo também se propôs a discutir as demandas por crédito fundiário, as reivindicações dos assentados e dos agricultores familiares por melhores condições de produção e acesso a mercado, assistência técnica, saúde, educação, inclusão digital etc.

- Interfaces entre a questão agrária e a questão ambiental.

A problematização das formas de intervenção sobre o meio ambiente (numa concepção ampla) tem também operado como idéia-valor capaz de nortear a construção de novos modelos de apropriação de recursos naturais, incidindo, assim, sobre a transformação de espaços e identidades. Os trabalhos que integraram o debate neste GT evidenciaram, no bojo da questão proposta, o processo de valorização de grupos sociais (étnicos, tradicionais etc.), dotados de saberes e práticas ambientais correspondentes aos ideários da construção de sociedades sustentáveis. Muitos dos textos também consideraram a relação entre políticas socioambientais e (re)definição de territórios e de direitos diferenciados.

- Canais e formas de expressão de grupos sociais

Por este GT, pesquisadores puderam se agregar em torno da discussão de diversas formas de construção de interesses e de institucionalização de grupos sociais, orientados pela demanda de recursos ou pelo empenho em se fazer reconhecer socialmente. Como as questões que envolvem as construções políticas são diversas, os participantes se ativeram a análises sobre associações, cooperativas, redes de intercâmbio, sindicatos, conselhos, grupos organizados por especialidades de gênero e ciclo de vida etc.

- Agricultura familiar e formas de organização do trabalho.

A ênfase nesta temática visou ultrapassar a reificação comumente associada à classificação “agricultura familiar”, por vezes bastando por si mesma para supor a complexidade de formas que

podem estar subjacentes a essa modalidade de organização da produção. Pelo GT tornou-se possível então dar expressão aos inúmeros modos de alocação e recrutamento da força de trabalho, bem como considerar o papel de valores familiares nesses arranjos.

- Processo de trabalho, transformação produtiva e direitos sociais.

Neste espaço de debate, acolheram-se reflexões sobre diversas formas de organização do trabalho, correspondentes aos inúmeros rearranjos ou reordenações produtivas que se vêm constituindo no setor rural ou agropecuário. Foram enfatizados os modos de reordenação das relações de trabalho assalariadas, objeto de reflexão ultimamente tangencial ou até mesmo ausente dos encontros de pesquisadores do mundo rural. Correlatamente, foram consideradas as dificuldades enfrentadas pelos assalariados rurais para sua organização política.

- Saber e poder no campo.

O GT visou agregar para discussão trabalhos que abordassem a temática proposta de forma ampla, temporal e espacialmente, contemplando estudos acerca das práticas de caráter pedagógico e/ou cultural perpetradas sobre ou a partir do “campo”. As propostas de trabalho envolveram desde questões ligadas a instituições escolares até aquelas vinculadas ao extensionismo e atividades afins, em distintas conjunturas históricas no Brasil. Foram também contemplados trabalhos que discutiam as práticas relativas à construção, redefinição e institucionalização de “saberes” específicos destinados ao espaço agrário e imbricados à questão mais ampla do desenvolvimento do capitalismo no país. Além disso, que abordassem, em distintos contextos históricos, as repercussões desses saberes sobre as práticas pedagógicas/culturais destinadas ao “espaço” agrário, seus agentes formuladores e implementadores, e ainda os espaços e modalidades de reprodução dos quadros técnicos ligados à “agricultura”.

Constituição formal da Rede de Estudos Rurais

Na assembléia geral proposta durante o encontro, foi discutido e aprovado um estatuto da rede, formalizando sua fundação e eleita a nova coordenação.

RELAÇÃO DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS
NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ANTROPOLOGIA

CURSO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

1 TÍTULO: **Um abraço para todos os amigos**

Autor: Antonio Carlos Rafael Barbosa

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues

Data da defesa: 16/1/1997

2 TÍTULO: **A produção social da morte e morte simbólica em pacientes hansenianos**

Autor: Cristina Reis Maia

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues

Data da defesa: 2/4/1997

3 TÍTULO: **Práticas acadêmicas e o ensino universitário: uma etnografia das formas de consagração e transmissão do saber na universidade**

Autor: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 16/6/1997

4 TÍTULO: **“Dom”, “iluminados” e “figurões”:
um estudo sobre a representação da oratória
no Tribunal do júri do Rio de Janeiro**

Autor: Alessandra de Andrade Rinaldi

Orientador: Prof. Dr. Luiz de Castro Faria

Data da defesa: 3/1/1997

5 TÍTULO: **Mudança ideológica para a qualidade**

Autor: Miguel Pedro Alves Cardoso

Orientador: Prof^ª Dr^ª Livia Neves Barbosa

Data da defesa: 7/10/1997

6 TÍTULO: **Culto rock a Raul Seixas: sociedade alternativa entre rebeldia e negociação**

Autor: Monica Buarque

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues

Data da defesa: 19/12/1997

7 TÍTULO: **A cavalgada do santo guerreiro: duas festas de São Jorge em São Gonçalo/Rio de Janeiro**

Autor: Ricardo Maciel da Costa

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 23/12/1997

8 TÍTULO: **A loucura no manicômio judiciário: a prisão como terapia, o crime como sintoma, o perigo como verdade**

Autor: Rosane Oliveira Carreteiro

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 6/2/1998

9 TÍTULO: **Articulação casa e trabalho: migrantes "nordestinos" nas ocupações de empregada doméstica e empregados de edifício**

Autor: Fernando Cordeiro Barbosa

Orientador: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 4/3/1998

10 TÍTULO: **Entre “modernidade” e “tradição”:**
a comunidade islâmica de Maputo

Autor: Fátima Nordine Mussa

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 11/3/1998

11 TÍTULO: **Os interesses sociais e a sectarização da
doença mental**

Autor: Cláudio Lyra Bastos

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 21/5/1998

12 TÍTULO: **Programa médico de família: mediação e
reciprocidade**

Autor: Gláucia Maria Pontes Mouzinho

Orientador: Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes

Data da defesa: 24/5/1999

13 TÍTULO: **O império earosa: estudos sobre a devoção
do Espírito Santo**

Autor: Margareth da Luz Coelho

Orientador: Prof. Dr. Arno Vogel

Data da defesa: 13/7/1998

14 TÍTULO: **Do malandro ao marginal: representações
dos personagens heróis no cinema brasileiro**

Autor: Marcos Roberto Mazaro

Orientador: Prof^a Dr^a Livia Neves Barbosa

Data da defesa: 30/10/1998

15 TÍTULO: **Prometer-cumprir: princípios morais da política:** um estudo de representação sobre a política construídas por eleitores e políticos

Autor: Andréa Bayerl Mongim

Orientador: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 21/1/1999

16 TÍTULO: **O simbólico e o irracional:** estudo sobre sistemas de pensamento e separação judicial

Autor: César Ramos Barreto

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues

Data da defesa: 10/5/1999

17 TÍTULO: **Em tempo de conciliação**

Autor: Angela Maria Fernandes Moreira-Leite

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 15/7/1999

18 TÍTULO: **Negros, parentes e herdeiros:** um estudo da reelaboração da identidade étnica na comunidade de Retiro, Santa Leopoldina-ES

Autor: Osvaldo Marins de Oliveira

Orientador: Prof^ª Dr^ª Eliane Cantarino O'Dwyer

Data da defesa: 13/8/1999

19 TÍTULO: **Sistema da sucessão e herança da posse habitacional em favela**

Autor: Alexandre de Vasconcellos Weber

Orientador: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 25/10/1999

20 TÍTULO: **E no samba fez escola:**
um estudo de construção social de
trabalhadores em escola de samba

Autor: Cristina Chatel Vasconcellos
Orientador: Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes
Data da defesa: 5/11/1999

21 TÍTULO: **Cidadãos e favelados:** os paradoxos dos
projetos de (re)integração social

Autor: André Luiz Videira de Figueiredo
Orientador: Prof^a Dr^a Delma Pessanha Neves
Data da defesa: 19/11/1999

22 TÍTULO: **Da anchova ao salário mínimo:** uma
etnografia sobre injunções de mudança social
em Arraial do Cabo/RJ

Autor: Simone Moutinho Prado
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Data da defesa: 25/2/2000

23 TÍTULO: **Pescadores e surfistas:** uma disputa pelo uso
do espaço da Praia Grande

Autor: Delgado Goulart da Cunha
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Data da defesa: 28/2/2000

24 TÍTULO: **Produção corporal
da mulher que dança**

Autor: Sigrid Hoppe
Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello
Data da defesa: 27/4/2000

25 TÍTULO: **A produção da verdade nas práticas judiciárias criminais brasileiras:** uma perspectiva antropológica de um processo criminal

Autor: Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 21/9/2000

26 TÍTULO: **Campo de força:** sociabilidade de uma torcida organizada de futebol

Autor: Fernando Manuel Bessa Fernandes

Orientador: Prof^ª Dr^ª Simoni Lahud Guedes

Data da defesa: 22/9/2000

27 TÍTULO: **Reserva extrativista marinhas:** uma reforma agrária no mar? Uma discussão sobre o processo de consolidação da reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo/RJ

Autor: Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 29/11/2000

28 TÍTULO: **Patrulhando a cidade:** o valor do trabalho e a construção de estereótipo em um programa radiofônico

Autor: : Edilson Márcio Almeida da Silva

Orientador: Prof^ª Dr^ª Simoni Lahud Guedes

Data da defesa: 8/12/2000

29 TÍTULO: **Loucos de rua:** institucionalização x desinstitucionalização

Autor: Ernesto Aranha Andrade

Orientador: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 8/3/2001

30 TÍTULO: **Festa do Rosário**: iconografia e poética de um rito

Autor: Patrícia de Araújo Brandão Couto

Orientador: Prof^a Dr^a Tania Stolze Lima

Data da defesa: 8/5/2001

31 TÍTULO: **Os caminhos do leão**: uma etnografia do processo de cobrança do Imposto de Renda

Autor: Gabriela Maria Hilu da Rocha Pinto

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 7/8/2001

32 TÍTULO: **Representações políticas**: alternativas e contradições – das múltiplas possibilidades de participação popular na Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Autor: Delaine Martins Costa

Orientador: Prof^a Dr^a Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 27/9/2001

33 TÍTULO: **Capoeiras e mestres**: um estudo de construção de identidades

Autor: Mariana Costa Aderaldo

Orientador: Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes

Data da defesa: 29/10/2001

34 TÍTULO: **Índios misturados**: identidades e desterritorialização no século XIX

Autor: Márcia Fernanda Malheiros

Orientador: Prof^a Dr^a Tania Stolze Lima

Data da defesa: 17/12/2001

35 TÍTULO: **Trabalho e exposição:** um estudo da percepção ambiental nas indústrias cimenteiras de Cantagalo/ RJ – Brasil

Autor: Maria Luiza Erthal Melo

Orientador: Prof^ª Dr^ª Gláucia Oliveira da Silva, Prof. Dr. Carlos Machado de Freitas (co-orientador)

Data da defesa: 4/5/2001

36 TÍTULO: **Samba, jogo do bicho e narcotráfico:** a rede de relações que se forma na quadra de uma escola de samba em uma favelada do Rio de Janeiro

Autor: Alcyr Mesquita Cavalcanti

Orientador: Prof^ª Dr^ª Simoni Lahud Guedes

Data da defesa: 20/12/2001

37 TÍTULO: **Mãos de arte e os saber-fazer dos artesãos de Itacoareci:** um estudo antropológico sobre socialidade, identidade e identificações locais

Autor: Marzane Pinto de Souza

Orientador: Prof^ª Dr^ª Gláucia Oliveira da Silva

Data da defesa: 6/2/2002

38 TÍTULO: **Do alto do rio Erepecuru à cidade de Oriximiná:** a construção de um espaço social em um núcleo urbano da Amazônia

Autor: Andréia Franco Luz

Orientador: Prof^ª Dr^ª Eliane Cantarino O'Dwyer

Data da defesa: 27/3/2002

39 TÍTULO: **O fio do desencanto**: trajetória espacial e social de índios urbanos em Boa Vista (RR)

Autor: Lana Araújo Rodrigues

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rodrigues

Data da defesa: 27/3/2002

40 TÍTULO: **Deus é pai**: prosperidade ou sacrifício? Conversão, religiosidade e consumo na Igreja Universal do Reino de Deus

Autor: Maria José Soares

Orientador: Prof^a Dr^a Lívia Neves Barbosa

Data da defesa: 1/4/2002

41 TÍTULO: **Negros em ascensão social**: poder de consumo e visibilidade

Autor: Lidia Celestino Meireles

Orientador: Prof^a Dr^a Lívia Neves Barbosa

Data da defesa: 1/4/2002

42 TÍTULO: **A cultura material da nova era e o seu processo de cotidianização**

Autor: Juliana Alves Magaldi

Orientador: Prof^a Dr^a Lívia Neves Barbosa

Data da defesa: 20/7/2002

43 TÍTULO: **A Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis, Goiás**: polaridade simbólica em torno de um rito

Autor: Felipe Berocan Veiga

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 1/7/2002

44 TÍTULO: **Privatização e reciprocidade para trabalhadores da CERJ em Alberto Torres/RJ**

Autor: Cátia Inês Salgado de Oliveira

Orientador: Prof^ª Dr^ª Gláucia Oliveira da Silva

Data da defesa: 4/7/2002

45 TÍTULO: **Cadaluco com a sua mania, cada mania de cura com a sua loucura**

Autor: Patricia Pereira Pavesi

Orientador: Prof^ª Dr^ª Livia Neves Barbosa

Data da defesa: 7/1/2003

46 TÍTULO: **Linguagem de parentes e identidade social, um estudo de caso: os moradores de Campo Redondo**

Autor: Cátia Regina de Oliveira Motta

Orientador: Prof^ª Dr^ª Gláucia Oliveira da Silva

Data da defesa: 7/1/2003

47 TÍTULO: **Vila Mimosa II: A Construção do Novo Conceito da Zona**

Autor: Soraya Silveira Simões

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 20/1/2003

48 TÍTULO: **Tão perto, tão longe: etnografia sobre relações de amizade na favelada Mangueira no Rio de Janeiro**

Autor: Geovana Tabachi Silva

Orientador: Prof^ª Dr^ª Livia Neves Barbosa

Data da defesa: 20/1/2003

49 TÍTULO: **O mercado dos orixás: uma etnografia do Mercado de Madureira no Rio de Janeiro**

Autor: Carlos Eduardo Martins Costa Medawar

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 20/1/2003

50 TÍTULO: **Para além da “porta de entrada”**: usos e representações sobre o consumo da cannabis entre universitários

Autor: Jóvirson José Milagres

Orientador: Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes

Data da defesa: 10/6/2003

51 TÍTULO: **E o verbo (re)fez o homem**: estudo do processo de conversão do alcoólico ativo em alcoólico passivo

Autor: Angela Maria Garcia

Orientador: Prof^a Dr^a Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 12/6/2003

52 TÍTULO: **Le souffle au coeur & damage**: quando o mesmo toca o mesmo em 24 quadros por segundo (Louis Malle e a temática do incesto)

Autor: Débora Breder Barreto

Orientador: Prof^a Dr^a Lygia Baptista Pereira Segala Pauletto

Data da defesa: 24/6/2003

53 TÍTULO: **O faccionalismo xavante na terra indígena São Marcos e a cidade de Barradas Garças**

Autor: Paulo Sérgio Delgado

Orientador: Prof^a Dr^a Eliane Cantarino O’Dwyer

Data da defesa: 24/6/2003

54 TÍTULO: **Cartografia nativa:** a representação do território, pelos guarani kaiowá, para o procedimento administrativo de verificação da Funai

Autor: Ruth Henrique da Silva

Orientador: Prof^ª Dr^ª Eliane Cantarino O'Dwyer

Data da defesa: 27/6/2003

55 TÍTULO: **Nem muito mar, nem muita terra. Nem tanto negro, nem tanto branco:** uma discussão sobre o processo de construção da identidade da comunidade remanescente de Quilombos na Ilha da Marambaia/RJ

Autor: Fábio Reis Mota

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 27/6/2003

56 TÍTULO: **Pendura essa:** a complexa etiqueta de reciprocidade em um botequim do Rio de Janeiro

Autor: Pedro Paulo Thiago de Mello

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 30/6/2003

57 TÍTULO: **Justiça desportiva:** uma coexistência entre o público e o privado

Autor: Wanderson Antonio Jardim

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima, Prof^ª Dr^ª Simoni Lahud Guedes (co-orientadora)

Data da defesa: 30/6/2003

58 TÍTULO: **O teu cabelo não nega?** Um estudo de práticas e representações sobre o cabelo

Autor: Patrícia Gino Bouzón

Orientador: Prof. Dr. José Sávio Leopoldi

Data da defesa: 5/2/2004

59 TÍTULO: **Usos e significados do vestuário entre adolescentes**

Autor: Joana Macintosh

Orientador: Prof^a Dr^a Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes

Data da defesa: 16/2/2004

60 TÍTULO: **Acientifização da acupuntura médica no Brasil: uma perspectiva antropológica**

Autor: Durval Dionísio Souza Mota

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima; Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes (co-orientadores)

Data da defesa: 19/2/2004

61 TÍTULO: **Das práticas e dos seus saberes: a construção do "fazer policial" entre as praças da PMERJ**

Autor: Haydée Glória Cruz Caruso

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 19/2/2004

62 TÍTULO: **O processo denunciador – retóricas, fobias e jocosidades na construção social da dengue em 2002**

Autor: Anamaria de Souza Fagundes

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 29/3/2004

63 TÍTULO: **Rua dos Inválidos, 124 –**
a *vila* é a casa deles

Autor: Marcia Cörner

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 29/3/2004

64 TÍTULO: **Santa Tecla, Graça e Laranjal:** regras de
sucessão nas casas de estância do Brasil
Meridional

Autor: Ana Amélia Cañez Xavier

Orientador: Prof^ª Dr^ª Eliane Catarino O'Dwyer

Data da defesa: 25/5/2004

65 TÍTULO: **Desemprego e malabarismos culturais**

Autor: Valena Ribeiro Garcia Ramos

Orientador: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 31/5/2004

66 TÍTULO: **Dimensões da sexualidade na velhice:** estudos
comidosos em uma agência gerontológica

Autor: Rosangela dos Santos Bauer

Orientador: Prof^ª Dr^ª Simoni Lahud Guedes

Data da defesa: 9/6/2004

67 TÍTULO: **Lavradores de sonhos:** estruturas elementares
do valor cultural na conformação do valor
econômico. um estudo sobre a propriedade
capixaba no município de Vitória

Autor: Alexandre Silva Rampazzo

Orientador: Prof^ª Dr^ª Livia Martins Pinheiro Neves

Data da defesa: 26/7/2004

68 TÍTULO: **Responsabilidade social das empresas: quando o risco e o apoio caminham lado a lado**

Autor: Ricardo Agum Ribeiro

Orientador: Prof^a Dr^a Gláucia Oliveira da Silva

Data da defesa: 28/1/2005

69 TÍTULO: **A escolha: um estudo antropológico sobre a escolha do cônjuge**

Autor: Paloma Rocha Lima Medina

Orientador: Prof^a Dr^a Livia Martins Pinheiro Neves

Data da defesa: 3/2/2005

70 TÍTULO: **Agricultores orgânicos do Rio da Prata (RJ): luta pela preservação social**

Autor: Pedro Fonseca Leal

Orientador: Prof^a Dr^a Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 23/2/2005

71 TÍTULO: **Uma comunidade em transformação: modernidade, organização e conflito nas escolas de samba**

Autor: Fabio Oliveira Pavão

Orientador: Prof. Dr. José Sávio Leopoldi

Data da defesa: 28/2/2005

72 TÍTULO: **Esculhamba, mas não escolacha:** um relato sobre uso dos trens da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas e os conflitos relacionados a comerciantes ambulantes e outros atores, naquele espaço social

Autor: Lênin dos Santos Pires

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 28/2/2005

73 TÍTULO: **O porteiro, o panóptico brasileiro:** as transformações do saber-fazer e do saber-lidar deste trabalhador

Autor: Roberta de Mello Correa

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 18/3/2005

74 TÍTULO: **Tempo, trabalho e modo de vida:** estudo de caso entre profissionais da enfermagem

Autor: Renata Elisa da Silveira Soares

Orientador: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 8/4/2005

75 TÍTULO: **Espaço urbano e segurança pública:** entre o público, o privado e o particular

Autor: Vanessa de Amorim Pereira Cortes

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 18/4/2005

76 TÍTULO: **Vida após a morte:** salvo ou condenado?

Autor: Andréia Vicente da Silva

Orientador: Prof^ª Dr^ª Livia Martins Pinheiro Neves

Data da defesa: 9/5/2005

77 TÍTULO: **Dramas sociais, realidade e representação:**
a família brasileira vista pela TV

Autor: Shirley Alves Torquato

Orientador: Prof^a Dr^a Laura Graziela F. F. Gomes

Data da defesa: 11/5/2005

78 TÍTULO: **Consumidor consciente, cidadão negligente?**

Autor: Michel Magno de Vasconcelos

Orientador: Prof^a Dr^a Laura Graziela F. F. Gomes

Data da defesa: 18/5/2005

79 TÍTULO: **Paixão pela política e política dos Paixão:** família e capital político em um município fluminense

Autor: Carla Bianca Vieira de Castro Figueiredo

Orientador: Prof. Dr. Marcos Otávio Bezerra

Data da defesa: 6/3/2006

80 TÍTULO: **Quando a lagoa vira pasto:**
um estudo sobre as diferentes formas de apropriação e concepção dos espaços marginais da Lagoa Feia-RJ

Autor: Carlos Abraão Moura Valpassos

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 6/3/2006

81 TÍTULO: **O dono da rota:**
etnografia de um vendedor no centro urbano do Rio de Janeiro

Autor: Flavio Conceição da Silveira

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 6/3/2006

82 TÍTULO: **Os caminhos da Maré:**
a turma 302 do CIEP Samora Machel
e a organização social do espaço

Autor: Lucia Maria Cardoso de Souza

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 7/3/2006

83 TÍTULO: **Os ciganos de calon do Catumbi:**
ofício, etnografia e memória urbana

Autor: Mirian Alves de Souza

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 9/3/2006

84 TÍTULO: **Disque-denúncia:** a arma do cidadão.
Processos de construção da verdade
a partir da experiência da Central
Disque-denúncia do Rio de Janeiro

Autor: Luciane Patrício Braga de Moraes

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 9/3/2006

85 TÍTULO: **Quando o peixe morre pela boca:**
Os "casos de polícia" na Justiça Federal
Argentina na cidade de Buenos Aires

Autor: Lucía Eilbaum

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 10/3/2006

86 TÍTULO: **A dádiva no mundo contemporâneo:**
um estudo do dom monádico

Autor: Fabiano Nascimento

Orientador: Prof^ª Dr^ª Livia Martins Pinheiro Neves

Data da defesa: 10/3/2006

87 TÍTULO: **A fumaça da discórdia:** da regulação do consumo e o consumo de cigarros

Autor: Patrícia da Rocha Gonçalves

Orientador: Prof^ª Dr^ª Livia Martins Pinheiro Neves

Data da defesa: 10/3/2006

88 TÍTULO: **Família, redes de sociabilidade e casa própria:** um estudo etnográfico em uma cooperativa habitacional em São Gonçalo, RJ

Autor: Michelle da Silva Lima

Orientador: Prof^ª Dr^ª Simoni Lahud Guedes

Data da defesa: 10/3/2006

89 TÍTULO: **Identidade, conhecimento e poder na comunidade muçulmana do Rio de Janeiro**

Autor: Gisele Fonseca Chagas

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gabriel Hilu Pinto da Rocha

Data da defesa: 10/3/2006

90 TÍTULO: **Comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro:** a apropriação do espaço público

Autor: Marcelo Custódio da Silva

Orientador: Prof. Dr. José Sávio Leopoldi

Data da defesa: 10/3/2006

91 TÍTULO: **Revitalização urbana em Niterói:** uma visão antropológica

Autor: André Amud Botelho

Orientador: Prof^ª Dr^ª Laura Graziela F. F. Gomes

Data de defesa: 31/3/2006

92 TÍTULO: **Educandos e os educadores:**
Imagens Refletidas. Estudo
do processo de constituição
de categoria ocupacional

Autor: Arlete Inácio dos Santos
Orientador: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves
Data de defesa: 28/4/2006

93 TÍTULO: **Sobre a disciplina no futebol
brasileiro** – uma abordagem pela
Justiça Desportiva Brasileira

Autor: André Gil Ribeiro de Andrade
Orientador: Prof^ª Dr^ª Simoni Lahud Guedes
Data de defesa: 25/5/2006

94 TÍTULO: **Polícia para quem precisa:** um estudo sobre
tutela e repressão do GPAE no Morro do
Cavalão (Niterói)

Autor: Sabrina Souza da Silva
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Data de defesa: 30/6/2006

95 TÍTULO: **Mobilidade espacial e campesinato:**
gestão de alternativas escassas

Autor: Gil Almeida Félix
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves
Data da defesa: 30/6/2006

96 TÍTULO: **A igreja ortodoxa antioquina na cidade do Rio de Janeiro:**

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA IDENTIDADE RELIGIOSA DIASPÓRICA NO CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO

Autor: Houda Blum Bakour

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

Data da defesa: 27/2/2007

97 TÍTULO: **O programa justiça terapêutica da vara de execuções penais do Rio de Janeiro**

Autor: Frederico Policarpo de Mendonça Filho

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 27/2/2007

98 TÍTULO: **Etnicidade, processo de territorialização e ritual entre os tuxá de rodela**

Autor: Ricardo Dantas Borges Salomão

Orientador: Prof^a Dr^a Eliane Cantarino O´Dwyer

Data da defesa: 28/2/2007

99 TÍTULO: **Tempo(s) ecológico(s):**
um relato das tensões entre pescadores artesanais e
barragem e calendário de pesca e do café
– RJ

Autor: José Colaço Dias Neto

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 6/3/2007

100 TÍTULO: **Atafona:**
formas de sociabilidade em um balneário na região
norte-fluminense

Autor: Juliana Blasi Cunha

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 6/3/2007

101 TÍTULO: **Com que roupa eu vou? códigos que orientam as escolhas do vestuário feminino na classe média do Rio de Janeiro**

Autor: Solange Riva Mezabarba

Orientador: Prof^a Dr^a Lúvia Martins Pinheiro Neves

Data da defesa: 9/3/2007

102 TÍTULO: **Notting hill:**
notas etnográficas sobre um british carnival

Autor: Iara Gomes de Bulhões

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 6/6/2007

103 TÍTULO: **Maranhão sou eu:**
também mina a construção identitária – o caso do terreiro cazuá de mironga, em serpédica – rj

Autor: Wilmara Aparecida Silva Figueiredo

Orientador: Prof^a Dr^a Eliane Cantarino O'Dwyer

Data da defesa: 31/8/2007

104 TÍTULO: **A praia de copacabana:**
uma reflexão sobre algumas das estratégias de construção e manutenção da imagem do espaço de consumo e lazer da cidade do rio de janeiro

Autor: Flávia Ferreira Fernandes

Orientador: Prof^a Dr^a Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes

Data da defesa: 31/8/2007

105 TÍTULO: **Ciranda e prestação de serviços:**
os coros cirandeiros em busca da profissionalização

Autor: Lysia Reis Condé

Orientador: Prof^a Dr^a Delma Pessanha Neves

Data da defesa: 10/9/2007

106 TÍTULO: **Família e redes de parentes com uma política da velhice:**
análise de um programa governamental de gestão do envelhecimento

Autor: Felipe Domingues dos Santos
Orientador: Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes
Data da defesa: 31/1/2008

107 TÍTULO: **Sobre o modo de justificação dos ascensos e descensos nos organismos governamentais dos dirigentes do partido justicialista (p.j.) de Salta, Argentina, nos anos 1995-2005 (narrativas de obediência e lealdade)**

Autor: Maria Fernanda Maidana
Orientador: Prof. Dr. Marcos Otávio Bezerra
Data da defesa: 6/3/2008

108 TÍTULO: **Diga ao pelhameu, se há na avenida alguém mais feliz que eu!**
estudo sobre identidade e memória da gr.e.s união da ilha do governador

Autor: Paulo Cordeiro de Oliveira Neto
Orientador: Prof. Dr. José Sávio Leopoldi
Data da defesa: 11/3/2008

109 TÍTULO: **Entre barracões e módulos de pesca:**
pesca e meio ambiente na regulação dos usos de espaços públicos na barra do jucu

Autor: Marcio de Paula Filgueiras
Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima
Data da defesa: 24/3/2008

110 TÍTULO: **Processos de construção e comunicação das identidades negras e africanas na comunidade muçulmana sunita do rio de janeiro**

Autor: Cláudio Cavalcante Júnior
Orientador: Prof. Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto
Data da defesa: 10/4/2008

111 TÍTULO: **Explicadoras na nova holanda:**
um processo informal de escolarização

Autor: Beatriz Arosa de Mattos

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 25/4/2008

112 TÍTULO: **Na “pegação”:**
encontros homoeróticos masculinos em
juiz de fora

Autor: Verlan Valle Gaspar Neto

Orientador: Prof. Dr. Ovídio Abreu Filho

Data da defesa: 25/4/2008

113 TÍTULO: **Feijoada completa:**
reflexões sobre a administração institucional e
dilemas nas delegacias de polícia da cidade do
rio de janeiro

Autor: Érika Giuliane Andrade Souza

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 30/4/2008

114 TÍTULO: **Gosto não se discute:**
atores, práticas, mecanismos e discursos envolvidos
na construção social do gosto alimentar infantil
entre crianças de 0 a 10 anos

Autor: Bonnie Moraes Manhães de Azevedo

Orientador: Prof^ª Dr^ª Laura Graziela F.F. Gomes

Data da defesa: 4/8/2008

115 TÍTULO: **A viagem da gente de transformação:**
uma exploração do universo semântico da noção
de transformação em narrativas míticas do
noroeste amazônico

Autor: Felipe Agostine Cerqueira

Orientador: Prof^ª Dr^ª Tânia Stolze Lima

Data da defesa: 29/8/2008

116 TÍTULO: **De volta para casa:**
avida nas residências terapêuticas e o trabalho dos
cuidadores, em barbacena – mg

Autor: Rafael Pereira

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 2/9/2008

117 TÍTULO: **Vitória sobre a morte: a glória prometida**
o "ritode passagem" na construção da identidade
das operações especiais

Autor: Paulo Roberto Storani Botelho

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 5/9/2008

118 TÍTULO: **Os trabalhadores da política**
uma corrente do pt de niterói

Autor: Bruner Titonelli Nunes

Orientador: Prof. Dr. Marcos Otávio Bezerra

Data da defesa: 25/9/2008

119 TÍTULO: **A busca pela união:**
estudo sobre o modo de atuação de uma
liderança comunitária

Autor: Leandro Mascarenhas Matosinhos

Orientador: Prof. Dr. Marcos Otávio Bezerra

Data da defesa: 26/9/2008

120 TÍTULO: **A gente faz de tudo um pouco:**
um estudo de construção social de trabalhadores
nas relações familiares e de vizinhança

Autor: Julia Mitiko Sakamoto

Orientador: Prof^ª Dr^ª Simoni Lahud Guedes

Data da defesa: 30/9/2008

RELAÇÃO DE TESES DEFENDIDAS
NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ANTROPOLOGIA

1 TÍTULO: **Amulher-sujeito: subjetividade, consumo e trabalho**

Autor: Cesar Ramos Barreto

Orientador: Prof. Dr. José Sávio Leopoldi

Data da defesa: 29/9/2007

2 TÍTULO: **O ritual judiciário do tribunal do júri**

Autor: Luiz Eduardo de Vasconcellos Figueira

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 09/3/2007

3 TÍTULO: **Igualdade e hierarquia no espaço público: análise de processos de administração institucional de conflitos no município de niterói**

Autor: Kátia Sento Sé Mello

Orientador: Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Data da defesa: 29/3/2007

4 TÍTULO: **O direito ao lugar: situações processuais de conflito na reconfiguração social e territorial no município de itacaré – BA**

Autor: Patrícia de Araújo Brandão Couto

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello

Data da defesa: 30/03/2007

5 TÍTULO: **A adolescência na medicina:**
um olhar antropológico

Autor: Fernando César Coelho da Costa
Orientador: Prof^ª Dr^ª Simoni Lahud Guedes
Data da defesa: 20/4/2007

6 TÍTULO: **Das reportagens policiais às coberturas de**
segurança pública:
representações da violência urbana em um
jornal do rio de janeiro

Autor: Edílson Márcio Almeida da Silva
Orientador: Prof^ª Dr^ª Simoni Lahud Guedes
Data da defesa: 25/4/2007

7 TÍTULO: **Sobre culpados e inocentes**
o processo de criminalização e incriminação pelo
ministério público federal brasileiro

Autor: Gláucia Maria Pontes Mouzinho
Orientador: Prof. Dr. Marcos Otávio Bezerra
Data da defesa: 28/9/2007

8 TÍTULO: **Cruzada de são sebastião no leblon**
uma etnografia da moradia e do cotidiano
dos habitantes de um conjunto habitacional na
zona sul do rio de janeiro

Autor: Soraya Silveira Simões
Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio da Silva Mello
Data da defesa: 26/2/2008

9 TÍTULO: **Campo intelectual e gestão da economia do babaçu**
 dosestudoscientíficosàspráticatradicionais
 das quebradeiras de coco babaçu

Autor: Cynthia Carvalho Martins
 Orientador: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves
 Data da defesa: 28/2/2008

10 TÍTULO: **Maneiras de beber:**
 sociabilidades e alteridades

Autor: Ângela Maria Garcia
 Orientador: Prof^ª Dr^ª Delma Pessanha Neves
 Data da defesa: 28/2/2008

11 TÍTULO: **O melhor de niterói é a vista do rio.**
políticasculturaiseintervençõesurbanas:
 mac e caminho niemeyer

Autor: Margareth da Luz Coelho
 Orientador: Prof^ª Dr^ª Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes
 Data da defesa: 7/3/2008

12 TÍTULO: **Do mito ao... cinema:**
 a incestuosa gêmeidade. um close sobre
 a figura dos gêmeos nas narrativas
 contemporâneas

Autor: Débora Breder Barreto
 Orientador: Prof^ª Dr^ª Lygia Baptista Pereira
 Data da defesa: 13/3/2008

13 TÍTULO: **Entre a estrutura e a performance:**
 ritual de iniciação e faccionalismo entre os
 xavantes da terra indígena são marcos

Autor: Paulo Sérgio Delgado
 Orientador: Prof^ª Dr^ª Eliane Cantarino O'Dwyer
 Data da defesa: 31/3/2008

**14 TÍTULO: Asemânticadointangível.considerações
sobre o registro do ofício de paneleira do
espírito santo:**

ritual de iniciação e faccionalismo entre os
xavantes da terra indígena são marcos

Autor: Lucieni de Menezes Simão

Orientador: Prof^ª Dr^ª Lygia Baptista Pereira Segala

Data da defesa: 30/4/2008

15 TÍTULO: Identidade(s)enacionalismoemcabo verde

Autor: João Silvestre Tavares Alvarenga Varela

Orientador: Prof^ª Dr^ª Eliane Cantarino O'Dwyer

Data da defesa: 25/4/2008

Revista Antropolítica

ARTIGOS PUBLICADOS

Revista nº 1 – 2º semestre de 1996

Artigos

Brasil: nações imaginadas

José Murilo de Carvalho

Brasileiros e argentinos em *Kibbutz*: a diferença continua

Sonia Bloomfield Ramagem

Mudança social: exorcizando fantasmas

Delma Pessanha Neves

Ostras e pastas de papel: meio ambiente e a mão invisível do mercado

José Drummond

Conferências

Algumas considerações sobre o estado atual da antropologia no Brasil

Otávio Velho

That deadly pyhrronic poison a tradição cética e seu legado para a teoria política moderna

Renato Lessa

Resenha

Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas. Marisa G. Peirano

Laura Graziela F. F. Gomes

Revista nº 2 – 1º semestre de 1997

Artigos

Entre a escravidão e o trabalho livre: um estudo comparado de Brasil e Cuba no século XIX

Maria Lúcia Lamounier

O arco do universo moral

Joshua Cohen

A posse de Goulart: emergência da esquerda e solução de compromisso

Alberto Carlos de Almeida

In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil

Celso Castro

Neoliberalismo, racionalidade e subjetividade coletiva

José Maurício Domingues

Do “retorno do sagrado” às “religiões de resultado”: para uma caracterização das seitas neopentecostais

Muniz Gonçalves Ferreira

Resenhas

As noites das grandes fogueiras – uma história da coluna Prestes

José Augusto Drummond

Os sertões: da campanha de Canudos, Euclides da Cunha; O sertão prometido: massacre de Canudos no nordeste brasileiro

Terezinha Maria Scher Pereira

Revista nº 3 – 2º semestre de 1997

Artigos

Cultura, educação popular e escola pública

Alba Zaluar e Maria Cristina Leal

A política estratégica de integração econômica nas Américas

Gamaliel Perruci

O direito do trabalho e a proteção dos fracos

Miguel Pedro Cardoso

Elites profissionais: produzindo a escassez no mercado

Marli Diniz

A “Casa do Islã”: igualitarismo e holismo nas sociedades muçulmanas

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

Quando o amor vira ficção

Wilson Poliero

Resenha

Nós, cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia: a narrativa de uma experiência de pesquisa

Angela Maria Fernandes Moreira-Leite

Revista nº 4 – 1º semestre de 1998

Artigos

Comunicação de massa, cultura e poder

José Carlos Rodrigues

A sociologia diante da globalização: possibilidades e perspectivas da sociologia da empresa

Ana Maria Kirschner

Tempo e conflito: um esboço das relações entre as cronosofias de Maquiavel e Aristóteles

Raul Francisco Magalhães

O embate das interpretações: o conflito de 1858 e a lei de terras

Márcia Maria Menendes Motta

Os terapeutas alternativos nos anos 90: uma nova profissão?

Fátima Regina Gomes Tavares

Resenha

Auto-subversão

Gisálio Cerqueira Filho

Revista nº 5 – 2º semestre de 1998

Artigos

Jornalistas: de românticos a profissionais

Alzira Alves de Abreu

Mudanças recentes no campo religioso brasileiro

Cecília Loreto Mariz e Maria das Dores Campos Machado

Pesquisa antropológica e comunicação intercultural: novas discussões sobre antigos problemas.

José Sávio Leopoldi

Três pressupostos da facticidade dos problemas públicos ambientais

Marcelo Pereira de Mello

Duas visões acerca da obediência política: racionalidade e conservadorismo

Maria Celina D'Araújo

Revista nº 6 – 1º semestre de 1999

Artigos

Palimpsestos estéticos y espacios urbanos: de la razón práctica a la razón sensible

Jairo Montoya Gómez

Trajetórias e vulnerabilidade masculina

Ceres Vítora e Daniela Riva Knauth

O sujeito da “psiquiatria biológica” e a concepção moderna de pessoa

Jane Araújo Russo, Marta F. Henning

Os guardiães da história: a utilização da história na construção de uma identidade batista brasileira

Fernando Costa

A escritura das relações sociais: o valor cultural dos “documentos” para os trabalhadores

Simoni Lahud Guedes

A Interdisciplinaridade e suas (im)pertinências

Marcos Marques de Oliveira

Revista nº 7 – 2º semestre de 1999

Artigos

Le geste pragmatique de la sociologie française. Autour des travaux de Luc Boltanski et Laurent Thévenot

Marc Breviglieri e Joan Stavo-Debauge

Economia e política na historiografia brasileira

Sonia Regina de Mendonça

Os paradoxos das políticas de sustentabilidade

Luciana F. Florit

Risco tecnológico e tradição: notas para uma antropologia do sofrimento

Glaucia Oliveira da Silva

Trabalho agrícola: gênero e saúde

Delma Pessanha Neves

Revista nº 8 – 1º semestre de 2000

Artigos

Prolegômenos sobre a violência, a polícia e o Estado na era da globalização

Daniel dos Santos

Gabriel Tarde: Le monde comme féerie

Isaac Joseph

Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste

Eric Sabourin

Cartórios: onde a tradição tem registro público

Ana Paula Mendes de Miranda

Do pequi à soja: expansão da agricultura e incorporação do Brasil central

Antônio José Escobar Brussi

Resenha

Terra sob água – sociedade e natureza nas várzeas amazônicas

José Augusto Drummond

Revista nº 9 – 2º semestre de 2000

Artigos

Desenvolvimento económico, cultural e complexidade

Adelino Torres

The field training project: a pioneer experiment in field work methods: Everett C. Hughes, Buford H. Junker and Raymond Gold's re-invention of Chicago field studies in the 1950's

Daniel Cefai

Cristianismos amazônicos e liberdade religiosa: uma abordagem histórico-antropológica

Raymundo Heraldo Maués

Poder de polícia, costumbres locales y derechos humanos en Buenos Aires de los 90

Sofia Tiscornia

A visão da mulher no imaginário pentecostal

Marion Aubrée

Resenha

Reflexões antropológicas em tópicos filosóficos

Eliane Cantarino O'Dwyer

Revista nº 10/11 – 1º/2º semestres de 2001

Artigos

Profissionalismo e mediação da ação policial

Dominique Monjardet

The plaintiff – a sense of injustice

Laura Nader

Religião e política: evangélicos na disputa eleitoral do Rio de Janeiro

Maria das Dores Campos Machado

Um modelo para morrer: última etapa na construção social contemporânea da pessoa?

Rachel Aisengart Menezes

Torcidas jovens: entre a festa e a briga

Rosana da Câmara Teixeira

O debate sobre desenvolvimento entre o Brasil e os EUA na década de cinquenta

W. Michael Weis

El individuo fragmentado y su experiencia del tiempo

Carlos Rafael Rea Rodríguez

Igreja do Rosário: espaço de negros no Rio Colonial

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

In nomine pater: a ciência política e o teatro intimista de A. Strindberg

Gisálvio Cerqueira Filho

Terra: dádiva divina e herança dos ancestrais

Oswaldo Martins de Oliveira

Resenha

Estado e reestruturação produtiva

Maria Alice Nunes Costa

Revista nº 12/13 – 1º/2º semestres de 2002

Artigos

Transição democrática e forças armadas na América Latina

Maria Celina D'Araújo

Mercado, coesão social e cidadania

Flávio Saliba Cunha

Cultura local y la globalización del beber. De las taberneras en Juchitan, Oaxaca (México)

Sergio Lerín Piñón

Romaria e missão: movimentos sociorreligiosos no sul do Pará

Maria Antonieta da Costa Vieira

“O estrangeiro” em “campo”: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico

Patrice Schuch

A transmissão patrimonial em favelas

Alexandre de Vasconcelos Weber

A sociabilidade dos trabalhadores da fruticultura irrigada do platô de Neópolis/SE

Dalva Maria da Mota

A beleza traída: percepção da usina nuclear pela população de Angra dos Reis

Rosane M. Prado

Povos indígenas e ambientalismo – as demandas ecológicas de índios do rio Solimões

Deborah de Magalhães Lima

Raízes antropológicas da filosofia de Montesquieu

José Sávio Leopoldi

Resenhas

A invenção de uma qualidade ou os índios que se inventa(ra)m

Mercia Rejane Rangel Batista

China's peasants: the anthropology of a revolution

João Roberto Correia e José Gabriel Silveira Corrêa

Revista nº 14 – 1º semestre de 2003

Dossiê

Esporte e modernidade

Apresentação: *Simoni Lahud Guedes*

Em torno da dialética entre igualdade e hierarquia: notas sobre as imagens e representações dos Jogos Olímpicos e do futebol no Brasil

Roberto DaMatta

Transforming Argentina: sport, modernity and national building in the periphery

Eduardo P. Archetti

Futebol e mídia: a retórica televisiva e suas implicações na identidade nacional, de gênero e religiosa

Carmem Silvia Moraes Rial

Artigos

As concertações sociais na Europa dos anos 90: possibilidades e limites

Jorge Ruben Biton Tapia

A (re)construção de identidade e tradições: o rural como tema e cenário

José Marcos Froehlich

A pílula azul: uma análise de representações sobre masculinidade em face do Viagra

Rogério Lopes Azize e Emanuelle Silva Araújo

Homenagem

René Armand Dreifuss

por Eurico de Lima Figueiredo

Revista nº 15 – 2º semestre de 2003

Dossiê

Maneiras de beber: proscricões sociais

Apresentação: *Delma Pessanha Neves*

Entre práticas simbólicas e recursos terapêuticos: as problemáticas de um itinerário de pesquisa

Sylvie Fainzang

Alcoólicos anônimos: conversão e abstinência terapêutica

Angela Maria Garcia

“Embragados no Espírito Santo”: reflexões sobre a experiência pentecostal e o alcoolismo

Cecília L. Mariz

Artigos

Visões de mundo e projetos de trabalhadores qualificados de nível médio em seu diálogo com a modernidade tardia

Suzana Burnier

O povo, a cidade e sua festa: a invenção da festa junina no espaço urbano

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Antropologia e clínica – o tratamento da diferença

Jaqueline Teresinha Ferreira

Mares e marés: o masculino e o feminino no cultivo do mar

Maria Ignez S. Paulilo

Resenhas

Antropologia e comunicação: princípios radicais

José Sávio Leopoldi

Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética

Fátima Portilho

Criminologia e subjetividade no Brasil

Wilson Couto Borges

Homenagem

Luiz de Castro Faria: o professor emérito

por *Felipe Berocan da Veiga*

Dossiê

Políticas públicas, direito(s) e justiça(s) – perspectivas comparativas

Apresentação: *Roberto Kant de Lima*

Drogas, globalização e direitos humanos

Daniel dos Santos

Detenciones policiales y muertes administrativas

Sofía Tiscornia

Os ilegalismos privilegiados

Fernando Acosta

Artigos

Estado e empresários na América Latina (1980-2000)

Álvaro Bianchi

O desamparo do indivíduo moderno na sociologia de Max Weber

Luis Carlos Fridman

A construção social dos assalariados na citricultura paulista

Marie Anne Najm Chalita

As arenas iluminadas de Maringá: reflexões sobre a constituição de uma cidade média

Simone Pereira da Costa

Resenhas

Ética e responsabilidade social nos negócios

Priscila Ermínia Riscado

Novas experiências de gestão pública e cidadania

Daniela da Silva Lima

Uma ciência da diferença: sexo e gênero

Fernando Cesar Coelho da Costa

Revista nº 17 – 2º semestre de 2004

Dossiê

Por uma antropologia do consumo

Apresentação: Laura Graziela F. F. Gomes e Lúvia Barbosa

Pobreza Da Moralidade

Daniel Miller

O consumidor artesão: cultura, artesanania e consumo em uma Sociedade Pós-Moderna

Colin Campbell

Por uma sociologia da embalagem

Franck Cochoy

Artigos

A Antropologia e as políticas de desenvolvimento: algumas orientações

Jean-François Baré

Arquivo público: Um segredo bem guardado?

Ana Paula Mendes de Miranda

A concepção da desigualdade em Hobbes, Locke e Rousseau

Marcelo Pereira de Mello

Associativismo em rede: uma construção identitária em territórios de agricultura familiar

Zilá Mesquita e Márcio Bauer

Depois de Bourdieu: as classes populares em algumas abordagens sociológicas contemporâneas

Antonádia Borges

Resenhas

Modération et sobriété. Études sur les usages sociaux de l'alcool

Fernando Cordeiro Barbosa

Governança democrática e poder local: A experiência dos conselhos municipais no Brasil

Débora Cristina Rezende de Almeida

Uma ciência da diferença: sexo e gênero

Fernando Cesar Coelho da Costa

Dossiê

Responsabilidade social das empresas, segundo as Ciências Sociais

Apresentação: Eduardo R. Gomes

Responsabilidade social e globalização:

redefinindo o papel das empresas transnacionais no Brasil

Leticia Helena Medeiros Veloso

A modernização de valores nas relações contratuais:

a ética de reparação antecede o dever de responsabilidade?

Paola Cappellin

Business, politics and the surge of corporate
social responsibility in Latin America

Felipe Agüero

Artigos

Xamanismo e renovação carismática católica em uma povoação de
pescadores no litoral da Amazônia Brasileira: questões de religião e
de gênero

Raymundo Heraldo Maués e Gisela Macambira Villacorta

Conexões transnacionais: redes de Advocacy,

cooperação Norte-Sul e as ONGs latino-americanas

Pedro Jaime

Parentesco e política no Rio Grande do Sul

Igor Gastal Grill

Diversidade e equilíbrio assimétrico: discutindo governança
econômica e lógica institucional na União Européia

Eduardo Salomão Condé

Homenagem

Eduardo P. Archetti (1943-2005) In Memoriam

Pablo Alabarces

Resenha

Livro: O desafio da colaboração: práticas de
responsabilidade social entre empresas e Terceiro Setor

Rosa Maria Fischer

Autora da resenha: *Daniela Lima Furtado*

Revista nº 19 – 2º semestre de 2005

Dossiê

Fronteiras e passagens: fluxos culturais e a construção da etnicidade

Apresentação: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

Eliane Cantarino O'Dwyer

Etnicidade e o conceito de cultura

Fredrik Barth

Etnicidade e nacionalismo religioso entre os curdos da Síria

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

Entre iorubas e bantos:

a influência dos estereótipos raciais nos estudos afro-americanos

Stefania Capone

Os quilombos e as fronteiras da Antropologia

Eliane Cantarino O'Dwyer

Artigos

Engajamento associativo/sindical e recrutamento de elites políticas:
“empresários” e “trabalhadores” no período recente no Brasil

Odaci Luiz Coradini

Crônicas da pátria amada:

futebol e identidades brasileiras na imprensa esportiva

Édison Gastaldo

O duro, a pedra e a lama: a etnotaxonomia e o artesanato
da pesca em Ponta Grossa dos Fidalgos

Arno Vogel e José Colaço Dias Neto

De antas e outros bichos: expressão do conhecimento nativo

Jane Felipe Beltrão e Gutemberg Armando Diniz Guerra

Resenha

Livro: A revolução urbana

Henri Lefebvre

Autor da resenha: *Fabício Mendes Fialho*

Livro: Ser polícia, ser militar. O curso de formação na socialização
do policial militar

Fernanda Valli Nummer

Autora da resenha: *Delma Pessanha Neves*

Livro: Reflexões sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches

Bruno Latour

Autora da resenha: *Verlan Valle Gaspar Neto*

Revista nº 20 – 1º semestre de 2006

Dossiê

Da técnica, estudos sobre o fazer em sociedade

Apresentação: Gláucia Silva

Sobre a distinção entre evolução e história

Tim Ingold

A potência do fogo e a bifurcação da história em direção à termoindústria. Da máquina de Marly, de Luís XIV, à central nuclear de hoje

Alain Gras

As duas faces da incerteza: automação e apropriação dos aviões Glasscockpit

Caroline Moricot

Um laboratório-mundo

Sophie Poirot-Delpech

Artigos

A poética da experiência: narrativa e memória

Diego Soares

Neocomunidades no Brasil: uma aproximação etnográfica

Javier Lifschitz

Liberdade e riqueza: a origem filosófica e política do pensamento econômico

Angela Ganem, Inês Patricio e Maria Malta

Resenhas

Livro: Ciência e desenvolvimento

José Leite Lopes

Autora da resenha: *Cátia Inês Salgado de Oliveira*

Livro: *Le temps du pub. Territoires du boire en Angleterre*

Josiane Massart-Vicent

Autora da resenha: *Delma Pessanha Neves e Angela Maria Garcia*

Notícias do PPGA

Relação de dissertações defendidas no PPGA

Relação de dissertações defendidas no PPGCP

Revista Antropolítica: números e artigos publicados

Coleção Antropologia e Ciência Política (livros publicados)

Revista nº 21 – 2º semestre de 2006

Dossiê

Antropologia, mídia e construção social da realidade

Apresentação: *Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes*

“Cantando espalharei por toda a parte,
se a tanto me ajudar engenho e arte”: propaganda, técnicas de vendas e consumo no Rio de Janeiro (1850-1870)

Almir El Kareh

Identidades flexíveis como dispositivo disciplinar:

algumas hipóteses sobre publicidade e ideologia em sociedades
“pós-ideológicas”

Vladimir Safalle

Remediação e linguagens publicitárias nos meios digitais

Vinícius Andrade Pereira

Artigos

O sorriso da lua

Eli Bartra

Alimentos transgênicos, incerteza científica e percepções de risco: Leigos com a palavra

Renata Menasche

Técnicos e usuários em programas de assistência social:
encontros e desencontros

Heloísa Helena Salvatti Paim

A economia moral do extrativismo no médio rio negro:

Aviamento, alteridade e relações interétnicas na amazônia

Sidnei Peres

Educação e ruralidades: por um olhar pesquisante plural

Jadir De Morais Pessoa

Resenhas

Livro: *Buenos vecinos, malos políticos: Moralidad y política*

en el gran Buenos Aires. Buenos Aires: Prometeo, 2004. 283 p.

Sabina Frederic

Autor da resenha: *Fernanda Maidana*

Resenhando o conceito de “Double Bind” de Gregory Bateson
em seis autores das ciências humanas contemporâneas

Autora da resenha: *Mônica Cavalcanti Lepri*

Notícias do PPGA

Relação de dissertações defendidas no PPGA

Revista Antropolítica: números e artigos publicados

Coleção Antropologia e Ciência Política (livros publicados)

COLEÇÃO ANTROPOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

1. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**
Delma Pessanha Neves
2. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro**
José Augusto Drummond
3. **A predação do social**
Ari de Abreu Silva
4. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**
Delma Pessanha Neves
5. **A antropologia da academia: quando os índios somos nós**
Roberto Kant de Lima
6. **Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores**
Simoni Lahud Guedes
7. **A qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro**
Alberto Carlos Almeida
8. **Pescadores de Itaipu (Série Pesca no estado do Rio de Janeiro)**
Roberto Kant de Lima
9. **Sendas da transição**
Sylvia França Schiavo
10. **O pastor peregrino**
Arno Vogel
11. **Presidencialismo, parlamentarismo e crise política no Brasil**
Alberto Carlos Almeida
12. **Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**
Antônio Carlos Rafael Barbosa
13. **Escritos exumados – 1: espaços circunscritos – tempos soltos**
L. de Castro Faria
14. **Violência e racismo no Rio de Janeiro**
Jorge da Silva
15. **Novela e sociedade no Brasil**
Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes
16. **O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro**
Simoni Lahud Guedes

17. **Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ)**
(*Série Pesca no estado do Rio de Janeiro*)
Rosyan Campos de Caldas Britto
18. **As redes do suor – a reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba** (*Série Pesca no estado do Rio de Janeiro*)
Luiz Fernando Dias Duarte
19. **Escritos exumados – 2: dimensões do conhecimento antropológico**
L. de Castro Faria
20. **Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico** (*Série Amazônia*)
Eliane Cantarino O’Dwyer
21. **Práticas acadêmicas e o ensino universitário**
Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto
22. **“Dom”, “Iluminados” e “Figurões”: um estudo sobre a representação da oratória no Tribunal do Júri do Rio de Janeiro**
Alessandra de Andrade Rinaldi
23. **Angra I e a melancolia de uma era**
Gláucia Oliveira da Silva
24. **Mudança ideológica para a qualidade**
Miguel Pedro Alves Cardoso
25. **Trabalho e residência: estudo das ocupações de empregada doméstica e empregado de edifício a partir de migrantes “nordes-tinos”**
Fernando Cordeiro Barbosa
26. **Um percurso da pintura: a produção de identidades de artista**
Lígia Dabul
27. **A sociologia de Talcott Parsons**
José Maurício Domingues
28. **Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ**
(*Série Pesca no estado do Rio de Janeiro*)
Simone Moutinho Prado
29. **Centrais sindicais e sindicatos no Brasil dos anos 90: o caso Niterói**
Fernando Costa

30. **Antropologia e direitos humanos** (*Série Direitos Humanos*)
Regina Reyes Novaes e Roberto Kant de Lima
31. **Os companheiros – trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu/RJ** (*Série Pesca no estado do Rio de Janeiro*)
Elina Gonçalves da Fonte Pessanha
32. **Festa do Rosário: iconografia e poética de um rito**
Patrícia de Araújo Brandão Couto
33. **Antropologia e direitos humanos 2** (*Série Direitos Humanos*)
Roberto Kant de Lima
34. **Em tempo de conciliação**
Angela Moreira-Leite
35. **Floresta de símbolos – aspectos do ritual Ndembu**
Victor Turner
36. **Produção da verdade nas práticas judiciárias criminais brasileiras: uma perspectiva antropológica de um processo criminal**
Luiz Figueira
37. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar**
Fernanda Valli Nummer
38. **Antropologia e direitos humanos 3**
Roberto Kant de Lima (Organizador)
39. **Os caminhos do leão: uma etnografia do processo de cobrança do imposto de renda**
Gabriela Maria Hilu da Rocha Pinto
40. **Antropologia – escritos exumados 3 – Lições de um praticante**
L. de Castro Faria

Normas de apresentação de trabalhos

1. A revista *Antropolítica*, do programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, aceita originais de artigos e resenhas de interesse das Ciências Sociais e da Antropologia em particular.
2. Os textos serão submetidos aos membros do Conselho Editorial e/ou a pareceristas externos, que poderão sugerir ao autor modificações de estrutura ou conteúdo.
3. Os textos não deverão exceder 25 páginas, no caso dos artigos, e 8 páginas, no caso das resenhas. Eles devem ser apresentados em duas cópias impressas em papel A4 (210 x 297 mm), espaço duplo, em uma só face de papel, bem como em disquete ou CD no programa Word for Windows, em fonte Times New Roman (corpo 12), sem qualquer tipo de formatação, a não ser:
 - indicação de caracteres (negrito e itálico);
 - margens de 3cm;
 - recuo de 1cm no início do parágrafo;
 - recuo de 2cm nas citações; e
 - uso de itálico para termos estrangeiros e títulos de livros e periódicos.
4. As citações bibliográficas serão indicadas no corpo do texto, entre parênteses, com as seguintes informações; sobrenome do autor em caixa alta; vírgula; data da publicação; vírgula; abreviatura de página (p.) e o número desta.
(Ex.: PEREIRA, 1996, p. 12-26)
5. As notas explicativas, restritas ao mínimo indispensável, deverão ser apresentadas no final do texto.
6. As referências bibliográficas deverão ser apresentadas no final do texto, obedecendo às normas da ABNT (NBR-6023).

Livro:

- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 208p. (Os Pensadores, 6)
- LÜDIKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

FRANÇA, Junia Lessa et al. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 3. ed. ver. e aum. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996, 191 p.

Artigo:

ARRUDA, Mauro. Brasil: é essencial reverter o atraso. *Panorama da Tecnologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n.8, p. 4-9, 1989.

Trabalhos apresentados em eventos:

AGUIAR, C. S. A. L. et. al. Curso de técnica da pesquisa bibliográfica: programa-padrão para a Universidade de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9., 1977, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, 1977. p. 367-385.

7. As ilustrações deverão ter a qualidade necessária para uma boa reprodução gráfica. Elas deverão ser identificadas com título ou legenda e designadas, no texto, como figura (Figura 1, Figura 2 etc.)
8. Os textos deverão ser acompanhados de título e resumo (máximo 250 palavras) em português e inglês, bem como de 3 a 5 palavras-chave também em português e em inglês.
- 9 Os textos deverão ser precedidos de identificação do autor (nome, instituição de vínculo, cargo, título, últimas publicações etc.), que não ultrapasse 5 linhas.
10. Os colaboradores na modalidade artigos terão direito a três exemplares da revista; e na modalidade resenha, a um exemplar.
11. Os originais não aprovados não serão devolvidos.
12. Os artigos, resenhas e demais correspondências deverão ser enviados para:

Comitê Editorial da *Antropolítica*
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Campus do Gragoatá, Bloco "O", sala 325
24210-350 - Niterói, RJ
Tels.: (021) 2629-2866

Desejo adquirir a Revista Antropolítica nºs , ao preço de R\$ 13,00 cada*.

Nome: _____
Profissão: _____
Especialidade: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ CEP: _____ - _____
Cidade: _____ UF: _____
Telefone: (_____) _____

Deposite o valor da(s) obra(s) em nome da Universidade Federal Fluminense/ Editora (Banco do Brasil S.A., agência 4201-3, conta 170500-8), depósito identificado nº 15305615227047-5.

Envie-nos o comprovante de depósito, através de carta ou fax, juntamente com este cupom, e receba, sem qualquer despesa adicional, a encomenda em sua residência ou local de trabalho.

* Comprando oito números, pague somente R\$ 80,00



PRIMEIRA EDITORA NEUTRA EM CARBONO DO BRASIL

Título conferido pela OSCIP PRIMA (www.prima.org.br) após a implementação de um Programa Socioambiental com vistas à ecoeficiência e ao plantio de árvores referentes à neutralização das emissões dos GEE's – Gases do Efeito Estufa.



www.editora.uff.br

Este livro foi composto na fonte Baskerville Win95BT, corpo 11.
Impresso na IMOS Gráfica e Editora Ltda.,
em Papel Off-Set 75 gramas (miolo) e Cartão Supremo 250 gramas (capa).
Tiragem: 500 exemplares.

Democracia, espaço público, estado
e sociedade em uma perspectiva comparada
Apresentação: *Roberto Kant de Lima e Fábio Reis Mota*

Organisation et pouvoir: pluralité critique des régimes d'engagement
Laurent Thévenot

O caleidoscópio identitário dos professores do liceu do ensino oficial
nos anos 1960: julgamentos críticos e disposições prática
José Manuel Resende

Violencia institucional y sensibilidades judiciales.
El largo camino de los hechos a los casos
Maria Josefina Martínez

A formação do Estado em Angola na época da globalização
Daniel dos Santos

ARTIGOS

Introdução a O que é um animal?
Tim Ingold

Um mundo sem antropologia
Clara Mafra

Discutindo classificações raciais, étnicas e o racismo no
futebol brasileiro a partir de um olhar desconstructivista
Marcel Freitas

Defendendo privilégio: os limites da participação
popular em Salvador, Bahia
Bernd Reiter

RESENHAS

Livro: La relation médecins-malades: information et
mensonge da autoria de Sylvie Faizang
Sylvie Faizang
Autora da resenha: *Jaqueline Ferreira*

NOTÍCIAS DO PPGA

Jornada de Antropologia do PPGA
I Encontro da Rede Rural - uma proposta de intercâmbio de pesquisa
Relação de dissertações defendidas no PPGA
Revista antropolítica: números e artigos publicados
Coleção antropologia e ciência política (livros publicados)